



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Tecnologia e Ciências

Instituto de Geografia

Paulo Henrique Araujo Barata

O Sertão vira Calçada: A transformação do rural em urbano em Campo Grande, Rio de Janeiro, ao longo do século XX

Rio de Janeiro

2019

Paulo Henrique Araujo Barata

O Sertão vira Calçadão: A transformação do rural em urbano em Campo Grande, Rio de Janeiro, ao longo do século XX

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Gestão e Estruturação do Espaço Geográfico.

Orientadora: Prof.^a Dra. Susana Mara Miranda Pacheco

Rio de Janeiro

2019

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CTC/C

B226 Barata, Paulo Henrique Araujo.
O Sertão vira Calçada: a transformação do rural em urbano em Campo Grande, Rio de Janeiro, ao longo do século XX/ Paulo Henrique Araujo Barata – 2019.
257.: il.

Orientadora: Susana Mara Miranda Pacheco.
Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Geografia.

1. Urbanização – Campo Grande (Rio de Janeiro, RJ) – Teses. 2. Setor terciário – Teses. 3. Serviços (Economia) – Teses. 4. Campo Grande (Rio de Janeiro, RJ) – Comércio – Teses. 5. Campo Grande (Rio de Janeiro, RJ) – Desenvolvimento – Teses. I. Pacheco, Susana Mara Miranda. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Geografia. III. Título.

CDU 911.375:338.46(815.3)

Bibliotecária responsável: Taciane Ferreira da Silva / CRB-7: 6337

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Paulo Henrique Araujo Barata

O Sertão vira Calçadão: A transformação do rural em urbano em Campo Grande, Rio de Janeiro, ao longo do século XX

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Gestão e Estruturação do Espaço Geográfico.

Aprovada em 30 de outubro de 2019.

Banca Examinadora:

Prof.^a Dra. Susana Mara Miranda Pacheco
Instituto de Geografia – UERJ

Prof. Dr. Miguel Ângelo Campos Ribeiro
Instituto de Geografia – UERJ

Prof. Dr. Hindenburgo Francisco Pires
Instituto de Geografia – UERJ

Prof.^a Dra. Tereza Coni Aguiar
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

Prof. Dr. Leandro Dias de Oliveira
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)

Rio de Janeiro

2019

DEDICATÓRIA

Ao meu filho, e anjo azul, Arthur por todo o amor do mundo.

AGRADECIMENTOS

A pesquisa que culminou nessa tese durou mais de quatro anos. Pois não penso nos anos do curso em si. Essa tese é resultado do acúmulo de leituras, relacionamentos interpessoais, experiências e relações sociais estabelecidas ao longo da vida. Por isso, devo admitir que estou em dúvida se há espaço suficiente para agradecer a essa infinitude de pessoas, lugares, instituições e eventos na minha vida. Os agradecimentos realizados em trabalhos anteriores contemplam parte desses atores que me moldaram como ser humano, aluno, professor e pesquisador. Mesmo que alguns nunca venham a saber que foram reconhecidos como importantes nesse processo, o registro serve para aqueles que vierem a trilhar o caminho da academia saibam que a sua pesquisa é parte da vida de muitos ao seu redor.

A minha família é migrante de dois estados fora do centro econômico brasileiro: Pará e Paraíba. Chegaram ao Distrito Federal durante o nacional-desenvolvimentismo de Vargas. A minha vó, da Paraíba, como filha do trabalhador da construção civil, que trabalharia em indústria de sabonetes no Caju. O meu avô, seu futuro marido, proveniente do Pará chegava como fuzileiro naval para trabalhar no ramo da telefonia. O circuito rural Santíssimo-Campo Grande não foi a primeira escolha de moradia do casal, mas é aqui que fincaram residência nos últimos 60 anos. Criaram quatro filhos, seis netos e um bisneto, que o bisavô não pôde conhecer. A minha família foi essencial para que eu pudesse completar essa fase da minha vida. O maior agradecimento vai ao meu filho Arthur por ter tido o papel essencial de me tornar um ser humano melhor. Te amo, filho.

Eu estudei a graduação em duas instituições, com bons e importantes professores, mas que, devido as peculiaridades do sistema de educação superior brasileiro, não ofereciam suporte a pesquisa. Logo, coube a minha orientadora Professora Doutora Susana Mara Miranda Pacheco mostrar os caminhos da pesquisa acadêmica de qualidade. Todas as orientações e indicações de leitura foram essenciais para a minha formação. Ter tido o seu acompanhamento foi uma necessidade, um privilégio e uma honra. As circunstâncias da vida podem ter causado um impacto na produção dessa tese, mas tenho a certeza que orientou corretamente sobre as questões a serem superadas.

Agradeço a todos professores que já tive na vida. Sem exceções. Por razões afetivas ou por serem marcos importantes no meu desenvolvimento, citarei alguns nominalmente, mas que todos os outros sintam-se lembrados, pois efetivamente são. Agradeço a quem me ensinou as primeiras letras as professoras Luísa e Leia, o professor de literatura Uilton Soares, que tornou-

se fonte para essa pesquisa e do qual copio o seu método didático ao lecionar, o Professor Rafael da Silva Oliveira, aquele que apontou o caminho de pesquisa que eu deveria seguir na academia. Além desses, agradeço aos professores dos cursos de Geografia do antigo Centro Universitário Moacyr Sreder Bastos e das Faculdades Integradas Simonsen, aos professores do Instituto de Geografia da Uerj e da escola Santa Bárbara e do Colégio Afonso Celso.

Agradeço aos meus alunos e professores da escola pública. Em 10 anos de escola pública reaprendi a geografia inúmeras vezes. Através do contato com diferentes experiências e formações, os outros me ajudaram a construir a compreensão do nosso tecido socioespacial. Sem essa experiência essa pesquisa não teria sido o que é. Agradeço igualmente as escolas privadas Educarte e Eterj Itaguaí que me ensinaram sobre como tornar o processo educacional inclusivo. E aos professores das Faculdades Integradas Campograndenses por termos compartilhado nossas formações com os alunos e, conseqüentemente, entre nós mesmos.

Agradeço pela construção da amizade com meus ex-alunos e atuais amigos. Não os citarei nominalmente aqui para não gerar ciúme, caso eu esqueça de alguém. Quem frequenta e é convidado para as nossas reuniões sociais sinta-se contemplado pelo agradecimento. No mesmo passo, meus antigos amigos de bairro e escola por mutuamente termos nos influenciado na nossa formação como seres humanos.

Agradeço o Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, desde o mestrado em 2010 até o presente momento. Mayra e Ciro têm lugares especiais nas minhas lembranças sobre a minha pós-graduação em Geografia na Uerj.

Por vezes, família é o grupo de pessoas com as quais nos relacionamos, mesmo que por pouco tempo. Por tudo que fizeram em certo período agradeço a minha ex-namorada Mariana Gonçalves e sua família. Há bons e inúmeros motivos para o Arthur pedir para ver a Mariana via celular até hoje. Muito obrigado por ter estado com o Arthur quando precisei me ausentar para realizar essa pesquisa e resolver outras questões da vida.

O ritmo de vida, o acúmulo de responsabilidades, imprevistos e outras situações da vida pedem que busquemos apoio para o fortalecimento psicológico. Por isso, agradeço a minha ex-psicóloga Viviane Soares pelo acompanhamento nos últimos 9 meses.

Agradeço a todos que pesquisam sobre a Zona Oeste tradicional da cidade do Rio de Janeiro. O André Luiz Germano sobre a industrialização em Santa Cruz, a Marcelle de Souza sobre os grupos paramilitares de Paciência, o Ivannildo Oliveira sobre o Programa Minha Casa Minha Vida em Paciência, a Cristiane Moura também sobre o PMCMV na Estrada do Campinho em Campo Grande, a Gabrielle de Sousa sobre a ocupação de vazios para a habitação na Estrada do Campinho em Campo Grande, o Rodrigo Sevarolli sobre o uso das praças e

esportes em Paciência, o César Milhomens estudando a verticalização do bairro de Campo Grande, o Cláuber confrontando a noção de desenvolvimento em Santa Cruz pela industrialização, o Vítor Almeida com a sua pesquisa sobre a freguesia de Campo Grande focando na industrialização de Bangu, o Guilherme Braga Alves e sua pesquisa sobre o transporte em Campo Grande. Ainda, aqueles que pesquisaram Campo Grande antes de mim como Alexandre Lourenço, Vânia Jorge da Silva e William Vieira.

Agradeço aos meus alunos do CIEP 312 Raul Ryff que tive a honra de orientar nos seus primeiros esforços de pesquisa, ainda no Ensino Médio. A pesquisa sobre o lugar da Lys Vitória, e o colorismo da Letícia Anely é a chance que eu gostaria de ter tido nos meus anos de escola. Parabéns pelo trabalho muito bem feito!

Agradeço ao Carlos Eduardo de Souza pelo empréstimo do livro “Campo Grande” e pelo blog Memórias de Campo Grande, ao Adinalzir Pereira pelo blog Saiba História e ao André Mansur, com seus livros publicados e textos disponibilizados digitalmente, por estarem divulgando a história e geografia de Campo Grande e da Zona Oeste.

Agradeço aos membros da banca que aceitaram o convite para a defesa, a Professora Tereza Coni e o Professor Leandro Dias. Agradeço o retorno para a defesa, pois estavam e foram importantes na qualificação, do Professor Miguel Ângelo Ribeiro e do Professor Hindenburgo Pires. A importância da presença, conselhos e orientações nunca será esquecida.

Por fim, agradeço por ter tido a oportunidade de ter feito essa jornada de descobrir e contribuir para a pesquisa do espaço, que com todos os seus defeitos e virtudes, teve e tem influência na formação do ser humano que sou hoje.

Quando a memória de uma sequência de acontecimentos não tem mais por suporte um grupo, aquele mesmo em que esteve engajada ou que dela suportou as consequências, que lhe assistiu ou dela recebeu um relato vivo dos primeiros atores e espectadores, quando ela se dispersa por entre alguns espíritos individuais, perdidos em novas sociedades para as quais esses fatos não interessam mais porque lhe são decididamente exteriores, então o único meio de salvar tais lembranças é fixá-las por escrito em uma narrativa seguida, uma vez que as palavras e os pensamentos morrem, mas os escritos permanecem

Halbwachs, 1990.

“Campo” e “cidade” são palavras muito poderosas, e isso não é de estranhar, se aquilatarmos o quanto elas representam na vivência das comunidades humanas. Na longa história das comunidades humanas, sempre esteve bem evidente essa ligação entre a terra da qual todos nós, direta ou indiretamente, extraímos nossa subsistência, e as realizações da sociedade humana. E uma dessas realizações é a cidade: a capital, a cidade grande, uma forma distinta de civilização

Williams, 2011.

RESUMO

BARATA, Paulo Henrique Araujo. **O Sertão virou Calçadão: a transformação do rural em urbano em Campo Grande, Rio de Janeiro, ao longo do século XX.** 2019. 257 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

A tese intitulada “O Sertão virou Calçadão: as memórias da transformação do rural em urbano em Campo Grande, Rio de Janeiro” tem como objetivo geral entender a produção do espaço comercial campograndense através da análise da produção do espaço orientada a partir da compreensão das ações dos agentes, em diferentes tempos, que culminaram na materialização de diversas formas através da modificação da morfologia do rural para o urbano. Inspirado na metodologia regressiva-progressiva de Henri Lefebvre inicia-se a descrição do presente, com o auxílio da metodologia de Kevin Lynch, para obtermos a descrição da imagem do ambiente atual. Com a utilização de biografia sobre o bairro e, especialmente, pela análise de textos jornalísticos, intenciona a análise dos arranjos espaciais pretéritos e a organização espacial decorrente das atividades ligadas a economia rural tornam-se fundamentais para a compreensão da formação do espaço rural, que subjugado a ações de forças locais e distantes será moldado a outra forma, mais moderna e urbana. Ainda, busca-se entender as repercussões espaciais da transformação do rural em urbano pela chegada de objetos ligados a modernidade expressa pela manifestação do urbano corporificado no transporte ferroviário (trem e bondes) e comércio no centro do bairro, com a gênese da formação do subcentro. Examina-se a produção do espaço terciário e as forças que, em diferentes tempos e interesses, impuseram um conjunto de ações para a formação do novo sistema de objetos da área sob a nossa lupa de análise. No primeiro momento o foco é concentrado na formação da rua, que é a gênese do espaço terciário do bairro. Posteriormente, busca-se entender a criação e consolidação do “Calçadão de Campo Grande”, com a reorientação da função da Rua Coronel Agostinho para o comércio, como consequência do processo de terciarização do espaço. A formação do espaço urbano comercialmente adensado, com feições e atividades tipicamente urbanas abarcou um complexo e multidimensional campo de lutas políticas, fundiárias, sociais e econômicas. Envolveu os agentes da produção do espaço previstos (Estado, proprietários fundiários, proprietários dos meios de produção, grupos sociais excluídos e agentes imobiliários) que através do Estado confrontaram-se para o atendimento dos seus interesses de classe. As reformas urbanas conduzidas pelo Estado, coadunado com as forças do capital privado, mostraram-se essenciais para a continuidade da (re)produção que resulta no atual espaço terciário do bairro de Campo Grande.

Palavras-chave: Espaço terciário. Bairro. Rural. Urbano. Agentes produtores do espaço. Calçadão.

ABSTRACT

BARATA, Paulo Henrique Araujo. **O Sertão turned Calçadão**: the transformation of rural to urban in Campo Grande, Rio de Janeiro, ao longo do século XX. 2019. 257 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

The thesis entitled “O Sertão turned Calçadão: the memories of the transformation of rural to urban in Campo Grande, Rio de Janeiro” aims to understand the production of Campograndense commercial space through the analysis of the production of space oriented from the understanding of the actions of different agents, at different times, that culminated in the materialization of different forms through the modification of the morphology of the rural to the urban space. Inspired by Henri Lefebvre's regressive-progressive methodology, the description of the present begins, with the help of Kevin Lynch's methodology, to obtain a description of the image of the current environment. With the use of biography about the neighborhood and, especially, through the analysis of journalistic texts, it intends to analyze the past spatial arrangements and the spatial organization resulting from the activities related to the rural economy becoming fundamental for the understanding of the formation of the rural space, that subjugated to the actions of local and distant forces will be shaped into another, more modern and urban form. Still, we seek to understand the spatial repercussions of the transformation of the rural into the urban by the arrival of objects linked to modernity expressed by the manifestation of the urban embodied in rail transport (train and trams) and commerce in the center of the neighborhood, with the genesis of the formation of the subcenter. . We examine the production of tertiary space and the forces that, at different times and interests, imposed a set of actions for the formation of the new system of objects of the area under our magnifying glass of analysis. At first the focus is on the formation of the street, which is the genesis of the tertiary space of the neighborhood. Subsequently, we seek to understand the creation and consolidation of the “Campo Grande Promenade”, with the reorientation of the function of Rua Coronel Agostinho for commerce, as a consequence of the process of tertiarization of the space. The formation of a commercially densified urban space, with typical urban features and activities, encompassed a complex and multidimensional field of political, land, social and economic struggles. It involved the planned space production agents (state, landowners, owners of the means of production, excluded social groups and real estate agents) who through the state confronted each other to meet their class interests. State-led urban reforms, coupled with the forces of private capital, proved essential for the continuity of (re) production that results in the current tertiary space of the Campo Grande neighborhood.

Keywords: Tertiary space. Neighborhood. Rural space. Urban space. Space production agents.
Campo Grande Promenade.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Estação Maria Teresa no cruzamento da Avenida Madre Teresa, Avenida Cesário de Melo e Estrada do Monteiro.....	38
Figura 2 – Estacionamentos nas ruas Alfredo de Moraes e Amaral Costa, centro de Campo Grande, Rio de Janeiro.....	40
Figura 3 – Igreja Matriz Nossa Senhora do Desterro na Rua Almeida Costa, Campo Grande, Rio de Janeiro.....	41
Figura 4 – Espelhos da fachada do motel Agadir refletindo a imagem da Igreja Nossa Senhora do Desterro na Rua Augusto de Vasconcelos em Campo Grande, Rio de Janeiro	42
Figura 5 – Prédio e terreno do antigo Colégio Belisário dos Santos em funcionamento, posteriormente demolido e, finalmente, tornado estacionamento de carros na rua Amaral Costa, Campo Grande – Rio de Janeiro.....	44
Figura 6 – Prédios abandonados do Colégio Afonso Celso, na rua Engenheiro Trindade, e Centro Universitário Moacyr Sreder Bastos, na rua Amaral Costa, Campo Grande – Rio de Janeiro	45
Figura 7 – Hospital Rocha Faria, primeiro hospital de grande porte em Campo Grande, Rio de Janeiro na década de 1940	46
Figura 8 – Casas refuncionalizadas como consultórios médicos e laboratórios/ serviços de imagem na rua Uruna, Campo Grande – Rio de Janeiro	47
Figura 9 – Área interna da passagem subterrânea e entrada pela Rua Ferreira Borges, Campo Grande – Rio de Janeiro.....	49
Figura 10 – Forma arquitetônica original do prédio que abriga loja TIM na esquina da Rua Coronel Agostinho e Praça Raul Boaventura (antiga Praça 3 de maio) em Campo Grande, Rio de Janeiro.....	50
Figura 11 – Rua Coronel Agostinho, calçadão de Campo Grande, Rio de Janeiro por volta das 9h da manhã de segunda-feira.....	51

Figura 12 – Antiga e atual fachada e ortografia Mercado São Braz no bairro de Campo Grande, Rio de Janeiro.....	52
Figura 13 – Vista da Travessa Dib a partir da Rua Coronel Agostinho em Campo Grande, Rio de Janeiro em 2019.....	54
Figura 14 – Casario refuncionalizado na Rua Barcelos Domingos, Campo Grande, Rio de Janeiro em 2019.....	56
Figura 15 – Casario refuncionalizado para serviços médicos-hospitalares especializados na Rua Jaguaruna, Campo Grande – Rio de Janeiro.....	57
Figura 16 – Casa azul da Villa São José, datada de 1928, na Rua Vítor Alves e casa verde da Villa Aurora, datada de 1929, na Rua Barcelos Domingos, Campo Grande – Rio de Janeiro.....	58
Figura 17 – Vila Dona Ruth e casas na Rua Domingos do Couto, Campo Grande – Rio de Janeiro.....	59
Figura 18 – Fachada do West Medical Center na rua Ivo do Prado e casas na testada da Rua Campo Grande com o prédio West Medical Center ao fundo.....	60
Figura 19 – Agências dos bancos Bradesco e Itaú na rua Augusto de Vasconcelos, Campo Grande – Rio de Janeiro.....	62
Figura 20 – Esquina das ruas Engenheiro Trindade e Agostinho Coelho e suas agências bancárias: Santander no primeiro plano, Bradesco à esquerda e Itaú coberto pelas palmeiras.....	63
Figura 21 – Viaduto Prefeito Pedro Alim engarrafado com os prédios comerciais Business Premium e Plaza Offices e prédios residenciais ao fundo.....	64
Figura 22 – Mapa do Sertão Carioca publicado na obra “Sertão Carioca” de Magalhães Corrêa publicado em 1936.....	71
Figura 23 – Linhas férreas (bondes e Estrada de Ferro Central do Brasil) abrangendo os bairros de Campo Grande, Guaratiba e Santa Cruz, Rio de Janeiro.....	84
Figura 24 – Edificação de 1910 na Rua Ferreira Borges, Campo Grande lindeira a Estrada de Ferro Central do Brasil	87
Figura 25 – Figura 23: A imagem, datada de 1916, revela a pavimentação da Estrada Real de Santa Cruz (atual Avenida Cesário de Melo) com paisagem	

tipicamente rural com carroças de burro circulando sobre uma pavimentação formada por pedras e meio-fio.....	89
Figura 26 – Cartograma do Distrito Federal elaborado pelo Serviço Geográfico Militar com destaque para Campo Grande no ano de 1922.	92
Figura 27 – Estátua de Manuel Caldeira de Alvarenga na Avenida Manuel Caldeira de Alvarenga em Campo Grande, Rio de Janeiro.....	94
Figura 28 – Manobras militares em Guaratiba e Campo Grande, Rio de Janeiro, no final da década de 1920 com a presença do Presidente Washington Luís.....	96
Figura 29 – Inauguração da eletrificação do trecho Santíssimo – Campo Grande da Estrada de Ferro Central do Brasil no dia 03/06/1945 com a presença do Presidente Getúlio Vargas na praça 3 de Maio, Campo Grande – Rio de Janeiro.....	105
Figura 30 – Principais acessos viários do bairro de Campo Grande, Rio de Janeiro.....	110
Figura 31 – Vista aérea do Viaduto Prefeito Alim Pedro em Campo Grande, Rio de Janeiro em datas não confirmadas.....	112
Figura 32 – Reportagens do jornal O Globo de 6 de janeiro de 1958 e 19 de novembro de 2011 sobre o concurso “Rainha da Lavoura” em Campo Grande, Rio de Janeiro.....	113
Figura 33 – Inauguração do conjunto residencial Euclides Carvalho do Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários (IAPI), Campo Grande, Rio de Janeiro, RJ em 10/01/1958 com a presença do Presidente Juscelino Kubitschek.....	114
Figura 34 – Anúncios ligados ao mercado imobiliário (corretores e terrenos à venda) de Campo Grande na década de 1950.....	116
Figura 35 – Bonde da linha Monteiro e lotação, provavelmente na rua Ferreira Borges, setembro de 1963.....	118
Figura 36 – Colégio Afonso Celso em seu antigo endereço na Rua Coronel Agostinho, Faculdades Integradas Moacyr Sreder Bastos, Centro Universitário Moacyr Sreder Bastos, prédio abandonado do Colégio Afonso Celso.....	120

Figura 37 – Celebração dos 50 anos do Instituto Cultural Campograndense no monumento erguido na Avenida Maria Teresa em Campo Grande, Rio de Janeiro.....	122
Figura 38 – Membros da Associação Comercial e Industrial de Campo Grande (ACICG) visitam as obras do terminal marítimo de Santa Cruz, Rio de Janeiro, GB em 23 de junho de 1967.....	124
Figura 39 – Galpões de granjas e citricultura na Estrada da Posse e Estrada do Lameirão em Campo Grande e Santíssimo, Rio de Janeiro, 2019.....	131
Figura 40 – Alunos vestem uniforme tradicional em sala no Colégio Belisário dos Santos em Campo Grande, Rio de Janeiro.....	133
Figura 41 – Edifício batizado com o nome de Mario Stabile na Travessa Dib, no Calçadão de Campo Grande, Rio de Janeiro.....	135
Figura 42 – Marcus Vinícius Pratini de Moraes, ministro da Indústria e Comércio, inaugura as obras da fábrica Ishibrás, em Campo Grande, RJ e propaganda da implantação da planta industrial no bairro.....	138
Figura 43 – A paisagem tipicamente rural do loteamento São Vítor, na Estrada da Posse nos limites dos bairros de Santíssimo e Campo Grande, e seus moradores nos anos 1960.....	142
Figura 44 – Representação artística da foto do batizado de Luiz por volta de 1912 no bairro de Campo Grande, Rio de Janeiro. Obra de Herminio Luzes.....	150
Figura 45 – Inauguração da passagem subterrânea no bairro de Campo Grande, Rio de Janeiro, sem data definida	158
Figura 46 – Mercado São Braz entre a Rua Augusto de Vasconcelos e Rua Coronel Agostinho em Campo Grande, Rio de Janeiro.....	160
Figura 47 – Presidente Juscelino Kubitschek na antiga Praça 3 de maio, atual Praça Raul Boaventura no dia 1 de setembro de 1956 em Campo Grande, Rio de Janeiro. A referida praça nos dias atuais na mesma posição da imagem de 1958.....	162

Figura 48 – A estação ferroviária de Campo Grande, Rio de Janeiro, no passado, em 1933 e 1958, e o seu entorno atualmente, com imagens da rua Campo Grande e da Praça Raul Boaventura.....	163
Figura 49 – Agência do banco Itaú na Rua Viúva Dantas, Campo Grande, Rio de Janeiro.....	164
Figura 50 – Relógio na rua Coronel Agostinho com o logo do Lions Clube. Marco do Rotary Clube na Estrada Ria do “A” subida do viaduto Prefeito Alim Pedro, ambos em Campo Grande, Rio de Janeiro.....	169
Figura 51 – Praça Três de Maio, atual Praça Raul Boaventura, Campo Grande, Rio de Janeiro acerca dos anos 1960-1970.....	170
Figura 52 – Reportagem do jornal O Globo de 12/08/1976 sobre a produção de um centro de serviços em Campo Grande, Rio de Janeiro.....	173
Figura 53 – Rodoviária Terminal Sul em Campo Grande, Rio de Janeiro e seus pontos comerciais nos dois pavimentos.....	181
Figura 54 – Reportagem sobre a mudança da política da Prefeitura da Cidade de Campo Grande de combate aos camelôs publicada no caderno Cidade do Jornal do Brasil no dia 07/04/1990.....	184
Figura 55 – Reportagem sobre o projeto da reforma do Projeto Rio Cidade no jornal O Globo, caderno Zona Oeste, no dia 11/04/1993.....	197
Figura 56 – Reportagem sobre a inauguração do Rio Cidade em Campo Grande, Rio de Janeiro no caderno Rio do jornal O Globo do dia 27/07/1996.....	200
Figura 57– Monumentos simbólicos do passado implantados pelo Projeto Rio Cidade nas ruas Coronel Agostinho, Olinda Ellis e Praça Raul Boaventura em Campo Grande, Rio de Janeiro.....	202
Figura 58 – Reportagem do Caderno Zona Oeste, Jornal O Globo publicada em 01/10/1995 sobre a construção do camelódromo em Campo Grande, Rio de Janeiro.....	203
Figura 59 – Shopping Popular de Campo Grande na Rua Iaçú, Campo Grande em 2019.....	205

Figura 60 – Quadro resumo do Projeto Rio Cidade I com os dados dos investimentos por bairros pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro.....	206
Figura 61 – Reportagem sobre o novo shopping “Passeio Shopping” no centro comercial de Campo Grande, Rio de Janeiro publicada em 9 de julho de 2000.....	210
Figura 62 - Reportagem sobre a nova legislação urbana, o Projeto de Estruturação Urbana – PEU, no caderno Zona Oeste do jornal O Globo publicado em 01/08/2004.....	212
Figura 63 - Opinião dos moradores de Campo Grande sobre o PEU no Caderno Zona Oeste, O Globo publicado em 8 de agosto de 2004.....	215
Figura 64 - Zoneamento de Campo Grande pelo Projeto de Estruturação Urbana.....	217
Figura 65 - Representação artística, publicada no O Globo em 17/06/2007, da reconfiguração e modernização da passagem subterrânea de Campo Grande, Rio de Janeiro pelo projeto Urb-Cidade, governo César Maia.....	218
Figura 66 - Visão do Calçadão de Campo Grande a partir da Avenida Cesário de Melo, Rio de Janeiro em 2019.....	221

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 –	Limitação da Zona de Comércio e Serviços 1.....	39
Quadro 2 –	Limitação da Zona de Comércio e Serviços 2	39
Quadro 3 –	Relação de antigas fazendas e as atuais estradas do bairro de Campo Grande	88
Quadro 4 –	Logradouro de Campo Grande, Rio de Janeiro, em 1922.....	90
Quadro 5 –	Lista parcial de lojas presentes na Rua Coronel Agostinho, bairro de Campo Grande, na década de 1940 a partir dos Classificados do Jornal do Brasil	153
Quadro 6 –	Linhas rodoviárias e itinerários do Terminal Rodoviário de Campo Grande, Rio de Janeiro, 2019.....	239
Quadro 7 –	Linhas rodoviárias e itinerários das linhas rodoviárias na Rua Campo Grande, Campo Grande, Rio de Janeiro, 2019.....	240
Quadro 8 –	Linhas rodoviárias e itinerários das linhas rodoviárias na Rua Aracaju, Campo Grande – Rio de Janeiro, 2019.....	241
Quadro 9 –	Linhas rodoviárias e itinerários das linhas rodoviárias na Rua Gianerini, Campo Grande, Rio de Janeiro, 2019.....	242
Quadro 10 –	Pontos finais de transporte alternativo em Campo Grande, Rio de Janeiro, 2019.....	242
Quadro 11 –	Lojas existentes na rua Coronel Agostinho, Campo Grande, Rio de Janeiro, 2019.....	243
Quadro 12 –	Quadro 12: Lojas existentes na Rua Aurélio Figueiredo, Campo Grande, Rio de Janeiro, 2019.....	244
Quadro 13 –	Quadro 13: Estabelecimentos comerciais existentes na Rua Doutor Caetano de Faria e Castro, Campo Grande, Rio de Janeiro, 2019.....	246
Quadro 14 –	Quadro 14: Lojas existentes na Rua Augusto de Vasconcelos, Campo Grande, Rio de Janeiro, 2019.....	247

Quadro 15 – Quadro 15: Lojas existentes na Rua Engenheiro Trindade, Campo Grande, Rio de Janeiro, 2019.....	249
Quadro 16 – Quadro 16: Lojas existentes na Rua Agostinho Coelho, Campo Grande, Rio de Janeiro, 2019.....	249
Quadro 17 – Quadro 17: Lojas existentes na Rua Major Almeida Costa, Campo Grande, Rio de Janeiro, 2019.....	250
Quadro 18 – Quadro 18: Lojas existentes na Praça Raul Boaventura, Campo Grande, Rio de Janeiro, 2019.....	251
Quadro 19 – Lojas existentes na Rua Viúva Dantas, Campo Grande, Rio de Janeiro, 2019.....	251

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	19
1	OBJETIVOS	32
1.1	Objetivo Geral	32
1.2	Objetivos Específicos	32
2	O RETRATO DO CENTRO COMERCIAL DE CAMPO GRANDE NO SÉCULO XXI	34
3	DO CAMPO A CIDADE: A PASSAGEM DO RURAL-URBANO AO LONGO DO SÉCULO XX NO BAIRRO DE CAMPO GRANDE, RIO DE JANEIRO	65
3.1	Longa jornada noite a dentro: o alvorecer da urbanização em Campo Grande, Rio de Janeiro	65
3.2	Os homens que queriam ser reis: os agentes da produção do espaço urbano de Campo Grande, Rio de Janeiro	107
4	ADMIRÁVEL MUNDO NOVO: OS DOIS MOMENTOS DA (RE) PRODUÇÃO DO ESPAÇO TERCIÁRIO DE CAMPO GRANDE, RIO DE JANEIRO	147
4.1	A gênese do espaço terciário - O “Calçadão” e a formação do espaço terciário	147
4.2	Os conflitos, a consolidação e a reforma urbana do Calçadão de Campo Grande	182
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	222
	REFERÊNCIAS	227
	APÊNDICE A –Anúncios sobre a rua Coronel Agostinho entre 1910-1919 no Jornal do Brasil.....	235
	APÊNDICE B – Linhas de transporte rodoviário no bairro de Campo Grande, Rio de Janeiro, 2019.....	239
	APÊNDICE C – Estabelecimentos Comerciais na Zona de Comércio e Serviços 1, Campo Grande – Rio de Janeiro, 2019.....	243
	ANEXO – Para quem gosta ou morou em Campo Grande.....	253



INTRODUÇÃO

A tese intitulada “O Sertão vira Calçadão: a transformação do rural em urbano em Campo Grande, Rio de Janeiro” é uma continuidade de pesquisas elaboradas dentro do Instituto de Geografia da Uerj. O seu ponto de partida foi a monografia elaborada para atender as exigências do curso de especialização em Políticas Territoriais no Estado do Rio de Janeiro da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. A monografia intitulada “A Expansão do Mercado Imobiliário na Cidade do Rio de Janeiro: A Dinâmica Socioespacial Campograndense” foi aprovada no primeiro semestre do ano de 2009. O desdobramento foi a pesquisa de mestrado “O Estado capitalista e a produção desigual do espaço no bairro de Campo Grande, Rio de Janeiro” aprovada no segundo semestre de 2012 realizada no PPGEU/Uerj. Ambas foram concretizadas sob a orientação da Professora Doutora Susana Mara Miranda Pacheco do Instituto de Geografia da mesma instituição de ensino superior. Ou seja, é um recorte espacial já conhecido pelo pesquisador e que ainda desperta o interesse em relação aos seus processos espaciais complexos e dinâmicos.

Partimos das bases possibilitadas pela conclusão de pesquisas anteriores para dar continuidade ao desvelamento de outros aspectos do bairro. Campo Grande, ao longo do tempo, veio a se tornar um importante subcentro de comércio e serviços no contexto da cidade do Rio de Janeiro. O Portal Georio disponibiliza dados sobre os estabelecimentos varejistas abertos por ano e os postos de trabalho no comércio. Sobre os dois indicadores econômicos, no biênio 2015-2016, Campo Grande registrou a abertura de 145 novos estabelecimentos de varejo e 23.658 postos de trabalho ativos no comércio, sendo o terceiro bairro da cidade com maior número de postos abertos ligados a atividade comercial, atrás apenas da Barra da Tijuca e Centro. Segundo informações de diversas fontes, Campo Grande vem sendo um dos maiores arrecadadores de ICMS para a cidade. Segundo a Nota Técnica número 3 – “Campo Grande: Onde o rural e o urbano convivem” – elaborada pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro à época do Plano Estratégico II – As cidades da cidade, na região de Campo Grande (que compreende outros bairros como Santíssimo, Paciência e Cosmos, por exemplo),

A atividade econômica local é composta por cerca de 3.700 estabelecimentos, 87,2% dos quais são do segmento de comércio e serviços, empregando aproximadamente 49 mil pessoas. O volume de negócios gera R\$ 256,8 milhões de ICMS, sexta arrecadação da Cidade. (RIOESTUDOS, 2003, p.15)

Dados mais atualizados, do ano de 2016, apontam para a continuidade desse papel de importante arrecadador de impostos. Informações da Associação Comercial e Industrial de Campo Grande (ACICG) estimam que o ICMS arrecadado no bairro de Campo Grande seja da ordem de um bilhão de reais anuais. O estado do Rio de Janeiro arrecadou 34 bilhões de reais em 2015. Na capital, o bairro perde para Centro, Botafogo, Zona Portuária, Barra da Tijuca e Santa Cruz. A ACICG quando aplica a lógica do ICMS ao conjunto das riquezas geradas, estima que o PIB do bairro atingiu algo em torno de 18 bilhões. Caso fosse uma cidade estaria na sexta colocação do estado, atrás de Rio de Janeiro, Campos, Duque de Caxias, Niterói e Macaé e à frente de São Gonçalo e Nova Iguaçu, cidades maiores que Campo Grande.

Visto como área de carências e ausências de políticas públicas voltadas especificamente para esse espaço, tendo sido construída a imagem de espaço periférico nos moldes tradicionais e concebidos historicamente na cidade do Rio de Janeiro, urge-se a questão da quebra dessa visão limitante e obsoleta sobre esse recorte espacial. Essa tese apresenta a intenção de realizarmos uma contribuição para a análise sobre a transformação do espaço rural em urbano e, por conseguinte, a formação do espaço comercial do recorte, que possa iluminar ações ainda pouco exploradas.

A tese “O Sertão virou Calçadão: as memórias da transformação do rural em urbano em Campo Grande, Rio de Janeiro” tem como ponto central a transformação do espaço rural em urbano, como já dito, é a formação terciário em Campo Grande, bairro periférico da cidade do Rio de Janeiro, no recorte que compreende os últimos anos do século XIX até a primeira década do século XXI. O extenso recorte temporal nos leva a considerar que há tempos diferentes na produção do espaço comercial do bairro. O primeiro ligado à produção agrícola, o espaço rural, o segundo que é a transição do espaço rural para o urbano e o terceiro é a consolidação do espaço urbano.

Os espaços não são predestinados à eterna imutabilidade. Como dito por Milton Santos o espaço geográfico é “um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações, sua definição varia com as épocas, isto é, com a natureza dos objetos e a natureza das ações presentes em cada momento histórico (SANTOS, 1996, p.332)”. Sendo mutável e recebendo e sendo moldado por forças provenientes do espectro de agentes modeladores, o espaço de qualquer recorte sofre alterações, recebe intervenções e sofre perdas de objetos e redirecionamento das ações. Essas mudanças causam transformações significativas em dado recorte ao longo do tempo, que suscita uma indagação: a partir da análise do processo de

transformação do espaço de rural em urbano, qual é a forma urbana resultante da produção do espaço terciário do bairro de Campo Grande, Rio de Janeiro?

O método científico escolhido para tornar a pesquisa possível é o método regressivo-progressivo de Henri Lefebvre para elucidar a forma espacial do presente a partir da compreensão dos processos pretéritos. Pois o recorte temporal compreende o período do século XX e o início do século XXI. Na obra "Do rural ao Urbano" Henri Lefebvre propõe o emprego do método regressivo-progressivo, que é dividido em três momentos: descritivo, analítico-regressivo e histórico-genético. Lefebvre explica o método e seus momentos da seguinte maneira:

- a) Descritivo. Observación, pero informada por la experiencia y una teoría geral. En primer plano: lá observación sobre el terreno. Utilización prudente de las técnicas de encuesta (entrevistas, cuestionários, estadísticas).
- b) Analítico-regressivo. Análisis de la realidad escrita. Intento de fecharla exactamente (para no contentarse con una relación de "arcaísmos" sin fecha, sin comparación uns con otros).
- c) História-genético. Estudio de las modificaciones aportadas a la estructura en cuestión, una vez fechada, por el desarrollo ulterior (interno o externo) y por subordinación a estructuras de conjunto. Intento, por tanto, de regresar a lo actual precedentemente descrito, para reecontrar lo presente, pero elucidado y comprendido: explicado (1979, p.71).

Cada capítulo corresponde a uma etapa do método lefebviano e, por isso, a objetivos específicos que, por estarem atrelados ao caminho metodológico estabelecido, correspondem a cada momento do método. Para atingir esse intento recorreremos a autores da História como Leonardo Soares dos Santos cuja obra "Um sertão entre muitas certezas: a luta pela terra na zona rural da cidade do Rio de Janeiro: 1945-1964" fornece a base de sustentação para a reconstrução do Sertão Carioca. Outra autora de História a qual recorreremos é Lilia Schwarcz em seu artigo "Da minha janela vejo o mundo passar: Lima Barreto, o centro e os subúrbios" publicado na revista Estudos Avançados que nos apresenta em conjunto com Nicolau Sevcenko, especialista na área de Literatura, outra abordagem sobre a formação dos subúrbios.

Na Geografia, os subsídios de análise do espaço através dos seus elementos nos é dado por Milton Santos nas suas obras "Espaço e Método" e "A Natureza do Espaço". Para a análise do contexto da escala global influenciando a escala local no bojo das reformas urbanas do final do século XX, nos baseamos na obra "A Produção Capitalista do Espaço" de David Harvey. Em outros campos de saber, nos atemos, por exemplo, às obras de Henri Lefebvre com suas reflexões sobre o processo de transformação do campo em cidade, mola mestra dessa pesquisa.

A compreensão da produção do espaço do atual bairro de Campo Grande necessariamente depende do estudo da transição do campo para a cidade, do rural para o urbano.

A análise dos eventos políticos, sociais e econômicos distribuídos na linha temporal, que cruzam o anoitecer do século XIX até o alvorecer do século XXI, é necessária para a compreensão do resultado da produção do espaço expresso no centro de Campo Grande atual.

As ações são somas de atos. Ações são parte de processos e esses ocorrem ao longo do tempo. Logo, a transformação do espaço decorre de um conjunto de processos, cujos fragmentos dá se o nome de ação, que (re) constroem esse espaço ao longo do tempo. Ao analisar um grande número de décadas em sequência, partindo do ponto temporal estabelecido no século XIX até o século XXI, precisamos recorrer ao método de análise temporal disponibilizado que melhor nos atenda nessa empreitada.

A História considera as dimensões social, política, econômica e cultural para analisar as formações sociais. José de Souza Martins assevera que a

história local não é necessariamente o espelho da História de um país e de uma sociedade. A história não é nem pode ser uma história-reflexo, porque se o fosse negaria a mediação em que se constitui a particularidade dos processos locais e imediatos e que são se repetem, nem podem se repetir, nos processos mais amplos, que com mais facilidade poderíamos definir como propriamente históricos (...) Na história local e cotidiana estão as circunstâncias da História. É nesse sentido que a história do subúrbio é uma história de circunstância. O que permite resgatá-la como História? A junção dos fragmentos da circunstância – quando a circunstância ganha sentido, o sentido que lhe dá a História. A história local não é uma história de protagonistas, mas de coadjuvantes. É nesse sentido, também, que a escala de tempo da história local não é a mesma escala dos grandes processos históricos. Por isso mesmo, os agentes e personagens da história local não podem captar imediatamente o significado histórico de suas ações, de seu trabalho e, até, de suas lutas (1992, p.13).

Parece desconsiderar que essas dimensões são expressas no espaço, e o espaço é em si uma dimensão a ser considerada por influenciar e ser influenciado pelas outras dimensões. O espaço “é produto das relações sociais”, segundo Castells (2009), mas também é “formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá (SANTOS, 2008, p.18).”

A produção do espaço é um processo que congrega múltiplos agentes, ações e objetos que se acumula como materialidade, formam, desfazem e formam novos fluxos e representam diferentes formações socioespaciais ao longo do tempo. O espaço atual é a soma de acúmulos de tempos (SANTOS, 2008). O processo, como categoria de análise espacial, está ligado ao tempo. Logo, a geografia, também, está estudando formas espaciais e seus processos de formação, seja diacronicamente ou sincronicamente. Se o espaço poderia ser uma das dimensões exploradas pela história, o tempo pode, e deve, estar incluso na pesquisa geográfica. O entrelaçamento dos conceitos e de categorias de análise espacial com o tempo – que carrega

todas as outras dimensões, nos permite interconectar essas diferentes disciplinas. A Geografia dispõe de uma base metodológica própria desenvolvida a partir da sua evolução como ciência. Da mesma maneira que uma área do conhecimento se vale de cabedal teórico-conceitual e metodológica de outras adaptando-as ou mesmo transformando no intuito de atender seus objetivos, na Geografia o mesmo ocorre entre as diversas disciplinas que compõe seu corpo disciplinar. Para entender os processos da transformação do espaço rural em urbano, e por conseguinte, a produção do espaço comercial no centro do bairro de Campo Grande, o recorte temporal da pesquisa é amplo, perpassando os limites do tempo presente.

Não há lei proibindo e nada impede que a Geografia estude o passado. Não há razão também para que ela se limite à recuperação das formas morfológicas que restaram. As análises complexas e abrangentes que a disciplina vem fazendo para compreender o momento atual da globalização podem também ser feitas sobre os tempos passados (...) (ABREU, 2001, p.35).

Partimos do princípio que podemos estudar os espaços pretéritos para que nos auxilie na produção de um entendimento dos processos espaciais ao longo do tempo (ALVES, 2010). Mesmo que a estrutura esteja materializada no tempo presente, na coexistência dos objetos que se acumularam e formaram o espaço ao longo do tempo, é forçoso que nos livremos das amarras da “ditadura do presente”, como dito por Maurício de Abreu, para estabelecermos as conexões temporais-espaciais e ampliar o entendimento do movimento único, contínuo e incessante engendrado pelas forças do capital na produção do espaço.

Os geógrafos estudam o passado não só como “chave do presente”, mas também em função do seu próprio conteúdo geográfico. Cada período passado possui uma geografia “presente”, e o estudo comparativo das diferentes geografias através de sucessivos períodos de tempo oferece um quadro da geografia em mudança de uma determinada área (HARTSHORNE, 1959, p.114-115, apud ALVES, 2009, p.632).

Santos (2009) ao construir sua metodologia para a análise do espaço considera o tempo como variável indispensável. Ao recorrer às elucubrações de outros teóricos, Santos define a palavra evento como portadora de significados que expressam a junção do tempo-espaço materializado em dado instante e lugar. Em outras palavras, os eventos seriam a matriz do tempo e do espaço. Cada evento seria singular, pois nunca as circunstâncias seriam as mesmas e, portanto, cada ato difere do precedente e do seguinte. Logo, todo evento carregaria um conteúdo de novidade, pois quando surgem propõem uma nova história, que alteraria os objetos e seus conteúdos, conferindo-os de novas características e significados.

Na atuação dos agentes produtores na produção do espaço, o significante ação - que contém um significado que nos interessa – surge de maneira espontânea e, na verdade, o seu não uso seria um erro grave, pois, a palavra “produção” expressa o trabalho, o ato de produzir.

Uma ação, enfim. A ação é própria do homem, porque há nela contida uma finalidade, um objetivo a ser atingido – como as dos agentes produtores que a racionalizam almejando objetivos comuns. Os eventos seriam atrelados à existência de agentes, pois os eventos supõem a ação humana. Evento e ação são sinônimos. Por isso, eventos não são apenas fatos, mas a realização de ideias e sua materialização no espaço. A inovação, por exemplo, seria “um caso especial de evento, caracterizada pelo aporte a um dado ponto, no tempo e no espaço, de um dado que nele renova um modo de fazer, de organizar ou de entender a realidade” (SANTOS, 2009, p.146). Esse exemplo é mostra inequívoca da intencionalidade das ações, de um evento planejado por agentes para a transformação de dado contexto socioespacial, que pode ter curta ou longa duração. Santos (2009) continua a reflexão asseverando que apesar de o evento ser sempre presente, o presente não é o instantâneo, não se resumiria a duração imediatista, e sim corresponde a um lapso do tempo que esse evento conservaria suas características constitucionais e mantendo a eficácia da sua ação. O evento pode ter sua existência reduzida ou amplificada pelo ordenamento no qual foi criado e se insere. Os seus impactos seriam direcionados ao sabor da ordem estabelecida, a partir dos anseios de determinado sistema que o programa e o controla.

Os eventos não se dão isoladamente, mas em conjuntos sistêmicos – verdadeiras “situações” – que são cada vez mais o objeto de organização: na sua instalação, no seu funcionamento e no respectivo controle e regulação. Dessa organização vão depender, ao mesmo tempo, a duração e a amplitude do evento (SANTOS, 2009, p.149). Retomando a ideia de Santos (2009) que evento e ação são sinônimos podemos afirmar que a ação “é um deslocamento visível do ser no espaço, criando uma alteração, uma modificação do meio. Um dos resultados da ação é, pois, alterar, modificar a situação em que se insere” (SANTOS, 2009, p.78). As ações são intervenções reais, planejadas, que se inserem num processo contínuo de acontecimentos. Estão intimamente ligadas as necessidades (naturais ou criadas) que conduzem a humanidade a agir em busca de sua autorrealização. As ações não são descoordenadas, não se localizam aleatoriamente porque a humanidade não as coordena desprovidas de intencionalidade.

Sendo os eventos (e as ações) matrizes da produção do espaço-tempo, reunindo as categorias de processo e estrutura, como analisá-los para obtermos a leitura correta sobre a produção dos espaços? Nas palavras de Santos (2009, p.159) “o entendimento dos lugares, em sua situação atual e em sua evolução, depende da consideração do eixo das sucessões e do eixo das coexistências”. Ainda de acordo com Santos (2009), o eixo das sucessões é definido por

sistemas sucessivos do acontecer social que distinguem períodos diferentes, permitindo falar de ontem e de hoje. O eixo das coexistências é formado por eventos que não são sucessivos, mas concomitantes, pois o tempo das diversões ações e dos diversos atores e a maneira como utilizam o tempo não são os mesmos. Esses eixos temporais de Milton Santos são baseados nos momentos do tempo histórico conhecidos como diacronia e sincronia, respectivamente.

A Geografia, segundo Estaville Jr. (1991), desenvolveu um arcabouço de estratégias de organização espaço-temporais para investigar padrões e processos espaciais do passado. Das estratégias disponibilizadas, focaremos na análise do tempo pela diacronia. Na diacronia o recorte temporal transversal é cortado no sentido longitudinal seguindo o eixo do tempo dando ênfase ao processo, pois isola as relações espaciais construídas por dado evento através do continuum temporal e pode ser organizado progressiva ou retroprogressivamente.

As subseções diacrônicas (...) são isoladas relações espaciais de fenômenos particulares, analisando o fluxo contínuo de um evento através de um tempo relativamente longo de tempo até outro momento distinto. Podem ser organizados progressivamente ou regressivamente. Apresenta a vantagem de proporcionar excelente análise do processo e das interações, como se a realidade fosse mostrada como em um filme, com um aparente continuum de movimento (ESTAVILLE JR., 1991, p. 312).

Capel (2002) nos embasa ao indicar que estudar a história do crescimento das cidades é um meio para reconstruir os processos que orientaram a sua expansão urbana. Não perde-se a ideia que a análise busca satisfazer o desvelamento do espaço no tempo presente tornando

a análise histórica o indispensável suporte à compreensão de sua produção. Nesse caso, é importante levar em conta que não se trata de efetuar uma prospecção arqueológica que seja, em si mesma, uma finalidade. Trata-se de um meio. Isso não nos desobriga de buscar uma compreensão global e em profundidade, mas o tema de referência não é uma volta ao passado como dado autônomo na pesquisa, como maneira de entender e definir o presente em vias de se fazer o presente já completado pertence ao domínio do passado (SANTOS, 2008, p.32).

A tese é estruturada em três capítulos e, como dito anteriormente, cada um cumpre um objetivo ligado a metodologia de Henri Lefebvre. O primeiro capítulo corresponde a primeira etapa do método lefebviano ligado a descrição atual do centro comercial de Campo Grande, e seu entorno próximo, pela observação baseada tanto na experiência ancorada a uma teoria geral associadas a entrevistas, questionários e estatísticas. Apesar das diferenças teóricas, entrelaçamos as similitudes metodológicas entre o proposto por Lefebvre e o elaborado por Kevin Lynch, para a aquisição da imagem da cidade – que torna-se importante ferramenta para a compreensão das ações e objetos implantados pelas reformas urbanas no bairro, como será visto mais adiante. A descrição permite a transmissão da informação sobre a organização do

espaço ressaltando os elementos, as categorias de análise pelos atributos da imagem e estrutural mental. A reunião desses três pontos resulta a imagem do ambiente construído e, assim entendido, pelos sentidos e experiências dos indivíduos, mas, também, por outro lado ressalta a organização intrínseca e única desse espaço.

O segundo e o terceiro capítulo são apoiados no resgate da memória da cidade para a produção do conhecimento acerca do bairro. Há uma tendência no mundo em valorizar o passado ou através da paisagem ou pelas instituições de memória. Revela um novo identitarismo emergindo nas sociedades relacionado com os espaços que as ligam e trazem pertencimento na macroestrutura socioespacial (ABREU, 2011). São os processos únicos de cada lugar que os tornam singulares, e os diferenciam de outros propiciando a sobrevivência da individualidade de cada lugar.

O passado é uma das dimensões mais importantes da singularidade. Materializado na paisagem, preservado em “instituições de memória”, ou ainda vivo na cultura e no cotidiano dos lugares, não é de estranhar então que seja ele que vem dando o suporte mais sólido a essa procura de diferença. A busca da identidade dos lugares, tão alardeada nos dias de hoje, tem sido fundamentalmente uma busca de raízes, uma busca de passado (ABREU, 2011, p.21).

Moraes afirma que a memória tornou-se central no mundo, pois conservam

discursos ou narrativas segmentadas e próprias aos membros de um coletivo que administra, organiza e atribui sentido às expressões, relações e tensões que mobilizam indivíduos e grupos sociais. Memória é necessariamente seletiva, circunscrita a um conjunto que mantém relações sociais sistemáticas, própria aos pares que pretendem que ela produza uma inscrição no social e domine um conteúdo simbólico e linguístico específico. A complexidade da memória reside na certeza memória reside na certeza de que no conteúdo discursivo diversos contraditórios objetivos e linguagens estarão presentes mediados pela complexidade sugerida socialmente (...) A memória deve ser pensada em seu contexto e produção sócio-históricos, portanto, em termos plurais, incluindo suas redes relacionais. A memória, considerada como sentido plural, é a expressão partilhada de um sentimento e modo de compreender e se relacionar no mundo. Trata-se de um campo de lutas simbólicas e relacionais. As memórias coexistem de fato em nossa cultura, às vezes de maneira conflituosa, às vezes de maneira pacífica e mais ou menos integrada, mas frequentemente como fusão de discursos, como sinalização ou explicitação de expectativas tanto em termos relacionais e conceituais quanto em termos empíricos, isto é, justapondo, integrando ou lutando, numa "rede de mosaico" conceitual, aspectos de distintas e contraditórias expressões, na prática e nas representações dos indivíduos e grupos (2001, p.92-94).

Não há memória que não apresente certas limitações devido as próprias limitações dos indivíduos e dos grupos acerca da capacidade de armazenagem e conservação de informações. Há dois tipos de memória: a individual e a coletiva. A primeira contribui com a recuperação da memória das cidades, ou seja, de um lugar específico.

A partir dela, ou de seus registros, pode-se enveredar pelas lembranças das pessoas e atingir momentos urbanos que já passaram e formas espaciais que já desapareceram. A importância desse resgate para a identidade de um lugar é inquestionável (...) Há

que se ter cuidado, entretanto, com a memória individual. Ela é, por definição, subjetiva (...) O importante é que, quando as utilizarmos, saibamos evitar as suas armadilhas (ABREU, 2011, p.25).

Todo indivíduo é limitado pelo seu aparelho sensorial e por sua posição na sociedade. Não é possível para o indivíduo ter memórias neutras e isentas do contexto no qual está inserido. A memória dos indivíduos é moldada pelo grupo do qual esses fizeram parte em dado espaço, “um espaço em que se habitou, um espaço em que se trabalhou, um espaço em que se viveu. Um espaço, enfim, que foi compartilhado por uma coletividade por um certo tempo, seja ele a residência familiar, a vizinhança, o bairro, o local de trabalho (ABREU, 2011)”. A memória coletiva é relacionada ao caráter familiar, de grupo e social. A memória coletiva em Abreu (2011) é subsidiado pelas definições de Halbwachs (1990). A existência, a sobrevivência e o tipo de memória coletiva é explicado a partir, também,

do pensamento contínuo, que retém do passado somente aquilo que ainda está vivo ou é capaz de viver na consciência de um grupo. Assim, o presente não se opõe ao passado, o que não quer dizer que tudo o que ocorreu no passado seja preservado. A memória compartilhada, por definição, ultrapassa sempre os limites do presente, mas não consegue mergulhar infinitamente no passado. Ela estende-se até onde pode. Outra característica da memória coletiva é que ela está sempre se redefinindo (...) não é por má vontade, antipatia, repulsa ou indiferença que ela [a memória coletiva] esquece uma quantidade tão grande de acontecimentos e de antigas figuras. É porque os grupos que dela grupos que dela guardavam lembrança desapareceram (ABREU, 2001, p.26).

O uso de fontes bibliográficas, a pesquisa em arquivos, e fontes jornalísticas, apesar das suas evidentes limitações a serem discutidas posteriormente, são registros nos quais as memórias coletivas se eternizam mais do que nas formas materiais inscritas na paisagem. “São esses documentos que, ao transformar a memória coletiva em memória histórica, preservam a memória das cidades. São eles também que nos permitem contextualizar os testemunhos do passado que restaram na paisagem (ABREU, 2001, p.26)”. Por isso, o resgate das memórias deve agir tanto sobre a recuperação da paisagem, como formas materiais herdadas de outros tempos, quanto levar em consideração as marcas invisíveis, ou seja, as ações a partir de grupos ideologicamente organizados que são conservadas nos mais diversos centros de memória.

A cidade é uma das aderências que ligam indivíduos, famílias e grupos sociais entre si, uma dessas resistências que não permitem que suas memórias fiquem perdidas no tempo, que lhes dão ancoragem no espaço. Mas a cidade não é um coletivo de vivências homogêneas e devemos considerar os diferentes grupos e o mosaico de memórias coletivas advindas desses, que tem na mesma cidade um ponto comum. A coexistência de inúmeras memórias coletivas sobre a cidade não é garantia da preservação de todas as coletividades que existiram ao longo do tempo. “Nem todas as memórias coletivas urbanas conseguiram ser registradas. Muitas perderam-se no tempo, o que faz com que os vestígios do passado que subsistiram na paisagem ou nas instituições de memória sejam apenas fragmentos das memórias coletivas que a cidade

produziu. E fragmentos muitos especiais, pois estão geralmente ligados a estrutura de poder (ABREU, 2001, p.28).

Na sociedade de classes o domínio das instituições, inclusive as de memórias, podem e, quase certamente, estarão atreladas as classes mais poderosas. São as controladoras e criadores dos centros de memória, e muitas das vezes, fundaram tais instituições no intuito da preservação do seu próprio grupo, como veremos com a abertura do Instituto Cultural Campograndense. Portanto, as memórias escritas por veículos e indivíduos alinhados ao poder reproduzirão e preservarão determinada memória que seja interessante a manutenção e difusão da ideologia e ações daquele grupo.

A subjetividade torna a memória seletiva, pois quem controla a história seleciona aquilo que devemos lembrar. A memória perde para a História por essa buscar a objetividade, a busca da verdade por um método científico estabelecido que pode ser continuamente refinado. A História tem o papel de buscar o esquecido pelas memórias para identificar, corrigir e preencher lacunas. As suas fragilidades residem em pontos de impossível solução. A produção do material histórico não é neutra. A análise da História igualmente não é neutra, pois é influenciada pelo posicionamento do pesquisador que a realiza. Além disso, não recupera fielmente o passado, pois se tratar de uma construção falha, problemática e incompleta do que já não existe.

A História pode ser manipulada, e o foi várias vezes no passado. Apesar desses problemas, é incontestável que a História detém inúmeras vantagens sobre a memória, e que deve ser a partir dela, História, que devemos penetrar no difícil campo da memória das cidades, da identidade de um lugar (ABREU, 2001, p.29).

O tempo é uma dimensão abstrata a ser analisada pela Geografia focando das marcas que a passagem do tempo grava na paisagem, que produzem e organizam o espaço em determinado momento pelo conjunto de forças que nele atuavam. Por isso,

o grande desafio que se antepõe à Geografia, quando estuda o passado, é como empiricizar o tempo. Isto porque, sem torná-lo material, não conseguimos geografizá-lo. As formas morfológicas são, sem dúvida, a expressão mais direta e concreta dessa empiricização e não é por outra razão que elas têm sido privilegiadas nas análises geográficas, mas não são as únicas formas de interesse da Geografia. As formas geográficas também se apresentam como relação a obedecer e se materializam mediante um conjunto de normas e/ou formas jurídicas e sociais. São essas formas não espaciais que dão conteúdo às formas morfológicas. Não podemos compreender uma sem entender a outra.

No mesmo passo, a reconstrução da memória pode reunir no mesmo folego a História Urbana e a História da Cidade, que não deve ser confundida, pois o referencial do urbano é o abstrato, o geral, o externo, e a cidade refere-se ao particular, ao concreto, ao interno.

A História do Urbano seria a história das atividades que se realizam na cidade, não numa determinada cidade, mas no ambiente urbano de modo geral. Seria, portanto, a

história do emprego não agrícola, das classes urbanas, da divisão do trabalho entre cidade e campo e dentro das próprias cidades, a história enfim, da socialização na(s) cidade(s) que nelas ocorre. A História da Cidade seria outra coisa. Seria a história dos processos sociais que se materializam de forma mais objetiva: a história dos transportes, a história da propriedade, da especulação, da habitação, do urbanismo, da centralidade (...) o conjunto dessas duas histórias nos daria “a teoria da urbanização, a teoria da cidade, a história das ideologias urbanas, a história das mentalidades urbanas, a história das teorias (ABREU, 2001, p.32)

O essencial para a memória é a análise da história de determinada cidade, que é a síntese da História Urbana e da Cidade e como “aquelas duas histórias se empiricizaram, como materialidade e como ação humana, não no espaço geográfico em geral, mas naquele lugar” (ABREU, 2001, p.32). É o resultado maior do que a soma das partes permitindo compreender os lugares como únicos ao concentrarem feixes do exterior e emitirem outros feixes do seu interior.

O segundo capítulo é um retorno na linha temporal para analisar o passado e, por conseguinte, os elementos, como categoria de análise espacial por Milton Santos. Esses elementos materializados em firmas rurais e urbanas, transportes, vias, por exemplo, foram a gênese e estruturaram a passagem do espaço rural em urbano através das ações de diferentes agentes produtores do espaço. A regressão temporal não fecha em si mesmo, pois é um recurso para compreender as bases estruturais sobre as quais a materialidade atual foi construída. Por isso, a análise da produção do espaço progride continuamente na barra temporal buscando a volta para o presente. O uso da bibliografia sobre a antiga Zona Rural do Distrito Federal, na qual Campo Grande era um dos principais bairros, especialmente a contribuição de Leonardo Soares dos Santos na obra “Um Sertão entre muitas certezas: a luta pela terra na zona rural da cidade do Rio de Janeiro: 1945-1964” é aliada a memória dos seus antigos moradores, por entrevistas e relatos obtidos de outras fontes, e ao resgate das notícias do bairro em veículos midiáticos, como jornais (O Globo, Correio da Manhã e Jornal do Brasil, por exemplo) e periódicos (Cruzeiro e Gazeta Suburbana).

O capítulo explica as bases políticas, especialmente, sobre as quais Campo Grande desenvolve-se na primeira metade do século XX devido a considerável influência de grupo político local conhecido como “Grupo Triângulo”. Os conflitos desse grupo com outros forâneos são analisados como um dos principais fatores para as intervenções que iniciaram o processo de transformação do bairro, antes dos anos 1950. Outros fatores estão relacionados a própria produção agrícola, que exigiu modernizações do espaço, e a marcha da urbanização e valorização da terra que ganham força durante o nacional-desenvolvimentismo dos anos 1950. Ainda, o capítulo 2, no período mais próximo ao final do século XX, mostrará um bairro

buscando novo papel na modernização brasileira, que escolhe o comércio como mola propulsora do seu crescimento e desenvolvimento.

O terceiro capítulo aborda a formação do calçadão explicando a sua transformação ao longo do tempo. A última etapa do método lefebvriano determina o estudo das modificações realizadas em dada estrutura devido as ações das ordens locais e distantes que estimularam o desenvolvimento e pela sua posição relativa a estrutura mais geral do conjunto socioespacial. Assim, esse retorno ao presente, que já está descrito, trás consigo a explicação dos processos que produziram o espaço atual. O capítulo é dividido em dois momentos: o primeiro busca identificar as estruturas pretéritas e atuais coadunada a modificação do conteúdo socio-espacial do centro comercial até a implantação da reforma urbana liderada pelo Estado nos anos 1970, alinhada com a elite urbana-comercial do momento. O segundo momento foca nos novos confrontos entre classes levando a busca de soluções concernentes ao ordenamento do espaço via intervenções do poder público. A partir de David Harvey, analisamos o múltiplo papel do ente estatal, apropriado pelo capital na sua fase neoliberal, como normalizador das intervenções e responsáveis pelas referidas para a (re) produção do espaço.

Trabalhos de campo fizeram parte de outra ação metodológica utilizada para levantamento de dados e entrevistas com moradores do bairro recorrendo às suas memórias sobre a produção do espaço. O levantamento fotográfico e a visita aos sítios nos quais a produção do espaço ocorre foram úteis para termos o registro dos momentos de construção e modificação dos espaços, para posteriores comparações, e no maior entendimento do uso e apropriação desses espaços e de suas posições relativas dentro do contexto maior, o contexto da totalidade na qual se inseriam e se inserem.

Em pesquisas anteriores, consultas à base das políticas públicas registradas nos sítios eletrônicos da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, como o Portal GeoRio e o Armazém de Dados, em busca de leis, decretos, programas da cidade - na forma de Planejamento Estratégico, Projetos de Estrutura Urbana e Planos Diretores e a legislação federal sobre a política urbana e se mostraram bastante valiosas.

Em pesquisas nas bases digitais dos acervos de mídia impressa, encontramos inúmeras reportagens relacionadas ao bairro e às relações político – empresariais. As notícias foram de grande valia para o entendimento das relações entre os agentes privados e o poder estatal para a produção dos espaços do local. As reportagens, especialmente aquelas veiculadas pelo Caderno Zona Oeste dos jornais O Globo e Extra, representaram uma fonte ágil de informação dos processos que transcorriam nesse recorte espacial. A pesquisa nas bases da Hemeroteca

Digital da Biblioteca Nacional buscou periódicos como “O Cruzeiro” e “Gazeta Suburbana”, por exemplo, além de jornais como “Jornal do Brasil” e “Correio da Manhã”. Entretanto, estamos conscientes das possíveis limitações concernentes ao uso de notícias como fonte de pesquisa, pois

Notícia é uma narrativa estetizada de um processo ou evento que elucida e explica os contornos humanos e sociais, na perspectiva da linha de cada veículo. A notícia é uma dimensão e possibilidade do real contar / interpretar / enunciar uma história. Portanto, a notícia é parte da constituição ou construção histórica, vive as armadilhas e limitações de seu tempo. A notícia é um discurso, uma narrativa de uma fato eleito ou atribuído como importante, uma construção e seleção de informações hierarquizadas por suposta importância atribuída aos fatos, uma cronologia que produz uma ordem que se pretende transformar em “fato ou informação verídica e relevante socialmente”. A notícia não é necessariamente uma reprodução ou uma veiculação compromissada com a verdade ou constitui uma falsificação da verdade. Ela é um produto, uma construção, uma intervenção sobre o cotidiano. Portanto, encontra-se sujeita a diferentes mediações e relações técnicas, profissionais e sociais. Trata-se de um campo de lutas. (MORAES, 2001, p.275 - 277)

Através da leitura de fontes heterogêneas, com intenções e posicionamentos políticos distintos, podemos realizar ao máximo uma análise abrangente dos processos referentes à produção e conflitos entre os agentes produtores desse espaço. Acreditamos que essas ações contribuíram para o entendimento do todo e das suas partes e como foram construídas ao longo do tempo.

1 OBJETIVOS

Há uma multiplicidade de tipos e formas comerciais, fruto da manutenção e refuncionalização de objetos produzidos no período rural do bairro, além da produção recente de objetos vendidos como produtos imobiliários, orientada para o atendimento do mercado, que conferem ao centro comercial de Campo Grande conteúdos e atividades comumente atípicas para uma formação periférica.

1.1 Objetivo geral

Objetiva-se entender a produção do espaço comercial campograndense através da análise da produção do espaço orientada a partir da compreensão das ações dos agentes, em diferentes tempos, que culminaram na materialização de diversas formas através da modificação da morfologia do rural para o urbano. Para atingir esse objetivo geral, que é a culminância da pesquisa, é necessário seguir objetivos a serem atingidos a cada capítulo.

1.2 Objetivos específicos

O primeiro capítulo objetiva descrever a atual organização do espaço campograndense como acúmulos de tempos resultando na paisagem e no espaço atual do bairro. Baseia-se na metodologia de Kevin Lynch atendendo a uma das etapas previstas pela metodologia de Henri Lefebvre para a descrição de dado recorte espacial.

A antiga denominação da atual Zona Oeste do Rio de Janeiro até a década de 1950 fazia alusão a sua função rural-agrícola no contexto da cidade. O "Sertão Carioca" era o cinturão verde da antiga capital federal. Comparado a bairros famosos da Zona Oeste, como Bangu e Realengo, o bairro de Campo Grande foi o que manteve por mais tempo, ao longo do século XX, a produção agrícola como mola econômica. A análise dos arranjos espaciais pretéritos e a organização espacial decorrente das atividades ligadas a economia rural tornam-se

fundamentais para a compreensão da formação do espaço rural, que subjugado a ações de forças locais e distantes será moldado a outra forma, mais moderna e urbana. Ainda, busca-se entender as repercussões espaciais da transformação do rural em urbano pela chegada de objetos ligados a modernidade expressa pela manifestação do urbano corporificado no transporte ferroviário (trem e bondes) e comércio no centro do bairro, com a gênese da formação do subcentro.

Na virada do século XIX para o século XX, bairros como Bangu e Realengo foram moldados pelo capital industrial privado e pela necessidade militar do Estado, respectivamente. Santa Cruz, de maneira semelhante a Realengo, torna-se reduto de instalações militares com a construção da Base Aérea de Santa Cruz e refuncionalização de objetos históricos para a função militar, além da posterior implantação de uma potente zona industrial. O nosso recorte espacial transforma-se em algo diferente dos bairros vizinhos.

No terceiro capítulo, intencionamos examinar a produção do espaço terciário e as forças que, em diferentes tempos e interesses, impuseram um conjunto de ações para a formação do novo sistema de objetos da área sob a nossa lupa de análise. No primeiro momento o foco é concentrado na formação do comércio de rua, que é a gênese do espaço terciário do bairro. Posteriormente, busca-se entender a criação e consolidação do “Calçadão de Campo Grande”, com a reorientação da função da Rua Coronel Agostinho para o comércio, como consequência do processo de terciarização do espaço.

2 O RETRATO DO CENTRO COMERCIAL DE CAMPO GRANDE NO SÉCULO XXI

“Isso aqui me sufoca, hoje em dia”.
(Depoimento de Maria Cristina Bastos Lima)

Campo Grande é um dos bairros da Zona Oeste do Rio de Janeiro, antiga Zona Rural ou Sertão Carioca como a região era conhecida. A imagem de Sertão continuou na memória tanto daqueles que habitavam o bairro quanto aqueles que acompanhavam sua história de longe. A sensação de sufocamento de Maria Cristina Bastos Lima é reflexo do testemunho da passagem da aparente calma e aspecto bucólico do passado rural para o adensamento de objetos, ações e fluxos que compõem o espaço urbano campograndense nos dias de hoje.

O centro comercial de Campo Grande é o coração de um bairro com 328.370 mil habitantes em 122.414 domicílios segundo o Censo IBGE 2010, o mais populoso da cidade do Rio de Janeiro, terceira maior extensão territorial com 119,13 km², atrás apenas dos bairros de Guaratiba e Santa Cruz, respectivamente e com Índice de Desenvolvimento Humano de 0,810, considerado alto pela classificação do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud). O bairro está localizado na Zona Oeste da cidade está a 53 quilômetros de distância do Centro do Rio de Janeiro, aproximadamente uma hora de viagem de carro pela BR-101, que no seu trecho na cidade do Rio de Janeiro é batizada de Avenida Brasil – referência para os suburbanos em geral no deslocamento pela cidade, entre os bairros de Augusto Vasconcelos, Santíssimo a leste, Inhoaíba a oeste e Guaratiba ao sul. Ao norte faz limite com a cidade de Nova Iguaçu, conectado a essa cidade pela antiga Estrada Rio-São Paulo A conjunção desses fatores o torna um bairro com indicadores populacionais e extensão territorial superiores a maioria das cidades do território nacional. São características amplas e superficiais meramente estatísticas e descritivas de um recorte complexo, mas que está além daquilo que propusemos para esse momento.

O foco concentra-se no centro comercial de Campo Grande, que corresponde a uma área material igualmente densa e complexa mas com outros dados quantitativos e, especialmente, qualitativos a serem obtidos para a sua descrição. Uma das possibilidades para descrever o espaço é através da percepção da imagem da cidade destacando seus elementos constituintes como vias, delimitação de terras, fronteiras, nódulos, freguesias pelo uso das categorias de análise pelos atributos da imagem e estrutural mental (LYNCH, 1999). Segundo Lynch, as

categorias de análise da imagem da cidade são a legibilidade, que é a facilidade com a qual partes da cidade podem ser reconhecidas e organizadas numa estrutura coerente. Uma cidade legível seria aquela cujas freguesias, sinais de delimitação ou vias são facilmente identificáveis e passíveis de agrupamento em estruturas globais. A identidade que reside na individualidade ou particularidade. A identificação de um objeto, o que implica a sua distinção de outras coisas, o seu reconhecimento como uma entidade separável. Finalmente, a estrutura é a relação do objeto com o observador e com os outros objetos.

Os atributos da identidade e estrutura da imagem mental são a imaginabilidade, que é a qualidade de um objeto físico que lhe dá uma grande probabilidade de evocar uma imagem forte num dado observador. Os objetos podem não apenas serem vistos, mas também são apresentados de uma forma definida e intensa aos nossos sentidos. O significado pelo uso prático que se faz do objeto ou a relação emocional estabelecida pelo observador com o mesmo.

As variáveis pertinentes a elaboração da imagem da cidade será mais bem sucedida quanto maior for o grupo da amostra de entrevistados, pois essa é construída a partir de entrevistas com pessoas de grupos diferentes, estabelecidos por idade, gênero, cultura, ocupação, temperamento e familiaridade, maior será a abrangência da descrição da imagem da cidade. A entrevista deve ser realizada residentes e/ou trabalhadores e/ou consumidores do recorte a ser analisado e deve ser, também, realizado um reconhecimento sistemático do terreno da área feito a pé por um observador experimentado, que anote num mapa a presença de variados elementos, a sua visibilidade, a sua força ou fraqueza como imagem, as suas relações incoerentes e outras interligações. Deve-se registrar os lados positivos e negativos na estrutura da imagem potencial, pois opiniões são subjetivas e baseiam-se na aparência imediata destes elementos no terreno (LYNCH, 1999).

Na construção da imagem de Campo Grande, usamos Lynch como inspiração mais do que seguimos rigorosamente sua metodologia. Não estão sendo utilizadas as 15 entrevistas realizadas por serem insuficientes para prover a abrangência necessária para a descrição. No entanto, não furtamos de realizá-la a partir do reconhecimento sistemático pautado por Lynch e da empiria devido aos anos de circulação e observação do pesquisador no recorte em questão. A ideia de retratar o centro comercial do bairro nos remete a ideia de Milton Santos sobre a relação espaço-paisagem. Na obra “A Natureza do Espaço” Santos dedica alguma atenção para definir e distinguir esses conceitos, que se entrelaçam e pelos quais é possível decodificar e compreender a produção humana em dado recorte. Segundo Santos

A paisagem é o conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza. O espaço são essas formas mais a vida que as anima (1996, p.66).

A partir dessa definição inicial, a análise da conjunção das formas-sociedade, ou seja, do binômio paisagem-espaço é aprofundada por Santos expondo as diferenças e complementaridades entre os dois conceitos, aproximando-os e distinguindo-os para que sejam instrumentalizados para a compreensão do espaço geográfico. Contudo, um retrato, como propomos realizar nesse capítulo, é uma descrição dos objetos concretos que compõem a paisagem, juntando formas produzidas por técnicas e objetivos específicos em tempos distintos que coexistem no presente. Pois, qual é o sistema material e a configuração territorial que forma e organiza o centro comercial do bairro, que transborda para as ruas das zonas residenciais no entorno imediato, nesse momento do século XXI?

Os habitantes do bairro de Campo Grande dividem o bairro em dois: “o lado de cá e o lado de lá”. Os lados “de lá e de cá” são relativizados pelo “lado” no qual interlocutor esteja localizado. Todas as vezes que a questão dos “lados” é mencionada, emerge uma briga silenciosa e ensurdecedora: qual é o “lado de cá” e qual é o “lado de lá”? E, por que e como o bairro é dividido em dois lados? O porquê da divisão do bairro é de fácil resposta: a Estrada de Ferro Central do Brasil – ramal Santa Cruz. A linha ferroviária que conecta ao bairro a outros bairros e, especialmente, ao Centro da cidade do Rio de Janeiro, é o objeto a traçar o mais marcante limite intrabairro. É a forma produzida pela ação humana que tornou-se um obstáculo obrigando a construção de dois viadutos, que substituíram as antigas passagens de nível, uma passagem subterrânea e algumas passarelas de pedestres para conectar os “dois lados” do bairro.

As peculiaridades da produção do espaço do bairro Campo Grande, ao partir o bairro em duas porções, e o sistema de transporte interno baseado nas linhas rodoviárias obriga o morador de “um lado” a custear duas tarifas para chegar “do outro lado”. Poucas linhas de ônibus e de transporte alternativo, chamadas de vans, estabelecem essa ligação cuja capacidade de passageiros, veículos disponíveis, questões (i) legais e afins limitam a interconexão dos loteamentos de ambos os lados no bairro. O peso do sistema de transporte devido ao intenso fluxo pelas vias é um traço marcante na paisagem e na produção do espaço ao longo do tempo.

Os pontos de ônibus do lado norte do bairro, na Rua Campo Grande e redondezas, são mais numerosos do que no próprio Terminal Rodoviário de Campo Grande. Conectam-se obviamente há um maior número de bairros na cidade do Rio de Janeiro como Inhoaíba, Cosmos, Paciência e Santa Cruz e seus loteamentos. E bairros mais distantes da cidade como o

Centro e Ilha do Fundão, Marechal Hermes e Cascadura, na Zona Norte, utilizando a Avenida Brasil como principal via de conexão. Os serviços urbanos de ônibus intermunicipais têm seu ponto final concentrado na Rua Campo Grande e, na paralela, Rua Aracaju, conectando às cidades de Seropédica, Nilópolis - chegando ao centro de Nova Iguaçu via Avenida Abílio Augusto Távora, loteamentos de Nova Iguaçu - ao longo da antiga Estrada Rio-São Paulo, Paracambi, Itaguaí (municípios localizados na Região Metropolitana do Rio de Janeiro), Mangaratiba e diversas praias da cidade como Praia do Saco e Conceição de Jacareí.

A rodoviária de Campo Grande concentra os serviços rodoviários operando as linhas intermunicipais e interestaduais e linhas rodoviárias com conexão para bairros contíguos como Guaratiba (compreendendo Pedra, Ilha e Barra de Guaratiba) e aos loteamentos no lado sul do bairro pelas estradas do Monteiro, Cachamorra, Cambota, Rio da Prata, Cabuçu e outras estradas de bairros vizinhos como Estrada da Ilha e Magarça, no bairro de Guaratiba. Não por surpresa, essas estradas concentram considerável quantidade de lançamentos imobiliários residenciais e comerciais ao longo do tempo, com já notável avanço da especulação imobiliária no bairro de Guaratiba, possivelmente potencializada pela abertura do Túnel da Grota Funda provendo uma interligação mais rápida entre Guaratiba e Recreio - Barra.

A consolidação da Barra da Tijuca como centralidade causa repercussões nos bairros que devem estar sob a sua órbita de influência. A construção do corredor BRT Transoeste atende a uma parte desse fim, possibilitando a mobilidade necessária entre os bairros de Campo Grande e Santa Cruz, fornecendo parte da mão de obra necessária, além de ser uma peça fundamental para a continuidade da especulação do mercado imobiliário para além do Túnel, possibilitando a viabilidade da área de Guaratiba para uma futura expansão que permita o ajuste espacial do capital imobiliário-financeiro.

A implantação do BRT Transoeste modificou a conectividade de Campo Grande com bairros ao longo da Avenida Cesário de Melo, como Santa Cruz, Paciência, Cosmos, Inhoaíba e seus loteamentos. As linhas que faziam esses trajetos foram retiradas de circulação em favor do monopólio do BRT nesse eixo viário batizado como corredor Transoeste. A promessa de maior rapidez de conexão Campo Grande - Santa Cruz e, principalmente, a implantação de linhas diretas e paradoras entre Campo Grande - Barra da Tijuca, pela Estrada do Monteiro, que teria um dos seus terminais em frente ao Park Shopping Campo Grande, da empreendedora Multiplan, ou não existiu por completo por muito tempo ou nunca foi realizada.

A Transoeste foi construída ligando a Barra a Santa Cruz, seguindo as Avenidas das Américas e Dom João IV, como foi rebatizado o antigo trecho das Avenidas das Américas entre

o Túnel da Grota Funda e o bairro de Santa Cruz, e desse bairro para Campo Grande pela Avenida Cesário de Melo, especialmente. O trecho Barra-Santa Cruz continua plenamente operacional, entretanto o trecho Campo Grande - Santa Cruz está fora de serviço devido ao alto número de passageiros que deixavam de pagar pelo serviço. A linha foi substituída pelo ônibus da linha 17 (Campo Grande x Santa Cruz) que opera com uma capacidade de transporte de passageiros menor do que os veículos do BRT.

Contudo, o plano original previa uma outra ramificação ligando a Rodoviária de Campo Grande diretamente ao Terminal da Alvorada na Barra da Tijuca, via Estrada do Monteiro, que nunca foi completamente realizada. Na verdade, a única obra erguida, e já derrubada pela falta foi a estação Maria Tereza, no entrocamento da Avenida Cesário de Melo com o início da Estrada do Monteiro e término da Avenida Madre Teresa. Os empreendimentos ao longo da Estrada do Monteiro que foram comercializados com a promessa de "BRT na porta" cometeram propaganda enganosa involuntária.

Figura 1 - Estação Maria Tereza no cruzamento da Avenida Madre Teresa, Avenida Cesário de Melo e Estrada do Monteiro



Fonte: Guilherme Braga Alves (2012), O autor (2019).

A engenharia de trânsito, cujo Projeto Binário dentro do Programa Rio Cidade (Plano Estratégico I), concebeu a circulação de ônibus de maneira que dirimisse impacto nas artérias mais comercialmente adensadas do centro comercial, a Zona de Comércio e Serviços 1 - como estabelecido pelo Projeto de Estrutura Urbana de Campo Grande (PEU de Campo Grande). As

linhas circulam sempre pelo anel mais externo possível da ZCS1: as ruas limítrofes dessa zona com a Zona de Comércio e Serviços 2 (ZCS2).

Quadro 1 - Limitação da Zona de Comércio e Serviços 1

Vias limítrofes da ZCS1	Vias internas da ZCS1
Rua Manaí - Rua Cândido Magalhães - Avenida Cesário de Melo - Rua Aurélio de Figueiredo - Rua Xavier Marques - Rua Ferreira Borges - Praça Dr. Raul Boaventura - Rua Engenheiro Trindade - Avenida Cesário de Melo	Rua Agostinho Coelho - Rua Augusto de Vasconcelos - Rua Coronel Agostinho - Rua Major Almeida Costa - Rua Doutor Caetano de Faria Castro - Rua José Ferreira - Rua Viúva Dantas - Travessa Ferreira Borges

Fonte: Google Maps, adaptado pelo autor, 2019.

Quadro 2 - Limitação da Zona de Comércio e Serviços 2

Vias limítrofes da ZCS2	Vias internas da ZCS2
Avenida Cesário de Melo - Estrada da Caroba - Estrada das Capoeiras - Estrada Rio do A - Avenida Farroupilha	Rua Areinhas - Rodovia Luiz Henrique Rezende Novaes - Rua Jaboatão - Rua Jaguaruna - Rua Barcelos Domingos - Rua Santa Ermelinda - Rua Santo Eustáquio - Travessa Barcelos Domingos - Rua Butiá - Rua Campo Grande - Rua dos Franciscanos - Rua Lucília - Rua Padre Pauvels - Rua Calicut - Rua Manuel Ruivo - Rua Bertoldo Costa - Rua Alaide Fróes - Rua Demerval Medeiros - Rua Alain da Luz - Rua Vítor Alves - Rua Rosa de Carvalho - Rua Oraida Perrota - Rua Albertina - Rua Hildegarda Ribeiro - Rua Alfredo de Moraes - Rua Aracaju - Rua Gianerini - Rua Cabo Moisés de Oliveira - Travessa Soldado Elídio Martins - Rua Soldado Ari Azevedo - Rua Soldado Atualpa Leite Filho - Rua Sargento Luís Rodrigues Filho - Rua Domingos do Couto - Rua Ivo do Prado - Rua Amaral Costa - Rua Carlos da Silva Costa - Rua Milton Leão - Rua Cruz Alta - Rua Passo Fundo - Rua Saquarema - Rua Erechim - Rua Tiaraju - Rua João Telles - Rua Antero de Souza - Travessa Manuel dos Santos - Rua Projetada Um - Rua Professor José Oiticica - Rua Viúva Dantas - Rua Iaçú - Rua Itaobim - Rua Xavier Marques - Rua Dona Mafalda - Rua Gregório da Fonseca - Rua Tab. Pinho

Fonte: Google Maps, adaptado pelo autor, 2019.

Assim, as ruas Coronel Agostinho, Agostinho Coelho, a Rua Augusto de Vasconcelos - em parte, Rua Major do Almeida Costa, Rua Viúva Dantas e Rua Doutor Caetano de Faria e Castro (além das travessas) são livres da circulação de transporte de massa, mesmo ainda sendo povoadas pelo transporte individual, explicando a existência de diversos terrenos funcionando como estacionamentos tanto no centro quanto nas áreas circundantes ao centro comercial.

Figura 2 - Estacionamentos nas ruas Alfredo de Moraes e Amaral Costa, centro do bairro de Campo Grande, Rio de Janeiro



Fonte: O autor, 2019.

As linhas de transporte alternativo, formadas por veículos chamados de “vans”, ou tendem a replicar as linhas originais do transporte rodoviário ou estabelecem itinerários diretos para locais que apesar de estarem no itinerário dos ônibus, são localidades que não possuem transporte direto para o interior dos mesmos. Interessante notar que a localização da maior parte dos pontos finais das linhas de transporte alternativo são em estacionamentos ou galpões ou terrenos mal estruturados próximos aos pontos das mesmas linhas do transporte rodoviário, evidenciando a precarização dessa modalidade de transporte. É um sistema notoriamente controlado por poderes locais constituídos como milícias, formados por agentes do Estado em diversos níveis.

A localização do ponto final das linhas rodoviárias e do transporte alternativo apresenta uma tendência a concentração próxima a estação ferroviária de Campo Grande. A linha férrea Estrada de Ferro Central do Brasil foi e ainda é o meio mais rápido de conexão entre o bairro de Campo Grande e o Centro do Rio de Janeiro. Conecta o bairro a todos os bairros cortados pela EFCB e dos outros ramais da malha ferroviária controlada pela Supervia. Exceto pela distância entre a estação ferroviária e a rodoviária do bairro, podemos apontar uma iniciativa de integração intermodal pela proximidade entre os pontos finais do transporte rodoviário, aí incluso o transporte alternativo de vans e pontos de táxi, e estação ferroviária em uma área, a Rua Campo Grande (transversais e paralelas), com considerável densidade comercial. As calçadas da rua Campo Grande, especialmente as calçadas da estação, são “palcos de batalha” entre as filas dos usuários dos ônibus e as bancas do comércio de rua, que vendem de guloseimas a vestuário passando por gêneros alimentícios – como frutas e legumes.

É da escadaria da estação ferroviária de Campo Grande que conseguimos enxergar as torres da Igreja Matriz Nossa Senhora do Desterro. A Igreja Matriz foi construída em terreno elevado forçando os pedestres a elevarem seu olhar aos céus para que possam contemplar o objeto religioso. A data da fundação do bairro é a mesma data da celebração de aniversário do bairro, tornando óbvia a importância desse objeto no tecido socioespacial e político no processo histórico e espacial de formação do bairro.

Figura 3 - Igreja Matriz Nossa Senhora do Desterro na Rua Almeida Costa, Campo Grande, Rio de Janeiro



Fonte: Lames, 2019.

A área ocupada e o tamanho da construção são consideráveis, ainda mais quando comparada aos outros objetos nas suas cercanias. O resultado é a sua visibilidade de diversos pontos do centro do bairro, que, talvez, fosse ainda mais visível anteriormente a construção de edificações que bloqueiam a sua imagem. Qualquer indivíduo avista a Igreja do Desterro com facilidade ao subir a escadaria da estação ferroviária de Campo Grande ou, com alguma dificuldade, circulando pelas ruas circunvizinhas ao templo religioso, como a Avenida Cesário de Melo, no trecho da rua Olinda Elis em frente ao Campo Grande Shopping – no qual existe uma elevação natural que torna possível a visualização das torres da igreja – e por quase toda a extensão da rua Amaral Costa, que corta a testada do terreno do templo. Pela observação em campo, não há outro objeto com arquitetura tão marcante e com peso simbólico e cultural com a mesma visibilidade na paisagem do centro de Campo Grande.

Figura 4 - Espelhos da fachada do motel Agadir refletindo a imagem da Igreja Nossa Senhora do Desterro



Fonte: O autor, 2019.

A imagem da Igreja do Desterro refletida na fachada espelhada do motel Agadir, dois objetos simbolicamente antagônicos, mas que coexistem separados por alguns passos de distância, é refletir sobre os diferentes interesses e momentos que moldam a paisagem do bairro no século XXI. Descer a rua Augusto de Vasconcelos, e literalmente descer pois é uma pequena ladeira – no topo da qual a igreja e o motel foram construídos, é presenciar a perda da identidade contínua e acelerada do centro comercial a medida que os interesses imobiliários avançam sobre as ruas e modificam ou obliteram as antigas formas, e vislumbrar uma futura paisagem distante daquela vista atualmente.

Ao lado da igreja há um terreno vazio utilizado como estacionamento cuja a extensão permite o acesso pela já citada rua e por outras duas: Amaral Costa e Francisco de Almeida Costa. Um olhar mais atento identifica resquícios de uma antiga construção nos muros e paredes das edificações vizinhas. Esses resquícios são tudo que sobrou do Colégio Belisário dos Santos, de propriedade da família de Helton Veloso, que por 71 anos, de 6 de março de 1941 até o último dia letivo de 2012, refuncionalizou a antiga residência do Padre Belisário dos Santos, responsável pela reconstrução da igreja após o incêndio de 1882, que a consumiu quase que completamente.

Figura 5 - Prédio e terreno do antigo Colégio Belisário dos Santos em funcionamento, posteriormente demolido e, finalmente, tornado estacionamento de carros na rua Amaral Costa, Campo Grande – Rio de Janeiro.



Fonte: Blog do Maninho Bonzão 2012¹, Ravagani (s/d)², Barata, 2019.

A derrubada do prédio facilita a visão dos prédios de arquitetura pós-moderna ao fundo. Esses novos prédios comerciais se erguem no horizonte como “monstros” que lentamente destroem e, ao mesmo tempo, reconstroem a paisagem conferindo novas feições a paisagem e usos do espaço ao custo da História e da antiga identidade do bairro.

O encontro da rua Augusto Vasconcelos com a Amaral Costa vem a seguir revelando outras formas que se não foram apagadas da paisagem, expõem a decadência da tradição

¹ Imagem disponível em: <http://joseluzmano.blogspot.com/2012/08/ano-de-1952.html>

² Imagem disponível em: <https://www.facebook.com/belisariocg/>

familiar do bairro. Ao virar a esquerda na esquina das ruas citadas, no sentido de quem se dirige a linha ferroviária, permanece de pé o prédio mais recente do campus do antigo Centro Universitário Moacyr Sreder Bastos, atual Centro Universitário do Rio de Janeiro – UNIRJ. O complexo educacional, que também contava com a escola de educação básica batizada como Colégio Afonso Celso, ocupa a maior parte do quarteirão delimitado pelas ruas Engenheiro Trindade, Augusto de Vasconcelos, Agostinho Coelho, Rua Manaí e a rua Amaral Costa. É um conjunto de 5 prédios destinados as salas de aulas e laboratórios, quadra poliesportiva, biblioteca e teatro. Quem passa em frente a entrada principal do complexo, na Rua Engenheiro Trindade, visualiza um muro construído no pátio. Há, literalmente, um muro construído no pátio principal dividindo o complexo em duas partes: aqueles que foram alugados pela UNIRJ e os outros que continuam sob a responsabilidade da família Bastos. Esses últimos, inclusive o teatro, estão em situação de visível abandono com pichações e jardinagem há muito não feita pela manutenção. A perda dos grandes objetos comerciais de serviços educacionais que ao longo das décadas tornaram-se referência é perder da memória e identidade do bairro.

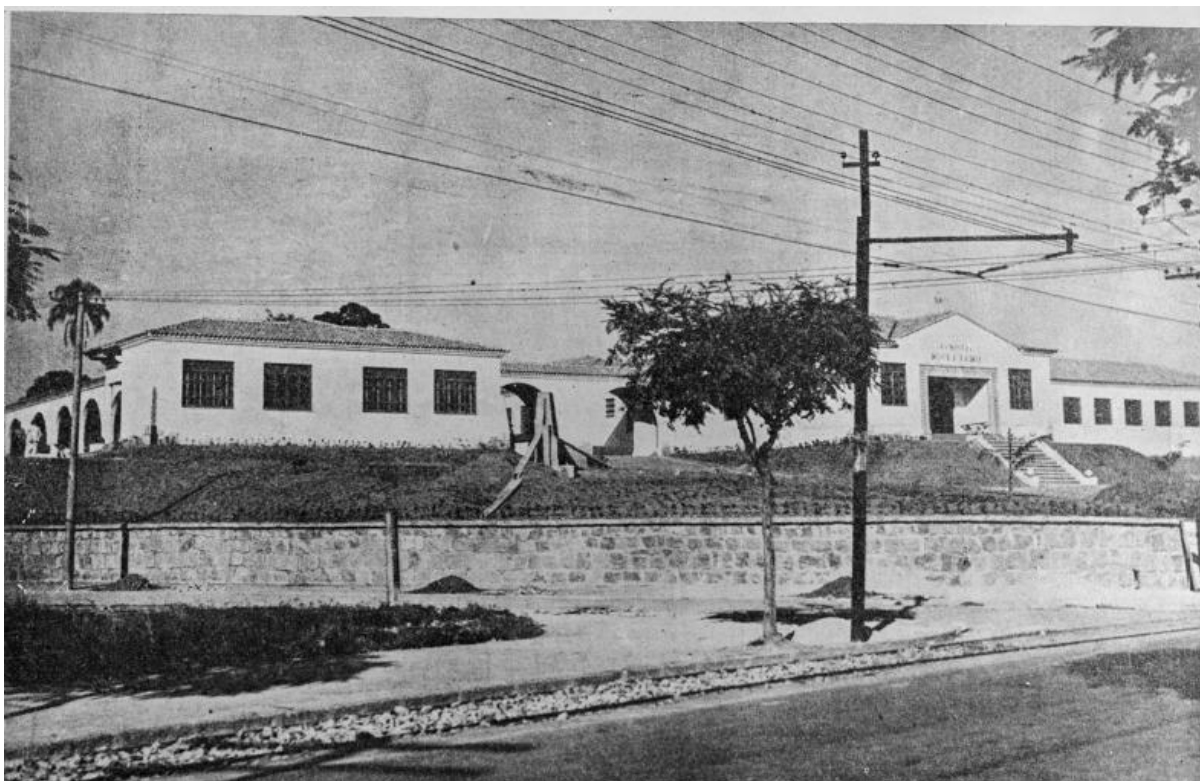
Figura 6 - Prédios abandonados do Colégio Afonso Celso, na rua Engenheiro Trindade, e Centro Universitário Moacyr Sreder Bastos, na rua Amaral Costa, Campo Grande – Rio de Janeiro



Fonte: O autor, 2019.

As ruas do entorno da Igreja Nossa Senhora do Desterro, nas Zonas Comerciais e Serviços 1 e 2 e na Zona Residencial 4, contém uma grande concentração de rugosidades na paisagem. Formas residenciais preservadas que ou mantêm sua função original de moradia, mesmo encravadas em área próxima ao centro comercial, ou foram refuncionalizadas, especialmente para serviços especializados (consultórios médicos-laboratoriais), função explicada pela proximidade com outra forma de função semelhante: o Hospital Rocha Faria. O hospital é um prédio baixo e, apesar de ter sido construído em terreno elevado, é pouco distinguível para os transeuntes mais desatentos da Avenida Cesário de Melo pela sua fachada estar coberta pela vegetação do seu jardim e sua entrada principal estar localizada na Rua Augusto de Vasconcelos, paralela a citada avenida. O muro feito com blocos de rocha é semelhante a outras construções comerciais e residenciais encontradas no bairro, um sinal, talvez, que seja característico e marque a data de sua construção por volta da década de 1930-1940.

Figura 7 - Hospital Rocha Faria, primeiro hospital de grande porte em Campo Grande, Rio de Janeiro na década de 1940



Fonte: Arquivo Nacional, 2019.

Na rua Olinda Ellis (antiga Estrada do Juary), o Hospital Joari foi praticamente reconstruído, contrapondo-se as formas mais antigas da paisagem que o rodeiam ao longo da via. Adquirido pela Rede D'or, foi renomeado como Oeste D'or tendo sua fachada radicalmente

transformada em linhas arquitetônicas pós-modernas, que contrasta com as edificações do entorno que conservaram as feições tradicionais daquela paisagem, mesmo tendo, em alguns casos, suas funções alteradas. Esse recorte que compreende as ruas Uruna, Guaraí, Augusto de Vasconcelos, Olinda Elis e Avenida Cesário de Melo guarda, possivelmente, as formas mais bem conservadas do passado do bairro. As ruas mais estreitas e muito sinuosas remetem ao padrão de produção português de arruamento. Percorrer esse traçado conscientemente buscando o passado é praticamente voltar a ele. Andar por essas vias, ignorando os carros modernos nas ruas e nas garagens e as placas de anúncio de serviços especializados, é possível para alguém sentir-se no Campo Grande da elite lusitana dos anos 1940 – 1950.

Figura 8 - Casas refuncionalizadas como consultórios médicos e laboratórios / serviços de imagem na rua Uruna, Campo Grande – Rio de Janeiro



Fonte: Barata, 2019.

No trecho da Cesário de Melo, que corta a ZCS1, as mesmas formas são encontradas, porém em menor número de edificações preservadas, que dividem a paisagem com objetos construídos em diferentes tempos, como agências bancárias e espaços educacionais (cursos de línguas, cursos preparatórios e campus de ensino superior, por exemplo).

A integração dos dois circuitos da economia urbana é notável nas ruas lindeiras ao trilho do trem no centro de Campo Grande. Todo e qualquer espaço com fluxo de pedestres é ocupado por bancas de camelô, o interior dos trens é apinhado por vendedores ambulantes e o único espaço que não foi retomado por esses, ainda, é o interior dos ônibus, que serviam como área de vendas antes do início de cada viagem. Os objetos construídos para a ligação entre os lados do bairro separados pela linha férrea servem como espaço comercial, também. A escadaria da estação ferroviária já abrigou lanchonetes e lojas de barbearia, ambulantes com venda de material de uso doméstico diverso e guloseimas. A passarela, que é conectada ao terminal rodoviário, é onde se vende os últimos lançamentos do cinema mundial e outros artigos proibidos como veneno de rato (popularmente conhecido como “chumbinho”), além de guloseimas em geral. O terminal rodoviário já foi tema de diversas reportagens sobre o seu estado de conservação, especialmente sobre a sua limpeza. Com muitos pontos comerciais de bares e restaurantes, além de stands de guloseimas, a manutenção nem sempre acompanhou a necessidade diária de limpeza. A calçada da linha ferroviária, na rua ao lado da rodoviária, é ponto de concentração de moradores de rua. Antes, o espaço abaixo da passarela era um espaço vazio conhecido pelos frequentadores do bairro como “mijodrómo” pelo característico cheiro de urina devido ao péssimo uso do espaço público como latrina.

O ponto comercial mais notável na ligação “lado de cá” com o “lado de lá” é a passagem subterrânea, que os campograndenses chamam de “túnel” ou “buraco”. Anteriormente, era ocupado por bancas comuns de madeira solta sobre uma base de ferro. O fluxo de pessoas parecia ser maior devido ao espaço exíguo que sobrava para a circulação. O mau cheiro fazia fétida a atmosfera. A ineficiência do sistema de drenagem, associada a má conservação do túnel devido ao lixo jogado e não recolhido, causava o transbordo dos bueiros fazendo do túnel um verdadeiro buraco mal cheiroso. Após a reforma que o expandiu e estabeleceu a ligação com a rua Barcelos Domingos, e instalou um sistema de escadas rolantes conectando a passagem tanto a já citada rua como renovou o acesso à Praça Dr. Raul Boaventura, houve uma reorganização da exploração comercial da passagem subterrânea. Foram construídos boxes comerciais com ventilação feita a partir de aparelhos de ventiladores para aplacar o calor escorchante em certas épocas do ano e até um sistema de anúncio de TVs foi implantado. Ali, no túnel de Campo

Grande, não se vende de tudo. Há dois tipos de produtos e serviço que domina a oferta e procura: acessórios femininos / infantis e telefonia celular. Pelo menos a metade dos boxes oferece acessórios para o aparelho de celular: carregadores, cabos usb, suporte para celulares, capas, películas de proteção e até serviços de reparos feitos na hora. Não por acaso na “boca do túnel” do lado do Calçadão o grito de venda mais comum é “Chip da Tim!” ou de qualquer outra operadora que esteja usando a mão de obra precária para vender seus planos e produtos naquele momento.

Figura 9 - Área interna da passagem subterrânea e entrada pela Rua Ferreira Borges, Campo Grande



Fonte: O autor, 2019.

A citada operadora italiana tem um ponto de vendas do outro lado da rua, na entrada do Calçadão, e está em frente ao Moda Shopping, outro ponto de venda de acessórios e reparos para a telefonia celular. E esses pontos de venda de itens ligados a comunicação móvel tendem

ao infinito. Difícil é não se deparar com anúncios de alguma operadora ou serviço disponível. Essa tão notável oferta de serviços ligados a comunicação celular no espaço comercial revela como um produto típico da revolução técnica-científica-informacional foi disseminado e popularizado. Compra-se o aparelho na loja, os acessórios no camelô, e, uma vez fora do prazo da garantia, faz-se o reparo na banca do técnico formado em eletrônica pela vida. É o acesso precarizado às novas tecnologias ofertadas pelo espaço ao cidadão comum.

Figura 10 - Forma arquitetônica original do prédio³ que abriga loja TIM na esquina da Rua Coronel Agostinho e Praça Raul Boaventura (antiga Praça 3 de maio)

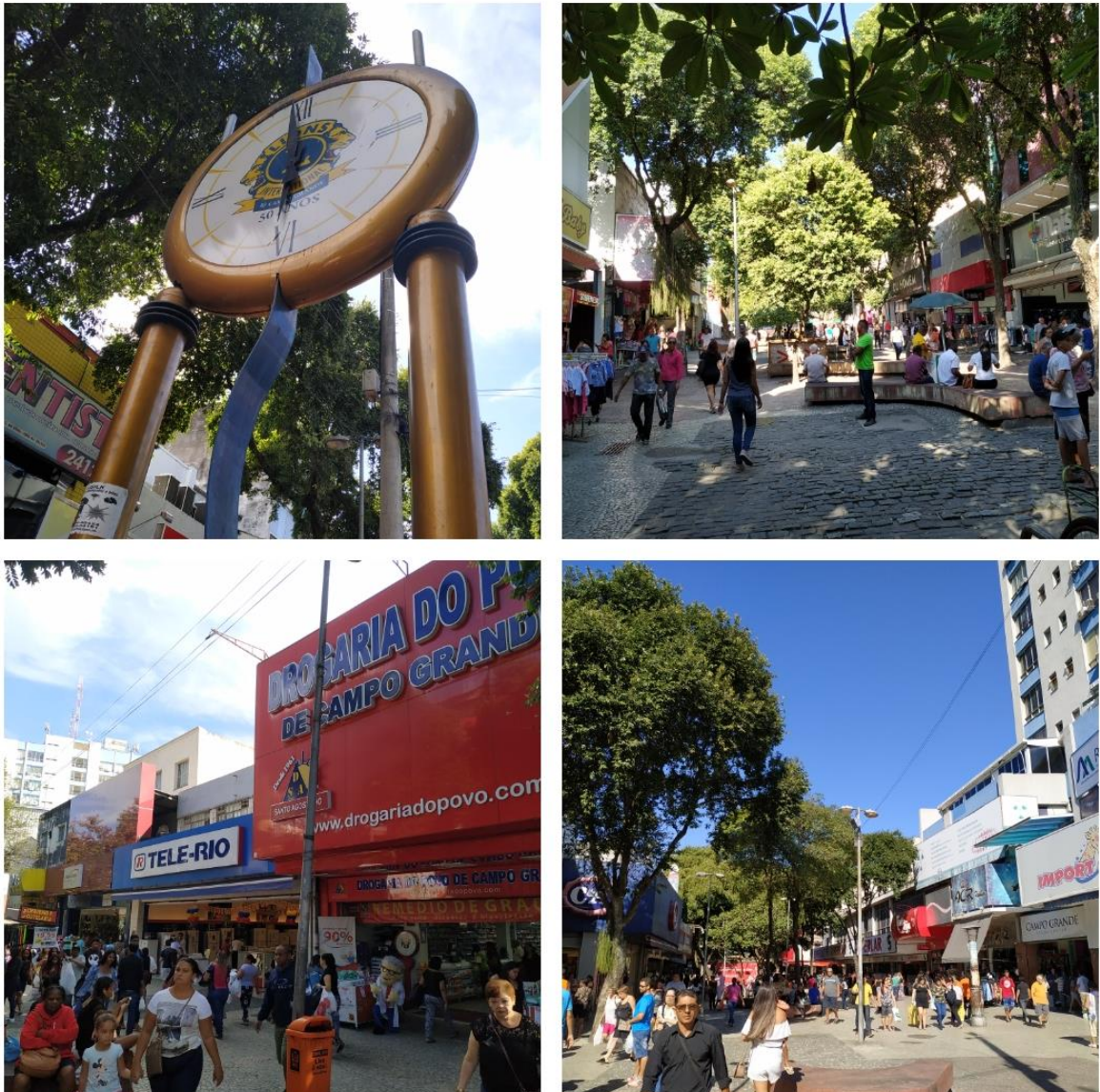


Fonte: O autor, 2019.

³ Infelizmente as construções antigas, belas, repletas de história, são modificadas com o tempo. Por vezes, são jogadas ao chão para uma arquitetura quadrada, sem curvas, muito parecida com uma caixa. O prédio da foto abaixo na existe mais. A reforma acabou com as linhas cuidadosas da construção, trazendo apenas uma armação sem graça com propaganda de um comércio ordinário (Depoimento Uilton Soares de Melo).

O caminhar pelo Calçadão é uma mistura de cheiros, visões e, portanto, experiências sensoriais particulares para o indivíduo. A rua é livre da circulação de automóveis, como parte do plano inicial e cumprido até o presente momento. Em compensação o fluxo de pessoas pode ser exagerado em certos momentos do ano. De qualquer um dos pontos da rua, a visão da massa humana faz valer a expressão popular “mar de gente”. O calçamento que mistura pedras portuguesas mal encaixadas e peças de concreto no piso desnivelado forma poças consideráveis em dias de chuva e um certo desconforto ao andar em dias de sol.

Figura 11 - Rua Coronel Agostinho, calçadão de Campo Grande, Rio de Janeiro por volta das 9h da manhã de segunda-feira



Fonte: O autor, 2019.

Durante muito tempo passar em frente ao Mercado São Braz era sentir o cheiro da peixaria e dos animais que eram vendidos. Apesar de a peixaria continuar a existir, o cheiro de peixe e outros alimentos não é mais o predominante. Entretanto, para alguns aquele cheiro característico permaneceu na memória olfativa. O letreiro atual é mais condizente com as lojas a sua volta, que sobrecarregam a visão com placas brilhosas das mais diversas cores, tamanhos e tipos de fontes. Algumas novas e muito bem cuidadas, outras bloqueiam a visão da fachada original e algumas outras formam um conjunto nada harmonioso com as antigas e mal cuidadas fachadas que não conseguem esconder.

Figura 12 - Antiga e atual fachada e ortografia Mercado São Braz no bairro de Campo Grande, Rio de Janeiro



Fonte: O autor, 2019

Em certo ponto da rua, em frente ao prédio Campo Grande Trade Center – o mais alto da rua e talvez o mais alto do bairro - há um ralo de esgoto que exala mau cheiro há anos. É algo tão característico daquele ponto que talvez os indivíduos já estejam habituados a não senti-

lo ou a tê-lo como parte do ambiente. A partir de relatos de antigos moradores, por ali passa o Rio Campinho, que sem o plano de saneamento básico adequado recebe os dejetos das residências e comércio por todo o seu trajeto. Herança maldita do rápido movimento de expansão do bairro sem a devida adequação da infraestrutura urbana. No final da rua, próximo a Avenida Cesário de Melo, há uma leve subida tão pouco pronunciada que não é percebida por quem nela passa andando. Nesse ponto da rua não é incomum encontrar consumidores saindo de uma das lojas das Casas Bahia com seu televisor de altíssima definição de 49 polegadas nas mãos rumo ao ponto de ônibus na rodoviária. Em outras ocasiões os encontramos já no ponto do ônibus pedindo para que o motorista abra a porta traseira do veículo para facilitar o embarque do aparelho eletrônico. Aparelho de TV sendo carregado pelos seus compradores, senhoras carregadas de bolsas de compras das Lojas Americanas, Superlar, material escolar ou produtos para casa da TIDs, alunos das escolas ou passeando ou rumando aos pontos de ônibus, pais com os filhos no seu caminho para os consultórios médicos, supostas agenciadoras de modelos infantis, panfletadores de cursos e serviços odontológicos e outros tipos são elementos essenciais e fazem parte da paisagem típica e memorável dessa rua comercial. O Calçadão continua sendo o Calçadão sem o fluxo de pedestres e consumidores? No caso do Calçadão, como negar que os fluxos são tão essenciais para a paisagem quanto os objetos que a compõem?

No Calçadão, há ruas e passagens menores, prováveis antigas vilas residenciais que ou servem como conexão entre as vias principais ou tornaram-se ruas sem saída, mas que foram ocupadas pelo uso comercial como a Travessa Dib, batizada com o nome da família que a ergueu como vila. Podemos estar influenciados pelo nome do logradouro, mas pode ser o mais próximo de uma rua comercial árabe na Zona Oeste do Rio de Janeiro. É uma rua estreita e sinuosa que liga a rua Coronel Agostinho a Rua Doutor Caetano Faria e Castro. Seu calçamento de paralelepípedos são encontrados somente em outra rua: a rua Viúva Dantas. A calçada estreita demais de um lado e ocupada pelas bancas e placas das lojas do outro força que caminhemos pela rua. Não há nenhum receio, pois lembramos que a circulação de veículos motorizados não é permitida.

Figura 13 - Vista da Travessa Dib a partir da Rua Coronel Agostinho em Campo Grande, Rio de Janeiro em 2019



Fonte: O autor, 2019

A rua torna-se estreita demais para que três pessoas contornem a curva que desemboca na rua José Ferreira, lateral ao Passeio Shopping, e Rua Doutor Caetano Faria e Castro. Enquanto a última é uma rua estritamente comercial com prédios comerciais, como o Edifício Estrela, a primeira apresenta uma ocupação residencial com os prédios do condomínio XXXX em pleno núcleo do Zona Comercial. Ao chegarmos na esquina da José Ferreira com a Viúva Dantas, a rua de paralelepípedos com calçadas de boa largura de ambos os lados nos faz esquecer que é uma área de passagem de veículos. A fachada de uma das entradas do Passeio Shopping, dando acesso a loja âncora C & A, mais a arborização da rua forma uma combinação singular no centro do bairro. O adensamento comercial é grande, o fluxo de pessoas é intenso, mas a combinação dos elementos é diferente do restante das ruas do núcleo comercial do bairro. Talvez o calçamento de paralelepípedos remeta a uma paisagem de cidade interiorana. E essa percepção pode não ser totalmente equivocada, pois o logradouro já foi residencial. Do antigo endereço do Clube dos Aliados, atualmente na Estrada do Mendanha, sobrou o prédio com o seu letreiro, que já fez algumas crianças questionarem suas mães sobre o porquê daquela

edificação ter o nome do referido clube na sua fachada. Próximo da esquina da Viúva Dantas com a Aurélio de Figueiredo localiza-se de um lado uma outra entrada do Passeio Shopping, pela loja Ricardo Eletro, e na outra calçada o Audi Shopping.

A rua Aurélio de Figueiredo ou rua da Rodoviária poderia ser chamada de rua do Guanabara, também. Antigo caminho do bonde, a rua é bem ampla nas proximidades com a Avenida Cesário de Melo devido à existência de uma faixa de rolamento a mais, que se estende até a rua Doutor Caetano Faria e Castro. O comércio é menos denso, com menor número de marcas famosas. É formada por bares, lanchonetes e terrenos ainda a serem explorados como o estacionamento construído no terreno antes parcialmente ocupado por uma residência de propriedade dos herdeiros de uma antiga família produtora de laranja e outro que serve como ponto final de vans do transporte alternativo. Por ser acesso à rodoviária de Campo Grande, a visão que se tem no cair da tarde é de lanternas vermelhas e laranjas dos veículos que tornam o trânsito quase que impossível de ser vencido. As vans fazem ponto na esquina da Renner, tornando a circulação ainda pior, uma vez que logo a frente o fluxo dessa rua encontra-se com o fluxo da rua Xavier Marques na rua Ferreira Borges fazendo o nó na circulação viária do centro de Campo Grande. Seguindo em diante, retornamos a entrada da passagem subterrânea em frente a Rua Coronel Agostinho e da Praça Dr. Raul Boaventura.

A reforma da passagem subterrânea melhorou a conexão dos pedestres entre os dois lados do bairro, transformando a própria passagem numa continuidade da rua comercial ao integrar o Calçadão diretamente a rua Barcelos Domingos, que foi fechada para o tráfego de carros, também. A Barcelos Domingos, a do “boca do túnel” do “lado de lá” é mais moderna com cobertura de metal e mais ampla permitindo a melhor circulação dos pedestres. Ao sair do “buraco” deparamo-nos com pontos comerciais de vestuário, utensílios domésticos, supermercados e as onipresentes agências bancárias, além de outros tipos comerciais. Há uma estátua em homenagem a um compositor do bairro, Adelino Moreira, evocando a construção e manutenção da memória do bairro pela implantação de símbolos que permitam ao morador a constante recordação da História. O cheiro de comida e gordura é facilmente sentido devido à quantidade de barracas voltadas para lanches: pizzas, cachorro quente, sanduíches, churrasco no espeto (o famoso “churrasquinho de gato”) disputam clientes com as lanchonetes, bares e restaurantes do tipo autosserviço presentes na rua. A visão de uma filial do Senac (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial) não nos permite esquecer do peso do comércio para o bairro e o peso do comércio do bairro para a arrecadação da cidade. Destaca-se a verticalização, ainda que deveras modesta, do espaço construído com a presença de prédios comerciais e

residenciais cercados por construções baixas de pavimento único. Novamente, as fachadas dessas construções e, por conseguinte, a história que contam são negadas pelo uso dos letreiros que o comércio utiliza atualmente. Era costume gravar a data da construção da edificação no topo da fachada. Assim, conseguimos identificar um sobrado datado de 1950 e uma construção de único pavimento de 1926, no qual funciona uma franquía das Lojas Americanas. Há outras edificações antigas cujo precário estado de conservação não nos permite identificar com precisão a data de inauguração.

Figura 14 - Casario refuncionalizado na Rua Barcelos Domingos, Campo Grande – Rio de Janeiro em 2019.



Fonte: O autor, 2019.

As ruas transversais a Barcelos Domingos, como a rua Aracaju e Alfredo de Morais, possuem casario antigo preservado e em parte refuncionalizado. Na Alfredo de Morais há uma residência que guarda a memória e é herança das vilas residenciais existentes: a Villa Santo

Antônio. Algumas casas parecem saídas do túnel do tempo tamanho o estado de conservação com a fachada coberta de azulejos da época da sua construção.

O mesmo ocorre na rua Jaguaruna, na qual o Hospital Nossa Senhora do Carmo promoveu uma quase área de coesão de serviços médicos-hospitalares ao utilizar as antigas casas como parte do complexo hospitalar por atraído outros serviços médicos no seu entorno imediato.

Figura 15 - Casario refuncionalizado para serviços médicos-hospitalares especializados na Rua Jaguaruna – Campo Grande, Rio de Janeiro



Fonte: O autor, 2019.

Nas ruas Gianerini, Albertina, Vitor Alves, Domingos do Couto, Ivo do Prado e Tenente Ronald Santoro, que se sucedem da mais próxima para a mais distante da rua Barcelos Domingos, a densidade comercial decai conforme a distância aumenta da última rua citada. Há inúmeras residências antigas e algumas remanescentes de antigas vilas residenciais extintas.

Figura 16 - Casa azul da Villa São José, datada de 1928, na Rua Vítor Alves e casa verde da Villa Aurora, datada de 1929, na Rua Barcelos Domingos, Campo Grande – Rio de Janeiro



Fonte: O autor, 2019.

Os terrenos são grandes quando comparados aos atuais ofertados pelo mercado. O padrão arquitetônico das residências foi nada ou pouco alterado. Até mesmo as janelas originais foram mantidas, com acréscimo de grades como artifício para aumentar a sensação de segurança. A grande incoerência é a manutenção de muros extremamente baixos, mas que conferem a essas ruas uma paisagem muito próxima ao que possivelmente eram à época da produção inicial desse espaço. É notável o menor refinamento das linhas arquitetônicas e imponência do casario quando comparados àquelas do entorno da Igreja Matriz do Desterro.

Figura 17 - Vila Dona Ruth e casas na Rua Domingos do Couto, Campo Grande – Rio de Janeiro



Fonte: O autor, 2019.

O transeunte andando por essa paisagem com tantos elementos de um passado cada vez mais conjugado no pretérito é rapidamente resgatado a 2019 pela visão do prédio de arquitetura pós-moderno batizado de “West Medical Center” que se impõe com 8 pavimentos na rua Ivo do Prado. Devido ao casario baixo, esse prédio comercial, voltado para os serviços médicos, pode vir a se tornar uma referência espacial do lado norte da ZCS2, um objeto de grande visibilidade na paisagem.

Figura 18 - Fachada do West Medical Center na rua Ivo do Prado e casas na testada da Rua Campo Grande com o prédio West Medical Center ao fundo



Fonte: O autor, 2019

Mais uma vez, tem-se a impressão, baseado no que já ocorreu em outro ponto do bairro, que o prédio comercial é um monstro pós-moderno prestes a solapar as casas de um tempo cada vez mais distante no espaço campograndense. Caminhando para o oeste, ao subir a passarela da linha ferroviária, o marco referencial para dividir o bairro em norte e sul, estamos quase no limite da ZCS2, próxima a rua Madre Teresa, com visão privilegiada da área com maior densidade de verticalização do bairro, que compreende porções da ZCS2 e ZR4 tanto com prédios comerciais quanto prédios residenciais. Caso o transeunte decida seguir o caminho de pedestres pelo Viaduto Alim Pedro a visão é ainda mais reveladora da concentração de prédios no recorte. Os principais prédios comerciais construídos no século XXI estão nesses pontos de

contato entre a ZCS1 e a ZCS2 estabelecidos em áreas próximas a Estrada do Monteiro, o caminho que leva para Guaratiba e Barra da Tijuca. Para o pesquisador que precise estabelecer marcos de referência espacial para a limitação das zonas comerciais, essas construções funcionam perfeitamente para esse propósito.

O acúmulo de tempos na paisagem e no espaço não pode ser ignorado. Os “monstros” pós-modernos materializados como prédios de fachadas espelhadas em conjunto com os novos prédios residenciais se impõem no horizonte. Mais do que um prelúdio do que esta por vir, são símbolos do que alguns podem classificar como a continuidade do desenvolvimento do bairro. “Desenvolvimentos e dos bons!”, como já foi definido por forças políticas locais em outro momento no passado. As suas fachadas servem não para refletir o passado materializado no casario que fez Campo Grande ser o que é, mas como faróis que refletem a luz do Sol, que iluminam possíveis novos caminhos abertos e liderados por novos (e velhos) agentes que produzem o (novo) espaço do bairro.

Edifícios com quatro ou mais pavimentos estão localizados nas ruas Viúva Dantas (indicar o nome dos objetos), Coronel Agostinho, Agostinho Coelho e Dr. Caetano Faria e Castro. Esse tipo de prédios comerciais são predominantemente ocupados por serviços especializados (médicos). Os objetos abaixo de dois ou menos pavimentos, que predominam na paisagem do centro do bairro, são geralmente utilizados pelo comércio, que utiliza o segundo andar como seu depósito de produtos. Percebemos que as ruas centrais da ZCS1 são aquelas com maior verticalização, adensamento terciário e presença de franquias. Conforme nos movemos para as ruas exteriores a essa zona, como as ruas Cândido Magalhães, Amaral Costa e Xavier Marques, o inverso é notado devido a uma menor verticalização dos objetos e a ausência de franquias.

O reconhecimento do centro a pé ao mesmo tempo que realizamos o levantamento fotográfico permitiu perceber algo relevante: que não importa o ponto que miramos para fotografar, sempre aparecerá uma agência bancária no plano. Os frequentadores do bairro costumam chamar as ruas não pelos seus nomes, mas pela referência da função exercida por determinado objeto localizada naquela rua ou pelo apelido popular. A rua Coronel Agostinho é o Calçadão, a Aurélio Figueiredo é a rua da rodoviária e a Augusto de Vasconcelos é a rua do Banerj (atual Itaú) – para os mais antigos, rua do Bradesco ou Unibanco (idem ao Banerj) (varia dependendo em qual instituição o indivíduo é correntista) ou rua dos bancos. No passado, a Augusto Vasconcelos concentrava essas três instituições bancárias distintas e, por consequência, a maioria das agências do bairro. As outras duas eram os bancos públicos: o

Banco do Brasil literalmente virando a esquina na rua Amaral Costa e a Caixa Econômica Federal na Avenida Cesário de Melo, próximo ao Hospital Rocha Faria. A multiplicação das agências extrapolou essa rua e até mesmo o centro do bairro.

Figura 19 - Agências dos bancos Bradesco e Itaú na rua Augusto de Vasconcelos, Campo Grande – Rio de Janeiro



Fonte: O autor, 2019.

A pequena rua Agostinho Coelho, que é esquina com a Augusto Vasconcelos, possui três outras agências, a rua Viúva Dantas, Aurélio de Figueiredo e Barcelos Domingos e a Avenida Cesário de Melo todas no centro do bairro são endereços de uma agência, pelo menos. E quase sempre endereço de duas ou mais de duas agências, pelo menos.

Figura 20 - Esquina das ruas Engenheiro Trindade e Agostinho Coelho e suas agências bancárias: Santander no primeiro plano, Bradesco à esquerda e Itaú coberto pelas palmeiras.



Fonte: O autor, 2019.

A expansão agressiva da oferta de bancos parece ter acompanhado a formação de um novo eixo comercial que compreenderia as vias que interligam o West ao centro de Campo Grande via Viaduto Alim Pedro. São nove agências nas vias e mais duas localizadas dentro do West Shopping. O grande número de residências a venda ou sendo alugadas e pontos comerciais fechados com placa de “aluga-se” parecem não afugentar o capital financeiro que continua a imprimir suas marcas na paisagem. Mais uma vez, os objetos materializados no espaço nos respondem sobre o momento da acumulação e produção capitalista do espaço.

Pela Estrada Rio do “A”, o intenso fluxo de automóveis impede a fluidez do movimento causando ansiedade naqueles que precisam chegar nos compromissos agendados. A visão da imensa fila de carros, ônibus e até caminhões que torna um trajeto de pouco menos de três minutos em uma jornada de até 40 minutos em nada lembra aquele antigo bairro rural. A urgência do tempo do espaço urbano ruge nos ouvidos daqueles presos no engarrafamento pelo constante som das buzinas apitando e pedindo que os veículos a frente se movimentem. Qualquer avanço de 20 metros é frustrado por mais algum tempo de total imobilização e a

frustração aumenta de intensidade quando percebemos a subida do viaduto Prefeito Alim Pedro tomada por automóveis e, por isso, completamente parada. A imobilidade do trânsito transmite a sensação de impotência frente a modernidade estampada na paisagem. Do ponto mais alto do viaduto podemos ver grande parte da recente produção comercial e residencial na forma de prédios.

Figura 21 - Viaduto Prefeito Pedro Alim engarrafado com os prédios comerciais Business Premium e Plaza Offices, e prédios residenciais, ao fundo



Fonte: O autor, 2019.

A fachada espelhada do prédio comercial Business Premium reflete o trânsito congestionado, enquanto os muitos prédios a frente revelam que a outrora paisagem rural está irremediavelmente transformada para feições tipicamente urbanas. Os fluxos e os objetos construídos confirmam: aquele bairro rural não existe mais.

3 DO CAMPO A CIDADE: A PASSAGEM DO RURAL AO URBANO NO BAIRRO DE CAMPO GRANDE, RIO DE JANEIRO.

O início do século XX marca os primeiros anos do Brasil como uma jovem república, recém-criada pelo golpe republicano de 1889. O país vivia o ciclo do café, que já estava longe das terras cariocas⁴, e ainda tinha na memória recente as aventuras das iniciativas privadas na indústria pelas mãos de industriais como Irineu Evangelista de Sousa, o Barão de Mauá. A atual cidade do Rio de Janeiro, ainda era o Distrito Federal, e passava por profundas transformações na sua área central. A modernização, que forçava a sua metamorfose de cidade colonial para moderna cidade com traços e modos de vida europeus, estava em pleno curso apoiada no binômio Rodrigues Alves / Pereira Passos, respectivamente Presidente da República e Prefeito do DF. A abertura da Avenida Central em 1904 é o símbolo de um novo país materializada na capital do Brasil. A avenida foi racionalizada, planejada, executada, seguindo o estado da arte dos padrões urbanísticos ocidentais. A urbanidade da Avenida Central, atual Avenida Rio Branco, no entanto, não representava a totalidade do Distrito Federal. A maior parte do seu território era uma outra zona, ocupada por atividades rurais, e que representava uma face mais condizente com o papel de país agroexportador: a Zona Rural.

O capítulo tem como objetivos analisar os arranjos espaciais pretéritos e a organização espacial decorrente das atividades ligadas a economia rural que tornaram-se fundamentais para a compreensão da formação do espaço rural, que subjugado a ações de forças locais e distantes será moldado a outra forma, mais moderna e urbana. Ainda, buscamos entender as repercussões espaciais da transformação do rural em urbano pela chegada de objetos ligados ao urbano corporificado no transporte ferroviário (trem e bondes) e comércio no centro do bairro, estabelecendo as condições para a gênese da formação do subcentro e sua posterior consolidação.

4 As primeiras mudas de café que deram origem ao ciclo do café no Brasil foram plantadas na Fazenda do Mendanha, Campo Grande (MANSUR, 2008; MARAFON et alli, 2005; MENEZES, 2000).

3.1 Longa jornada noite a dentro: o alvorecer da urbanização em Campo Grande, Rio de Janeiro

Estabelecida pelo Ato Adicional de 12 de agosto de 1834, a Zona Rural era composta pelas freguesias de Santa Cruz, Guaratiba, Jacarepaguá, Campo Grande entre outras. Essas eram as freguesias de “fora” por estaremos longe dos centros decisórios (SANTOS & RIBEIRO, 2007)

Após a decadência da grande lavoura, a cena seria ocupada pelos "chefes locais", de Cesário de Melo, Caldeira de Alvarenga, Edgar Romero e Ernani Cardoso, passando por Miécimo da Silva e chegando até Moacir Bastos, Romualdo Boaventura e que tais. Personagens estes tão importantes, que não seriam lembrados apenas nos relatos sobre a história local como também dariam seus nomes a algumas das principais ruas e avenidas da região, fazendo com o que o próprio espaço expressasse a memória do lugar, de modo a que - com o perdão do trocadilho - essa memória nunca seja esquecida. (SANTOS, 2018, p.26)

Na Zona Rural, do começo do século XX, as fazendas já tinham vivido seus tempos de glória. A decadência e o abandono já as tinha atingido. Decadentes, suas terras estavam desocupadas das antigas funções e os sítios com notável feição de abandonados (SANTOS, 2018)⁵. A insalubridade e o abandono em contraposição a continuidade da massiva produção de gêneros alimentícios salta aos olhos. Grupos locais locupletavam-se da geração e acumulação da riqueza, condição obrigatória na retroalimentação com o poder para atingir a hegemonia sobre um determinado espaço (HARVEY, 2004). Esses grupos controlavam as variáveis e elementos que estariam interconectados e, por isso, organizadas por tais grupos. A organização, além de local, atuava transescalarmente, de acordo com os diversos elementos sob controle e suas frações.

A organização se definiria como o conjunto de normas que regem as relações de cada variável com as demais, dentro e fora de uma área. (...) A organização existe, exatamente, para prolongar a vigência de uma dada função, de maneira a lhe atribuir uma continuidade e regularidade que sejam favoráveis aos detentores do controle da organização (SANTOS, 2008, p.25).

O espaço produzido pela humanidade não tende a constância. As mudanças em diversos aspectos da sociedade desdobram-se sobre o espaço produzido e, dialeticamente, o espaço condiciona as transformações da sociedade que o produz. Em outras palavras, os objetos espaciais socialmente produzidos possuem papel relevante na reprodução socioespacial, pois

⁵ Dilson Alvarenga sobre a relação do fim da escravidão com a decadência das fazendas na Zona Rural.

possuem funções que são demandadas do movimento da sociedade e direcionam sua própria (re) produção posterior (CORRÊA, 1989).

Os movimentos da sociedade não acontecem pela aleatoriedade. A estrutura social e, por consequência, o tecido socioespacial seria alicerçado a partir de ações objetivas, planejadas, para atingir determinada finalidade. A sociedade capitalista como um todo, especialmente no contexto vivido, produz o espaço tendo como finalidade a acumulação do capital, pois “ainda vivemos uma sociedade em que a produção em função de lucros permanece como o princípio organizador básica da vida econômica” (HARVEY, 2008, p.117). O capitalismo é devido a sua natureza uma força em constante revolução, incessante e constantemente reformando o mundo, que não pode ser estacionário devido ao caráter evolutivo do seu processo que transcorre em um meio natural e social em contínua modificação e que, em virtude dessa mesma transformação, altera a situação econômica (HARVEY, 2006). Para continuar a crescer e se expandir espacialmente, e modificar os locais nos quais já atua com vigor, o capital precisa periodicamente ser reinventado. Apesar das regras básicas do modo capitalista de produção continuarem as mesmas, invariantes do desenvolvimento histórico-geográfico, as estratégias de produção e consumo típicas do capitalismo passaram por mudanças consideráveis ao longo do tempo (HARVEY, 2008). Devido a sua necessidade de reinvenção, o capitalismo altera o seu *modus operandi* adotando novas estratégias de (re) produção que terão impacto socioespacial evidente. Em outras palavras, a (re) criação dos espaços que reconfiguram a forma urbana são essenciais para a continuidade do capitalismo. Sempre que a organização geográfica não atender às necessidades do capital móvel, o espaço será reconstruído e reorganizado via a produção de lugares fixos que materializam as modificações concernentes à produção, distribuição e consumo e garantam a livre movimentação de diversos fluxos materiais e imateriais. Afinal, a mutabilidade do capital impacta na necessidade de constante modificação da estrutura espacial na qual o sistema opera para realização da acumulação, pois o capital uma vez materializado em objetos não pode ser movimentado sem causar destruição. Esse processo de (re) criação constitui o funcionamento básico do capitalismo e é a ele que todo capitalista deve se adaptar para sobreviver. Logo, em vez de estudar apenas a maneira como o capitalismo administra a estrutura existente, devemos nos debruçar sobre como o capital cria e destrói essas estruturas (HARVEY, 2011). Nem sempre é possível vislumbrar a conjunção de forças necessárias e/ou conflitantes que criam o espaço. Portanto, convém mencionar que o espaço é

é o resultado de uma história que deve ser concebida como a atividade de "agentes" ou "atores" sociais, de "sujeitos" coletivos operando por impulsos sucessivos, projetando e modelando de modo descontínuo (relativamente) extensões de espaço. Esses grandes grupos sociais, compreendendo classes e frações de classes, assim

como instituições que seu caráter de classe não é suficiente para definir (a realeza ou a municipalidade, por exemplo), agem uns com e/ou contra os outros. As qualidades e "propriedades" do espaço urbano resultam de suas interações, de suas estratégias, seus êxitos e derrotas. A forma geral do urbano engloba, reunindo-as, essas diferenças múltiplas (LEFEBVRE, 2008, p. 117).

Nesse contexto, mesmo o espaço sendo criado como produção social, o seu fim pode vir a ser sua apropriação privada. A produção é orientada pelas dimensões econômicas e políticas, aliadas por conveniências pontuais, que pautadas por uma racionalidade técnica se impõem pela necessidade da acumulação ao produzir o espaço. Os diferentes momentos da produção (classificados como distintos níveis de realidade)

correspondem àqueles da prática sócio espacial real (objetiva e subjetivamente) que ganha sentido como produtora dos lugares, encerrando em sua natureza um conteúdo social dado pelas relações sociais que se realizam num espaço-tempo determinado, como um processo de produção, apropriação, reprodução da vida, da realidade e do espaço em seus descompassos, portanto fundamentalmente, em suas contradições (CARLOS, 2011, p.64).

A produção do espaço é basicamente uma produção social associada às necessidades da humanidade e das condições de existência da sociedade e das suas determinações (CARLOS, 2011). Assim, “a produção do espaço não é o resultado da mão invisível do mercado, nem de um Estado hegeliano, visto como entidade supraorgânica, ou de um capital abstrato que emerge de fora das relações sociais (CORRÊA, 2011, p.43).” A produção do espaço é ligada a vários agentes sociais que formulam estratégias e executam políticas para a produção da cidade. É a partir da ação dos agentes sociais históricos, com interesses, estratégias e práticas espaciais próprias que o espaço é produzido, através da materialização dos objetos, que estruturam diversas formas espaciais definidas pela condensação de forças sociais agindo sobre determinado recorte (CORRÊA, 2011; HARVEY, 2006).

A compreensão da produção do espaço torna-se possível a partir da consideração das distintas realidades que são moldadas por diferentes momentos da complexa reprodução social. Para tanto, a consideração dos sujeitos da ação, que efetivamente o produz, é essencial. Afinal, Corrêa (2011) aponta que há uma tendência para que os agentes da produção do espaço estejam inseridos de acordo com as intencionalidades constituídas da temporalidade e espacialidade de cada formação socioespacial capitalista. Coadunando Carlos (2011) e Corrêa (2002) podemos perceber a atuação em conjunto dos agentes também sendo realizada individualmente para satisfazer os interesses dos grupos e por vezes gerando conflitos pontuais, quando os anseios bifurcam-se ao longo do caminho. Os sujeitos da ação a considerar são: o Estado, pela sua atuação concernente ao marco jurídico regulatório que pode refletir os interesses dominantes e os capitalistas

privados personificados em múltiplos sujeitos como os proprietários dos meios de produção, os proprietários fundiários e os promotores imobiliários – articulados entre si, aglutinados sob o mesmo guarda chuva empresarial.

O Estado seria um braço repressivo da classe dominante cuja lógica da sua ação, dentro do contexto de uma sociedade capitalista, tenderia a reproduzir a ordem vigente. Pois, o Estado seria o braço executivo da capital, que quando apropriado passa a autorizar, gerenciar e executar interesses da classe dirigente (HARVEY, 2006).

A Zona Rural, ou o Sertão Carioca, guardava semelhanças com qualquer cidade do interior a respeito da articulação do sistema de ações que se desenvolvia nos seus limites: o Coronelismo⁶. O coronelismo é resultado do entrelaçamento de dois agentes: o poder público cada vez mais fortalecido e do poder privado decadente dos donos de terra locais, que se estabeleceram como os chefes locais. Visando estender o seu controle no território da Zona Rural, as oligarquias rurais buscavam ocupar espaços políticos influentes, dos quais pudessem legislar em acordo com seus interesses de classe. Para que o coronelismo fosse efetivo, o sistema de controle teria que ocorrer na convergência de atores presentes tanto na ordem próxima quanto na ordem distante no conjunto de relações socioespaciais (LEFEBRVE, 1991).

A ordem distante abarca instâncias estruturantes da ordem política, econômica e social, dentre outras dimensões da sociedade. São baseadas em instituições que ou tem o poder jurídico-formal de reger a sociedade, como o Estado, ou é uma baliza informal para as regras sociais, a Igreja, mesmo que para essa exista a proteção da laicidade do Estado contra possíveis interferências. O coronel, e seus braços políticos no legislativo, seria o elo entre a população de determinada área e as esferas políticas superiores, nas quais teria participação importante no processo decisório. A ordem próxima baseia-se nas relações mais próximas, sem a intermediação de grandes instituições – há não ser de seus objetos controlados por grupos locais, que se relacionam familiar e cotidianamente. No plano dos bairros - antigas freguesias - ou na ordem próxima, os coronéis sustentavam o seu poder na debilidade do contingente de indivíduos da Zona Rural impossibilitados de exercer seus direitos políticos devido a dependência social, econômica e política dos donos da terra. Tornavam-se o rebanho eleitoral

⁶ O coronelismo pode ser conceituado “como resultado da superposição de formas desenvolvidas do regime representativo a uma estrutura econômica e social inadequada. Não é, pois, mera sobrevivência do poder privado, cuja hipertrofia constitui fenômeno típico de nossa história colonial. É antes uma forma peculiar de manifestação do poder privado, ou seja, uma adaptação em virtude da qual os resíduos do nosso antigo e exorbitante poder privado têm conseguido coexistir com um regime político de extensa base representativa (LEAL, 2012, p.20)”.

do curral eleitoral do coronel que os comandava. No plano da cidade, que na época era a capital do país, na ordem distante estabelecia-se uma relação de interdependência entre o poder privado e o poder público, sem qual um não poderia exercer o poder sem o outro (FORJAZ, 1978).

(...) o prestígio próprio dos coronéis e o prestígio de empréstimo que o poder público lhes outorga - são mutuamente dependentes e funcionam ao mesmo tempo como determinantes e determinados. Sem a liderança do coronel - firmada na estrutura agrária do país -, o governo não se sentiria obrigado a um tratamento de reciprocidade e, sem essa reciprocidade, a liderança do "coronel" ficaria sensivelmente diminuída (LEAL, 2012, p.34)

O coronelismo, típico da República Velha, congregava as diferentes esferas da República (município, estado e União) reunindo os líderes políticos de cada uma dessas instâncias que formava um sistema coercitivo e cooptativo exercido em escala nacional (LEAL, 2012). Nesse cenário político a figura do coronel era de uma força política que interagiu com o Estado buscando realizar seus projetos ao mesmo tempo que era instrumento para a realização do projeto estatal. A efetivação das práticas coronelistas era alcançada a medida que os movimentos políticos locais estivessem sincronizados aos das políticas de instâncias superiores, ou seja,

“o papel regulador das funções locais tende a escapar, parcialmente ou no todo, menos ou mais, ao que ainda se poderia de sociedade local, para cair nas mãos de centros de decisão longínquos e estranhos às finalidades próprias da sociedade local (SANTOS, 2008, p.25)

Os grupos políticos locais elegem seus representantes nos centros decisórios de maneira que permita o controle mais eficiente do lugar e da implantação de projetos próprios de maneira eficiente. Em outras palavras: a ordem próxima e a distante (LEFEBRVE, 1991) deveriam funcionar em harmonia, entrelaçadas no mesmo recorte espacial para efetivarem as ações necessárias para a produção do espaço, fazendo do bairro um palco em constante transformação. Ainda assim, a dimensão política era um dos fatores, apenas. Os fatores econômicos, sociais, jurídicos e financeiros formavam um conjunto multidimensional a ser considerado na análise do sistema coronelista. O processo resultava na lenta e gradual perda da hegemonia dos coronéis, e seus grupos políticos, sobre a área que controlavam (LEAL, 2012).

No século XX, o espaço campograndense é a materialização de um projeto dos oligarcas rurais locais e seus descendentes, que vieram a se tornar profissionais liberais, ocupando posições políticas de destaque no Distrito Federal, seguidos por uma elite urbana, que em parte é fruto

O primeiro político de Campo Grande a ocupar cargo importante na política nacional foi um médico sanitaria⁸ chamado Augusto de Vasconcelos⁹. Seu histórico de vida é parâmetro para os políticos que viriam a ocupar posições de destaque representando o Sertão Carioca. *Filho de fazendeiros* de Campo Grande, nasceu durante o Brasil Império no ano de 1856 e era médico formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Começou a sua carreira política como deputado federal (1897 - 1905) e depois foi eleito senador da República (1906-1915), ganhando fama pela prática da Medicina e defensor da higienização da localidade. Foi Delegado de Higiene do Império estabelecendo conexões com o Partido Liberal¹⁰, partido *alinhado aos interesses dos senhores rurais e classes médias urbanas*. Posteriormente no Brasil Republicano, rumou ao Partido Republicano Federal e, por último, filiou-se ao Partido Republicano Conservador, que tinha como objetivo apoiar o Presidente Hermes da Fonseca para promover *a união dos oligarcas dominantes e militares* em uma agremiação nacional pró-governo (CPDOC/FGV, 2019; SANTOS, 2011). Republicano não radical posicionava-se equilibradamente entre o centralismo intervencionista do poder federal e a ideia autonomista defendida pelas forças políticas locais¹¹ (FREIRE, 2001). Percebemos que a tendência ideológica que somava o ideário liberal econômico ao conservadorismo social, defendida por aqueles conhecidos como liberais-conservadores, não era exclusividade dos revolucionários da Revolução Constituinte de 1932. O Sertão Carioca já possuía representantes dessa peculiar matriz ideológica muito antes da revolução paulista contra o governo do Presidente Getúlio Vargas.

⁸ As práticas típicas do coronelismo na Zona Rural não diferiam daquelas em qualquer cidade do interior do Brasil. As figuras políticas locais eram indivíduos de profissões, como médicos e advogados, que facilitavam a inserção desses nas camadas populares em busca de validação democrática dos projetos dos grupos políticos que representavam de fato. “Os chefes políticos municipais nem sempre são autênticos “coronéis”. A maior difusão do ensino superior no Brasil espalhou por toda parte médicos e advogados, cuja ilustração relativa, se reunida a qualidades de comando e dedicação, os habilita à chefia. Mas esses mesmos doutores, ou são parentes, ou afins, ou aliados políticos dos “coronéis” (LEAL, 2012, p.23).

⁹ Em sua homenagem, o bairro vizinho a Campo Grande foi batizado como Senador Vasconcelos. Seu nome foi usado no batismo de uma das principais ruas do centro comercial de Campo Grande, paralela a Rua Coronel Agostinho, e lembrada nas entrevistas comentadas no primeiro capítulo como “Rua dos Bancos”.

¹⁰ No período do Segundo Reinado o Partido Liberal não diferia em termos de representação do Partido Conservador, pois ambas agremiações representavam os proprietários de terra e escravos. O Partido Liberal tendo mais comerciantes, jornalistas e classes médias urbanas em suas fileiras, era favorável a abolição gradual da escravidão, ao fortalecimento do Parlamento e maior autonomia das províncias. Disponível em: <https://ensinarhistoriajoelza.com.br/partidos-politicos-do-brasil-do-imperio-aos-nossos-dias/>

¹¹ A Lei Orgânica do Distrito Federal aprovada pelo Congresso Nacional, como lei número 85 no dia 20 de setembro de 1892, a partir de emenda proposta pelo Senado, restringia a autonomia política da cidade em favor do poder federal (SANTOS, 2011).

Os liberais e conservadores eram parte da coalização que sustentavam o sistema monárquico. No Brasil, eram liberais pela postura pró-propriedade privada e menos, muito menos, por serem contra a estrutura socioespacial baseada no latifúndio e escravidão, que os aproximava e confundia com os conservadores. No caso exemplificado por Augusto Vasconcelos ter a ascendência e características de um grupo não eram óbices para ser filiado ao partido do outro. Aparentemente as supostas tendências ideológicas seguiam em estradas diferentes para unificar em ponto comum: o controle fundiário e dos recursos humanos.

No plano da geografia política do Distrito Federal, a estrutura política-institucional que dividia o território do Distrito Federal em três distritos permitia que grupos políticos cariocas controlassem cada distrito. Assim, esses grupos elegiam seus membros e/ou indicados para cargos em posições de destaque nas bancadas legislativas. Um dos grupos com maior destaque foi o Triângulo, que atuava no Terceiro Distrito Eleitoral da cidade do Rio de Janeiro, correspondente a Zona Rural. O Senador Augusto de Vasconcelos é apontado como o líder do Grupo Triângulo, nome motivado por ser formado pelas figuras políticas locais de Campo Grande, Santa Cruz, representado na figura de Filipe Cardoso Pires¹², e Guaratiba, com o político Raul Barroso, todos representantes da zona rural do terceiro distrito na Câmara de Deputados eleitos nas eleições de 1896. Formavam um uma força política considerável nas eleições municipais e distritais ocupando cargos nessas esferas e, por isso, capazes de influenciarem a política, e por consequência o espaço, em diversas escalas. Com a baixa adesão eleitoral¹³ e as regras que restringiam a participação da população em geral a época, o grupo arregimentava eleitores com práticas supostamente ilegais de clientelismo manobrando as eleições municipais e federais a seu favor.

O referido grupo teve outras formações após o falecimento de Felipe Cardoso em 1898, que resulta em desentendimentos entre os membros restantes e na reformulação do grupo. Vasconcelos alinha-se ao sobrinho de Felipe Cardoso, Sá Freire, pelos mandatos de Campos

¹² Felipe Cardoso Pires também era médico e no fim do Império foi diretor do Matadouro de Santa Cruz. O cargo de diretor do Matadouro era muito disputado, porque garantia status político em virtude dos problemas constantes em relação ao abastecimento. As ações do diretor sobre estes assuntos resultavam em visibilidade pública, principalmente no seu campo de atuação, a Zona Rural, onde estava o Matadouro Municipal. A direção do Matadouro estabelecia uma espécie de força política local, muito porque era o diretor quem nomeava os funcionários do Matadouro. Felipe Cardoso, como era mais conhecido, tomou posse como deputado federal na Terceira Legislatura, no ano de 1897, e faleceu no ano seguinte (SANTOS, 2011, p.78)

¹³ A pesquisa de Santos em fontes jornalísticas (Jornal do Brasil e o O Paiz) relata que “Em 1896, Augusto de Vasconcellos foi o deputado federal mais votado na Capital Federal, com 2.537 votos. Em 1906, Vasconcellos elegeu-se senador com ampla margem: foi o primeiro colocado, com 5.378 votos, tendo o segundo colocado recebido pouco mais de 3.500 (SANTOS, 2011, p.77).

Sales e Rodrigues Alves. Na virada do século XIX para o século XX, a baixa autonomia do Distrito Federal, devido à interferência do Legislativo Federal na política da cidade¹⁴, tornava os cargos eletivos municipais insuficientes em poder decisório para a realização dos projetos das forças locais. O despontamento político de Vasconcelos na cena política carioca resulta na sua eleição para o Senado em 1906. Atingir a posição máxima no Legislativo revela a sua posição como maior nome da política do Distrito Federal (SANTOS, 2011).

O Grupo Triângulo tinha adversários políticos de vulto na política do Distrito Federal. “José do Patrocínio, líder abolicionista no século XIX, chamava-o jocosamente de ”Dr. Rapadura”, termo que fazia alusão às origens rurais de sua família e dos membros de “seu Grupo”, alcunhados de “rapaduras” (SANTOS, 2011, p.78)”. A rivalidade política era proporcional ao peso político do Triângulo nos pleitos eleitorais¹⁵. O próprio termo Triângulo

¹⁴ “A elaboração do que viria a ser a Lei Orgânica do Distrito Federal provocou uma “intensa disputa entre as diversas forças e instituições interessadas em manter ou ampliar o seu quinhão de poder na principal cidade do país.” O projeto apresentado pela comissão, que era composta por sete deputados cariocas, propunha que fosse formado o Conselho Municipal, um órgão de caráter legislativo que substituiria o Conselho de Intendência Municipal. O Conselho de Intendência Municipal havia sido criado provisoriamente através do Decreto n. 50 A, de 7 de dezembro de 1889, sendo também composto por sete membros, todos nomeados pelo chefe do Governo Provisório, Deodoro da Fonseca, e pelo ministro do Interior, Aristides Lobo. A criação deste Conselho de Intendência Municipal levou a crer (...) que o novo regime assentia com as reivindicações dos políticos cariocas de “uma maior liberdade ao poder municipal”. Entretanto, coube ao Ministério do Interior o controle político da capital, fazendo com que as esperanças de autonomia política na Capital Federal fossem frustradas. Esta situação durou até a promulgação da Constituição de 1891 e da Lei n. 85 de 20 de setembro de 1892 (a Lei Orgânica do Distrito Federal). A proposta da Comissão da Câmara dos Deputados para o Conselho Municipal o colocava encarregado das atribuições político-administrativas da cidade e também de eleger o Prefeito, que seria o chefe do poder executivo na Capital Federal. Mas esta proposição não agradou a muitos parlamentares, entre eles alguns cariocas como Alcindo Guanabara, que sugeriu que o mandatário do Distrito Federal fosse eleito através de voto popular. Encaminhado ao Senado, o projeto foi vigorosamente modificado, pois os senadores buscaram mais a garantia do controle federal sobre as ações do poder executivo na Capital e menos a definição de suas funções administrativas. A principal emenda apresentada era em relação à nomeação do Prefeito da Cidade do Rio de Janeiro, que passaria a ser feita pelo Presidente da República, com o aval do Senado. (...) A participação do Senado na elaboração da proposta foi justificada sob a alegação de que este órgão representativo da Federação deveria verificar se os vetos do Prefeito não violariam a Constituição, as leis federais e os regulamentos municipais; contudo, o Senado não precisaria de prazo ou sequer quorum para avaliar os vetos (...) a nomeação do Prefeito pelo Presidente da República e a participação do Senado na vida legislativa do município do Rio de Janeiro foram fortes mecanismos federais de controle da política municipal carioca. A emenda proposta pelo Senado foi vencedora e em seguida o Congresso Nacional, em 20 de setembro de 1892, aprovou a Lei n.85. A Lei Orgânica do Distrito Federal criou dois órgãos: a Prefeitura, representante do Poder Executivo, e o Conselho Municipal, que representaria o Poder Legislativo. (...) O Prefeito poderia suspender a execução de qualquer ato emanado do Conselho, opondo-lhe veto, sempre que ele estivesse em desacordo com as leis e regulamentos em vigor no Distrito Federal. O ato suspenso seria submetido ao Senado Federal, dando-se por escrito as razões. O Senado decidiria se o veto violava ou não a Constituição e as leis federais, assim como as leis e regulamentos da municipalidade. Esta proposição final na Lei ratificou o controle do Senado sobre a Capital Federal (SANTOS, 2011, p.76)”.

¹⁵ “Era comum, no eleitorado carioca, a baixa participação nos pleitos, como podemos perceber tomando por referência o Jornal do Brasil de 21 de abril de 1892, após o pleito senatorial: segundo o periódico, as freguesias urbanas da cidade do Rio de Janeiro tiveram entre 10% e 15% do público votante; já no Terceiro

surgiu pela imprensa da época. Foram jornais como o *Correio da Manhã* e *Cidade do Rio*, esse último chefiado por José do Patrocínio, que publicavam críticas a atuação do grupo que utilizaria instituições de abastecimento de alimentos, como o grande provedor de carne da cidade - o *Matadouro de Santa Cruz*, para a manutenção do seu poder na Zona Rural¹⁶. O periódico *Gazeta Suburbana*, de aparente tendência anti-coronelista¹⁷, publicou em seu editorial reprimendas ao uso eleitoral da coisa pública:

A política que nesta infeliz Republica tornou-se uma enfermidade incuravel tem seu quartel general aqui na Capital, onde semelhante a um cancro estende suas raizes mortíferas em todas as repartições públicas destruindo todas as energias dos seus funcionarios, que para serem mantidos em logares, para terem garantido o pão para suas familias, precisam, seguir os exemplos dos chefes que são delegados politiqueros e não administradores independentes. A Prefeitura desse burgo podre que se chama Districto Federal tem sido incontestavelmente a repartição que mais tem sofrido com a política que nos infelicita porque tem por chefes supremos verdadeiras nulidades cuja acção juntos aos Prefeitos consiste exclusivamente na colocação do seu exercito de eleitores, para nas ocasiões opportunas poderem eleger áquelles que previamente houverem sido designados para: senador, deputado ou intendente.(GAZETA SUBURBANA, 29/09/1910, p.1)

Distrito a participação foi superior a 50%. Essa discrepância pode ser agravada se levarmos em conta a afirmação de Freire: “as freguesias rurais, pequenas em população e eleitorado quando comparadas às urbanas, passavam a possuir peso considerável e inteiramente desproporcional nas eleições majoritárias gerais.” Além da discrepância na participação do eleitorado, havia também diferenças significativas na porcentagem de votos recebidos pelos candidatos do Triângulo ou apoiados por eles. Os candidatos do grupo foram, na última década do século XIX, sempre os mais votados nos pleitos municipais e federais na Capital Federal. Em algumas ocasiões, os candidatos apoiados pelo Triângulo recebiam quase que a totalidade dos votos possíveis da região rural. Esta confirmação é do *Jornal do Commercio* de 14 de maio de 1896, após a primeira vitória de Tomás Delfino – candidato apoiado pelo Triângulo – para o Senado. De acordo com o jornal, os números nas três freguesias do Terceiro Distrito foram os seguintes: em Santa Cruz, Tomás Delfino recebeu 360 votos, ao passo que seu opositor, Raul Pestana, recebeu somente 9; em Campo Grande, Tomás Delfino recebeu 448 votos e Raul Pestana, somente 5; em Guaratiba, a situação foi mais gritante – Tomás Delfino recebeu 447 votos e Raul Pestana não recebeu um voto sequer. O resultado do pleito concluiu que Tomás Delfino se elegeu em primeiro lugar com 3.497 votos e Rangel Pestana, o segundo colocado, ficou com apenas 831 (SANTOS, 2011, p.79).”

¹⁶ A lei orgânica n. 85 de 20 de setembro de 1892 cria, mesmo que indiretamente, as condições para o estabelecimento de práticas clientelistas na política do Distrito Federal. O legislativo do Distrito Federal passaria a ser desempenhado pelo Conselho Municipal, composto por 27 intendentes eleitos diretamente pela população. O Conselho, na prática, seria a fonte do poder para que chefes políticos locais usufruíssem de suas redes de clientela política, loteando a cidade em regiões de influência. O chefe político da região era o realizador do processo eleitoral cadastrando eleitores, distribuindo as células de votação e articulando politicamente com outros chefes políticos da mesma região para formar grupos de atuação. (SANTOS, 2018)

¹⁷ Consta na entrada de periódicos da Hemeroteca Digital do Arquivo Nacional que a *Gazeta Suburbana* era um semanário crítico, literário, noticioso dedicado aos interesses da zona suburbana do Rio de Janeiro. Ao longo dessa pesquisa citamos a *Gazeta Suburbana* um par de vezes, pelo menos. Em uma oportunidade, a revista fazia glossas as ações do industrial Antônio Fernandes dos Santos. Posteriormente, no editorial a seguir no corpo principal do texto, é localizado outro momento de exaltação ao indivíduo do perfil de prefeito administrativo, que no período neoliberal atual é o gestor, em detrimento do perfil político tradicional. “O completo abandono em que jaz a zona suburbana, pode ser encarado por diversas faces, sendo para nós, a principal dellas, o facto de não termos tido Prefeitos administradores e sim políticos com excepção do dr. F. P. Passos (GAZETA SUBURBANA, 29/09/1910, p.1)”. Portanto, pode servir como plataforma para as forças da urbanização frente as forças rurais lideradas pelos Coronéis.

A crítica elaborada na citação anterior não é direcionada para um grupo específico, mas é inegável que serve perfeitamente ao suposto uso político, suspeito e questionável, da instituição pública para arregimentar os eleitores, os membros ou indicados pelo Grupo do Triângulo garantiriam a presença no Conselho Municipal, na Câmara dos Deputados e no Senado no primeiro turno dos pleitos devido a grande participação do eleitorado do Terceiro Distrito - área da Zona Rural, enquanto em outros distritos havia a necessidade de segundo turno para os mesmos cargos eletivos (SANTOS, 2011).

A constituição e manutenção do poder do Grupo Triângulo estava ligada aos atributos do espaço no qual estava estabelecido como poder político. O território era moldado ao grupo e esse ao território. Qualquer tentativa de desconstrução do poder estabelecido na Zona Rural teria que partir da desconstrução da própria Zona Rural, e das supostas práticas clientelistas e coronelistas que proporcionava uma vantagem competitiva nos pleitos.

Nos primeiros anos republicanos do Brasil, a Zona Rural do Distrito Federal, que se estendia da Tijuca até Guaratiba, era descrita pelo sanitarista Afrânio Peixoto como local abandonado, insalubre e foco de diversas endemias, como a tripanossomíase americana (doença de Chagas), que tornava possível compará-la com qualquer rincão miserável do sertão brasileiro, sendo o espaço da pobreza e da barbárie (SANTOS, 2018).

Por outro lado, a Zona Rural é especialmente lembrada como antigo cinturão agrícola do Distrito Federal. O esforço de guerra exigido pelo Presidente da República Wenceslau Brás, que conclamou o país a aumentar a sua produção agrícola em apoio aos países aliados envolvidos na Primeira Guerra Mundial (1914-1918), levou a retomada das plantações em Campo Grande, especialmente no Mendanha, ainda na década de 1910. Ao final do conflito, o sucesso da empreitada somado as condições favoráveis que o sítio de Campo Grande reunia atraiu famílias de vários pontos do país em busca de enriquecimento. A fertilidade das terras, a abundante mão-de-obra e a crescente procura das laranjas no mercado externo fornecia as condições ideais para o futuro aparecimento dos grandes laranjais na região de Campo Grande (JORNAL O GLOBO, 23/10/1988). Havia uma produção agrícola diversificada nos distritos de Santa Cruz, Campo Grande e Guaratiba nos quais os estabelecimentos agrícolas abarcavam 90% da área total¹⁸ (SANTOS, 2018).

¹⁸ Resquícios da produção fruticultora construída na primeira metade do século XX no Sertão Carioca ficaram no espaço e na paisagem ao longo das próximas décadas. “Além de laranjas, em qualquer lugar que andávamos, havia tanto verde, com bananas, goiabas, jamelões, jabuticabas, jacas, pitangas, abius, jenipapos, sapotis, amoras, tamarindos, mangas e tantas outras frutas à merce de quem as pegasse diretamente de cada pé. Eram de todos, espalhadas em terrenos baldios. Quando necessitamos comprar

Os estabelecimentos ali localizados produziam ao todo 30 mil toneladas de açúcar, 10 mil de mandioca e mais 3 mil de milho, além de feijão, arroz e café. Possuíam ainda significativo rebanho com 23 mil bovinos, 22 mil suínos, 16 mil muares e 7 mil cavalos. Também digna de nota, já nessa época, era a fruticultura. Delgado de Carvalho notava que em Guaratiba, “o mais rico de todos os districtos agrícolas”, mais precisamente na “encosta Occidental do massiço da Pedra Branca”, havia grandes pomares, plantações extensas de bananeiras, de laranjeiras e de “outras frutas”. Ainda segundo o censo de 1920, os distritos de Campo Grande, Guaratiba e Santa Cruz concentravam o maior número de cabeças de gado, tinham a maior produção de arroz, feijão, batata inglesa, cana; eram os únicos que produziam algodão e mamona, e detinham a segunda maior produção de café, milho e mandioca (SANTOS, 2018, p.54)

Os vistosos números de produtividade não mascaravam a insalubridade das terras e, muito menos, o progressivo não aproveitamento de áreas abandonadas e improdutivas desde o século XIX até aquele presente momento, tanto pelo desaparecimento das lavouras dos grandes fazendeiros quanto pelo abandono do poder público. Em pesquisa de Santos (2018), a revista *Gazeta Suburbana* corroborava com a análise sanitarista ao atestar que as possibilidades de maior progresso da Zona Rural eram contidas pelas moléstias que matavam ou definhavam a sua população. Portanto, eram duas visões conflitantes e simultâneas sobre a Zona Rural que a enxergava como possível área de prosperidade e fartura ao mesmo tempo que o atraso e as endemias a tornava um sertão como outro qualquer. Dado que a percepção de um evento depende da posição do observador em relação ao evento, as duas visões podem ser complementares, mesmo que cada uma esconda a outra parte da verdade. Em seu editorial, a mesma revista, em outro momento, brada contra a falta de visibilidade da área em contraponto com a área central do Distrito Federal

“daqui dessas columnas bradaremos sempre e sempre até que a nossa voz, unida a de outros batalhadores mais fortes que nós seja ouvida por alguém que não estando prezo aos grilhões da política lembre-se que o Districto Federal comprehende não só o trecho da Central a Botafogo, mas estende-se ate Santa Cruz e Guaratiba.E, emquanto não conseguirmos attrahir a atenção dos poderes públicos para estas paragens criminosamente abandonadas, não deixaremos de chamar, exigindo aquillo a que temos direito. (GAZETA SUBURBANA, 29/09/1910, p.1)

A crítica situação de insalubridade instalada na Zona Rural foi alvo de atenção da Prefeitura do Distrito Federal. O legislativo da cidade no Projeto n. 7, que no seu artigo 1º fazia saber que:

Fica o Prefeito do Districto Federal autorizado a mandar sanear a zona não exgotada deste Districto (parte da zona urbana, a suburbana e a rural), devendo para isto: a) desapropriar terrenos não drenados convencionalmente, desflorestados, polluidos,

pantanosos e incultos que tenham vegetação nociva à produção e que permitam o desenvolvimento de insectos e de parasitas vectores, cujos proprietários não realizem, dentro do prazo que lhes for marcado, pelo competente departamento municipal, os serviços de drenagem, reflorestação (Annaes do Conselho Municipal, 1919, p.302 apud SANTOS, 2018, p.60)¹⁹

Ressalta-se que “a aprovação por maioria absoluta desse projeto parecia indicar a intenção de fazer com que ele fosse implementado o quanto antes (SANTOS, 2018, p.60)”. A pressa em aprovar o projeto talvez possa ser explicada por um possível projeto em marcha de desconstituição do poder do Grupo Triângulo. Dois decretos merecem ser identificados como possíveis articulações que estariam para além de planos de melhoramentos do espaço e do aumento da produção agrícola do Sertão Carioca. O primeiro é o decreto nº 1.883, de 03/01/1918, que nos seus 23 artigos fazia recomendações acerca das culturas, técnicas de produção e a logística de escoamento da produção agrícola, via um plano de melhoramento viário abrangendo 41 estradas e caminhos (MOTA & PEIXOTO, 2006, p. 9).

O outro fator de desmobilização seria o projeto de zoneamento urbano do Decreto nº 1.185 de 4 de janeiro de 1918, que dividia a cidade nas zonas urbana, suburbana e rural. Como efeito, vastas porções da Zona Rural foram transformadas em suburbanas elevando o valor do imposto predial, tornando mais custosa a manutenção da propriedade de vastas porções de terra por um único proprietário sendo mais viável o seu fracionamento em unidades menores (MOTA & PEIXOTO, 2006). A estratégia para a desmobilização política das lideranças rurais seguia a lógica da desastrada e descompassada modificação do substrato material sobre o qual as forças locais estavam inseridas.

Parece evidente que a decomposição do “coronelismo” só será completa quando se tiver operado uma alteração fundamental em nossa estrutura agrária. A ininterrupta desagregação dessa estrutura — ocasionada por diversos fatores, entre os quais o *esgotamento dos solos*, as variações do mercado internacional, *o crescimento das cidades*, *a expansão da indústria*, as garantias legais dos trabalhadores urbanos, a mobilidade da mão de obra, *o desenvolvimento dos transportes* e das comunicações — é um processo lento e descompassado, por vezes contraditório, que não oferece solução satisfatória para o impasse (LEAL, 2012, p.126).

A extensa redução da área rural pelo decreto, e a modificação sendo realizada nos atributos do espaço, grifados em itálico na citação anterior, poderia ter a intenção de dilapidar o poder dos coronéis, sendo o Sertão Carioca o palco de disputa de dois grupos políticos

¹⁹ “Mas ao que parece a região ainda teria que esperar um pouco mais para ver a transformação dessas intenções e preocupações em algo mais concreto. Ainda encontraríamos nos anos seguintes testemunhos dando conta da persistência de condições de insalubridade e ocorrência de várias doenças (SANTOS, 2018, p.60)

antagônicos. Poderia, também, conciliar com possíveis certos desejos que a Zona Rural fosse palco dos novos negócios da cidade, sendo a sua urbanização uma condição necessária a certos grupos, os quais estavam representados no capital imobiliário e ferroviário em penetração naquele local.

Sendo o urbano um fenômeno é necessário identificar os elementos e formas que o compõem, relacionando-os dialeticamente com a estrutura no qual estão inseridos e o sistema de ações que os planejou e implantou ao longo do tempo para entendermos a natureza do espaço (LEFEBRVE, 2001; SANTOS, 2009).

O espaço deve ser considerado como uma totalidade, a exemplo da própria sociedade que lhe dá a vida. Todavia, considerá-lo assim é uma regra de método cuja prática exige que se encontre, paralelamente, através da análise, a possibilidade de dividi-lo em partes. Ora, a análise é uma forma de fragmentação do todo que permite, ao seu término, a reconstituição desse todo. O que vamos aqui privilegiar, através do que chamamos “os elementos do espaço”, é apenas uma dessas diversas possibilidades (SANTOS, 2008, p. 15).

Um elemento seria uma verdade eterna, válida para qualquer recorte temporal e espacial, e a menor unidade de saber sobre a qual parte-se para a compreensão de dado espaço em dado recorte temporal, estando atento aos diferentes momentos históricos. A principal propriedade dos elementos não é a sua extensão (que os tornam espaciais), mas sua força que os confere inércia, motivo que permite a permanência dos elementos em seus lugares mesmo quando existam forças que busquem deslocar ou possui-los. Por serem espaciais, possuem uma própria estrutura pela qual se inserem e se relacionam dialeticamente ao todo e reagem as ações das forças que os atingem. Os elementos do espaço são: os homens, as firmas, as instituições, o chamado meio ecológico e as infraestruturas. Faz parte da evolução do espaço como sistema de ações e objetos que a cada momento histórico cada elemento mude seu valor e relação com outros, como parte da estrutural espacial a qual constroem. Por isso, em dado recorte espacial os elementos estão sempre variando de valor, pois os elementos estão em relação com os demais, sendo tais relações em grande parte ditadas pela conjuntura do lugar. A evolução conjunta dos elementos confere ao lugar características próprias mesmo que ainda esteja atrelada ao movimento do todo, isto é, do conjunto de lugares. É a criação de lugares com especificidades, devido a evolução de certa maneira autônoma dos elementos, que permite entender como os conteúdos e significações dos elementos estão em constante modificação. O valor do elemento é mais o seu valor relativo exercendo um papel dentro do conjunto de elementos. Quando dado elemento muda de significação, de conteúdo, de regras ou leis, o valor de todos os outros elementos muda, também. Nessa ideia, é importante entender o contexto que

os elementos constituintes e o próprio lugar formado por esses estão inseridos (SANTOS, 2008). A interação entre os elementos supõe interdependência funcional entre os mesmos. Ao estudar as intenções das ações podemos recuperar a totalidade social e traduz-se em buscar o tecido socio-espacial como um todo, também. “Pois, cada ação não constitui um dado independente, mas um resultado do próprio processo social (SANTOS, 2008, p.18)”.

É necessário algum cuidado com a afirmação de urbanização de Campo Grande, como se fosse algo predominante, naquele momento. Havia elementos e características de urbanidades justapostas aos elementos rurais típicos, ainda e por mais algumas décadas. Na verdade, a transformação do rural em suburbano foi, por um lado, mais uma questão de aumento da arrecadação para o reequilíbrio do orçamento público via aumento dos impostos em áreas nas quais eram baixos ou até inexistentes²⁰. É possível conceber que a pressão tarifária tenha forçado o retalhamento de propriedades fundiárias em lotes menores destinados a residências e agricultura baseada em pequenas e médias propriedades.

Por outro lado, a implementação de um novo zoneamento urbano permitiria ao poder federal apresentar a cidade como candidata a receber investimento do capital internacional no período após a Primeira Guerra Mundial²¹. Ainda, havia a necessidade de investimento na produção de gêneros alimentícios para atender a crescente demanda populacional no Distrito Federal, intensificada devido a migração entre as décadas finais do XIX e as duas primeiras do século XX e a consequente pressão pela produção de gêneros alimentícios (MOTA & PEIXOTO, 2006).

As transformações iniciadas pelo decreto nº 1.185 de 1918 encontram-se diametralmente opostas às intenções do Prefeito Amaro Cavalcanti²². Tido como um dos mais

²⁰ Dados fornecidos pela própria Prefeitura do Distrito Federal confirmam a alteração do valor do imposto do uso do solo para fins urbanos: os valores para a cobrança de imposto territorial eram de 2, 0,5 e 0,3, respectivamente na zona urbanas, 0,2 , na zona suburbana e 0,1 , na zona rural (PEIXOTO, 2006, p.6).

²¹ A mesma conclusão a qual chegou o historiador Rivadávia Pinto em entrevista ao Jornal O Globo 23/10/1988.

²² Era um político sem raízes no Distrito Federal, muito menos com o Sertão Carioca, tendo nascido em Caicó no Rio Grande do Norte e começou na carreira política após trabalhar como caixeiro e professor de Latim pela Paraíba e Maranhão. Fixou residência em Pernambuco. Esteve a frente de jornais e durante a temporada nos EUA para o estudo da educação primária graduou-se como Advogado pela Universidade de Albany. Ocupou os cargos de professor de língua latina na então província do Ceará e, depois no Colégio Pedro II, do Rio de Janeiro; inspetor-geral da Instrução pública e diretor do Liceu da Província referida; senador federal Constituinte; enviado extraordinário e ministro plenipotenciário em missões do ministério das Relações Exteriores; ministro de Estado da Justiça e Negócios Interiores; ministro de Estado da Fazenda; consultor jurídico do M.R.E.; ministro do STF; delegado do Brasil nas Conferências Pan-americanas de 1906 (RJ) e 1915 (Washington); prefeito do Distrito Federal (RJ); Membro da Corte Permanente de Arbitramento de Haia. (IHGB, 2019)

atuantes prefeitos na execução de políticas públicas em prol da Zona Rural, o alcaide desenvolveu ações em benefício dos produtores rurais, como a implantação de feiras públicas²³, voltou-se a produção do espaço suburbano como meio de aumentar a demanda e a produção agrícola, abriu novas estradas e pavimentou os caminhos rurais preexistentes, impactando positivamente às populações rural e suburbana por aumentar as possibilidades de escoamento da produção e facilitar a inserção do capital para a exploração da área (MOTA & PEIXOTO, 2006). As suas ações como chefe do executivo do Distrito Federal modificando os elementos de infraestrutura de transporte, do meio ecológico via saneamento e mudança dos limites de zoneamento que consolidarão a Zona Rural, mesmo por pouco tempo, como área produtiva da cidade, foram no mesmo passo essenciais para a urbanização cada vez mais visível no Sertão Carioca e mortais para a futura continuidade da Zona Rural como tal.

O rural passou a ser rebaixado na hierarquia econômica e política da cidade, destinando-o um papel secundário, no lugar do papel principal do desenvolvimento que ficaria a cargo do urbano. Ao rural caberia o abastecimento do Distrito Federal, e de maneira diferente ao que ocorreu em outras áreas produtivas, essa área sofreria um aumento da sua população residente. A atração de mão de obra, que viriam na forma de imigrantes seria necessária para aplacar o problema de abastecimento da cidade após a década de 1890, com a decadência das fazendas da Zona Rural, e a reestruturação das vias permitiria uma maior integração da zona com a cidade (MOTA & PEIXOTO, 2006; SANTOS, 2018).

Retomando um ponto abordado anteriormente, relembramos que o urbano é formado por uma relação complexa entre formas, movimentos de circulação, e demandas sociais que orientam a produção, dividida em ato de produzir e forma de produção, e as relações estabelecidas na sociedade de classes resultando nos investimentos realizados. As ações do capital no espaço dar-se-ão em forma de capital fixo através da modificação do meio ecológico com o uso de sistemas técnicos que modificam o meio adaptando-o às exigências das forças emergentes da produção do espaço. O meio ecológico é cada vez mais tecnificado com acréscimo de novas obras e formas produzidas pela humanidade com a reconstrução do próprio meio (SANTOS, 2008). No entanto, as ações das instituições materializadas nos esforços de saneamento do Sertão Carioca poderiam estar para além das boas intenções estritamente sanitárias alardeadas pelas referidas instituições. O discurso poderia estar conectado a interesses

²³ Em Campo Grande resultará na construção do objeto comercial batizado como Mercado São Brás, fundado em 1964.

diversos da preocupação com as boas condições de existência humana. Os elementos que constituíam o espaço campograndense estavam em transformação, que causaria, em conjunto com a mudança de outros elementos, a metamorfose do bairro em outro: a transformação de uma totalidade em outra. A criação de um novo meio, com maior emprego das técnicas e, por isso, mais tecnificado é um processo contínuo e progressivo. Abre portas para a realização de novas atividades ou novos processos de apropriação do espaço.

(...) Não se pode perder de vista o conjunto, o contexto. As ações entre as diversas variáveis estão subordinadas ao todo e aos seus movimentos (...). Quando uma variável muda o seu movimento, isso remete imediatamente ao todo, modificando-o, fazendo-o outro, ainda que, sempre e sempre, ele constitua uma totalidade. Sai-se de uma totalidade para se chegar a outra, que também se modificará. É por isso que, a partir desse impacto “individual” ou de uma série de impactos “individuais”, o todo termina por agir sobre o conjunto dos elementos formadores, modificando-os (SANTOS, 2008, p.27)

A Estrada de Ferro Central do Brasil, implantada em 1878 estabeleceu a sua conexão com o Centro da cidade do Rio de Janeiro. Contudo, as conexões internas do bairro e com os bairros no seu entorno, especialmente Guaratiba, eram realizados a partir dos trilhos dos bondes. Campo Grande era essencial para o serviço de bondes da cidade do Rio de Janeiro: o bairro produzia o feno para as mulas que puxavam os bondes da cidade. Em julho de 1894, A Companhia Carris Urbanos construiu uma linha de bondes que conectava o sul da estação ferroviária ao Monteiro, no limite atual dos bairros de Campo Grande e Guaratiba, para que as mulas puxassem bondes que carregavam o feno para alimentar as 2.000 mulas da companhia de bondes. Conforme pequenas vilas surgiram ao longo da linha, em 1908 foram introduzidos carros de passageiros para suprir a demanda. Havia sete carros de passageiros, três de transporte de carga e 30 mulas em serviço. Em 1915, um novo contrato previa a eletrificação e a extensão da linha que seria propriedade da Companhia de Bondes Electricos de Campo Grande e Guaratiba. A nova companhia fez melhoramentos nos serviços adquirindo uma dúzia de bondes de segunda mão da Companhia de Bondes do Jardim Botânico e construiu novas linhas eletrificadas nos anos posteriores: no dia 17 de maio de 1917 foi inaugurada a quinta linha eletrificada do Distrito Federal ligando a estação ferroviária de Campo Grande a Pedra de Guaratiba e no ano seguinte, em 23 de março de 1918, foi aberta uma linha para a Ilha de Guaratiba e, em 1920, uma ramificação dessa linha para o Rio da Prata. A densidade populacional ao longo das linhas era baixa, seguiam a margem das estradas, as rotas eram

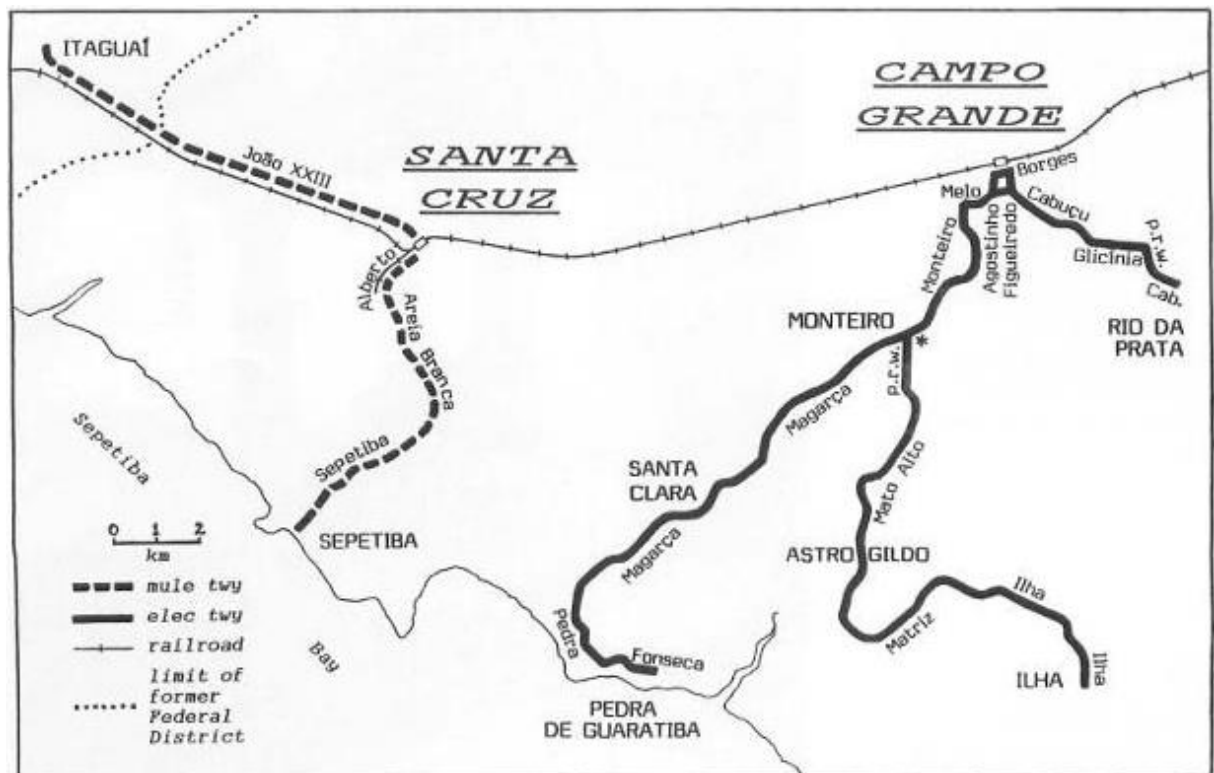
longas e, devido a baixa velocidade dos bondes - que atingiam 10 km/h, a viagem de 20 quilômetros para a Ilha durava até duas horas²⁴ (MORRISON, 1989).

A eletrificação de um objeto de transporte em plena Zona Rural pode representar o alvorecer da implantação da modernidade no bairro. Um passo a mais do que aquele representado pelo próprio bonde e pela estrada de ferro na escada da transformação de um meio cada vez menos natural ou pré-técnico para um meio tecnificado. A evolução das técnicas e, possivelmente, o vislumbre de novas possibilidades de acumulação permitiram a construção de novas linhas e o prolongamento da já existente. É interessante perceber que as linhas, que traziam a modernidade na sua própria existência, foram lançadas em direção as áreas produtivas da economia agrária do lado sul da linha férrea. Algumas dessas linhas cruzavam as ruas centrais do bairro (inclusive a Rua Coronel Agostinho, atual “Calçadão de Campo Grande) e o meio do nada em outro ponto da linha. O vídeo “Bonde de Campo Grande (meio de transporte)”²⁵ registra a cena do bonde da linha de Campo Grande sobre os trilhos atravessando matagais que existiam ao longo do caminho, sem qualquer sinal de ocupação residencial ou qualquer atividade que não fosse agrícola. Não tivemos acesso à documentação oficial para cruzar as informações sobre todos os tipos propriedades existentes ao longo dos trilhos dos bondes, mas a paisagem retratada no vídeo mostrava as linhas dos bondes ao longo das estradas batizadas pelas fazendas, como Mato Alto e Cabuçu. No croqui a seguir percebe-se que as linhas de bondes seguem algumas das estradas formadas pelas antigas propriedades rurais.

²⁴ Em 1937, a operação foi repassada a Prefeitura do Distrito Federal. Em 1948, o serviço cresceu para 12 carros motorizados de passageiros, 14 trailers de passageiros, dois carros de transporte de carga e um carro funerário. Foram construídos 46 quilômetros de trilhos de bondes. Com a transferência da capital para Brasília e a criação do Estado da Guanabara, em 1960, as linhas passaram a ser operadas pelo Serviço de Transporte Rural. A última operadora foi a Companhia de Transportes Coletivos que paulatinamente encerrou as linhas. A linha para a Ilha foi fechada em outubro de 1964, a linha para a Pedra em 1965, e a rota do Rio da Prata para oficina do Monteiro, via centro do bairro, foi a última em operação até seu encerramento no dia 31 de outubro de 1967 (MORRISON, 1989,p.114).

²⁵ Disponível no endereço <https://www.youtube.com/watch?v=LQUfv3xnck> no canal Estação Oeste com créditos para Mauricio Dancinger pela restauração da película.

Figura 23 - Linhas férreas (bondes e Estrada de Ferro Central do Brasil) abrangendo os bairros de Campo Grande, Guaratiba e Santa Cruz, Rio de Janeiro



Fonte: Morrison (1989)

Tendo em mente a função inicial dos bondes de transporte de feno para animais, seria razoável supor que as linhas passassem dentro ou as portas de algumas propriedades rurais? E se a resposta for afirmativa para a primeira suposição, qual seria o propósito de permitir que um meio de transporte público de passageiros, indivíduos com os mais diversos tipos de intenções, transitasse livremente dentro de uma propriedade privada? A resposta para essas questões pode estar implicitamente respondida na edição da Gazeta Suburbana do ano de 1919²⁶, publica uma elogiosa saudação intitulada a empreendedor da época explicitando as relações existentes entre os trilhos dos bondes e a valorização das porções de terra em suas rotas.

A benemerência de um industrial

Entre os muitos industriaes que empregam sua actividade no suburbio e desse momo vêm prestando magnifico auxilio áquelles que em suas empresas os ajudam a enriquecer e os fazem felizes nesta existencia, um há que por todos os motivos se tem feito credor da estima e do respeito de quantos o conhecem ou venham a conhecê-lo. Esse um é o sr. Antonio Fernandes dos Santos, dono ou quasi dono da antiga e conceituada Fabrica de Tecidos de Linho de Sapopemba, em cujos departamentos trabalham mil e quatrocentos homens e de cujo funcionamento tem dependido,

²⁶ Edição da revista Gazeta Suburbana catalogada como 494 na base da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

exclusivamente o progresso da localidade, hoje denominada Deodoro, outr'ora Sapopemba. (...) Dito isto, que não é o bastante para enaltecer o valor, ou melhor, os sentimentos de altruísmo do *Sr. Antonio Fernandes dos Santos*, a quem deve Campos, cidade fluminense, a prosperidade do seu principal estabelecimento hospitalar - a Santa Casa de Misericórdia - e a quem devem os *districtos cariocas de Campo Grande e Guaratiba a importante empreza ferro carril que possuem e que valorisa as suas terras*, de colaboração com outros capitalistas (...) (GAZETA SUBURBANA, 31/05/1919, p.2).

É certo que os bondes de propriedade do Sr. Antônio Fernandes dos Santos valorizavam as terras de Campo Grande e Guaratiba, especialmente, pois parte dessas últimas eram do próprio. Por um breve período de dois meses, no ano de 1918, a Fazenda da Pedra, no bairro de Guaratiba, foi adquirida por Fernandes dos Santos. Foi rapidamente revendida a Elvinde Renair, de origem norueguesa²⁷(JORNAL O GLOBO, 23/10/1988, Caderno Zona Oeste, p.4). Uma das linhas do bonde tinha como ponto final Pedra de Guaratiba. Não é necessário muito esforço intelectual para concluirmos a óbvia relação de interesses na posse do terreno em área valorizada pelas linhas dos bondes.

O artigo de von der Weid (1994) não discorre uma linha sequer sobre o papel do bonde na estruturação urbana em Campo Grande. Entretanto, a Companhia de Carris Urbanos, operadora das linhas de Campo Grande, é citada no texto. Explica que foi fundada em 1878 com o objetivo de articular o transporte na área central e que posteriormente expande sua atuação para o subúrbio, que pelo recorte feito por von der Weid (1994), chega até o bairro de Irajá. Será que por ser parte da área rural do Distrito Federal, o chamado Sertão Carioca, o bairro de Campo Grande não seja considerado subúrbio? Apesar da falta de informações que contemplem Campo Grande, von der Weid (1994) chega a uma conclusão geral que é perfeitamente aplicável ao contexto do bairro. Diz que o bonde foi um elemento fundamental do desenvolvimento para entender a evolução da cidade do Rio de Janeiro. Através da evolução dos bondes poderíamos entender a formação de áreas sociais e de novos bairros na cidade. É razoável supor que a concentração inicial da ocupação do bairro pela mancha urbana, que atualmente forma o seu centro comercial, acompanha a implantação dos trilhos dos bondes?

Após essa época surgem os primeiros anúncios de venda e aluguel de casas e pontos de comércio no bairro. A data de construção gravada na fachada das casas revela que o decreto, como norma, ao flexibilizar a delimitação da Zona Rural somada a alteração das outras variáveis como o meio ecológico e infraestruturas - com a drenagem das baixadas, a melhoria

²⁷ Até o ano de 1988 as terras estavam sob poder do advogado Rodrigo Queiroz Lima, que as recebeu de Renair, antes de sua morte (JORNAL O GLOBO, 23/10/1988, Caderno Zona Oeste, p.4).

dos caminhos e estradas e a eletrificação dos bondes, pode ter tido algum impacto no começo da urbanização de Campo Grande. Os anúncios na sessão de Classificados do Jornal do Brasil na década de 1910 revelam um incipiente mercado imobiliário no centro do bairro, na rua Tenente Coronel Agostinho, com o aluguel de prédios recém-construídos e por ser um ponto de negociação de terrenos e outras questões de serviços como educação e trabalho doméstico.

Alugam-se dous elegantes predios, acabados de construir com agua encanada e brevemente luiz electrica, em Campo Grande, proximo a estação; trata-se a rua Coronel Agostinho n.7 e 9: aluguel convidativo e carta de fiança (JORNAL DO BRASIL, 23/07/1914)

Precisa-se de uma senhora para educar tres meninos e ensinar piano, portuguez e francez; prefere-se senhora de idade trata-se no Campo Grande, rua Tenente Coronel Agostinho (JORNAL DO BRASIL, 20/03/1918)

Vendem-se duas casas e terreno de oito metros de frente por 63 de fundos: à rua Tenente Coronel Agostinho: trata-se na mesma 34. Campo Grande (JORNAL DO BRASIL, 25/01/1917)

Vendem-se ou arrendam-se sete alqueires de boas terras, com bemfeitorias de lavoura, todo em varges, proprias para criação de gado ou verduras, por atravessar dous rios proximo da estação de Campo Grande e linha de bonds: Informações na rua Coronel Agostinho 11, em Campo Grande (JORNAL DO BRASIL, 26/01/1918)

Figura 24 - Edificação de 1910 na Rua Ferreira Borges, Campo Grande lindera a Estrada de Ferro Central do Brasil.



Fonte: O autor, 2019.

Na década de 1920, a mancha urbana do bairro de Campo Grande era pequena se comparada até a outros bairros da atual Zona Oeste, antigo Sertão Carioca. Pelas boas características da representação cartográfica do mapa elaborado pelo Serviço Geográfico Militar, em 1922, não é um trabalho árduo identificar as áreas iniciais da produção do espaço urbano do bairro nessa passagem do rural para o urbano. Pela sua visualização, pode-se observar a ocupação do bairro concentrada em quatro pontos distintos: no entorno da Igreja Matriz Nossa Senhora do Desterro, no trecho entre a Rua Barcelos Domingos - Rua Campo Grande, ao longo dos trilhos do bonde e nas proximidades do cemitério de Campo Grande. As estradas já estavam construídas, porém a mancha urbana não havia avançado sobre as suas margens.

Retomando as ações do Prefeito Amaro Cavalcanti no que diz respeito aos melhoramentos rodoviários, as antigas fazendas criaram as trilhas e caminhos que se tornaram as principais vias de acesso do bairro ao longo do tempo. Essa relação das propriedades rurais com as atuais estradas é nítida ao atentarmos como tais vias foram batizadas:

Quadro 3 - Relação de antigas fazendas e as atuais estradas do bairro de Campo Grande

Fazenda	Estrada
Juary	Estrada do Joari (atual Rua Olinda Ellis)
Pedregoso	Estrada do Pedregoso
Capoeiras	Estrada das Capoeiras
Mendanha	Estrada do Mendanha
Guandu	Estrada do Guandu
Guandu do Sena	Estrada do Guandu do Sena
Sete Riachos	Estrada dos Sete Riachos
Cabuçu	Estrada do Cabuçu

Fonte: Fróes & Gelabert, 2004.

No lado norte de Campo Grande²⁸, essas eram as estradas Rio do Ar (grafada de maneira diferente do seu nome atual – Rio do “A” - e representada em ponto distinto ao identificado em mapas atuais – compreendendo um trecho que atualmente é parte da Estrada do Campinho e conectada diretamente a Estrada do Mendanha. Nota-se a ausência da Estrada das Capoeiras, que viria assim ser denominado o trecho da estrada que cortava a antiga Fazenda das Capoeiras. A Estrada de Sant’anna como era assim denominada no traçado que hoje é batizado como Estrada do Tinguí. A Estrada da Posse já cortava o chão com o traçado atual, que desemboca na Estrada do Mendanha. No lado sul, a Estrada Real de Santa Cruz cruzava do lado norte para o lado sul pela passagem de nível existente e seguia rumo a Santa Cruz. Dessa estrada partiam a Estrada do Monteiro, que servia como leito dos trilhos do bonde que rumava para a área praiana de Pedra de Guaratiba e que se encontra com a Estrada do Mato Alto; Estrada do Joary (atual Rua Olinda Elis) da qual já ramificavam a Estrada da Cambota (que conecta a estrada do Monteiro com essa rua), a Estrada da Cachamorra, que desembocava na Estrada do Mato Alto, também. Ainda, havia a Estrada do Pré interligando a Estrada Real de Santa Cruz a Estrada do Rio da Prata do Cabusu (atual Estrada do Cabuçu) A área central de Campo Grande crescerá a partir desse emaranhado de ruas, estradas e linhas de bonde.

²⁸ A Estrada de Ferro Central do Brasil é o ponto de referência para o estabelecimento dos lados norte e sul de Campo Grande.

Figura 25 - A imagem, datada de 1916, revela a pavimentação da Estrada Real de Santa Cruz (atual Avenida Cesário de Melo) com paisagem tipicamente rural com carroças de burro circulando sobre uma pavimentação formada por pedras e meio-fio.



Fonte: Augusto Malta (1916)²⁹

O mapa do Serviço Geográfico Militar ao registrar o arruamento à época permite a comparação com os mapas atuais e, por conseguinte, a identificação das ruas que já compunham o logradouro de Campo Grande naquele momento.

O parcelamento do solo rural dirigirá a expansão da urbanização, como o exemplo dos antigos caminhos rurais convertendo-se em ruas e estradas (CAPEL, 2002). O quadro a seguir retrata as ruas existentes no logradouro da área central do bairro de Campo Grande e seu entorno no ano de 1922.

²⁹ Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/caminho-imperial-de-rota-historica-simbolo-do-esquecimento-23057639>

Quadro 4 - Logradouro de Campo Grande, Rio de Janeiro, em 1922.

Lado Sul de Campo Grande, Rio de Janeiro	Lado Norte de Campo Grande, Rio de Janeiro
Estrada Real de Santa Cruz - Rua Coronel Agostinho - Rua Augusto de Vasconcelos - Atual Praça Dr. Raul Boaventura - Rua Amaral Costa - Rua Gramado (extensão menor do que a atual) - Rua Vítor Costa - Rua Viúva Dantas (extensão menor do que a atual) - Rua Itaobim- Rua Iaçú (extensão menor do que a atual) - Estrada do Monteiro - Rua Pontes Leme - Rua Aratanha (extensão menor do que a atual) - Rua Ilhéus (extensão menor do que a atual) - Rua Dom Silvério - Rua Teixeira de Aragão - Rua Luiz Barata - Estrada do Mato Alto - Rua Olinda Elis - Estrada da Cambota – Estrada do Pré - Estrada da Cachamorra	Rua Campo Grande (extensão menor do que a atual) - Rua Lucília - Rua Barcelos Domingos - Rua Aracaju - Rua Alfredo de Moraes - Rua Gianerini- Rua Albertina - Rua Vítor Alves – Estrada Rio do Ar – Estrada do Campinho – Estrada de Sant’anna (atual Estrada do Tingui), Estrada do Mendanha – Estrada da Posse

Fonte: Serviço Geográfico Militar, 1922. Adaptado por Barata, 2019.

O logradouro do bairro nasce e forma um núcleo com elementos de urbanização a partir da sua configuração estabelecida pelas atividades do rural, evidenciando a adaptação da estrutura urbana a estrutura rural. Sobre as estradas uma carta do leitor publicada sem autoria no Jornal do Brasil no dia 6 de janeiro de 1910 denuncia as condições das vias e o descaso dos agentes públicos na sua construção e manutenção.

É deveras digno de lastima o estado de completo abandono em que vive varias estradas de Campo Grande que, devido ao pouco caso ligado pelos encarregados do serviço da conservação das estradas permanecem cobertas de toda a especie de immundicies. Somente as pessoas que são obrigas a transitar, diariamente por essas vias públicas, é que têm occasião de apreciar como a vegetação cresce assombrossamente, como os buracos multiplicam-se e como a lama accumula-se nos mesmos, impedindo o transito e provando a desidia daqueles a quem a Prefeitura remunera com grandes sommas, para o bem estar dos habitantes. A estrada do Rio da Prata do Cabuçu, cujo movimento tanto de vehiculos como de pedestres é numeroso, está intransitavel devido a lama, o matto e os buracos alli existentes, obrigando os transeuntes a acostumar o seu corpo a exercícios de gymnastica, para não ficarem enlameados. Assim como esta estrada, estão em estado lastimavel as demais existentes nesta localidade, como sejam: a da Pedra, Caroba, Rio da Prata do Mendanha, parte da estrada Real de Santa Cruz e muitas outras. O empreiteiro encarregado da conservação das mesmas demonstra não se incomodar com o cumprimento do contrato feito com a Prefeitura, organisando turmas de tres, quatro e cinco trabalhadores, na sua maioria crianças, quando pelo contrato elle é obrigado a ter em cada turma dez homens. O Sr. engenheiro da Prefeitura por sua vez tambem não se incomoda com a limpeza das estradas, poucas vezes apparece por aquellas paragens e quando isso acontece limita-se a percorrer as estradas mais proximas a estação deixando as outras mais distantes entregues a fiscalização do empreiteiro. E os habitantes de Campo Grande que continuam a contribuir com os seus impostos para a Prefeitura sem, entretanto, usufruir das regalias que gozam os da zona urbana! Apellamos para o Dr. Serzedello Corrêa, Prefeito do Districto Federal, esperando que providencias a respeito sejam dadas no

sentido de ser convenientemente reparadas as estradas de Campo Grande, para o bem estar de seus habitantes (JORNAL DO BRASIL, 06/01/1910, p.10).

Tentam apelar o Grupo Triângulo de duas maneiras: pelo espaço, através de um incentivo jurídico para a expansão da mancha urbana, que trariam forças produtoras do espaço urbano, contrárias ao grupo rural; e com a Revolução de 1930 pelo sistema de alistamento eleitoral diversificando e democratizando os postos de alistamento dos eleitores, minimizando possíveis práticas clientelistas³⁰. Entretanto, Sucupira, digo, Campo Grande elegeria a nova geração do Grupo Triângulo, ainda na década de 1920. Uma Zona Rural mais tecnicada e com sinais de uma insipiente urbanização seria o palco de atuação política da segunda geração do Grupo Triângulo - tomando a liberdade de estabelecer gerações antes e pós o decreto de zoneamento de 1918. Júlio Cesário de Melo³¹ é uma das figuras a seguir os passos de Augusto de Vasconcelos e Felipe Cardoso. Médico sanitário, exerceu mandatos de deputado federal pelo Distrito Federal de novembro de 1924 a dezembro de 1926 e de maio a outubro de 1930. Perdeu o posto devido a Revolução de 1930, que veio a derrubar a República Velha e da oligarquia que controlava o país.

³⁰ A primeira medida foi a mudança do processo de alistamento eleitoral que seria realizado em sedes de associações classistas. A medida seguinte foi a Lei Eleitoral de 1932 que passou a permitir o voto de mulheres, adultos a partir de 18 anos de idade, o voto secreto e sanção oficial para que associações classistas e órgãos públicos fizessem o alistamento eleitoral (SANTOS, 2019)

³¹ Cesário de Melo foi, também, líder do Partido Liberal Autonomista Carioca, fundado em 1937, que propunha-se a lutar pela garantia das liberdades individuais e coletivas de pensamento, de crenças, de reunião e de imprensa; pela regularização do serviço da dívida externa e do meio circulante; pela organização e o amparo ao trabalho; pela defesa da autonomia em relação ao Estado, regulamentando os casos de intervenção; pelo auxílio, a nacionalização e o desenvolvimento dos serviços de navegação nacional, no interior e para o estrangeiro, e pela hospitalização aos necessitados e o amparo às suas famílias.

Já filiado ao Partido Autonomista do Distrito Federal³², contemporâneo a Manoel Caldeira de Alvarenga, membro fundador desse partido, seria eleito para o Senado em 1935, mas em 1937 teve o mandato interrompido pela instalação da Terceira República Brasileira, ou Estado Novo, e voltaria a um cargo eletivo somente em 1947 quando assumiu como vereador do Distrito Federal. Notável que durante os primeiros mandatos foi filiado ao Partido Libertador³³, partido de pauta progressista quando comparado a outras agremiações partidárias da época, que tinha propostas que em tese enfraqueceriam as políticas clientelistas das quais o Grupo Triângulo era acusado de praticar nos pleitos. O *filho do fazendeiro* Francisco Caldeira de Alvarenga³⁴, nascido na Fazenda de Grumaú em Guaratiba, de propriedade da família, advogado por formação e deputado federal Manoel Caldeira de Alvarenga³⁵ teve carreira pública destacada no Distrito Federal tendo sido chefe da polícia, em 1923, e consultor jurídico da prefeitura do Distrito Federal abandonando o cargo pós-revolução de 1930 pela proximidade com o presidente deposto Washington Luís. Eleito deputado em 1935 teve o mandato suspenso pela dissolução do Legislativo pelo Estado Novo (CPDOC/FGV, 2019).

³² O Partido Autonomista, cujo principal ponto programático era a luta pela autonomia política da cidade do Rio de Janeiro, a capital da República, foi organizado por uma comissão integrada por Pedro Ernesto Batista (então interventor no Distrito Federal), Pedro Aurélio de Góis Monteiro, João de Mendonça Lima e João Alberto Lins de Barros. Obteve total apoio de Getúlio Vargas, que viu na nova organização uma possibilidade de reconciliação entre os “tenentes” e os políticos que contestavam o Governo Provisório. Essa expectativa baseava-se no grande prestígio de que gozava Pedro Ernesto, tanto entre as forças tenentistas como entre a população do Distrito Federal (CPDOC / FGV, 2019).

³³ Adotando o lema “Representação e justiça”, o Partido Libertador defendia em seu programa a instauração de um processo de alistamento eleitoral que incluísse todos os cidadãos maiores de idade, a instituição do voto secreto e a representação proporcional; a realização de apurações escrupulosas, e a autonomia para o Poder Judiciário, tornando-se a investidura dos juízes, a composição dos tribunais e o acesso à magistratura independentes de qualquer poder político (CPDOC / FGV, 2019). Entre suas teses figuravam ainda a supressão dos impostos de exportação, de transmissão de propriedade e de todos os tributos que pudessem dificultar a produção e a circulação de riqueza; o aumento dos investimentos no setor educacional; o respeito à autonomia municipal, e a sanção de leis que possibilitassem o progresso moral e material dos trabalhadores, protegendo suas atividades.

³⁴ O texto escrito por Maurício Caldeira de Alvarenga Filho (Inspetor-Geral do TCMRJ) para o sítio eletrônico do Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro informa que Francisco Caldeira de Alvarenga foi desde a década de 20, o líder rural do citado Sertão Carioca, chegando a ser Vereador cinco vezes no então Distrito Federal.

³⁵ Apesar do inegável peso político-histórico da família Caldeira de Alvarenga na produção do espaço campograndense, seus nomes não aparecem na descrição do logradouro do centro de Campo Grande no capítulo 1. As ruas batizadas com os seus nomes estão fora do zoneamento de comércio e serviços estabelecido pelo PEU de Campo Grande, lei número 72 de 2004.

Figura 27 - Estátua de Manuel Caldeira de Alvarenga na Avenida Manuel Caldeira de Alvarenga em Campo Grande, Rio de Janeiro.



Fonte: O autor, 2019.

Os profissionais liberais atuavam pelos bairros de Guaratiba, Santa Cruz e Campo Grande. Eram chamados como “Caldeirinha” ou “Yoyô”, apelidos de Manuel Caldeira³⁶, e “Rei do Triângulo”³⁷ como apelido de Cesário de Melo por controlar 80% do eleitorado dos bairros citados. A base eleitoral de ambos aparentemente divergia em relação aos segmentos atendidos. Enquanto Caldeira tinha apelo entre os pequenos agricultores, Cesário de Melo³⁸ compunha junto a segmentos ligados aos setores de comércio e de serviços da região.

O controle dos matadouros em Santa Cruz e Campo Grande, replicando o método de atuação da primeira formação do Grupo Triângulo, permitia a indicação de nomes para cargos dentro dos estabelecimentos e o controle do abastecimento de carnes da cidade. O controle do matadouro proporcionava a apropriação dos mecanismos de assistencialismo e empreguismo, dessa maneira controlava-se 80 % dos eleitores de Campo Grande, Santa Cruz e Guaratiba (SANTOS, 2011; SANTOS, 2018). Ambos eram aliados ao presidente Washington Luís, que resultou em rugas com o presidente Getúlio Vargas (SANTOS, 2018). Entretanto, nem mesmo a falta de alinhamento incondicional a Vargas impediu que fossem figuras respeitadas pela população local devido aos seus históricos de atuação.

Uma adaptação local da estratégia das tesouras parece ter sido aplicada pela dupla Cesário de Melo – Manuel Caldeira de Alvarenga para controlar a vida desse recorte do Sertão Carioca. Enquanto o primeiro atraía a emergente classe de comerciantes, o segundo, qualificado pela sua própria ascendência familiar e política, controlava os pequenos lavradores formando uma aliança política em torno das duas figuras públicas, que poderiam estabelecer suas políticas sem resistências de interesses conflituosos. No lugar de uma defesa do uso agrícola e modo de vida rural contra as classes urbanas e o urbano que surgiam, a melhor estratégia encontrada pelo

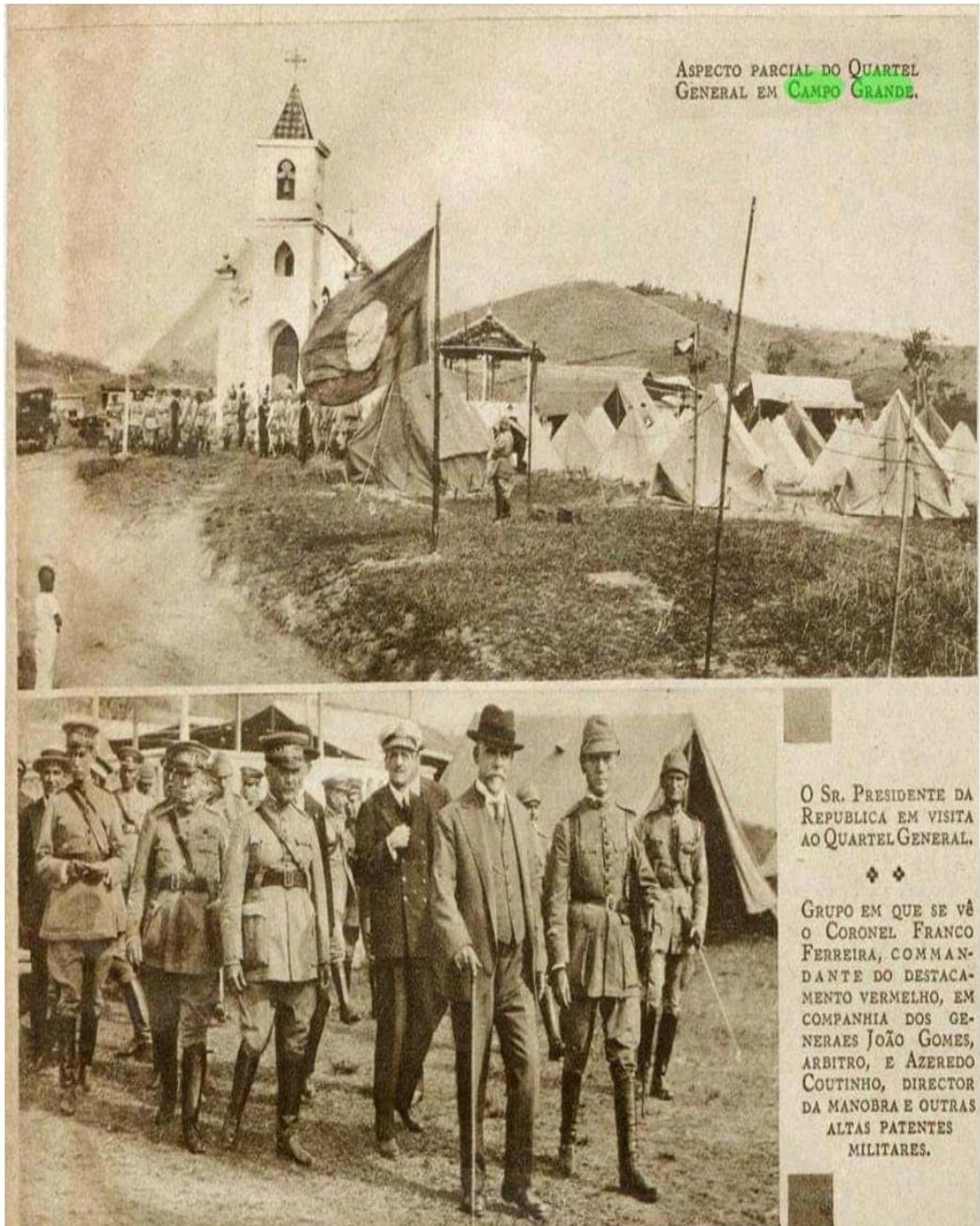
³⁶ Anos mais tarde, em 1954, foram seis publicações da missa de sétimo dia de Manoel Caldeira nas páginas do Correio da Manhã (23/06/1954, 1º caderno, p.8) pagas por familiares, amigos, instituições próximas ao falecido. É reveladora da rede de conexões familiares e instituições locais apoiadoras do político em vida, que inclui membros de famílias cujo nomes e sobrenomes batizam o logradouro do bairro, como Lames e Costa, de membros da família Caldeira de Alvarenga que levariam a política da família adiante, como Maurício Caldeira de Alvarenga e Dilson Francisco de Alvarenga Menezes, e instituições como o Clube Aliados Campestre. Pois, as ações em vida são mais importantes do que a passagem dos indivíduos para entender suas maquinações.

³⁷ Cesário de Melo em conjunto com o Senador Otacílio de Carvalho Camará (que inspiraria o batismo do bairro Senador Camará, entre Santíssimo e Bangu), o deputado Raul Capello Barrozo, Manuel Caldeira de Alvarenga e outros políticos da região formada pro Campo Grande, Guaratiba e Santa Cruz, buscavam a projeção desse recorte conhecido como Triângulo Carioca (MANSUR, 2016)

³⁸ O obituário de Cesário de Melo intitulado “Morreu Júlio Cesário de Melo. Último apostolo do Sertão Carioca” retrata a imagem de um abnegado: “Cruzava diariamente para servi-los, as ruas empoeiradas dos bairros longínquos, com a maleta dos ferros e dos remédios amarrada à garupa do burro” (SANTOS, 2018).

grupo foi a cooptação das forças urbanizantes provenientes da cidade, que passavam a se estabelecer na Zona Rural.

Figura 28 - Manobras militares em Guaratiba e Campo Grande, Rio de Janeiro, no final da década de 1920 com a presença do Presidente Washington Luís.



Fonte: O Cruzeiro, 1929.

Essas evidências e materialidades indicam que o rural e o urbano já estariam justapostos no espaço campograndense desde os anos 1920, em contradição com a literatura mais conhecida sobre o bairro que indica essa convivência de usos após a década de 1950³⁹.

É, justamente, à época da segunda geração do Grupo Triângulo que a força da produção agrícola no Sertão do Distrito Federal seria direcionada para ao gênero que fez a fama de Campo Grande, com a sua decadência sendo associada a urbanização do bairro: a citricultura. Até os dias atuais, a paisagem urbana do bairro carrega símbolos da fase citricultura do bairro. Monumentos erguidos pelo Programa Rio Cidade, nome de vias ligadas a citricultores e a memória dos antigos moradores do bairro evocam a laranja como o elemento mais memorável da história e da geografia de Campo Grande, até mais do que a avicultura que teve existência paralela perdurando até os anos 1970, pelo menos.

Entre os imigrantes, citados anteriormente que vieram para aumentar a produção e o abastecimento de alimentos da cidade, chegaram cerca de 50 portugueses de Ilhéus, Bahia que na década de 1920 organizavam mutirões para preparar a terra nas fazendas. “Eram em torno de 50. Eles entravam numa fazenda e começavam a capinar. Eram trabalhadores. - segundo Alamir Punaro Baratta (O Globo, 17/11/2012, Caderno Zona Oeste, p.11)”. Chegaram devido a fama da fertilidade das terras de Campo Grande, que trouxe mais do que portugueses, e famílias de vários pontos do país em busca de possibilidades de enriquecimento. A soma da mão de obra com a demanda pela laranja no mercado internacional resultou nas condições necessárias para o surgimento dos laranjais na região de Campo Grande. As primeiras tentativas de exportação, em 1925 por parte de Alberto Cocôza, no entanto, não deram o resultado esperado devido a falta de condições adequadas, até mesmo de transporte da produção uma vez que as estradas eram insuficientes em quantidade e precárias (O GLOBO, 23/10/1988 & 17/11/2012).

As dificuldades iniciais foram superadas pelo sucesso da estratégia de zoneamento do Prefeito Amaro Cavalcanti para a atração de investimentos internacionais⁴⁰ e do decreto que direcionava a requalificação técnica da produção de alimentos⁴¹. Investidores ingleses injetaram

³⁹ Mesmo sem recorrer a análise dos elementos que formam o espaço, MOTA & PEIXOTO (2006) concluem que o início da urbanização em Campo Grande ocorre anos mais cedo, na década de 1920, do que consta na historiografia oficial até aquele momento.

⁴⁰ Decreto nº 1.185 de 4 de janeiro de 1918 que redefiniu o zoneamento de grande parte da zona rural para suburbana.

⁴¹ “O decreto nº 1.883, de 03/01/1918, que nos seus 23 artigos fazia recomendações acerca das culturas, técnicas de produção e a logística de escoamento da produção agrícola”, como explicado na página xx.

capital na melhoria dos transportes em troca de mercadorias baratas. Além do incentivo inglês, os créditos para o financiamento da produção foram organizados por uma rede de instituições (fundadas pelo Coronel Rios - um dos maiores citricultores da região, organizada na forma de um banco, uma firma especializada e uma cooperativa) que deram suporte às atividades fruticultoras. Ainda, houve um refinamento tecnológico na produção com a inserção de novas técnicas nos processos de plantio, que produziu laranjas campograndenses compatíveis com os padrões de exigência dos compradores internacionais (JORNAL O GLOBO, 23/10/1988).

A "febre das laranjas" aproveitou-se do sítio em melhores condições de salubridade após as baixadas terem sido drenadas e saneadas pelas obras executadas anteriormente pelo Departamento Nacional de Obras de Saneamento (DNOS) para a implantação de áreas de lavoura citrícola. A preocupação em destacar as boas condições de salubridade dos terrenos na Zona Rural era constante nos anúncios da de terrenos da década de 1920. Dentre as características citadas pelos anunciantes constavam as dimensões dos terrenos, as benfeitorias existentes, os tipos de lavouras, criações e a salubridade do local exemplificada pelo uso de expressões como "logar muito sadio", "local saudável", "logar salubérrimo" (SANTOS, 2018).

Rapidamente Campo Grande assumiu o posto de um dos principais exportadores de laranja do Brasil, segundo maior produtor da fruta no mundo. Em 1927 das 2,7 milhões de caixas de laranja que o país produzia, um milhão era produzido em Campo Grande. Na década de 1930, um quarto dos 20 milhões de pés plantados no país estava no bairro. A produção era obviamente voltada ao mercado externo, respeitando as características do país agroexportador, sendo a Inglaterra, a principal investidora na produção de laranjas, um dos principais destinos da produção local (JORNAL O GLOBO, 23/10/1988).

Além do país anglo-saxão, a Argentina era outro foco de exportação. Existia uma rede de comércio das laranjas aparentemente com bom grau de organização e sofisticação garantindo a revenda, o empacotamento e o transporte da laranja de Campo Grande para o mundo. No mundo rural campograndense da década de 1930 - a chamada época de ouro da citricultura⁴², o grande volume da produção de laranjas é ilustrado pelas "feiras do bairro nas quais tudo se

⁴² A presença de imigrantes para a produção dos laranjais é verificada pelo depoimento de Cayo Lames em sua página pessoal de rede social na rede mundial de computadores: "Em 1896 chegava nessas terras Daniel Lames, meu bisavô. Profundo conhecedor empírico das técnicas de plantio, praticamente um menino do dedo verde, ajudou no desenvolvimento da cultura cítrica da região. Se considerarmos que o destaque da produção dos laranjais ocorreu na década de 30, do século XX, fica plausível a suposição dele, enquanto produtor, ter contribuído para tal desenvolvimento! Suas terras ficavam onde hoje se conhece por Rua Campo Alegre - Rua Rio Manso e todo entorno. Sou raiz...sou minhoca da terra, e amo o meu bairro de Campo Grande" (27/12/2018).

vendia, menos laranja, que todo mundo tinha em abundância" (JORNAL O GLOBO, 17/11/2012). A negociação da produção não era realizada em escritórios, mas no bar. O Bar do Lavrador, na rua Coronel Agostinho, era o local que os produtores da Zona Rural tratavam dos negócios acerca das safras de laranja. O relato do antigo agricultor Almir Punaro Baratta fornece os nomes e informações sobre os negócios da citricultura da época. Nascido na década de 1920, trabalhou ainda criança nas plantações do sítio de sua avó, registrada pela reportagem do Caderno Zona Oeste do Jornal O Globo como umas das primeiras produtoras da região.

O ato de recolher os frutos dos pés era sucedido pela espera dos caminhões que levariam a produção do dia para os barracões de empacotamento das laranjas, chamados de "packing houses". Baratta aponta dois barracões na área da Estrada da Posse e Santíssimo: o primeiro do português Antônio Barbeiro, que tinha conexões com a exportação para a Argentina⁴³ e outro de Benjamim Vianna, atual rua Clemente de Marques, em Santíssimo. Cita, ainda, outro personagem que seria elo para a exportação chamado Durão, mas sem especificar a localização ou até mesmo a posse de barracão pelo último citado (JORNAL O GLOBO, 17/11/2012).

Na década de 1940, um dos barracões seria palco de uma aventura industrial ousada. Houve uma tentativa frustrada de industrializar a laranja produzida em Campo Grande. A iniciativa industrial de Jorge Lima Filho, químico-industrial, e seu sócio Ademar Flores deu-se no "barracão dos Cavalcanti", próximo ao centro de Campo Grande. O suco da laranja foi transformado em refrigerante de laranja batizado de "A Nossa". As garrafas vinham com o nome gravado no vidro "Suco natural de nossa laranja". O nome e o slogan tinham razão de ser: a produção era campograndense de ponta a ponta. Da safra passando pelo beneficiamento industrial até a distribuição aos consumidores tudo era realizado pelos recursos humanos e industriais do bairro. O sonho de agregar processos industriais a commodity, tornando-a um bem de consumo, foi efêmero. A produção apresentou dificuldades técnicas e problemas químicos referentes a conservação do suco engarrafado. Além de tudo, a gigante Coca-Cola chegou ao Brasil na mesma época (durante e após a guerra) assolando qualquer tipo de concorrência nesse mercado. A estratégia de propaganda da indústria estadunidense não consistia na proliferação de belos cartazes, apenas. O refrigerante era distribuído gratuitamente aos jovens nas escolas, nas festas ou em qualquer outro lugar no qual o povo estivesse reunido (MENEZES, 2000).

⁴³ Em 1938, com os laranjais em plena atividade, a exportação de laranjas para a Argentina foi de 140.657 toneladas (CORREIO DA MANHÃ, 12/01/1970, p.4).

O conhecimento industrial não fora perdido, entretanto. O modelo fordista de produção foi adotado para a racionalização da produção citrícola da época. A logística para o transporte do fruto era mais complexa do que o relato de Baratta proporciona a nossa imaginação e capacidade de reconstrução do processo. Menezes (2000) é minucioso na explicação e descrição do processo de escoamento da produção de laranjas à época, que fazia parte do cotidiano e do mercado de trabalho do bairro e, provavelmente, permanece na memória das pessoas que viveram a época.

Os barracões de laranja, que tinham até nome estrangeiro, "packing houses", construções onde se acondicionavam e despachavam as laranjas, eram galpões amplos, cheios de maquinismos, inclusive longas esteiras nas quais as laranjas eram conduzidas para beneficiamento principalmente por operárias (setor para o qual eram admitidas muitas mulheres). As laranjas eram lavadas, escolhidas e até polidas e lubrificadas de modo que ficavam com uma aparência lisa, brilhante e excelente. Depois eram envoltas em papel adequado e próprio, produzido especialmente para isso com qualidade excepcional, muitas vezes papel de seda, colorido, com marcas individualizadas pelos produtores. Daí as frutas eram acondicionadas nas caixas para exportação. Iniciava-se então uma complexa estrutura de transporte, cheia de dinamismo, em que caminhões, num fluir interminável, deixavam os barracões de laranja, disseminados estes às centenas em toda a vasta Zona Rural do Distrito Federal e na Baixada Fluminense e se dirigiam ao Porto do Rio de Janeiro onde os navios aguardavam, muitos deles navios frigoríficos. Outros caminhões também se destinavam aos pátios ferroviários em algumas estações da Estrada de Ferro Central do Brasil, para transferir as laranjas para os vagões que demandariam o embarque no Porto. Nas ruas e avenidas principais, que dos subúrbios e da zona rural se dirigiam ao centro da cidade, passavam interminavelmente os caminhões, muitos deles com laranja a granel, amontoadas nas carrocerias. Esses caminhões eram a alegria das crianças que pediam laranjas aos ajudantes que de cima da carga, jogavam as frutas para os meninos na rua (MENEZES, 2000, p.99)

A cultura da laranja influenciava o mercado de loteamentos, também. A partir das condições do momento, os produtores escolhiam continuar na produção citrícola ou no retalhamento das propriedades para a venda de lotes, ou compatibilizar ambos negócios. Por ser um negócio do campo em zona rural, o mercado da venda de lotes de terras não era voltado exclusivamente para a produção de loteamentos residenciais. Parte das propriedades fundiárias eram negociadas para fins da produção agrícola (SANTOS, 2018).

O aluguel ou a venda da terra para a extração de renda já era comum. As fazendas já tinham dado lugar as chácaras e sítios e a agricultura já estava majoritariamente baseada em pequenas unidades de produção⁴⁴ (critério estabelecido para unidades menores do que 101 hectares). O tipo de trabalhador que produzia na região era o arrendatário. Dos já referidos “592

⁴⁴ O Censo de 1920 identifica 592 estabelecimentos dos quais 98,5% (583) eram unidades menores do que 101 hectares. As que tinham menos de 41 ha detinham 4.128 ha (53,6%) das áreas agricultáveis. As de 41 a 100 ocupavam 599 hectares (7,78%), as médias unidades de 100 a 400 ha possuíam 1.556 ha (20,2%) e as grandes unidades de 401 a 1000 alcançavam 1.414 ha (18,3%) (SANTOS, 2018, p.57).

estabelecimentos rurais, 366 (61,82%) eram dirigidos por arrendatários e da área total de 7.857 ha, os arrendatários detinham a maior parte - 3.097 (SANTOS, 2018, p.56)".

"O terreno que possuísse alguns pés de laranja ou mesmo aquele ainda inculto, mais próximo de uma região de produção citrícola, era certamente um dos mais valorizados, fazendo jus a um slogan da época - "laranja no pé, dinheiro na mão". Laranja era a palavra que todo aquele que quisesse vender ou alugar um terreno, gostaria de inserir em seus anúncios durante toda a década de 1930 e boa parte de 1940 (SANTOS, 2018, p.46).

Os anúncios do Jornal do Brasil de 1935 localizados por Santos (2018) ilustram essa questão relativa a extração de renda da terra em Campo Grande: "Sítio com laranjal - compre-se um já produzindo e com plantas novas, tendo casa ainda modesta, terreno fértil, valor entre 40 e 80 contos, distancia do centro até 1 hora (Jornal do Brasil, 05/05/1935, p.36)".

Terras ótimas para laranjas, situadas à margem da Central, 4 trens por hora. Boas estradas (...) Água, luz, tel. hora e meia do Centro. Estação de Paciência, distrito de Campo Grande, onde existem milhares de laranjeiras em plena produção. Também plantam-se pomares por empreitada (JORNAL DO BRASIL, 09/05/1935, p.25).

No entanto, a concorrência internacional fazia o preço das laranjas brasileiras alcançarem preços inferiores aos concorrentes no mercado internacional. A estratégia de represar a oferta para o aumento da demanda e do preço provocava prejuízos devido ao apodrecimento do fruto à espera da elevação do preço dessa commodity. Ainda assim, o relatório do Diretor Geral do Departamento Nacional de Obras de Saneamento, Dr. Hildebrando de Araújo Goes relata que "Campo Grande, Guaratiba e Nova Iguaçu contribuíram, em 1940, com a safra de 8.417.265 caixas, no valor de 42.623.739\$000" (OLIVEIRA, 1988, p.3). O salto de 2,7 milhões de caixas totais no Brasil em 1927 para 8,4 milhões de caixas em 1940, apenas 13 anos depois, mostra a massiva evolução do volume de produção da laranja em pouco mais de uma década. Explica-se não somente pela melhoria técnica da produção, mas também, e principalmente, pelo uso extensivo do solo para a agricultura. A produção da lavoura campograndense era motivo de orgulho para Moacyr Sreder Bastos, proeminente figura na política campograndense na segunda metade de do século XX. Suas palavras são elogiosas a fertilidade da terra, pois tudo seria produzido satisfatoriamente. No ano de 1939 a exportação de laranjas chegou a 144.577 toneladas. Após 16 anos, em 1954, a diversificação da lavoura em outras culturas produziu 4 milhões e 6000 mil cachos de bananas, 1 milhão e 200 mil cestas de laranjas, 850 toneladas de cana de açúcar, 1 milhão e 790 mil dúzias de ovos, 534 mil litros de leite e 300 mil quilos de tomate. Ainda "é muito desenvolvida a horticultura, cultivando-se chuchu, alface, couve, cenoura, batata doce, aipim, vagem, quiabo abóbora e pimentão (BASTOS, 1968, p.84)".

A história registrada como oficial e a história oral, compartilhada pelos moradores do bairro, estabelecem o período da Segunda Guerra Mundial e o imediato pós-guerra como a fase de decadência e fim da citricultura. O fim dos laranjais teria ocorrido por dois motivos: o primeiro teria sido a praga conhecida como "cancro cítrico", segundo o técnico da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater) Celso de Oliveira, ou a "mosca mediterrânea", trazida pelos navios durante a Segunda Guerra. A impossibilidade de negociação com o mercado externo durante o conflito mundial teria tornado as condições ideais para o desenvolvimento incontrolável da praga. "A diminuição súbita e drástica da renda não permitia mais aos plantadores os finos cuidados que eles dedicavam aos laranjais e logo veio o mato e depois vieram as pragas, acometendo as laranjeiras (MENEZES, 2000, p.104). O tempo de frutificação de um pé de laranja é longo, de dois a três anos, e portanto os lavradores locais ficaram desencorajados a retomar a produção. A oportunidade teria sido aberta para a produção de loteamentos suburbanos no lugar das propriedades rurais (SOARES, 1965; JORNAL O GLOBO, 23/10/1988; MENEZES, 2000).

O combate a pragas teria sido outro fator desencadeante da falência da produção citricultora. Um surto de malária levou a utilização do pesticida DDT para combater o agente transmissor, o mosquito Anopheles. A pulverização do pesticida associada as obras de saneamento promovidas pelo Ministro Fernando Costa no governo Getúlio Vargas logrou êxito no controle da malária. Contudo, o agente químico desequilibrou o sistema ecológico com o extermínio de insetos úteis, como a joaninha.

Desse modo, por uma modificação intensa do meio ambiente, uma agressão a todo um ecossistema, despencou a qualidade das plantações, o crescimento saudável e a maturação das frutas e finalmente a própria sobrevivência das laranjeiras, tomadas por parasitas, bactérias, fungos e o mato ao redor, porque havia falta de recursos entre os sitiantes até para a capina; a sapetuba e a tiririca dominaram a terra (MENEZES, 2000, p.105).

No entanto, relatos de produtores da época ou seus herdeiros, como Valentim Ferreira Guimarães - herdeiro de J. Guimarães - um dos mais importantes exportadores brasileiros de laranja, afirmam que o maior obstáculo a continuidade dos laranjais não teria sido

a mosca mediterrânea, a fumagina, ou a formiga, e sim os loteamentos que começavam a surgir em Campo Grande, com os moradores destruindo os laranjais e assim não permitindo a coexistência entre loteamentos e laranjais (OLIVEIRA, 1988, Caderno Zona Oeste, p.3).

Na análise do mote da venda dos terrenos no Sertão Carioca nos anos 1940 Santos revela que "a ênfase recai sobre a possibilidade desses terrenos se converterem em lucrativo ativo financeiro: os terrenos oferecidos, argumentavam as loteadoras, teriam "valorização certa"

(2008, p.42). Como a percepção de um evento depende da posição relativa do observador ao evento observado, podemos dizer que a verdade sobre a decadência da citricultura depende da posição que o leitor escolhe estar diante das falas e evidências. Contudo, partindo do pressuposto estabelecido que os proprietários fundiários têm seu interesse mais no valor de troca da terra do que no seu valor de uso, e a esses interessa a maior extração de renda fundiária possível através do uso do solo que seja melhor remunerador, podemos inferir que eram desejosos da conversão da terra rural em urbana. A terra urbana torna-se mais valorosa a ser convertida para o uso comercial ou residencial (CORRÊA, 1989). Afinal,

O parcelamento é o mecanismo essencial para a transformação do solo rústico em urbano, o que produz o aumento do seu valor. O parcelamento às vezes supõe a realização de determinadas obras: terraplanagem dos terrenos, o traçado das ruas, a delimitação das parcelas. Geralmente, é preciso algum tipo de acondicionamento que é realizado pelo proprietário ou pelo promotor da urbanização (CAPEL, 2002, p.81).

O valor dos produtos imobiliários não segue a lógica do mercado dos outros produtos frutos do trabalho humano. Esses últimos têm o seu preço estabelecido a partir dos seus custos de produção somado a margem de lucro que pode gerar para o capital investido. O preço do produto imobiliário é calculado de acordo com o montante que a demanda se dispõe a pagar (SINGER, 1979). A compreensão das duas lógicas nos auxiliam no entendimento da conversão do uso rural para o urbano das terras de Campo Grande. Os laranjais, como produtos do trabalho humano, encontravam-se com seu principal produto, a laranja, com preço corrente abaixo dos custos de produção ou fornecendo uma margem de lucro abaixo do desejado para que a atividade fosse rentável para os proprietários fundiários. Isso explica a recusa da venda do fruto, mantendo-o no pé para reduzir a oferta e aumentar artificialmente a demanda, com a esperança de elevar o preço do produto agrícola. A decisão marca o fim de um período do bairro com os quais antigos moradores, expressos aqui pela classe política local, manteriam fortes relações de pertencimento.

Uma legião imensa de trabalhadores rurais desenvolvia nas plantações uma atividade qualificada porque eram camponeses de muita experiência e tradição, pelo seu trabalho de gerações no campo, na Zona Rural. Nas planícies e nas pequenas elevações o verde ondulava ao vento e ao sol e fulgiam cores variadas conforme as estações e as fases da cultura, mudas em crescimento, laranjais novos, tempos de floração, laranjeiras carregadas de frutas verdes ou no esplendor da maturação dourada. O povo tinha trabalho, homens e mulheres; os agricultores nos sítios e chácaras ganhavam dinheiro; os negociantes no comércio e os beneficiadores de laranjas ganhavam muito dinheiro; e os exportadores ganhavam muitíssimo dinheiro. As crianças visitavam os barracões e pediam para seu brinquedo os pregos prateados e reluzentes da confecção de caixas e, para fazer pipas e balões, as finas folhas de papel de seda com que eram embaladas as laranjas para exportação. Era uma festa com muita alegria. Aí veio a guerra, em 1939, e pela impossibilidade das exportações, em alguns anos, só restaram decadência e fracasso nessa estrutura agrária. O verde se apagou, desapareceram os floridos laranjais e as laranjas douradas de sol não

enfeitavam mais as plantações sem fim. Os barracões ficaram abandonados em progressiva ruína, à beira dos caminhos ou no meio do mato (MENEZES, 2000, p.101)

O insucesso dessa estratégia somada a crescente urbanização do Brasil, especialmente das suas cidades mais industrializadas, abriu possibilidades para produção do espaço urbano pela incorporação de áreas de uso agrícola. Essas áreas a serem exploradas pelo capital urbano não tem o seu valor lastreado na relação direta pela riqueza gerada por sua capacidade produtiva, ou seja, as áreas incorporadas ao tecido urbano são visadas a um preço com pouca ou nenhuma relação com a sua lucratividade. São as futuras mudanças da estrutura urbana que condicionam a “valorização” do solo da área e levam os proprietários, com intuito especulativo, a esperar até por longos períodos pelo momento correto da venda, caso seja necessário (SINGER, 1979).

A provisão de maior rentabilidade com uso urbano nos leva a compreensão que o fim dos laranjais, com o retalhamento do solo, foi intencionalmente parte de um processo de mudança do uso do solo rural para urbano regido pelos proprietários fundiários.

A evolução da técnica de transporte na metade final dos anos 1940 pode ser encarada como a modernização de um outro elemento que acelerou o processo de urbanização. Em 1945, o presidente Getúlio Dornelles Vargas inaugura, presencialmente, em Campo Grande a parte final da eletrificação da Estrada de Ferro Central do Brasil⁴⁵. O trem elétrico representava um elemento da modernidade, um objeto técnico tipicamente urbano conectando a cada vez menos Zona Rural à área central do Distrito Federal. O Brasil cada vez mais urbano-industrial possuía uma população cada vez mais urbana e setores econômicos ligados a indústria desejosos por elementos que contemplassem suas demandas produtivas. Uma dessas demandas era a eletrificação ferroviária prometida pela Revolução de 1930 que Getúlio Vargas atendeu ao longo do seu mandato (FERNANDES, 2012).

⁴⁵ “Em 1945 foi concluída a eletrificação de todo o ramal de Santa Cruz, com o fim das obras entre as Estações de Campo Grande e Matadouro (FERNANDES, 2012, p.12)”.

Figura 29 - Inauguração da eletrificação do trecho Santíssimo – Campo Grande da Estrada de Ferro Central do Brasil no dia 03/06/1945 com a presença do Presidente Getúlio Vargas na praça 3 de Maio, Campo Grande – Rio de Janeiro.



Fonte: Arquivo Nacional, 1945⁴⁶.

As imagens revelam, além da óbvia modernização do objeto ferroviário de cargas e transporte, a concentração populacional já considerável à época. O entorno da estação ferroviário é aquele citado por Lima Barreto em “Clara dos Anjos” como de qualquer subúrbio: edificado e concentrador das atividades comerciais do bairro. A massa de populares presentes ao evento é compatível com os relatos sobre a adoração popular do Presidente Vargas, no

⁴⁶ Disponível em:
http://sian.an.gov.br/sianex/Consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=1325095&v_abas=1

mesmo passo que pode revelar como o presidente Vargas era uma ameaça real a manutenção do poder dos políticos locais. Um detalhe interessante na foto com a locomotiva com as palavras “Presidente Vargas” na ponta soma-se a faixa “Getúlio Vargas: o condutor do progresso do Brasil”. É evidente uma cuidadosa relação das mensagens nos elementos de adorno para através do espaço e seus objetos associarem a figura de Vargas ao desenvolvimento socioespacial do país, e, por conseguinte, do bairro. Ao mesmo tempo em que a eletricidade chegava às terras campograndenses, as terras lindeiras aos trilhos e torres eletrificadas exibiam plantações nas encostas dos seus morros. Entretanto, com a chegada dos anos 1950 essa paisagem tornar-se-ia cada vez menos comum.

A produção do bairro de Campo Grande, no período retratado aqui, está atrelada aos períodos estabelecidos pelo padrão latino-americano de formação e segregação do espaço das cidades. O primeiro escapa do recorte temporal estabelecido por nós como parâmetro, mas trata-se do período colonial com a elite habitando áreas junto ao centro da cidade. Os próximos, o segundo e o terceiro períodos, coincidem perfeitamente na faixa temporal analisada para a compreensão da produção do espaço urbana do bairro.

O segundo período compreende o período de 1850 a 1930, aproximadamente. Nesse momento, no mesmo passo que emergiu a classe média urbana, ocorreu a consolidação de uma classe dominante formada por proprietários fundiários, ao comércio e, por vezes, à indústria. Os objetos implantados, como os transportes sobre trilhos, foram essenciais para a compressão espaço-temporal que reduziu distâncias e criou novas possibilidades para a produção do espaço residencial e reformulou outras. No terceiro período, a partir de 1930 ocorre o aumento dos fluxos migratórios resultando na periferização. É marcada pela profusão de loteamentos populares, autoconstruídos ou não, e na difusão de conjuntos habitacionais produzidos pelo Estado (CORREA, 1989).

A região urbana é formada a partir de um conjunto de objetos relacionados através de movimentos circulatórios e a energia providenciada pelas demandas sociais, que são satisfeitas pelo ato de produzir, definem as formas de produzir, as formas da sociedade de classes e as redes de relações, e, por conseguinte, os investimentos a serem feitos (SANTOS, 2008). É lógico pensar que houve a modificação do meio para produzir um espaço viável ao atendimento dos anseios dos grupos emergentes da produção do espaço. A criação de nova infraestrutura era necessária para a expansão da urbanização associada a derrubada ou desarticulação do poder local. Inicialmente pela modificação do uso do solo, posteriormente pela alteração das estruturas políticas clientelistas estabelecidas na República Velha. A transformação do rural em

urbano marca a transição de parte do poder das mãos das oligarquias rurais locais, como os Caldeira de Alvarenga, para aquela que seria uma nova classe dirigente, com modo de vida e negócios urbanos.

3.2 Os homens que queriam ser reis: os agentes da produção do espaço urbano de Campo Grande, Rio de Janeiro.

Pensando em escalas, na qual Campo Grande é um espaço local contido em um espaço nacional, temos que compatibilizar o uso do espaço campograndense aos processos mais gerais do Brasil na década de 1950. Naquela década o programa voltado ao desenvolvimento com base nacional, implantando a partir do Governo Getúlio Vargas (1930-1945), muda de fase. O nacional desenvolvimentismo a partir dos anos 1950, especialmente durante os anos JK, difere daquele do governo Vargas pelo incentivo ao aporte do capital estrangeiro no desenvolvimento industrial do país. A nova fase da industrialização baseou-se, entre outros pontos, na importação de bens de capital cujo pagamento era realizado em moeda estrangeira. Contudo, o principal produto sobre o qual o país auferia renda era o café, uma commodity – e esse tipo de produto apresenta grande variação de preço no mercado. A queda do preço do café desestabilizou o fluxo de caixa do Estado brasileiro forçando a emissão de papel moeda, que tem um duplo e associado resultado: o primeiro é explosão inflacionária que leva ao segundo resultado realizado na redução do poder de compra do salário do trabalhador (ABREU, 2008).

A manifestação espacial do imbróglie econômico foi, paradoxalmente, a valorização do solo urbano. A explicação reside na estratégia de valorização do solo urbano pelos proprietários dos terrenos na periferia. Os terrenos nas cercanias dos espaços urbanos eram retidos, mantidos como reserva de valor, e exploravam aqueles mais distantes, na estratégia conhecida como urbanização em saltos. O Estado participou do processo pela omissão, pois havia a

ausência de uma política de uso do solo que desestimulasse a retenção de terrenos pelos proprietários; ao estímulo dado ao transporte rodoviário que, ao baratear a tarifa dos ônibus, viabilizou uma série de empreendimentos imobiliários localizados a grandes distâncias dos principais eixos de comunicação (ABREU, 2008. p.115).

O período foi notabilizado pelo aumento do movimento migratório inchando a população da Área Metropolitana. Abreu (2008) identifica quatro fatores que foram determinantes para o crescimento populacional das áreas periféricas do Distrito Federal: as

obras de saneamento realizadas pelo Departamento Nacional de Obras de Saneamento - as obras do DNOS no Distrito Federal tiveram como objetivo a anexação de novas áreas para serem utilizadas pelas atividades urbanas., a eletrificação das linhas férreas, a partir de 1935, a unificação tarifária no Grande Rio e a construção da Avenida Brasil, em 1946. O resultado foi o começo da “febre imobiliária” materializada na produção intensa de loteamentos (i)legais. A pressão migratória provocou a construção de conjuntos habitacionais, financiados pelos Institutos de Previdência, na periferia do Distrito Federal, que oferecia vastas extensões de terra livres e baratas para edificação (ABREU, 2008).

Na década de 1950 ocorreu a intensificação do processo de loteamento no Sertão Carioca. Foi a "febre imobiliária", assim denominada por Abreu (idem) deflagrada nos anos 1950, uma primeira fase da especulação imobiliária na região, que transformaria contínua e progressivamente o rural em urbano. Nessa década, foram produzidos 40% dos loteamentos surgidos durante o século XX nos distritos de Campo Grande, Guaratiba e Santa Cruz (SANTOS, 2018). A onda de produção de residências na periferia repetiu-se por todo o Brasil. As condições da urbanização parecem terem sido as mesmas por todo o Brasil. Aquelas na cidade de São Paulo, por exemplo, são comparáveis a periferia da cidade do Rio de Janeiro.

A partir do fim da Segunda Guerra Mundial, a extensão do assalariamento, o acesso por ônibus à terra distante e barata da periferia, a industrialização dos materiais básicos de construção, somados à crise do aluguel e às frágeis políticas habitacionais do Estado, tornaram o trinômio loteamento popular / casa própria / autoconstrução a forma predominante de assentamento residencial da classe trabalhadora (MAUTNER, 1999, p.248).

Relata-se que a "febre imobiliária" teria criado uma grave questão social com a expulsão de centenas de lavradores das terras. A criação de uma psicosfera desfavorável e desmotivadora aos lavradores teve o apoio da pequena e grande imprensa que destacava a ação violenta dos grileiros contra os lavradores deixados a margem pelo poder público. O Jornal “Causa Operária” assevera que propriedade fundiária estava concentrada nas mãos de um pequeno grupo formado por grileiros, banqueiros e capitalistas interessados na valorização da terra urbana.

O resultado da predominância desses atores produtores do espaço, ligados aos negócios urbanos, foi a diminuição da área destinada ao cultivo acarretando na diminuição do abastecimento de legumes, frutas e outros gêneros ao Distrito Federal. No intervalo de tempo entre 1920-1950, segundo dados do IBGE, as terras cultiváveis do Distrito Federal foram reduzidas de 51.400 hectares, em 1920, para 39.663 hectares em 1950. A redução da área cultivável ocorreu pela ausência de infraestrutura suficiente para os lavradores. O aumento da

área agricultável estava diretamente relacionada as necessidades de maiores drenagens nas áreas alagadas, além de outras questões reportadas pelos lavradores da região. (MELLO, 2015; SANTOS, 2017).

A medida que a área agricultável diminuía, o valor do solo para a venda aumentava em 5.000%, em menos de uma década. A título de exemplo uma área que nos anos 1940 custava 300 ou 400 mil, nos anos 1950 custava de 12 a 15 milhões de Cruzeiros (MELLO, 2015). O valor das terras no sertão carioca passou por uma valorização que poucos, muitos poucos, acreditariam ser possível. Convém lembrarmos do mote de venda dos loteamentos elaborado pelas empresas loteadores nos anos 1940: valorização certa. O lucrativo negócio gerou uma massiva produção de loteamentos, que sobrepujaria a produção rural.

A absurda elevação do preço do solo em menos de uma década encontra uma explicação na literatura sobre o crescimento das cidades. Capel (2002) fornece evidências que compatibilizam as etapas de evolução do urbano com fases virtuosas e recessivas da economia. A associação realizada mostra uma conexão simples entre as condições mais favoráveis da economia com os momentos de crescimento urbano, em contraste com períodos de crise quando a expansão do tecido socioespacial urbano estanca. Os períodos de recessão são favoráveis a compra de vastas áreas de terreno por preços baixos, inclusive aqueles periféricos, a margem da cidade já construída, favoráveis a produção extensiva do espaço. Por outro lado, quando a economia atinge picos produtivos e entra em momentos virtuosos, o mercado imobiliário atinge números expressivos de produção residencial. O do preço do solo aumenta e os terrenos periféricos, comprados como barganha, recebem as edificações que eram vendidas como produtos imobiliários. Na economia capitalista, o Kontradiëff explica que não há ciclos recessivos ou virtuosos que sejam eternos. O fim de um desses ciclos é o gatilho para o começo do outro, que se realizará em outras áreas de dado recorte espacial ou em áreas mais distantes.

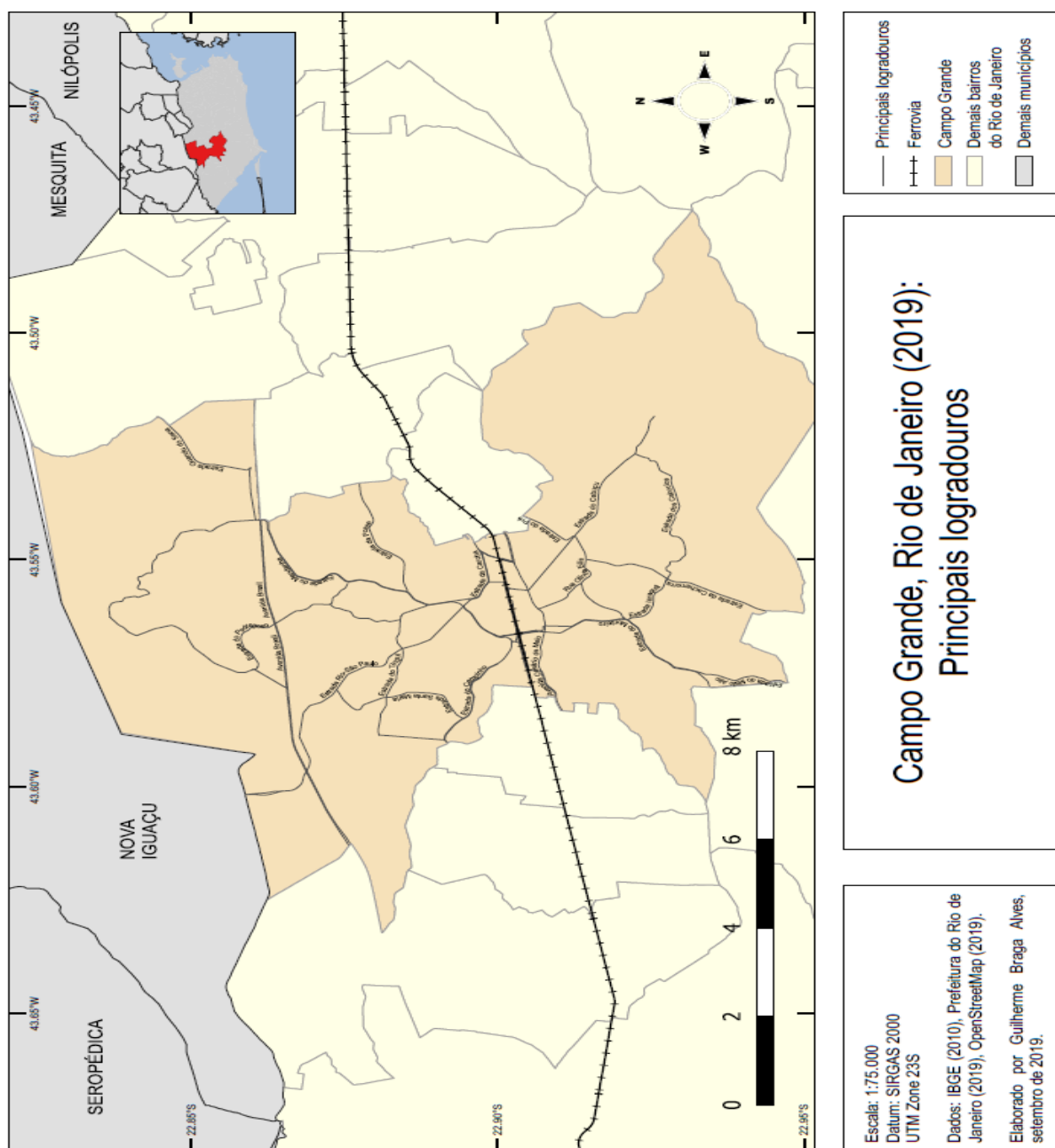
Os loteamentos produzidos, pelas mais diversas empresas loteadoras, enfrentavam suspeitas sobre a legalidade de suas construções. Por esse motivo, os anúncios de vendas procuravam demonstrar a tal legalidade do loteamento à venda, como esse pesquisado por Santos (2018, p.42) no qual o Dr. Benedito Netto Velasco, mentor do “Loteamento Matto Alto” em Campo Grande, afirmar possuir “toda a documentação provando a legítima propriedade”⁴⁷.

A partir desse momento no século XX, as estradas guiariam e estruturariam o crescimento da mancha urbana do bairro garantindo a acessibilidade e conexão necessária para

⁴⁷ Publicado no Jornal O Popular de 28/11/1953 (2 seção), p.1

outros pontos do bairro e da cidade como um todo, e até mesmo com os outros estados da federação. O mapa a seguir permite visualizar a rede dessas estradas que estruturaram o crescimento da mancha urbana do bairro. Como visto no quadro anterior, essas vias foram batizadas com o nome das fazendas que as deram origem. A toponímia conserva o tempo passado na formação do espaço campograndense. As marcas do passado convivem com o presente.

Figura 30 - Principais acessos viários do bairro de Campo Grande, Rio de Janeiro



Fonte: Guilherme Braga Alves, 2019.

No bairro de Campo Grande o crescimento da sua mancha urbana é estruturado, em momentos diferentes, pelos eixos ferroviários (trens e bondes) e os rodoviários, pelos caminhos e estradas construídas desde o período rural. No primeiro momento, Campo Grande é uma “Trilhópolis”, pois seu crescimento é restrito as áreas lindeiras dos trilhos ferroviários. No segundo momento, o bairro cresce seguindo a lógica da “Rodopólis”, cujo crescimento é flexível e orientado pelo caráter da mobilidade dos itinerários dos transportes sobre rodas, que possibilitam a integração de diversos pontos desconectados do espaço através dos seus eixos rodoviários. Assim, - a expansão urbana avança em todas as direções como uma mancha de óleo, embora, ao mesmo tempo, avance aos saltos, devido à presença dos vazios urbanos a serem debitados na conta da especulação imobiliária (SOUZA, 2010, p.86).

Trem e bondes foram, sem dúvida, indutores do desenvolvimento urbano do Rio. Mas o caráter de massa destes meios de transporte tem de ser relativizado, como também devem ser relativizados os seus papéis frente ao ambiente urbano. É que trem, bondes e, mais tarde, ônibus (e os sistemas viários correspondentes) só vieram “coisificar” “um sistema urbano, cujas premissas já estavam prontas em termos de representação ideológica do espaço e que apenas esperavam os meios de concretização. Em outras palavras, o bonde fez a zona sul, porque as razões de ocupação seletiva da área já eram “realidade” (...) Já o trem veio responder a uma necessidade de localização de pessoas de baixa renda e de atividades menos nobres (indústrias, por exemplo) (FERREIRA DOS SANTOS, 1977 apud ABREU, 2008, p.44).

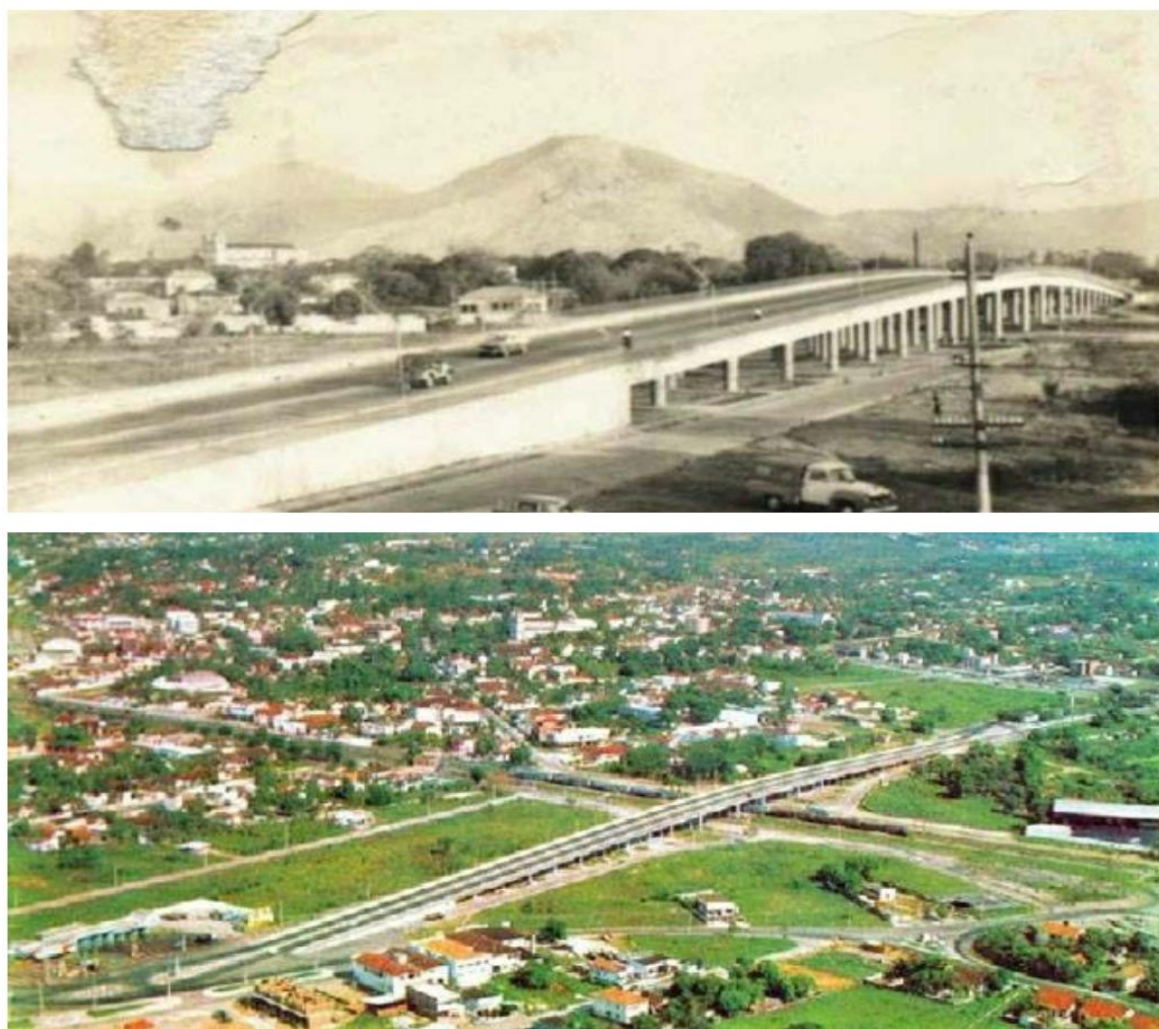
Campo Grande não é nem de longe, e é bem longe, (d)a Zona Sul. Todavia, podemos afirmar que o crescimento da área central do bairro é guiada pelos bondes, da mesma maneira que ocorreu em outros bairros nas áreas centrais da cidade do Rio de Janeiro, que usaram seus trilhos para penetrar em locais “que já vinham sendo urbanizadas ou retalhadas em chácaras desde a primeira metade do século, os trens foram responsáveis pela rápida transformação de freguesias que, até então, se mantinham exclusivamente rurais (ABREU, 2008, p.50).” Ao mesmo tempo que o trem possibilitava a conexão do bairro com o centro e os loteações a expansão dos loteamentos.

Visando conectar esses novos loteamentos ao centro de Campo Grande, no lugar de novas linhas de bondes, o transporte seria realizado pelos loteações. Essa modalidade de transporte continha a velocidade e modernidade necessárias para a interconexão do bairro. Na sociedade moderna, o tempo de viagem entre Campo Grande – Guaratiba não poderia ser de duas horas de vida. Os bondes eram lentos demais, não tinham pressa para sair e chegar. A viagem poderia e deveria ser uma contemplação da transformação da paisagem campograndense, cujos elementos naturais progressivamente eram substituídos pelos elementos humanizados da urbanização. A segunda natureza impunha-se com cada vez maior contundência no espaço do bairro. O ritmo rural no qual o tempo demora a passar e,

especialmente, os bondes não sobreviveriam até o final da próxima década. Foram desativados em 1967, sendo a linha Rio da Prata – Campo Grande – Monteiro a última a ser desativada no estado do Rio de Janeiro (MORRISON, s/d).

O marco do novo momento da produção do espaço do bairro é a inauguração, em 1957, do objeto rodoviário que conectaria o bairro como um só: o Viaduto Prefeito Alim Pedro⁴⁸. O rodoviarismo implantado como parte do processo de integração do nacional-desenvolvimentismo, um elemento de modernização do território que valorizava o binômio urbano-indústria, teria que conviver com o passado agricultor-exportador, inclusive na inauguração do primeiro, e por muito tempo único, viaduto campograndense.

Figura 31 - Vista aérea do Viaduto Prefeito Alim Pedro em Campo Grande, Rio de Janeiro



Fonte: Campo Grande Antigo (2017); Blog Memórias Campo Grande (2016)⁴⁹

⁴⁸ Até o ano de 1954 utilizava-se a passagem de nível para conectar entre os dois lados do bairro, cortado pelos trilhos da Estrada de Ferro Central do Brasil.

⁴⁹ Disponível em: <http://memoriascampogrande.blogspot.com/2016/03/viaduto-alim-pedro.html>

O viaduto Alim Pedro - marco da modernidade rodoviária que interligaria o bairro, paradoxalmente, foi em 1958 palco de um concurso de beleza intitulado “Rainha da Lavoura”, algo deveras simbólico de um espaço que ainda conservava a tradição agro-exportadora do Brasil.

Figura 32 - Reportagens do jornal O Globo de 6 de janeiro de 1958 e 19 de novembro de 2011 sobre o concurso “Rainha da Lavoura” em Campo Grande, Rio de Janeiro



MARIA DAS Dores foi a Rainha da Lavoura do Rio da Prata



A ETERNA Rainha da Lavoura mostra o Viaduto Alim Pedro, o palco do desfile na época

Fonte: Jornal O Globo (06/11/1958); O Globo (19/11/2011)

No mesmo ano, o então Presidente Juscelino Kubitschek participava da inauguração do conjunto residencial Euclides Carvalho, parte do Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários (IAPI) no bairro de Campo Grande, Distrito Federal. Tais conjuntos residenciais seriam objeto de discórdia acerca da sua influência sobre o aumento dos níveis de criminalidade no bairro. No contexto da industrialização crescente, a política habitacional voltada aos trabalhadores da indústria era algo lógico. Chama a atenção a construção das habitações no

bairro de Campo Grande, uma vez que se constituía em zona no momento de transição campo-rural / cidade-urbano.

Figura 33 - Inauguração do conjunto residencial Euclides Carvalho do Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários (IAPI), Campo Grande, Rio de Janeiro, RJ em 10/01/1958 com a presença do Presidente Juscelino Kubitschek



Fonte: Arquivo Nacional (1958)⁵⁰

Pelas características da evolução do espaço, é possível comparar o processo de produção do espaço de Nova Iguaçu e Campo Grande. A cidade da Baixada Fluminense foi palco da

⁵⁰ Disponível em :
http://sian.an.gov.br/sianex/Consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=1345950&v_aba=1

citricultura no mesmo período do bairro de Campo Grande e, em momento temporal anterior, recebeu a industrialização brasileira, que buscava reverter a queda da receita advinda da falência da citricultura.

Ao norte do bairro de Campo Grande, a sede municipal de Nova Iguaçu era modesta. O seu arruamento resumia-se a duas ruas cercadas de laranjais. A produção de laranja, seu mercado comprador e a decadência da cultura é semelhante aquela verificada em Campo Grande. Em 1939, o município foi responsável pela exportação de 1.320.540 caixas de laranja tanto para a Europa e para a bacia do Rio da Prata. Todavia, o início da Segunda Guerra Mundial levou as exportações a sua falência. Os navios frigoríficos deixaram de aportar no porto do Rio de Janeiro, afugentados pelos submarinos alemães, provavelmente. Não havia armazéns climatizados para a estocagem da fruta, o combustível era escasso devido ao esforço de guerra. O resultado foi o apodrecimento da fruta no pé devido a praga citrícola, a mesma que atingiu Campo Grande. A insuficiência da produção no atendimento do mercado interno, levou o Governo a proibir sua exportação constituindo-se na pá de cal dos últimos laranjais. A expressiva produtividade das plantações de laranja eram a última barreira na contenção da marcha da urbanização (ABREU, 2008).

Se, até 1946, essa região não fora alcançada pela onda loteadora, a razão disso fora a extraordinária vitalidade da citricultura, apoiada na exportação, que deteve a marcha urbanizadora que vinha se processando ao longo dos trilhos da Central do Brasil e de outras ferrovias. A crise da laranja iria pôr abaixo essa barreira à urbanização... Pôr em ação os tratores e transformar o campo em cidade (foi) a solução adotada, uma vez que a metrópole precisava de terra para localizar suas indústrias (...) e para instalar as populações que a ela tinham afluído para trabalhar nessas indústrias. Demarcar, alinhar, arruar, fazer propaganda e vender a terra sob a forma de pequenos lotes residenciais, isso fizeram os que primeiro compreenderam que o ciclo da laranja no município se tinha realmente encerrado, isso fizeram todos os demais, isso se faz ainda hoje: arrancar os últimos laranjais e transformá-los em loteamentos (SOARES, 1962, pp.217-218).

A onda urbanizadora incorporou Nova Iguaçu seguindo uma estratégia que pode ter acontecido no nosso recorte espacial.

O sistema mais comum é o proprietário da terra, quando não dispõe de recursos, fazer sociedade com uma companhia loteadora que se encarrega, então, dos trabalhos de engenharia e da venda dos terrenos. A área é fragmentada no maior número de lotes possível e os terrenos são vendidos a preços baixos por unidade, mas altíssimos se considerarmos o lucro extraordinário que a sociedade obtém com a venda de toda a área. Daí a grande preocupação da empresa ser a venda do maior número de terrenos, mediante a concessão de grande facilidade no pagamento, feito em pequenas prestações (SOARES, 1962, p.233).

Outras duas estratégias que envolvem as empresas loteadoras e o Estado são comuns a Nova Iguaçu e Campo Grande. A primeira refere-se a propaganda dos empreendimentos pela

oferta aos compradores com a venda de porta em porta através do uso dos corretores. As construções, mesmo aquelas clandestinas frutos do esforço autoconstrutivo dos trabalhadores, tiveram sua legalização facilitada pelas prefeituras locais que exigiam apenas o pagamento de uma pequena taxa para a aprovação da planta. A expansão da mancha urbana, ainda nos anos 1950, teve impactos na estruturação do espaço metropolitano: a formação da periferia desassistida de serviços urbanos e a formação de subcentros funcionais próximos as novas áreas residenciais do subúrbio (ABREU, 2008).

Figura 34 - Anúncios ligados ao mercado imobiliário (corretores e terrenos à venda) de Campo Grande na década de 1950

1 CORRETORES DE TERRENOS
 Grande companhia com 2 loteamentos em Campo Grande aceita corretores para venda de terrenos em 60 prestações, sem entrada e sem juros. Tratar à rua do Rosário n. 111 — 4.º andar

2 CORRETORES
 Companhia Imobiliária, lançará em breve novos loteamentos em Campo Grande, precisando de inspetores organizados, corretores e colaboradores. Inscrições abertas. Tratar à Av. Rio Branco, 138, 8.º andar, diariamente das 16 às 19 horas. Ótimas comissões.

**3 INSPETORES (AS) — CORRETORES (AS)
 CAMPO GRANDE**
 Aproveitem esta bela oportunidade de GANHAR MAIS DINHEIRO, vendendo em 100 PRESTAÇÕES, SEM ENTRADA E SEM JUROS, ótimos terrenos residenciais e comerciais, no novo e magnífico loteamento, de urbanização completa, situado A 1.500 METROS DA ESTAÇÃO DE CAMPO GRANDE, D. F., servido por bom comércio, bondes, lotações e demais comodidades. Aproveitem as suas horas de folga com um trabalho FÁCIL E MUITO RENDOSO.
 Ótima oportunidade também para estrangeiros. Pagam-se boas comissões e dá-se toda assistência para bem produzir.
 Tratar diariamente, com os proprietários, à Av. Presidente Vargas, 446, 11.º andar, grupo 1106. (84.001)

4 CORRETORES
 Importante Companhia querendo aumentar o seu corpo de corretores e auxiliares, para vendas de grandes loteamentos em Campo Grande, admite 10 corretores com prática ou sem prática, pagando ótimas comissões e ajuda de custo. Informações à Rua Visconde de Inhaúma n. 134 — 4.º andar, sala 423 — diariamente das 16 às 17 horas. (C 7.606)

Fonte: 1) Jornal do Brasil, 4 de dezembro de 1948. Classificados, página 19. 2) Jornal do Brasil, Sábado, 23 de outubro de 1954, Classificados, página 15. 3) Jornal do Brasil, 9 de dezembro de 1956, 3 caderno, p.14. 4) Fonte: Jornal do Brasil, Quinta-feira, 23 de maio de 1957. 3 caderno, p.13.

A valorização do preço do solo na Zona Rural levaria ao uso explícito de agentes públicos de segurança para desalojar ocupantes legais ou não de áreas visadas pelo capital imobiliário. A polícia, sob o comando do Governador Carlos Lacerda, era mobilizada para

“empreitadas sinistras” para atender propósitos obscuros dos chamados “tubarões da terra”. A reportagem disponibilizada pelo jornal carioca *Novos Rumos*⁵¹ destaca que

cenas difíceis de se supor que ocorressem em longínquos rincões do interior, onde o coronelismo e o latifúndio impõem sua vontade, acontecem a menos de hora e meia de ônibus do centro do RJ. (...) com o conhecimento e a aprovação tácita do governador –(...) o aparelho policial se presta a violentar primários direitos de cidadãos pacatos, de quais não se conhece outra atitude que não o do trabalho, penoso e diuturno (11-17/08/61, pp. 1 e 6 apud SANTOS, 2018, p.)

Na década de 1960, a medida que a modificação do uso do solo aumentava, as características socioespaciais eram alteradas na mesma proporção. A partir de Soares (1965) asseveramos que os decênios a partir dos anos 1940 foram de crescente incremento populacional associado a redução do número de estabelecimentos agrícolas e da área ocupada por esse tipo de propriedade. O crescimento populacional no decênio 1940-1950 foi de 70%. O boom populacional continuou no decênio seguinte, 1950-1960, pois o aumento da população foi de 112%, o mais alto de toda a cidade do Rio de Janeiro. No mesmo passo verificava-se tanto a redução da quantidade de estabelecimentos agrícolas quanto dos hectares ocupados por esse tipo de propriedade. Se nos anos 1950 eram 1335 estabelecimentos agrícolas ocupando 99.778 ha, nos anos 1960 os estabelecimentos são reduzidos para 1092 enquanto a área ocupada sofre uma expressiva redução para 7.754 hectares. A assimetria da redução dos estabelecimentos e da área ocupada pode revelar a venda das grandes propriedades rurais para outros fins, como os loteamentos, reafirmando a perda das áreas agricultáveis citadas anteriormente. Os dados estabeleciam a transformação e consolidação de Campo Grande da Zona Rural, predominantemente agrícola, para um, outrora pequeno, centro de serviços populoso e progressista encravado no subúrbio carioca. O sítio plano e com poucas irregularidades era favorável a implantação de loteamentos sem grandes custos, a existência de uma rede de serviços (escolas, igrejas, médicos, hospitais, comércio) que visava o atendimento da população rural, somada a extensão da Avenida das Bandeiras (atual Avenida Brasil) até as cercanias de Campo Grande são os elementos destacados como os principais para a formação desse núcleo suburbano (SOARES, 1965). A fisionomia urbana remetia

à de uma pequena cidade, com seu importante centro comercial próximo à estação, ruas bem calçadas e limpas, bairros residenciais bem diferenciados socialmente, linhas de bonde e lotação ligando o núcleo à zona rural ou aos novos loteamentos. Uma classe média e abastada numerosa, aí radicada desde os tempos do apogeu da citricultura, constituída de comerciantes e de ex-proprietários de chácaras de laranja,

⁵¹ Jornal carioca semanal, distribuído nacionalmente, criado pelo Partido Comunista Brasileiro, então Partido Comunista do Brasil (PCB), em fevereiro de 1959 e extinto em 19 de abril de 1964 (CPDOC/FGV, 2019).

enriquecidos com o loteamento ou o desmembramento das mesmas, constituiu uma verdadeira elite, cuja existência se reflete na fisionomia de Campo Grande, através do grande número de casas confortáveis. Um comércio numeroso e diversificado atende à população suburbana e à população da zona rural de Campo Grande e Guaratiba, onde ainda é grande o número de estabelecimentos que se dedicam à horticultura, fruticultura, criação de galinhas e de gado leiteiro (SOARES, 1965, p.376).

A descrição reforça a importância do sistema de transporte de bondes⁵² e o surgimento dos lotações como preponderantes para a interconexão dos diferentes espaços do bairro, a decadente área rural e os novos loteamentos com o centro comercial. Indica, também, que a elite local não era homogênea, pois dividia-se em antigos proprietários de terras e a nova classe urbana, proprietária do florescente comércio do bairro.

Figura 35 - Bonde da linha Monteiro e lotação, provavelmente na rua Ferreira Borges, setembro de 1963



.Fonte: Earl Clark (1963). Blog Saiba História⁵³

⁵² A última viagem do bonde de Campo Grande, no fatídico 30 de outubro de 1967, foi registrada em foto por Oswaldo Machado, profundo conhecedor da história da região e que sempre morou no bairro. Naquele dia, um sábado, lembra bem Oswaldo, ele bebia no tradicional bar do Almir Charuteiro, na Estrada do Monteiro, quando circulou a informação de que iria passar por ali o último bonde, pois, embora a linha que ainda circulasse fosse a do Rio da Prata, o bonde seria recolhido para a citada oficina, na Estrada do Monteiro. Oswaldo, então, reuniu os frequentadores do bar, botou o carro na frente da linha e sacou a máquina fotográfica. Quando o bonde chegou e começou a buzinar insistentemente, Oswaldo e os demais participantes da aventura explicaram a situação. Logo, todos desceram do bonde, passageiros e funcionários, beberam umas e outras no bar e posaram para uma animada foto, símbolo de um período que deixou saudades em muita gente (...) (MANSUR, 2018) Disponível em: <https://saibahistoria.blogspot.com/2018/04/>

⁵³ Disponível em: <https://saibahistoria.blogspot.com/2018/04/>

Naqueles anos, novas forças resultantes das transformações em curso emergem a superfície para ter papel central na (re)estruturação do espaço central do bairro. A Associação Comercial e Industrial de Campo Grande – Rio de Janeiro (ACICG-RJ) passa a ter visibilidade como agente de transformação do espaço. Era formada pela nova classe urbana citada por Soares (1965). Nos anos seguintes, o seu diretor Moacyr Barros Bastos⁵⁴, herdeiro da família Bastos, personificaria a figura midiática do grupo responsável por ações planejadas e mais contundentes na transformação do bairro de rural em urbano; e até mesmo da mudança da imagem da Zona Rural para a Zona Oeste⁵⁵. O seu pai, Moacyr Sreder Bastos, despontou como líder local na área educacional, com o Colégio Afonso Celso e posteriormente com as Faculdades Moacyr Sreder Bastos, e como titular da cadeira número 1 do Instituto Cultural Campograndense.

⁵⁴ Herdeiro da família Bastos, foi diretor da ACICG-RJ, deputado estadual pelos partidos ARENA E MDB e reitor do Centro Universitário Moacyr Sreder Bastos.

⁵⁵ Sobre os esforços de propaganda para a mudança da nomenclatura da Zona Rural para Zona Oeste, Mansur relata a existência de filme de propaganda produzido essencialmente para esse fim. O capítulo intitulado “O Nascimento da Zona Oeste” do livro *O Velho Oeste Carioca volume II* relata que “Três anos depois da eleição da Rainha da Lavoura, a capital federal foi transferida para Brasília, quando a época áurea dos laranjais de Campo Grande também chegava ao fim e surgiam, nos imensos prados vazios, os loteamentos que atrairiam milhares de novos moradores. Por estar deixando de ser essencialmente rural, ficou em aberto como nomear a região que integraria o recém-criado Estado da Guanabara. Quem pensa que o nome de Zona Oeste surgiu naturalmente está bem enganado. A ideia de usar esse nome, por estarem localizados na região oeste da cidade, surgiu, por iniciativa do professor Moacyr Barros Bastos e de Miguel Borges, um dos nomes mais importantes do Cinema Novo. Como os cinemas que ainda existiam em profusão exibiam curtas-metragens antes das películas, Moacyr e Miguel angariaram recursos e filmaram o curta “Zona Oeste”, de apenas oito minutos, com depoimentos de moradores e um resumo da história local. O filme foi distribuído de graça pelos cinemas da região e ficou em cartaz por três meses, o que serviu para consolidar a denominação de Zona Oeste, que permanece até hoje, porém não mais a Zona Oeste do Estado da Guanabara, mas, sim, da cidade do Rio de Janeiro. Infelizmente, segundo o professor Moacyr Bastos, perderam-se todas as cópias do curta-metragem, que só ficou mesmo na memória de quem assistiu (MANSUR, 2011, p.23).

Figura 36 - Colégio Afonso Celso em seu antigo endereço na Rua Coronel Agostinho, Faculdades Integradas Moacyr Sreder Bastos, Centro Universitário Moacyr Sreder Bastos, prédio abandonado do Colégio Afonso Celso



Fonte: Santos (s/d)⁵⁶, Página Colégio Afonso Celso (s/d)⁵⁷, Sítio eletrônico Infoaboutcompanies (s/d)⁵⁸, Barata (2009)

Apesar da sua inegável importância no cenário político, no final dos anos 1960 as famílias integrantes do Grupo Triângulo não estavam integralmente contempladas como ocupantes de alguma das cadeiras do Instituto Cultural Campograndense. A instituição que perdura até os

⁵⁶ Disponível em: <https://br.pinterest.com/pin/432978951656387677/?lp=true>

⁵⁷ Disponível em: <https://www.facebook.com/268728299804047/photos/a.338925216117688/338925222784354/?type=3&theater>

⁵⁸ http://br.infoaboutcompanies.com/Catalog/Minas-Gerais/Rio-de-Janeiro/Educa%C3%A7%C3%A3o-Faculdades-e-universidades/Universidade-Moacyr-Bastos-Campo-Grande_-UniMSB

dias atuais, tem como objetivo " entre outros, promover o desenvolvimento da cultura, do espírito de pesquisa, das ciências, das artes e da literatura, por todos os meios ao seu alcance (BASTOS, 1968, p.40) Entre os trinta e três titulares que constituíam o ICC em 1968 encontrava-se o nome de Manoel Caldeira de Alvarenga como patrono da cadeira 19, mas não os de outros membros como Melo, Barroso ou Cardoso. Há um Vasconcelos mas sem menção a Augusto de Vasconcelos.

Os nomes de destaque que serão citados nessas páginas, pois são personagens importantes dos conflitos no período de transformação rural-urbano de Campo Grande, são de figuras que viriam a tornar-se opositores ferrenhos. O patrono da cadeira 17 é Luís Carlos Duque Estrada e o titular naquele ano, 1968, era Edgard Luís Duque Estrada. Como veremos a seguir, Edgard era líder dos produtores rurais, e opositor declarado da aliança estabelecida pelo deputado estadual Maurício Caldeira de Alvarenga com a subprefeita Elza Osborne na produção do espaço urbano, às custas do modo de vida rural campograndense. Além desses nomes, há o nome de Helton Álvares Veloso da Costa, um aliado próximo ao herdeiro político dos Caldeira de Alvarenga Dilson Alvarenga de Menezes, entre os titulares do ICC. A lista de membros titulares mostra a instituição como fórum agregador de tendências divergentes no espectro político do bairro, e a vinculação que havia entre essa nova elite emergente, que viria a comandar a produção do espaço urbano, e a antiga elite hegemônica da fase rural, que deu início a transformação do espaço rural em urbano. Pelo convite é possível constatar a ampliação do número de cadeiras do ICC. O número daquele ano superou as 33 cadeiras iniciais, sendo incluído Júlio Cesário de Mello como patrono da cadeira número 39. Àquela época, Moacyr Sreder Bastos era ferrenho defensor da mudança da percepção sobre Campo Grande. Defendia arduamente que o bairro estava inserido no contexto urbano da cidade. A obra "Campo Grande" fazia parte desse esforço não apenas de reconhecimento da condição urbana do bairro, mas sim de sua emancipação como cidade.

Campo Grande mudou muito, desde aqueles dias distantes em que a Fazenda do Viegas despertava a atenção dos visitantes estrangeiros que demandavam à Imperial Fazenda de Santa Cruz, onde D. Pedro I se deliciava vendo os campos extensos. Desde aqueles dias perdidos no passado em que Freire Alemão estudava em sua velha casa, à luz de um candieiro; em que se plantava café no Mendanha; em que era intensa a produção rural. Hoje, como ontem, porém, Campo Grande é um grande centro; "Capital Rural do Distrito Federal", como o chamavam há até bem pouco tempo. A verdade é que Campo Grande, embora localizado na denominada zona rural do antigo Distrito Federal, nada, ou quase nada, tem de rural, se tornarmos o vocábulo em sua verdadeira acepção. Essa denominação perdura, sem dúvida, em virtude de designações contidas em documentos oficiais da antiga Prefeitura Municipal. Não é uma consequência das atuais características regionais. (...) Sim, Campo Grande é uma cidade que reivindica um bispado e quer ser um município. (...) Gostaria de ser município o nosso Campo Grande. (...) A importância que conquistou, o

desenvolvimento que atingiu, a população que apresenta e o movimento comercial que exhibe – dos mais expressivos num balanço sério das possibilidades e realidades do Estado da Guanabara – impõem que lhe seja conferida a distinção que oras reclamamos. Campo Grande, afinal, não quer privilégios especiais, mas exige o reconhecimento de seus direitos. Acha que não poderá deixar de constituir-se em município se aquela divisão em municípios, de que falamos, for verificada. Proceder de forma diferente seria praticar grave injustiça a esta região e a este povo progressista, ordeiro, trabalhador e patriota (BASTOS, 1968, pp.13 e 101).

Figura 37 - Celebração dos 50 anos do Instituto Cultural Campograndense no monumento erguido na Avenida Maria Teresa em Campo Grande, Rio de Janeiro.



Fonte: Página eletrônica ICC (2017 & 2018), Barata (2019).

No contexto da industrialização brasileira a ACICG-RJ deixou evidências de proximidade com a logística industrial ao visitar as obras nas instalações do Terminal Marítimo de Santa Cruz em 23 de junho de 1967. Em algumas fotos aparece uma figura com

características semelhantes a fisionomia de Moacyr Sreder Bastos⁵⁹ dentre os membros do grupo a inspecionar as obras realizadas em uma paisagem inóspita, plana, com vegetação rasteira e, aparentemente, sob um calor considerável com nuvens de poeira sendo erguidas pela brisa marítima. Possivelmente tratava-se de um local virgem, sem ocupação de qualquer espécie no qual, na década de 1970, seria implantada a Zona Industrial de Santa Cruz.

Na reportagem do O Jornal O Globo do dia 05 de setembro de 1969, o oeste carioca era considerado essencial para o desenvolvimento do estado da Guanabara. As vastas áreas planas disponíveis de propriedade do Estado ou de economia mista, no entorno da baía de Sepetiba reuniam as condições ideais para a indústria de grande porte e “alto poder germinativo - que se pretende criar, a curto e médio prazo, um novo parque industrial, que promova o “salto distante” da economia do Estado” (p.2). Ainda, havia grande disponibilidade de água proveniente da bacia do Rio Guandu, de energia elétrica e de transportes via rodovias e ferrovias conectavam esse espaço. As redes de comunicação telefônica seriam expandidas até 1975, cinco novas agências dos Correios e Telégrafos seriam instaladas. E um outro fator de localização industrial importante: recursos humanos.

A disponibilidade de terras, pelo menos 50 milhões de metros quadrados, permitiria a expansão das zonas residenciais e o conseqüente aumento da população em um milhão de habitantes, gerando 100 mil pessoas a mais para serem empregadas na indústria. A promessa é que a população local, que majoritariamente trabalhava fora da região, poderia ser ocupada nas indústrias a serem implantadas na área. As promessas de desenvolvimento permitiam sonhar que haveria uma mudança na estrutura econômica. As atividades secundárias tomariam lugar em importância das terciárias (baseadas em comércio, bancos, governo etc.) e de uma inexpressiva atividade primária da agropecuária. A posição do futuro parque industrial permitiria a atração de fluxos de mão de obra provenientes de núcleos populacionais próximos como Itaguaí, Vila Kennedy, Bangu e parte de Nova Iguaçu, representando um potencial de mão de obra de 16 mil pessoas, aproximadamente (JORNAL O GLOBO, 05/09/1969).

⁵⁹ Em conjunto com a sua esposa Guiomar Barros fundou o Ginásio e Escola Técnica de Comércio Afonso Celso e as Faculdades Moacyr Sreder Bastos.

Figura 38 - Membros da Associação Comercial e Industrial de Campo Grande (ACICG) visitam as obras do terminal marítimo de Santa Cruz, Rio de Janeiro, GB em 23 de junho de 1967.



Fonte: Arquivo Nacional (1967)⁶⁰.

Enquanto os grupos da Zona Oeste vislumbravam o novo papel que a área teria na sua inserção no processo de modernização do território brasileiro, o alvorecer da década de 1970 era o prosseguimento do martírio dos lavradores da Zona Rural, cuja situação era periclitante. A ausência de políticas públicas direcionadas a agricultura fazia a vida dos lavradores uma batalha morro acima diária pela sobrevivência. Não havia condições sanitárias e de saúde suficientes, e os arrendatários sofriam com os preços altos do arrendamento da terra. A corrida

⁶⁰ Disponível em:
http://sian.an.gov.br/sianex/Consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=1436656&v_aba=1

pelas terras cada vez mais valorizadas dessa parte da cidade terminava na retirada do sustento de muitos sitiantes (CORREIO DA MANHÃ, 15/01/1970).

Manoel José tem oito filhos. Suas terras nunca tiveram dono, toda vida trabalhou nelas. Plantou bananas, laranjas, chuchu, hortaliças. A produção ele escoava através das feiras, na cidade. Não vivia lá muito bem mas "ia levando". Agora não tem onde ficar. Com a ajuda de soldados da Polícia, armados de metralhadoras, a Justiça executou o despejo solicitado pela Companhia Imobiliária Jardim Nossa Senhora das Graças. Sua mãe, doente, foi tirada da casa à força, junto com os poucos móveis. O despejo de Manoel José foi apenas o primeiro. Muitos outros estão para ocorrer, porque a companhia comprou centenas de hectares de uma família que herdou a região, há dezenas de anos, de um nobre qualquer. Como não valiam nada, as terras ficaram abandonadas. Agora, com a valorização, os lavradores estão sendo expulsos (CORREIO DA MANHÃ, 15/01/1970, 1º caderno, p.4).

Contra a avalanche de loteamentos que surgiam na Zona Rural, o Secretário de Agricultura da Guanabara, Reynaldo Sant'anna, protocolou um ofício ao governador Negrão de Lima pedindo a prerrogativa que sua pasta, mais especificamente o Departamento de Agricultura da Secretaria de Agricultura, fosse responsável pela concessão de autorizações de novos loteamentos na área. Na prática a Secretaria seria a última palavra e a linha de defesa dos lavradores frente a onda urbanizadora do capital imobiliário. Teria o poder de proibir qualquer loteamento indesejado pela atividade rural e que poderia causar problemas sociais, como exemplificado pelo lavrador Manoel José. Outra questão considerada foi a grilagem de terras, prática comum na região. Para coibir os grileiros foi criada a Comissão de Estudos Fundiários, que faria um levantamento de todas as propriedades rurais do estado da Guanabara. Ainda havia a promessa de mercados destinados aos lavradores, e compartilhados com a iniciativa privada, que seriam destinados a venda da mercadoria dos produtores locais por preços mais justos, evitando a figura do intermediário (JORNAL CORREIO DA MANHÃ, 27/01/1970, 1º caderno, p.3). Tal mercado seria construído em Campo Grande, mas à época já existia o Mercado São Brás e não há registro de qualquer tipo de mercado rural além desse.

O embate entre o tradicional e o moderno, o país agroexportador e o urbano-industrial, era explícito no bairro. A reportagem do Jornal Correio da Manhã datada de 12 de abril de 1970 aborda as relações de poder que se estabeleciam e formavam o território de Campo Grande. A chamada da reportagem dá o tom da disputa política ao deixar em evidencia que existiam dois projetos de bairro em conflito naquele momento.

No centro da cidade existe um ambiente de verdadeira febre desenvolvimentista; no campo, o desânimo é total. A briga entre oposição e governo é de extremo radicalismo: parece até uma cidade do interior do Nordeste, onde são levadas em conta aquelas diferenças entre famílias tradicionais. Por outro lado, a cidade já tem uma arrecadação anual de cerca de NCr\$ 14 milhões, superior à de Natal, capital do Rio Grande do Norte (CORREIO DA MANHÃ, 12/01/1970, p.4).

De um lado os lavradores que se opunham ao modelo de desenvolvimento urbano adotado, e do outro lado a administração local que apoiava e moldava o bairro conforme os seus planos. Esses grupos eram personificados em duas figuras que se opunham energicamente. Os lavradores eram representados pela figura de Edgard Duque Estrada, diretor proprietário do jornal *Tribuna Rural*, jornal panfletário da oposição lido pelos lavradores, membro efetivo da Associação Rural de Imprensa e presidente da Associação Municipalista do Triângulo Carioca, que alegava ser o grupo que primeiro propôs a emancipação de Campo Grande da cidade do Rio de Janeiro. Duque Estrada acusava a administração do bairro de praticar especulação imobiliária, ganhando dinheiro às custas da pobreza dos lavradores. As palavras de Duque Estrada dão o contorno dramático da política urbana para o bairro.

Agora, eu não sei como vai ficar. Os lavradores morrendo de fome. O governo ganhando dinheiro com a compra de terrenos. Tudo que está aí é revoltante. Do maior produtor de laranjas, hoje não temos mais um pé. Foram eles que acabaram com tudo. Até quatro anos, no governo passado, apesar de a cidade estar crescendo, nós tínhamos essa corrida - pagando preços muitas vezes superiores ao valor da terra - para acabar com as chácaras. Que não vende sofre até atentado de morte. Vários casos ocorreram. Comigo mesmo, eles quiseram comprar dois sítios que tenho, não vendi. Agora, sou obrigado a andar armado porque minha mulher recebeu muitas ameaças (CORREIO DA MANHÃ, 12/01/1970, p.5).

Na outra ponta da discussão, estava a Administração Regional de Campo Grande sob responsabilidade da engenheira Elza Osborne e tendo um importante aliado no deputado Maurício Caldeira de Alvarenga⁶¹ do MDB, e herdeiro da tradição política dos Caldeira de Alvarenga e sua ligação eleitoral com os produtores rurais da região. Apesar desse histórico ligado a terra do deputado, o texto do seu filho Maurício Caldeira de Alvarenga Filho aponta que o deputado atuava junto as frentes de modernização do território da Zona Oeste viabilizando os interesses urbano-industriais vigentes.

Sempre atuando no interesse da Zona Oeste do Rio de Janeiro, sua base política e familiar - merece destaque a sua decisiva participação no processo de privatização da Cosigua e na criação do Banco de Desenvolvimento junto à Copeg, o qual transformou-se depois no BD-Rio; batalhou intensamente pela modernização do Porto de Sepetiba e pela industrialização da região; regularizou por lei os loteamentos da

⁶¹ Mesmo sendo parente de Francisco Caldeira de Alvarenga e Manuel Caldeira de Alvarenga, e herdeiro político da família, Maurício Caldeira de Alvarenga nega suas vinculações políticas e apresenta-se como um técnico interessado no melhor para o desenvolvimento do bairro. O texto de Maurício Caldeira de Alvarenga Filho para o sítio eletrônico do Tribunal de Conta do Município do Rio de Janeiro (TCM-RJ) diz que a vocação política do referido deputado se revelaria “em função da militância na imprensa democrática - na qual, como jornalista, foi Redator-Chefe da *Voz Trabalhista* e redator do *O Jornal e Diário da Noite* - aliada à sua íntima e filial convivência com seu outro tio Manoel Caldeira de Alvarenga”. O “não-político” elegeu-se por três mandatos, de 1965 a 1974, como deputado pelo Estado da Guanabara. Foi membro e Presidente da Comissão de Orçamento e Finanças da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, Líder do PSD, Partido do qual foi um dos fundadores, como o foi do MDB, onde foi Vice- Líder e posteriormente Líder do Governo Negrão de Lima (TCM-RJ, 2018).

Zona Oeste, reivindicação do seu povo sofrido, e ponto de partida da sua longa e fecunda trajetória (TCM-RJ, 2018).

O grupo da situação possuía como aliado o jornal "Ponto de Vista", veículo midiático lido pela classe média e elites, comerciantes e bicheiros da região, segundo a já citada edição do Correio da Manhã. Alvarenga rebate um editorial da Tribuna Rural no qual ele e a administradora eram os principais acusados.

Meus amigos e correligionários. Todos aqui presentes sabem que, durante o meu mandato, nunca fiz política. Sempre me preocupei com o trabalho e o desenvolvimento da Zona Rural. Os que me acusam fecham os olhos para obras que estão sendo executadas durante a administração desta figura fabulosa que é, sem dúvida, a dra. Elza. Não sou político. Continuo sendo apenas um técnico (CORREIO DA MANHÃ, 12/01/1970, p.5).

Contrapor o depoimento de Maurício Filho e de seu pai Maurício é identificar uma forte contradição nos discursos supostamente pró Zona Rural do último e a celebração do esforço modernizante contido no primeiro. Existe algo fora de sintonia no discurso familiar, ou seja, não faltou combinar a estratégia com os adversários e, sim, dentro o próprio seio familiar acerca do papel e das ações dos Caldeira Alvarenga na transformação rural-urbana de Campo Grande.

Ainda sobre as acusações, a administradora Elza Osborne vai além de seu aliado Caldeira Alvarenga e declara "Aqui está sendo erguida uma nova metrópole; para aqui estão vindo as grandes lojas comerciais, para aqui virão as grandes indústrias" (idem). Logo, há indícios da mudança da posição da família Caldeira de Alvarenga que teriam saído da posição do Coronelato, ávidos em extrair o poder das áreas rurais, para a abordagem desenvolvimentista solapando o que restava da moribunda Zona Rural.

No embate entre situação e oposição, que envolvem classes distintas cada qual com seu próprio projeto de bairro, o Jornal Correio da Manhã aponta que nos arredores de Campo Grande se via a construção de casas. Os preços, segundo constatado, eram superiores às possibilidades dos habitantes locais. O centro urbano já tinha contornos de progresso, onde lê-se progresso como área urbanizada. Em oposição, nas áreas rurais havia desesperança sobre o futuro.

Sobre o preço das rações, dos ovos e das máquinas. Não temos financiamentos de ninguém. O Banco do Estado, aqui em Campo Grande, funciona como uma casa bancária qualquer. Não liga para o agricultor. Recentemente, foi criada pelo governo uma Secretaria de Agricultura. Ainda não vimos nada. Está tudo parado. Não sei como os pequenos granjeiros conseguem sobreviver. Eu mesmo, caso as coisas continuem como estão, vou vender meu terreno. É lamentável, porque sempre vivi aqui, tenho o maior carinho e tudo que foi feito com muito sacrifício (...) Os homens de uma companhia de construção de casas, diz "seu" Giovanni, estão oferecendo bom preço. Apesar disso queria terminar meus dias aqui, ao lado da minha família. Porque até faculdade já existe em Campo Grande." (ibidem)

Contrapondo esse relato, Osborne afirma que as informações não são verídicas. Segundo a administradora, os terrenos sendo comprados pelos construtores já não produziam mais produtos agrícolas. Afirmava que a agricultura continuava a produzir nas áreas de Guaratiba, Pedra e Mendanha. “*Ali, no centro, é que não podem existir granjas. Isso, meu filho, é desenvolvimento, e do bom*” (ibidem – grifo nosso).

As reportagens do Correio da Manhã e do Jornal do Brasil são complementares e fornecem o exemplo de uma situação real dos conflitos entre rural-urbano / campo-cidade teorizada por Lefebvre (2001) devido a constituição do tecido urbano. O tecido urbano, formado por elementos concretos, é mais do que sua morfologia. É base material de suporte do modo de vida da sociedade urbana. Além da base econômica surgem fenômenos sociais e culturais, que trazidos pelo tecido urbano penetram nos campos. Na onda são trazidos novos sistemas de objetos e valores que moldarão uma nova estrutura de caráter urbano desfazendo, ainda que lentamente, as características morfológicas e sociais típicas da ruralidade⁶².

Na década de 1970, a vida em Campo Grande já era um misto de rural-urbano. O modo de vida urbano, marcado pelo tempo do trabalho e dos compromissos ao redor da atividade laboral, já era uma característica evidente no cotidiano da população, mas havia a convivência com o cotidiano rural, ainda que conflituoso e deveras decadente nesse ponto da história do bairro, chamado de cidade por reportagens da época, como essa do jornal Correio da Manhã. A vida urbana, ou suburbana, é evidente pela relação do trem como meio de transporte que levará os moradores do bairro (ou cidade) ao centro da capital do estado da Guanabara. Mesmo quem vinha de fora percebia a força dos elementos urbanos no espaço

Estação ferroviária, cinco horas da manhã. O microfone anuncia a saída do trem. O burburinho é de matar. Ali, naquele momento, não se tem uma ideia exata do que seja

⁶²Antigamente os subúrbios cariocas, cortados pela linha férrea da Central do Brasil, eram considerados aldeias. Campo Grande era assim, uma pequena aldeia, uma província, um arraial, que ficava na Zona Rural, na roça, como se dizia. Mas as festas das pequenas 'aldeias' todos conheciam. E as mais famosas eram as festas religiosas, como a Festa de Sant'Anna, a Festa do Desterro, a Festa de Santo Antônio. Em Campo Grande, esta última era a mais esperada nos idos dos anos 50's, a então chamada Festa da Curva do Matoso. Numa época de muito espaço, a pequena e bela igreja possuía espaço suficiente na área externa para que todos pudessem usufruir das barracas da quermesse, do palanque com banda tocando quase que a noite inteira. E chegava o momento em que os fogos de artifício coloriam determinado espaço da noite, enchendo de esperança os corações dos que, pelo menos naquele instante, deixavam a fê falar mais alto em oração silenciosa. Também naquele momento, corações se olhavam, mãos se encontravam e muitas histórias começavam ou recomeçavam. (...) Ao passo em que a cidade cresce, diminuem os costumes e a cultura de raiz, sem rega, seca e morre. Os prédios frios e cinzentos se avolumam, contaminando os corações humanos com o cimento e o asfalto e as árvores morrem e morre também um pouco da sensibilidade humana, que por medo da violência, por desinteresse, passa a se relacionar friamente através das telas virtuais. As festas são raras, atualmente. Não preenchem mais os ambientes e ninguém mais vê a graça do passado. ” Depoimento de Uilton Soares de Melo disponível em <https://saibahistoria.blogspot.com/2018/11/da-serie-campo-grande-das-minhas.html>

a cidade. Seria um subúrbio qualquer da Central do Brasil. O menino vende jornais com manchetes sensacionais, contando o último crime. As caras tristes de homens e mulheres estampam uma espécie de saudade. Só voltarão ao lar às 10 horas da noite. Tem-se então, a impressão de que Campo Grande se transforma num grande vazio (JORNAL CORREIO DA MANHÃ, 11/12/06/1970, p.4).

O passado, e em parte, o presente rural manifestava-se em pequenos detalhes do interlocutor ou nas suas memórias sobre um espaço que já não existia mais. Trabalhando como assistente numa agência de Relações Públicas, na Glória, o jovem David, personagem local entrevistado pela reportagem do Correio da Manhã, representava um dos tipos campograndenses: o morador do bairro que trabalha e estuda na área central do Rio de Janeiro, que o senso comum diz que viria encontrar seu futuro fora dos limites de Campo Grande. Na sua análise, o bairro já havia sido massivamente modificado. Ainda assim, ressentia a ausência de estabelecimentos de ensino superior compatíveis com suas intenções na advocacia, que o forçava a sair da sua terra; sonhava com a construção de universidade no bairro. Nas suas lembranças, o bairro já estava muito mudado.

"Na rua onde nasci, há uns dez anos, era tudo cercado de laranjais. Hoje, o bairro da Figueira é um dos mais populosos. Uma casa pegada na outra. Tenho saudade daquela época, mas o crescimento de Campo Grande, de certa forma, foi benéfico para a nossa geração (idem)"

Mesmo assim lamentava a falta de oportunidades no mercado de trabalho para jovens com a formação dele. É um indicador que a oferta de trabalho predominante exigia baixa qualificação forçando os jovens de maior qualificação profissional a deixar o bairro rumo a outros pontos da cidade, que absorvessem sua força de trabalho. Campo Grande produzia trabalhadores qualificados, mas não com a qualificação necessária para a indústria que viria a se instalar ao redor. Ainda, relaciona os sacrifícios laborais exigidos pela vida na cidade com a perda do sentido de comunidade devido a redução do contato com o tecido socioespacial que os cerca em razão das longas horas dispendidas no trajeto casa-trabalho. "Tem pessoas aqui, casadas, que só vêem os filhos no domingo. Isso é prejudicial à criação, ao convívio familiar" (ibidem). E estabelece uma relação que deveria ser o argumento corrente da época, pois culpa o Estado pelos problemas citados.

Um dos grandes culpados é o governo do estado, que admite a compra por preços altos, das terras utilizadas pela lavoura. A maioria dos bairros de Campo Grande não tem mais de 4 anos. As quantias pagas pelas construtoras, e mais a falta de estímulo ao agricultor, facilitam este tipo de coisa. Deveria haver uma lei proibindo esse abuso (ibidem).

Podemos estabelecer uma relação interessante a partir desse relato. A maior parte dos produtores rurais em Campo Grande eram arrendatários. A oferta de valores expressivos por

suas terras levou os proprietários a vendê-las. No processo, os arrendatários foram deixados a sua própria sorte. Essa pode ser a relação estabelecida por David ao relacionar as longas jornadas dos trabalhadores no longínquo Centro do Rio de Janeiro e a especulação imobiliária desenfreada no bairro: aqueles que poderiam viver da e na terra, perto dos seus todos os dias da semana, agora entrariam no ritmo suburbano de vida. Acordar antes do nascer do sol, passar longas e cansativas horas do dia em um transporte moderno, mas deveras falho no atendimento ao cidadão, transportar suas marmitas na bolsa ou na mochila dentro do trem ou ônibus lotado. O mais cansativo para o trabalhador suburbano pode ser menos o expediente e mais toda a aventura que se constitui as idas e vindas entre a residência e o local de trabalho. Vestido com camisa aberta, gravata solta no pescoço e sapatos na estação de trem do bairro, David contrasta com outra figura do bairro. Próximo a David, na Rua Coronel Agostinho, identificada como a principal rua da cidade, mas separado por algumas horas de intervalo, às 08 horas da manhã junto com a abertura das portas do comércio surgem diversos tipos humanos, dentre os quais “um velho agricultor, de botas, roupa de sair, tendo ao lado a mulher sem dentes, entra no bar e pede uma cerveja e bolinhos de bacalhau”(ibid). O modo de se comportar é atípico para uma cidade, segundo a visão do repórter do Correio da Manhã, pois o agricultor fala alto mas entende que esse encontra-se confortável naquele ambiente que considera seu, também. A conversa com aqueles que o cercam tem como tema inicial o preço dos ovos. “Não se pode mais criar galinhas. Uma dúzia de ovos sai para a gente por mil e duzentos e é vendida, quanto o preço está bom por mim e quatrocentos. Duzentos mil reis não chegam nem para viver (ibid)”. A resposta vem de outro agricultor que entre copos de cerveja disserta sobre as dificuldades dos plantadores de banana, na região da Ponta de Sepetiba. Ainda sobre tempo para a pauta de costumes. Revelam-se conservadores pois versam sobre os vestidos das moças da época, possivelmente num tom de desaprovação da moda da época. A diversidade e o choque do "atraso-moderno", da existência de classes sociais consumindo o mesmo espaço era facilmente entendido ao notar o modo de ser, vestir e comportar dos indivíduos.

É um verdadeiro festival de tropicalismo: não só pelas ruas, as mais diversas, desde o vestir simples da mulher do campo, até a ultra-minissaia das mocinhas. O chapéu de couro do vaqueiro faz um contraste bonito com o havana dos "homens do bicho"; hoje uma atividade em recesso, pelo menos, na Zona Rural. O tipo de compra, como não poderia deixar de ser, também sofre profundas variações: a chita para o Natal no campo é uma presença obrigatória, como as roupas sofisticadas das butiques. Os homens ficam no bar. Não entram nas lojas. (...) Antes de chegar ao meio dia, as ruas começam a ficar vazias. Todos vão para as casas. É hora do almoço. Os ricos apanham seus luxuosos automóveis e os pobres lavradores e operários, o ônibus ou tradicional carro de boi (ibid).

A aguçada percepção do espaço geográfico por parte do repórter aliada a habilidade de compor a redação da reportagem a torna uma projeção holográfica do espaço campograndense. Pelas palavras é possível mentalizar a imagem da cidade de outrora. O rural ao mesmo passo que era expulso do centro do bairro recorria ao mesmo como extensão, e últimos suspiros do seu modo de vida, daquela sociedade agrícola que estava se desfazendo. O binômio campo-rural, era presente nas franjas do bairro e seus bairros vizinhos para o oeste como Inhoaíba, Paciência e Santa Cruz, e ainda conviveria com a cidade-urbano por algum tempo. É possível ver os objetos desse passado na paisagem na forma de galpões refuncionalizados, que sobreviveram ao processo de urbanização, nas margens de algumas estradas, como a Estrada do Lameirão e Estrada da Posse. Outros permaneciam de pé, até que recentemente foram vencidos pelo tempo.

Figura 39 - Galpões de granjas e citricultura na Estrada da Posse e Estrada do Lameirão em Campo Grande e Santíssimo, Rio de Janeiro.



Fonte: O autor, 2019.

As rugosidades são objetos pretéritos que marcam a paisagem de maneira que se tornam a própria memória do espaço. A materialidade sobrevive revelando as bases sobre as quais o espaço foi construído ao longo do plano temporal. Logo, feições do campo continuam visíveis seja pelos objetos sobreviventes ou pela implantação de objetos que remetam ao passado, como resgate da memória e imposição da história e da geografia que se deseja como verdade. É possível perceber o casario inalterado com feições campestres cercados por objetos típicos da manifestação do urbano na cidade.

O rural, como manifestação e forma social, é percebido pela influência da igreja no contexto social que está literalmente na fachada das casas do bairro, e paradoxalmente pelo ideário liberal contido no discurso político conservador como lido na obra de Dilson Alvarenga de Menezes⁶³, herdeiro político da família Caldeira de Alvarenga. Os costumes conservadores da escola de referência do bairro, o Colégio Belisário dos Santos, que até o final do século XX adotava o uniforme típico de estudantes normalistas como padrão de vestimenta.

⁶³ Dilson de Alvarenga Menezes foi lançado politicamente por Maurício Caldeira de Alvarenga (deputado estadual) e Helton Veloso de Castro (proprietário do Colégio Belisário dos Santos). Eleito em 1974 era apadrinhado por Maurício Caldeira de Alvarenga, que o considerava como parte da nova geração de políticos de Campo Grande. Helton Veloso fez o discurso de lançamento da candidatura asseverando que o futuro deputado representava a comunidade de Campo Grande. Veloso afirma abertamente que Campo Grande é integrante do Triângulo Carioca, remetendo ao Grupo Triângulo da virada do século XIX para o século XX. O próprio Dilson reconhecia a sua candidatura como herança da linhagem desse grupo político da Zona Oeste. Uma aliada de Maurício Caldeira e importante figura em Campo Grande, Elza Pinho Osborne, foi congratulada pela colaboração nas candidaturas. A rede política estendia-se a Jacarepaguá através de Antônio Dias Lopes, agrônomo ligado aos lavradores do bairro, que teria desistido da candidatura em prol de Dilson. Por Elza Osborne e Helton Veloso, Dilson teria acesso aos empreendedores imobiliários e as classes urbanas, especialmente as campo-grandenses, por Dias Lopes o eleitorado de lavradores de Jacarepaguá e por seu histórico e ascendência familiar os votos do bairro de Guaratiba. A profissão médico proporcionava a projeção da imagem entre as famílias atendidas e os colegas de profissão, que poderiam agir como multiplicadores do seu prestígio perante a população. Recorria ao expediente do uso da máquina midiática proporcionando a Dilson a exposição da imagem e das ideias via a publicação de seus trabalhos.

Figura 40 - Alunos vestem uniforme tradicional em sala no Colégio Belisário dos Santos em Campo Grande, Rio de Janeiro



Fonte: Página Colégio Belisário dos Santos, 2015⁶⁴

Empiricamente, pelas inúmeras vezes que ao longo da vida, especialmente no final do século XX e início do século XXI, ouviu-se o morador de Campo Grande referenciar o bairro como “roça”. Não pelas atividades estabelecidas no espaço, mas pelo pensamento da coletividade ainda muito arraigado a valores e costumes da sociedade rural, e levados a cabo no plano da cidade, como manifestação material, formando o binômio com o urbano, a manifestação socioespacial, que a partir daquele momento no alvorecer dos anos 1970 melhor classificava Campo Grande.

A dialética entre as duas dinâmicas formadas no binômio campo-rural e cidade-urbano na escala do bairro é exemplar dos contextos mais gerais da produção do espaço na cidade. Mesmo que as formas e os objetos dos binômios fossem diferentes, existia uma complementaridade nos conteúdos dessas formas e no exercício das suas funções. Por exemplo, a continuidade da produção agrícola nos arredores do bairro poderia suprir as mercearias, padarias e o Mercado São Brás garantindo a alimentação do bairro. O mercado está, até os dias atuais, encravado no seu centro comercial produzindo fluxos para os outros pontos comerciais e vice-versa, alimentado pelas ligações rodoviárias e ferroviárias estabelecidas pela urbanização. Os líderes políticos locais realinhavam-se com as forças engendrantes da

⁶⁴ Disponível em: <https://www.facebook.com/colégiobelisario.dossantos>

urbanização, os novos representantes políticos viriam das classes urbanas, vide a eleição de Moacir Bastos, a emergência do terciário como atividade econômica significativa para a economia local, a fundação do Teatro Rural do Estudante, que apesar do nome é um objeto cultural tipicamente urbano, revelam o domínio exercido pelo urbano frente ao rural. A totalidade do bairro, que é apenas um fragmento na escala maior da cidade, estava integrada resultando no desfacelamento das relações campo-rural entrelaçando-a dinâmica da sociedade urbana, que é a urbanização completa da sociedade (LEFEBRVE, 1999). O espaço pertencia agora a classe urbana formada por comerciantes, funcionários públicos, empresários da área dos serviços educacionais, rentistas, bicheiros e outras categorias ligadas ao urbano. Essa nova sociedade urbana produziu e organizou o espaço no molde materializado pelas suas ações. Emanadas dos seus planos e projetos políticos, que foram organizados a partir da sua própria organização sociopolítica.

O urbano, de certa forma, é hoje a expressão da forma de organização da atividade econômica, de um lado, que cria uma certa estrutura de classes, e, do lado do regime político, da falta de voz das classes populares, direcionando, portanto, os gastos do Estado, todo o seu poder, desse ponto de vista de investimento, para atender sobretudo aos reclamos advindos das demandas da classe média (OLIVEIRA, 1982, p.51).

Nos anos 1970, em termos de fisionomia e atributos urbanos, Campo Grande contava com 25 praças ajardinadas, mais de 100 ruas calçadas e as linhas de ônibus, que tomaram o papel dos bondes, na ligação com os bairros distantes e os migrantes oriundos de outras cidades do estado do Rio. A reportagem atesta que esses fatores reunidos contribuíram para o fim do uso rural, exemplificado pelo desaparecimento das chácaras próximas ao núcleo urbano. Estabelece-se que a passagem rural-urbana foi a gênese de uma classe média abastada e numerosa, formada por uma classe urbana: comerciantes, ex-proprietários fundiários - que lucraram com a venda de loteamentos - e os bicheiros. Formavam o tripé que sustentava a elite local materializada na paisagem construída por “um número considerável de casas confortáveis, em alguns casos verdadeiros palacetes, como a residência do bicheiro Mário Stábile, famoso por suas obras filantrópicas” (CORREIO DA MANHÃ, 1970, p.).

Figura 41 - Edifício batizado com o nome de Mario Stabile na Travessa Dib, no Calçadão de Campo Grande, Rio de Janeiro



Fonte: O autor, 2019.

Aquilo que restava de rural eram resquícios do passado, muitas rugosidades que não resistiriam aos conflitos e ao tempo. Uma guerra assimétrica de atrito com final previsível. Os bolsões de ruralidade existiam por persistência daqueles que sempre viveram da terra, mas sabiam que essa relação era cada vez mais temporária. A chegada das forças urbanas não poderia ser repelida, sendo o seu avanço irreversível.

Entre as malhas de tecido urbano persistem ilhotas de ruralidade “pura”, torrões nativos freqüentemente pobres (nem sempre), povoados por camponeses envelhecidos, mal “adaptados”, despojados daquilo que constitui a nobreza da vida camponesa nos tempos de maior miséria e da opressão. A relação “urbanidade-ruralidade”, portanto, não desaparece; pelo contrário intensifica-se, e isto mesmo nos países mais industrializados (LEFEBVRE, 2001, p.19).

A tradição rural e a vocação agrícola do bairro tornam-se entraves para a modernização desejada e planejada pelos grupos, herdeiros por relações familiares e políticas com a hegemonia local, que representam a chamada sociedade urbana. “Aqui ou ali, as tensões tornam-se conflitos, os conflitos latentes se exasperam; aparece então em plena luz do dia aquilo que se escondia sob o ”tecido urbano” (idem).

Apesar de ainda haver alguma esperança na manutenção da vocação agrícola das regiões de Campo Grande e de Guaratiba, a valorização das terras tornou-se um forte impedimento. As grandes fazendas, que já haviam sido substituídas por lotes cada vez menores da agricultura de subsistência, foram ocupadas pelos loteamentos. Segundo

dados do IPEG (Instituto da Previdência do Estado da Guanabara), em meados da década de 1970, havia uma grande concentração imobiliária na Zona Sul, ficando mais desocupadas as áreas de Jacarepaguá, Barra da Tijuca, Campo Grande e Guaratiba. Campo Grande perdeu sua característica agrícola e a oferta de terrenos de loteamento cresceu na região (MELLO, 2016, p.62).

Pelo histórico dos conflitos de terras, a denúncia da falta de políticas voltadas para o campo e a crescente desruralização pelo processo de expulsão dos lavradores tendo em vista a modificação do uso do solo pela especulação imobiliária, é difícil não construir um juízo de valor acerca dos lados em conflito. É inegável que o avanço da mancha urbana atropelou o uso rural do bairro que passou a ser realocado cada vez mais para as suas franjas rurais em favor da crescente produção de loteamentos.

A fala da administradora Elza Osborne confirmando a chegada de indústrias para a antiga Zona Rural é um indicativo do alinhamento entre a ordem próxima e a ordem distante utilizando o espaço do bairro para a realização de macroprojetos de desenvolvimento nacional. Ao longo da década de 1970 os atores políticos e econômicos do bairro canalizaram seus esforços no sonho nacional-desenvolvimentista no qual a indústria seria a resposta para o desenvolvimento de Campo Grande. A pergunta que cabe seria: Como não perceberam o potencial terciário por si só? Uma hipótese é a intoxicação ideológica cepalina, que fazia da indústria o principal mote de desenvolvimento para quem o desejasse, pode ter tirado os sentidos dos políticos locais. A outra hipótese possível é que não havia nenhum pensamento das forças locais sobre o setor terciário e sobre os negócios imobiliários como um “negócio” por si só, com certa autossustentabilidade econômica.

O noticiário e figuras com peso político considerável da época ressaltava o plano de desenvolvimento de Campo Grande atrelado a industrialização. O Professor Moacyr Bastos relata que objetos industriais estavam presentes na estrutura do bairro desde a década de 1960. A pequena lista publicada pelo empresário destaca as indústrias J.M. Bormann atuante na indústria naval, Postes Cavan produtora de postes de cimento, Fundações Ronei de estruturas metálicas, Novi-Fôrmas para calçado LTDA., Aurora Comércio e Indústria de Móveis e Sociedade Abastecedora do Comércio e da Indústria de Panificação Sacipan S.A.. O autor do texto original termina a lista com a frase "Além de muitas outras (BASTOS, 1968, p.82)" fazendo questão de reforçar a imagem de modernidade. Talvez, tentasse justificar o discurso de Campo Grande integrado a cidade.

O jornal “O Globo” produzia reportagens sobre os atributos do espaço e o desejo dos agentes em inserir o bairro na onda industrializante para não perder o bonde da história, uma

vez que o bairro teria ficado a deriva após a queda da citricultura. Em 1971, na reportagem intitulada “Campo Grande quer indústria pesada para crescer de novo” destaca-se que a periferia do bairro conteria 18 indústrias de médio e pequeno porte. O novo administrador regional Hélio Albuquerque Nogueira tinha problemas a resolver, mas já existiria o desenvolvimento de infraestrutura que permitiria a implantação de grandes indústrias que liderariam a nova etapa da economia de Campo Grande (JORNAL O GLOBO, 21/06/1971). O projeto avançou para a instalação de um estaleiro no bairro vizinho de Inhoaíba, próxima a estação ferroviária Benjamim do Monte. Os efeitos da industrialização foram sentidos pelos serviços médicos da região. Segundo o Dr. Ibrahim Hannas os acidentes automobilísticos teriam aumentando devido a construção de novas estradas e a instalação de indústrias (JORNAL O GLOBO, 22/09/1974).

Figura 42 - Marcus Vinícius Pratini de Moraes, ministro da Indústria e Comércio, inaugura as obras da fábrica Ishibrás, em Campo Grande, RJ e propaganda da implantação da planta industrial no bairro

Cada vez que estas engrenagens se movimentam, implanta-se ou amplia-se mais uma indústria no Brasil



Siderúrgicas, metalúrgicas, petroquímicas, refinarias, fábricas de cimento, fábricas de papel, usinas termelétricas, hidrelétricas e nucleares, portos, etc.

Implantando novos empreendimentos ou ampliando complexos industriais já em funcionamento, a Fábrica de Equipamentos Industriais Pesados da Ishibras, em Campo Grande, no Município do Rio de Janeiro, está capacitada a projetar, fornecer, montar, testar e colocar em operação fábricas completas. Além disso, produz componentes para a expansão da capacidade industrial, tais como: fornos, caldeiras e fornalhas de grande porte, altos-fornos, torres de processamento, tanques e vasos de pressão de todos os tipos, laminadores, lingoteiras, assim como equipamentos de transportes: pontes rolantes, porticos, guindastes, guinchos, "stackers", "reclaimers", terminais de minerios e portuários. Equipamentos termonucleares, trocadores de calor, tubulações de alta pressão. Equipamentos e componentes navais: motores Diesel propulsores e auxiliares, lemes, escotilhas, estruturas metálicas, etc.

Uma indústria a serviço da indústria, uma fábrica que constrói fábricas, assim é a Fábrica de Equipamentos Industriais Pesados da Ishibras.

Produtos com a qualidade e garantia



Ishibras Ishikawajima do Brasil - Estaleiros S. A.

Fábrica de Equipamentos Industriais Pesados - Rua Campo Grande, 3.500 - Rio de Janeiro RJ - Tel: (021) 394-5151 - Divisão Comercial - Av. Graça Aranha, 333 - Rio de Janeiro RJ - Tel: (021) 244-3322 - Telex: (021) 21-336 ISHI BR.
Escritório São Paulo - Av. Dr. Bernardino de Campos, 98 - 7.º andar - São Paulo SP - Tel: (011) 285-5211 - Telex: (011) 23-344 ISHI BR.
Escritório de Belo Horizonte - Av. Afonso Pena, 732 - 10.º andar - Belo Horizonte MG - Tel: (031) 224-4712
Escritório Porto Alegre - Rua Chaves Barcelos, 36 - conj. 805/6 - Porto Alegre - RS - Tel: (0512) 25-4184 - Telex: (051) 1415 ISHI BR.



Com a sua fábrica nº 2 a Ishibras cresceu para melhor servir ao crescimento do Brasil.

Hoje, o nome ISHIBRAS não significa apenas modernos navios de grande porte levando a bandeira do Brasil aos mares mais distantes. Significa também equipamentos industriais sofisticados, produzidos na Fábrica nº 2, destinados a atender as crescentes demandas da economia nacional. Localizada em Campo Grande, Município do Rio de Janeiro, em área de 600.000 m², a Fábrica nº 2 desempenha



de seus recursos humanos no projeto, construção e montagem de complexos siderúrgicos, petrolíferos, petroquímicos, usinas termo, hidroelétricas e nucleares, indústria de cimento, papel, produtos químicos, mineração, equipamentos portuários, terminais marítimos, compressores, motores Diesel e grandes estruturas metálicas. No mesmo local, três empresas associadas permitem estender a gama de atendimento - a PROTUBO no setor de curvatura de tubos, a TERRABRAS na fabricação de painéis elétricos especializados e a ITAIPUAM nas montagens industriais. Em pouco tempo a Ishibras acostumou-se a ultrapassar barreiras e superar obstáculos, a fim de bem acompanhar o progresso do Brasil.



Ishibras Ishikawajima do Brasil - Estaleiros S. A.

1976
R. Traó Ramos, 103 - tel: 021 244 3322
Telex: 021 21 336 ISHI BR - 25-4184 - 1415 ISHI BR

Fonte: Arquivo Nacional (1974); Revista Marítima Brasileira (1976)⁶⁵; Blog Saiba História (2018)

A suposta substituição da moribunda produção agrícola pelas atividades industriais ganhou ainda mais força ao longo da década de 1970 com a implantação da Zona Industrial de Campo Grande (além das Zonas Industriais de Santa Cruz, Paciência, Palmares e Fazenda

⁶⁵ Título: Com a sua fábrica nº2 a Ishibras cresceu para melhor servir ao crescimento do Brasil. Texto: Hoje, o nome ISHIBRAS não significa apenas modernos navios de grande porte levando a bandeira do Brasil aos mares mais distantes. Significa também equipamentos industriais sofisticados produzidos na Fábrica nº2, destinados a atender as crescentes demandas da economia nacional. Localizada em Campo Grande, Município do Rio de Janeiro, em área de 600.000 metros quadrados, a Fábrica nº2 desempenha importantes funções de absorção de tecnologia através da utilização de seus recursos humanos no projeto, construção e montagem de complexos siderúrgicos, petrolíferos, petroquímicos, usinas termo, hidroelétricas e nucleares, indústria de cimento, papel, produtos químicos, mineração, equipamentos portuários, terminais marítimos, compressores, motores Diesel e grandes estruturas metálicas. No mesmo local, três empresas associadas permitem estender a gama do atendimento - a PROTUBO no setor de curvatura de tubos, a TERRABRAS na fabricação de painéis elétricos especializados e a ITAIPUAM nas montagens industriais. Em pouco tempo a ISHIBRAS acostumou-se a ultrapassar barreiras e superar obstáculos, a fim de bem acompanhar o progresso do Brasil (REVISTA MARÍTIMA BRASILEIRA, 1976).

Botafogo) em terrenos adquiridos pelo governo estadual. Essa Zona Industrial foi a última a ser criada na cidade como alternativa a ocupação dos distritos de Paciência, Palmares e Fazenda Botafogo, nas quais os lotes estavam todos vendidos, reservados ou ocupados. Em 1976, 43.141 m² da Zona Industrial de Campo Grande foram licenciados para a indústria, representando cerca de 20% da área licenciada para o setor fabril na cidade do Rio de Janeiro. Apesar da aparente pujança da atividade industrial, dois fatores, um de ordem econômica e outro do planejamento de infraestrutura, além de outras questões locais, foram desmobilizadores do sucesso industrial da região. Os distritos industriais, inclusive Campo Grande, entraram em atividade após o fim do milagre econômico brasileiro em 1973 e, talvez por esse motivo, não houve a finalização da construção do Porto de Sepetiba (atual Porto de Itaguaí), que se constituía como elemento-chave dos planos de infraestrutura para atrair a instalação de fábricas nos distritos da Zona Oeste (DAMAS, 2008). Em outras palavras: a implantação da indústria em Campo Grande, e em outros bairros da Zona Oeste, não atingiu as expectativas traçadas e antecipadas para o desenvolvimento local.

A industrialização era um dos processos em desenvolvimento em Campo Grande. Concomitantemente as mazelas de um projeto de urbanização mal planejado, a formação de um centro de comércio e serviços estava a pleno vapor. O desenvolvimento geográfico desigual⁶⁶, e combinado, cobrava o seu preço no espaço dividido entre as características de modernidade, que conviviam com áreas agradáveis no seu entorno imediato, com os problemas de espaços urbanos sem a devida infraestrutura tipicamente urbana.

O repórter do Jornal O Globo via o centro de Campo Grande tão movimentado quanto as principais avenidas da Zona Sul do Rio, na hora do rush. Bancos, supermercados, comércio variado, restaurantes e hotéis - além da estação ferroviária - levavam às ruas um grande número de pessoas, principalmente à tarde. O trânsito não diferia de outros grandes bairros da cidade, pois ficava congestionado e com sérios problemas de estacionamento. O entorno do centro, em contraste, remetia a um ar de cidade interiorana com ar bucólico, raro em outros locais do Rio

⁶⁶ Sobre o processo desigual da produção do espaço em Campo Grande, consultar “O Estado capitalista e a produção desigual do espaço no bairro de Campo Grande, Rio de Janeiro” de Paulo Henrique Araujo Barata, 2012. A dissertação baseia-se na Teoria do Desenvolvimento Geográfico Desigual, fruto das elucubrações e da inserção do viés marxista no âmbito da Geografia Crítica ou Radical, que desvelará a produção das diferenciações espaciais concernente ao espaço urbano. Apoiado nessa base teórica objetiva-se desvelar a produção do espaço desigual no bairro de Campo Grande, Rio de Janeiro, com foco nas Zonas Residenciais 3 e 4, pela leitura das políticas urbanas estatais, que fragmentam e restringem o acesso aos diferentes espaços do bairro, estabelecidas e influenciadas pelo neoliberalismo no momento atual da integração e acumulação do sistema político-econômico mundial estabelecido como Globalização. Ainda, verifica-se a influência dos agentes privados na formulação de tais políticas e na apropriação e produção do espaço.

de Janeiro. As casas mantinham a fisionomia de décadas anteriores, talvez remetendo aos ares de uma pequena cidade. Quase não havia acidentes e as crianças empinavam pipas sem grandes preocupações (JORNAL O GLOBO, 22/09/1974). Esse oásis de paz, calma e salubridade era uma ilha cercada de graves problemas urbanos.

O adensamento e congestionamento do seu centro, no mesmo passo do surgimento de problemas urbanos é o movimento dialético de explosão-implosão das cidades. A cidade explode quando expandem-se horizontalmente amplificando suas manchas urbanas. Áreas da cidade incorporam-se de diferentes maneiras ao tecido urbano, como subúrbios “de dentro” ou “de fora”, como na cidade do Rio de Janeiro, assistidos ou não pelas linhas férreas, formando outras dimensões ou realidades urbanas, mas ainda sim expressões do urbano. A implosão segue a explosão formando um par dialético indissociável. A cidade implode quando a densidade de objetos e fluxos urbanos tornam-se grandes demais para serem comportadas naquele recorte espacial (LEFEBRVE, 1991). A geografia urbana da cidade do Rio de Janeiro estava alterada, pois Campo Grande tornava-se progressivamente uma centralidade, mesmo que timidamente, longe dos holofotes, dos bairros ao redor, ainda que mantivesse a sua relação de dependência com o centro da cidade do Rio de Janeiro.

A crescente demanda por habitação exerceu uma considerável pressão sobre o mercado do solo urbano. Diferentes localidades foram utilizadas para a produção imobiliária, contempladas ou não com distintas vantagens locais, determinadas pela existência de serviços urbanos - como transporte, serviços de água e esgoto, escolas, comércio e prestígio social da vizinhança. Quanto menor fosse a acessibilidade aos serviços urbanos, menor seria o valor agregado daquela localização, sendo o oposto verdade para a localização na qual esses recursos não fossem escassos. O mercado imobiliário capitalista força a segregação socioespacial, pois o acesso às áreas de maior dotação em infraestrutura é realizado pelas camadas de renda mais elevada, com disponibilidade financeira para pagar pelo direito a dignidade das condições de existência, enquanto as áreas piores em oferta de serviços, e por isso mais baratas, são destinadas a população pobre. As áreas residenciais segregadas representam papel ponderável no processo de reprodução das relações de produção, no bojo do qual se reproduzem as diversas classes sociais e suas frações: os bairros são os locais de reprodução dos diversos grupos sociais (CORRÊA, 1989; SINGER, 1979).

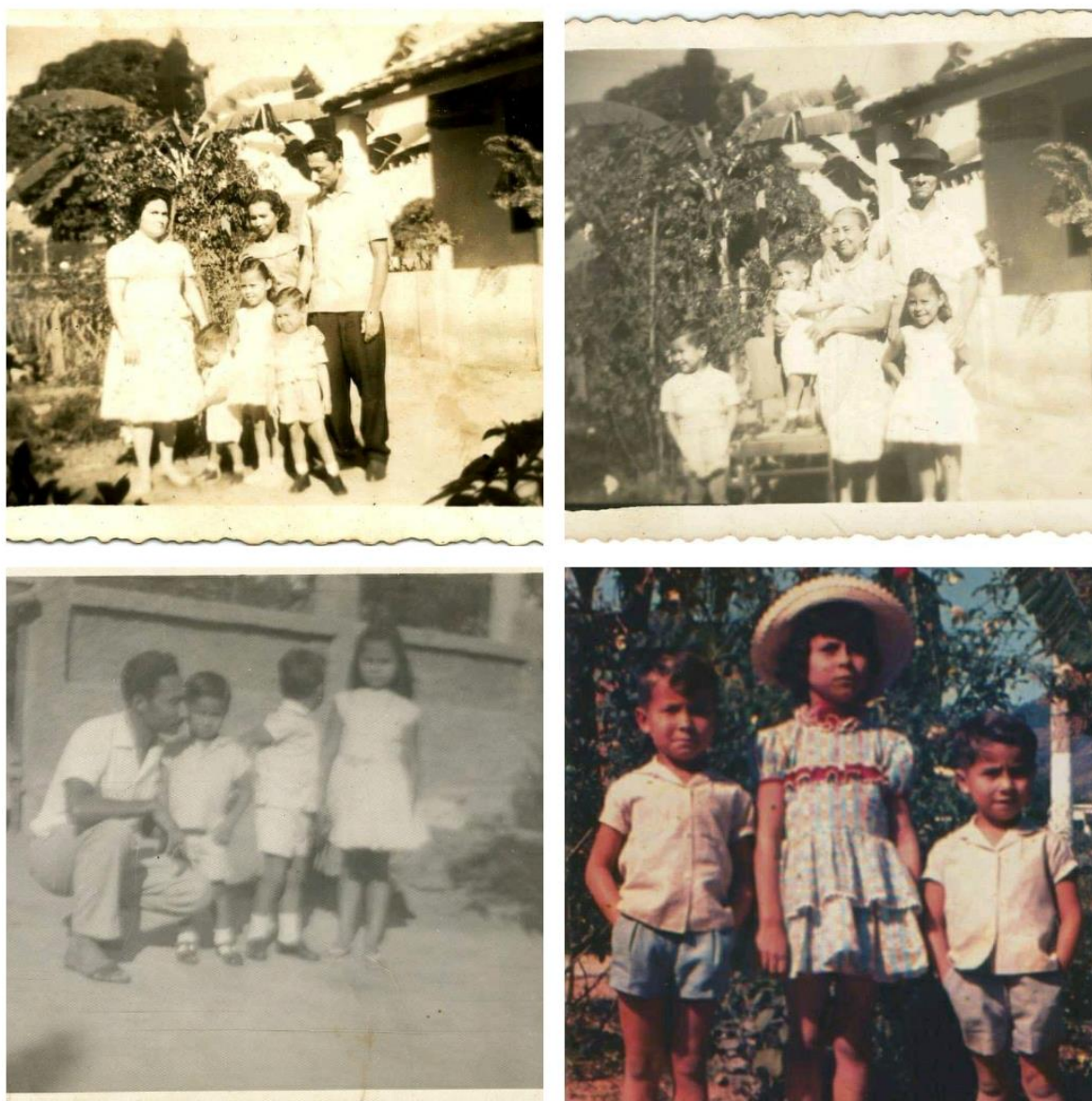
Talvez, não houvesse mais disponibilidade de estoque de terras no centro do bairro para os recém-chegados do Sertão do Brasil para o antigo Sertão Carioca. Por outro lado, os empreendedores imobiliários trabalhavam baseados na produção capitalista do espaço. O centro

do bairro que já continha os privilégios da proximidade com a estação ferroviária, meio de transporte mais rápido para o Centro da cidade e outros bairros, crescente comércio campograndense, era reservado a elite urbana-comercial. Segundo entrevista realizada com Maria Cristina Bastos Lima, herdeira da família Bastos, tendo a linha férrea como referência o lado sul de Campo Grande é o “lado de cá”. É o ponto de origem do bairro tendo como referência a fundação da Igreja Nossa Senhora do Desterro, como objeto fundamental na determinação do estabelecimento de um povoado. O nascido e criado do “lado de cá” era provavelmente o campograndense ligado às famílias mais tradicionais, na sua maioria de origem portuguesa, e aos símbolos sagrados e comerciais do bairro, antigos moradores do casario na Rua Coronel Agostinho e ruas vizinhas, donos do comércio, proprietários de espaços educacionais, representantes comerciais e políticos, descendentes de antigos proprietários rurais que alinharam-se ou não às mudanças do rural para o urbano.

O lado norte do bairro era conhecido como a porção mais carente, sendo conhecido como o “lado de lá” do bairro. O morador do lado de “lá” eram os pobres, moradores de “tão tão distante”, “aquele lugar que você vai, vai, vai, vai...”. À periferia desassistida, que conservava os aspectos de Sertão carente de infraestrutura, foram destinados os migrantes de baixa renda. Áreas afastadas do centro do bairro de Campo Grande, como as localizadas nos limites entre Santíssimo e Campo Grande, foram loteadas e ocupadas por migrantes de outros estados como os Araujo Barata, da Paraíba e do Pará, os Silva do interior de Minas Gerais e os Siqueira da Silva, do Ceará, por exemplo.

A ocupação espaçada de Campo Grande – a estratégia de produção em saltos, com produção no centro e na periferia preservando o espaço intermediário como reserva de valor, é explicada através da compreensão da lógica capitalista da sua execução no intuito da exploração da renda da terra. É impossível prever a valorização de determinadas áreas do espaço. Entretanto, essa capacidade “premonitória” é possibilitada caso o indivíduo ou grupo tenha algum tipo de controle sobre a implantação de elementos que incidam positivamente sobre o preço do solo. Os empreendedores imobiliários adquirem terrenos sem qualquer infraestrutura urbana às margens da cidade, nesse caso do bairro. A venda de loteamentos nesses terrenos desprovidos de serviços urbanos força o Estado a estabelecer o seu provimento para atender aos novos moradores. Como um passe de mágica, os terrenos vazios entre o antigo núcleo e o novo núcleo urbano são valorizados pela presença dos desejados serviços de infraestrutura urbana. Assim, a especulação imobiliária logra sucesso em influir o poder público forçando-o a beneficiar certas áreas com a expansão de serviços (SINGER, 1979).

Figura 43 - A paisagem tipicamente rural do loteamento São Vítor, na Estrada da Posse nos limites dos bairros de Santíssimo e Campo Grande, e seus moradores nos anos 1960.



Fonte: Família Araujo Barata, década de 1960.

Nas estradas do lado norte do bairro, o lado de lá, esses terrenos valorizados pela urbanização em saltos foram apropriados pela empresa ECIA-Irmãos Araújo, fundada em Jacarepaguá, um dos bairros nascidos do Sertão Carioca, no ano de 1955. Nas décadas posteriores, tornou-se a principal proprietária fundiária, loteadora e empreendedora imobiliária desse recorte espacial. A ECIA foi a responsável pelo lançamento do maior número dos loteamentos nas seguintes estradas: Posse, Mendanha, Tinguí e Pedregoso. O rodoviarismo do nacional-desenvolvimentismo foi materializado na produção dos loteamentos ao longo das mal acabadas estradas em vez da linha férrea. Especialmente os da ECIA a partir dos anos 1980

batizado com nomes femininos como Adriana, Alessandra, Carolina, Débora, Isadora, Letícia, aqueles que chegaram por último ao bairro.

No bairro de Campo Grande, os terrenos mais próximos a linha férrea foram os primeiros a serem ocupados. Até que se chegasse a novas manchas urbanas havia um imenso vazio urbano ocupado por antigos sítios e estoque de terrenos já pertencentes a donos juridicamente registrados como companhias limitadas, como a Prado Sarmento⁶⁷ – proprietária da antiga Fazenda do Tinguy – e Pedra Angular Companhia Limitada⁶⁸ – que deu origem ao loteamento Pedra Angular, na Estrada das Capoeiras. Por muito tempo a outra ponta da urbanização em saltos foram os loteamentos do Parque São Pedro, ainda em Campo Grande, São Vítor – chamado pelos mais antigos como Jardim São Vítor, cuja primeira rua serve como delimitação atual entre os bairros de Campo Grande e Santíssimo, baseado no PEU implantado em 2004.

A explosão da cidade verificada no bairro resultou na produção de loteamentos resultou em cerca de 300 empreendimentos clandestinos sem abastecimento de água, calçamento de ruas, saneamento básico, eletricidade e serviços de limpeza urbana⁶⁹. Eram localidades invisíveis aos olhos do Estado, pois não eram legalizadas. Mesmo aqueles legalizados apresentavam problemas, se não no próprio loteamento, mas no seu entorno imediato⁷⁰. Os

⁶⁷ Mais um desastre na rodovia Rio-São Paulo. Tombou um auto-transporte e o seu chauffeur e quatro passageiros são feridos. (...) e Nelson Vieira, branco, brasileiro, com 52 anos de idade, casado, administrador da Fazenda Tinguy, da Companhia Prado Sarmento, com ferimentos no nariz, rosto e nos joelhos. (...) (DIÁRIO CARIOCA, 10/10/1928, Vida Carioca, p.3)

⁶⁸ Escotismo: Qual é o melhor escoteiro do Brasil? Associação de Escoteiros de Campo Grande. Estando por 8 dias os exames para segunda classe, dos escoteiros diferentes grupos de Campo Grande, os grupos "Alba Nascimento" e "Mario Barbosa" acamparão durante toda a próxima semana, sob a direção do chefe Ataliba Soares, em locais diferentes, isto é, 2 dias no lugar denominado Capoeiras, de propriedade da Pedra Angular Cia. Ltda.. (DIÁRIO CARIOCA, 21/06/1930, Noticiário, p.10)

⁶⁹ “O progresso chegou e também chegaram as residências, tornando Campo Grande o bairro mais populoso do Brasil. Com estrutura antiga e sem investimentos, os problemas da superpopulação permeiam o caos urbano no trânsito e também no tráfego de pedestres. (...) O progresso chegou a Campo Grande, deixando de ser Zona Rural para ser a Zona Oeste do Rio de Janeiro, com estruturas caóticas de cidade grande”. Depoimento de Uilton Soares de Melo disponível em <https://saibahistoria.blogspot.com/2018/11/da-serie-campo-grande-das-minhas.html>

⁷⁰ “Chamar o São Vítor de bairro é errado. É um loteamento na Estrada da Posse, que ninguém sabe ao certo se parte de Campo Grande ou Santíssimo. Está ali no limbo geográfica entre o tráfico e a milícia. Isso não é o mais importante nesse momento. Em certo dia, 10/12/2018, eu estava andando com o Arthur pelas ruas do “bairro” quando entramos numa rua que nunca tinha passado antes. O calçamento de paralelepípedos ressaltava sua diferença para as outras ruas do loteamento. Era um conjunto de novas ruas! Desde quando estão ali que não percebi? Quem as produziu? Enfim... Ruas calçadas, lotes bem delimitados, casas bem construídas... Essa é a visão que o Arthur terá dessa parte do bairro quando crescer. Lembrei da minha infância nos anos 1980, na mesma idade que ele tem hoje: 4 anos. Uma passagem do livro “O Espaço Urbano” sobre as periferias descreve o São Vítor de 30-40 anos atrás. “Criam-se loteamentos populares na

loteamentos revelaram-se um desastre do ponto de vista dos padrões legais da produção do espaço urbano. As condições desequilibradas da economia brasileira, o monstro da inflação, teriam corroído a capacidade de investimento dos loteadores, que por isso não teriam honrado a implantação da infraestrutura urbana exigida pelo Estado. A Administração Regional possuía capacidade limitada para remediar a situação. No máximo, enviava máquinas para nivelar as ruas e/ou aparar o mato que crescia nas vias. Metade das 55 mil edificações da Região Administrativa de Campo Grande não possuía a maioria dos serviços públicos essenciais. O ponto nevrálgico era a inexistência de uma rede de saneamento básico em praticamente toda a área da XVIII RA de Campo Grande. A drenagem e o saneamento das décadas passadas foram insuficientes para a salubridade do local face a crescente urbanização. A inexistência de um plano diretor que contemplasse o ordenamento urbano para orientar a produção de loteamentos e conjuntos habitacionais, que resultavam em construções sem as condições básicas de existência intensificou os problemas de saneamento básico. A carência dos serviços implicava na construção de fossas rudimentares como paliativo, mas não evitava o grande número de casos de doenças parasitárias e intestinais, segundo o Dr. Ibrahim Hannas (JORNAL O GLOBO, 21/06/1971; JORNAL O GLOBO – 22/9/1974; JORNAL O GLOBO, 01/07/1975).

O discurso do deputado estadual Dilson Alvarenga de Menezes coaduna com as reportagens

periferia urbana: enchentes, mosquitos, valas negras, crimes, esquadrão da morte, horas e horas perdidas em precários transportes coletivos, eis alguns dos aspectos do cotidiano desta periferia urbana, fruto de uma ação espacialmente diferenciada dos proprietários fundiários. Tais loteamentos são ilegais face à legislação urbana em vigor. Em pouco tempo são legalizados, e por pressão popular conseguem alguns poucos serviços de infraestrutura por conta do Estado. Isto gera nova valorização fundiária, atingindo inclusive os terrenos reservados pelos antigos proprietários fundiários, muitos deles intencionalmente situados entre os loteamentos e o espaço urbano contínuo (CORRÊA, 1989, p.19)”. Por mais Síndrome de Estocolmo que possa parecer (e é mesmo) é impossível não me transportar ao passado lendo esse trecho. Tenho memórias vivíssimas de três valões, pelo menos. O primeiro na rua 11, como os antigos moradores se referiam a rua Daniel Thompson. O valão fazia esquina com a minha rua 4, rua Professor José de Mendonça. Na verdade, esse trecho no qual o valão estava localizado, não era oficialmente a referida rua. Segundo relato de Zuleika Barata no projeto do loteamento, de propriedade do Banco Mundial, não constava esse trecho. Por isso a existência do valão: não havia previsão de dotação de infraestrutura de saneamento básico para aquele trecho da rua: não deveria existir uma rua ali do lado direito da rua no sentido de quem vai para a Estrada do Lameirão. Estou sentindo o cheiro daquela água fétida no verão. Os outros dois valões eram na verdade um, apenas. Afloraram em pontos diferentes, mas o fluxo de dejetos os unia. Esses estavam localizados na Estrada da Posse, pré-duplicação da via na segunda metade dos anos 1990. Para quem não viveu a época, a Posse era uma estrada com duas mãos, mas dotada de infraestrutura quase inexistente. Iluminação fraca, asfalto no limite e poeira... Muita poeira! Havia um considerável espaço entre os muros das casas ao longo da via e o seu ponto central. Tanto espaço que cabia um valão enorme. O primeiro afloramento na esquina da Posse com a rua 4, e o segundo afloramento no espaço entre a atual Igreja Mormón e o estacionamento do Multimarket. O morador respirava a fuligem emitida pelos carros, o valão e a poeira que formava aquela mini-atmosfera local. Se fosse ao mercado do Olavo (atual Multimarket), teria que inalar óleo queimado, poeira e coliformes. E o asfaltamento nas ruas? O asfalto na rua 4 era o que restava de uma tentativa frustrada. Era o que sobrou e todo quebrado aflorando aquele mini Saara”.

Os subúrbios foram perdendo sua condição típica, as áreas agrícolas substituídas por aglomeração semi-urbanas em que mesclavam pequenas propriedades rurais remanescentes, minifúndios e lotes, ruas e caminhos com esgotos expostos, residências, casebres, barracas, casas sem emboço e sem telhado, meias-águas provisórias no fundo do quintal, alicerces à espera de dias melhores, numa precária confusão que aos poucos, foi adquirindo suas formas e nasceram bairros satélites, até mesmo alguns magníficos no seu progresso, que logo se destacaram na nova realidade e outros mais modestos e numerosas aglomerações vastas carregadas de problemas, sem abastecimento de água, sem transportes, sem luz, sem esgotos, sem escolas sem assistência médica e sem policiamento (MENEZES, 1999, p.169).

A predominância do urbano moldaria novos contornos para a violência no bairro. Do convívio com a criminalidade ladrões de galinhas nos anos 1950-1960, segundo Maria Cristina Bastos Lima, para a sensação de aumento expressivo da criminalidade nos anos 1970. A política de remoções de favelas das áreas centrais do Distrito Federal atrelada a produção de moradias populares na Zona Oeste teria levado a introdução de novas modalidades de crimes. Nesse ponto havia clara discordância entre os agentes públicos e privado, pois o engenheiro Marcelo Machado Alves Carneiro, à época administrador regional, afirmava que a realocação dos (não) cidadãos moradores de favelas não foram a causa do agravamento desse problema social (JORNAL O GLOBO, 22/09/1974). Em 1975, um estudo encomendado pela Associação Comercial e Industrial de Campo Grande (ACICG) registrou um modesto aumento de três por cento nos índices de criminalidade no período 1971-1975. O presidente da ACICG, e futuro vereador e deputado estadual do Rio de Janeiro, Moacir Barros Bastos opinava que a elevação da criminalidade estava diretamente ligada tanto a produção de loteamentos quanto a de conjuntos habitacionais na periferia do bairro

Campo Grande é a Chicago do Rio de Janeiro. A maioria dos favelados da Zona Sul que foram transferidos para as Vila Kennedy e Vila Aliança até hoje não conseguiram ser absorvidos pelo comércio de Bangu e pelo distrito industrial de Santa Cruz. Essa mão de obra não qualificada acabou se marginalizando e fez da Rua Coronel Agostinho uma das suas fontes de renda. Antigamente, um assalto era motivo de conversa para vários meses. Hoje, os assaltos diários já se incorporaram à rotina da cidade (Campo Grande foi elevada a essa categoria pela lei 1627 de julho de 1968) (O GLOBO,01/07/1975, Grande Rio, p.14).

Em 1979, o então presidente da ACICG, Manoel do Céu Gonçalves Gomes, apontava a construção dos 35 conjuntos habitacionais associada a inexistência da oferta de serviços públicos essenciais a mudança de elemento que fez elevar os índices de criminalidade do bairro.

Construíram os conjuntos sem planejamento e utilizando materiais de pior qualidade. Esqueceram-se das obras de infra-estrutura e hoje falta água, falta condução, falta esgotos, falta empregos, falta quase tudo. Diante das dificuldades da vida, as crianças crescem revoltadas com a sua condição. Isso gera o aumento da criminalidade (O GLOBO, 27/05/1979, Grande Rio, p.22).

Ambos presidentes da ACICG, mesmo em momentos temporais diferentes, convergem em identificar que os supostos criminosos provinham de áreas socioespaciais frágeis sobre as quais a urbanização da Zona Oeste, e de Campo Grande, estava sendo estabelecida ao longo das décadas. Esse conjunto de modificações profundas no espaço possibilitou a transformação do espaço de uma totalidade em outra, associadas as novas políticas que impunham-se sobre o substrato material.

“E vimos os florescentes belíssimos laranjais, inumeráveis sítios e chácaras, fulminantemente substituídos, em desenfreada especulação imobiliária, por loteamentos, em geral precários e desassistidos, na maioria abandonados, sem obras, sem infra-estrutura, sem esgotos, cheios de valas negras, sem água, sem luz, sem calçamento, sem escolas, sem transportes, sem assistência médica, sem segurança, sem nada, terrenos negociados na maioria das vezes após uma simples terraplanagem, apenas um acesso aos lotes, vendidos de modo facilitado a multidões de compradores que vinham para os subúrbios porque não tinham recursos para residir na cidade, inclusive levas de migrantes rurais que, devido à crise na agricultura brasileira, vinham trabalhar e lutar pela sobrevivência do Rio, todas essas pessoas movidas e empolgadas pelo mesmo sonho, a casa própria. Mais uma vez a penetração da Estrada de Ferro Central do Brasil para o interior se mostrou decisiva para as grandes mudanças econômicas e sociais que se implantariam, permitindo transporte fácil para residências distantes. Foi justamente esse afluxo incontrolável de população advéncia, com a necessidade premente e entusiasmada de trabalhar para sobreviver e prosperar, que marcou novas características, um novo perfil para as localidades do Sertão Carioca e da Baixada Fluminense, que se transformaram de início em cidades-dormitórios, e depois em importantes núcleos de comércio e serviços (MENEZES, 2000, p.43).

A nova solução proposta como panaceia da crise urbana não viria do antagonico binômio rural-industrial, mas de um setor que crescia associado a crescente urbanização, mas a margem dos interesses das decadentes oligarquias rurais e das forças do capital imobiliário associado ao projeto nacional-desenvolvimentista nacional: o setor de comércio e serviços.

4 ADMIRÁVEL MUNDO NOVO: OS DOIS MOMENTOS DA (RE) PRODUÇÃO DO ESPAÇO TERCIÁRIO DE CAMPO GRANDE, RIO DE JANEIRO

A formação do centro comercial de Campo Grande é um processo longo e contínuo, remontando as primeiras décadas do século XX. O centro comercial é construído no mesmo ritmo no qual o bairro é transformado de Zona Rural para cidade, abandonando as vocações agropecuárias e indo ao encontro do setor terciário. O capítulo tem como objetivo a compreensão da formação do comércio de rua, que é a gênese do espaço terciário do bairro. Buscamos entender a criação do “Calçadão de Campo Grande”, com a reorientação da função da Rua Coronel Agostinho para o comércio, como fator que acelerou o processo de terciarização ou como consequência do processo de terciarização do espaço. Ainda, analisaremos a apropriação da rua pelo comércio informal, circuito inferior da economia, ao longo dos anos 1980 e início dos anos 1990 coexistindo com o comércio formal, circuito superior da economia. Por fim, analisaremos a (re) produção do espaço comercial através do Projeto Rio Cidade, elaborado pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, que intencionava revitalizar os espaços comerciais centrais dos bairros cariocas, no qual Campo Grande foi um dos palcos de intervenção do projeto público.

4.1 A gênese do espaço terciário - O “Calçadão” e a formação do espaço terciário

A rua Coronel Agostinho, cujo nome às vezes é esquecido e trocado por “Calçadão”, nos seus momentos iniciais conviveu com o contraste da ausência de infraestrutura típica dos sertões com aquilo que viria a ser o lócus da elite campograndense. Em contraposição a ser um recorte europeizado entresourado na precariedade suburbana, há publicações em fontes jornalísticas⁷¹ datadas do começo do século XX que revelam um espaço semelhante aqueles dos sertões ou dos subúrbios mais precários dos romances de Lima Barreto. Em 1906, no mesmo ano que a Avenida Central no Centro do Distrito Federal era inaugurada, o Jornal do

⁷¹ Pesquisadas na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional no acervo do Jornal do Brasil.

Brasil de outubro de 1906 publicava o primeiro edital⁷² de concorrência para a macadamização da rua Coronel Agostinho, da Estrada Real de Santa Cruz e largo da estação de Campo Grande.

Editaes

Prefeitura do Districto Federal

Directora Geral de Obras e Viação

Calçamento a macadam alcatroado da rua Coronel Agostinho. Estrada de Santa Cruz e largo da Estação em Campo Grande - Na extensão de cerca de 915 metros. Está em concurrencia esta obra. Recebem-se propostas o dia 30 do corrente, as 2 horas da tarde, com o preço por unidade de obras. Os Srs. concurrentes, no acto da apresentação das propostas, provarão estar quites com a Fazenda Municipal do respectivo imposto de constructor e ter feito o depósito de 1:000\$, que será elevado a 5.000\$, antes da assignatura do contrato. Constituem motivo de preferencia para acceitação das propostas, além dos preços, a idoneidade do proponente e o prazo para a conclusão das obras. Quaesquer esclarecimentos serão dados nesta Directoria. Em 13 de outubro de 1906 - O chefe da secção, Joaquim Pereira de Souza Caldas.

Até aquele momento não foram encontrados registros de compra e venda de imóveis residenciais ou comerciais como viriam a ser identificados nas décadas posteriores. Uma reclamação postada quatro anos depois do edital de calçamento revela que as condições de salubridade da referida via não diferiam daquilo já relatado em outras partes do Sertão.

Valla Pestilenta

Na rua Coronel Agostinho, uma das melhores desta localidade, há muito tempo existe uma valla em completo estado de putrefação devido a aguas estagnadas. Os moradores da aludida rua pedem-nos que chamemos a attenção da Prefeitura para este foco de epidemias, que ameaça a saude de todos (JORNAL DO BRASIL, 11/08/1910).

A obra seria terminada cinco anos mais tarde, em 1911, conforme reclamação publicada no Jornal do Brasil de 14 de maio de 1911 de possível morador da área ao cobrar que as mesmas medidas de higidez sejam reproduzidas em outras ruas da localidade.

O calçamento da rua tenente-coronel Agostinho

Terminaram já os serviços de calçamento da rua Tenente-Coronel Agostinho, que estavam sendo feitos sob a direção do Sr. Carvalho, encarregado e superintendidos pelo Engenheiro Dr. Carlos Penna. Há muito tempo que aquela rua reclamava este melhoramento, pois, quando chovia, ficava em estado de não se pôde transitar a pé, o que acontece agora, podendo-se andar por ali sem que se fique todo enlameado. Entretanto logo que começaram a calçar a rua acima, era justo que as demais desta localidade fossem também dotadas desse melhoramento, em beneficio de seus habitantes. Por isso, dirigimos daqui um apello ao Sr. General Prefeito, e esperamos que a S. Ex. providencie no sentido de serem calçadas as demais ruas de Campo Grande (JORNAL DO BRASIL, 14/05/1911).

⁷² Um segundo edital seria publicado no Jornal do Brasil - Sexta-feira, 9 de novembro de 1906 “O Sr. Prefeito mandou abrir segunda concurrencia para o calçamento a mac-adma alcatroado da rua Coronel Agostinho, estrada de Santa Cruz e largo da estação em Campo Grande na extensão de 945 metros.”

No intervalo de tempo entre o lançamento do edital e o término da (re)construção da rua foram anunciados imóveis que tanto remetiam a continuidade do passado rural quanto outros que apontavam rumo a modificação do uso do solo para uma área urbana.

Vende-se um prédio próximo a estação, tem água e terreno plantado; para tratar à Rua Tenente Coronel Agostinho com Cesar & C (JORNAL DO BRASIL, 3/04/1907).
Vende-se uma boa situação, constando de terrenos próprios para lavoura contendo alguns arvoredos frutíferos com uma pequena casa e bem assim capinsaes, etc; na rua Coronel Agostinho n.2 (JORNAL DO BRASIL, 15/01/1909)

Os dois anúncios, dos primeiros 10 anos do século XX, possivelmente retratam o uso habitual dos terrenos situados nessa localidade ao longo das décadas. A venda desses terrenos próximos a estação de Campo Grande no começo do século XX é prova que as fazendas já estavam sendo substituídas por chácaras e sítios, possivelmente desde antes do começo do século XX. A chegada do próximo decênio parece ter trago consigo objetos que distanciavam Campo Grande do passado rural e o aproximava do futuro urbano. Dois anúncios do segundo semestre de 1910 retratam as manifestações do urbano na Zona Rural:

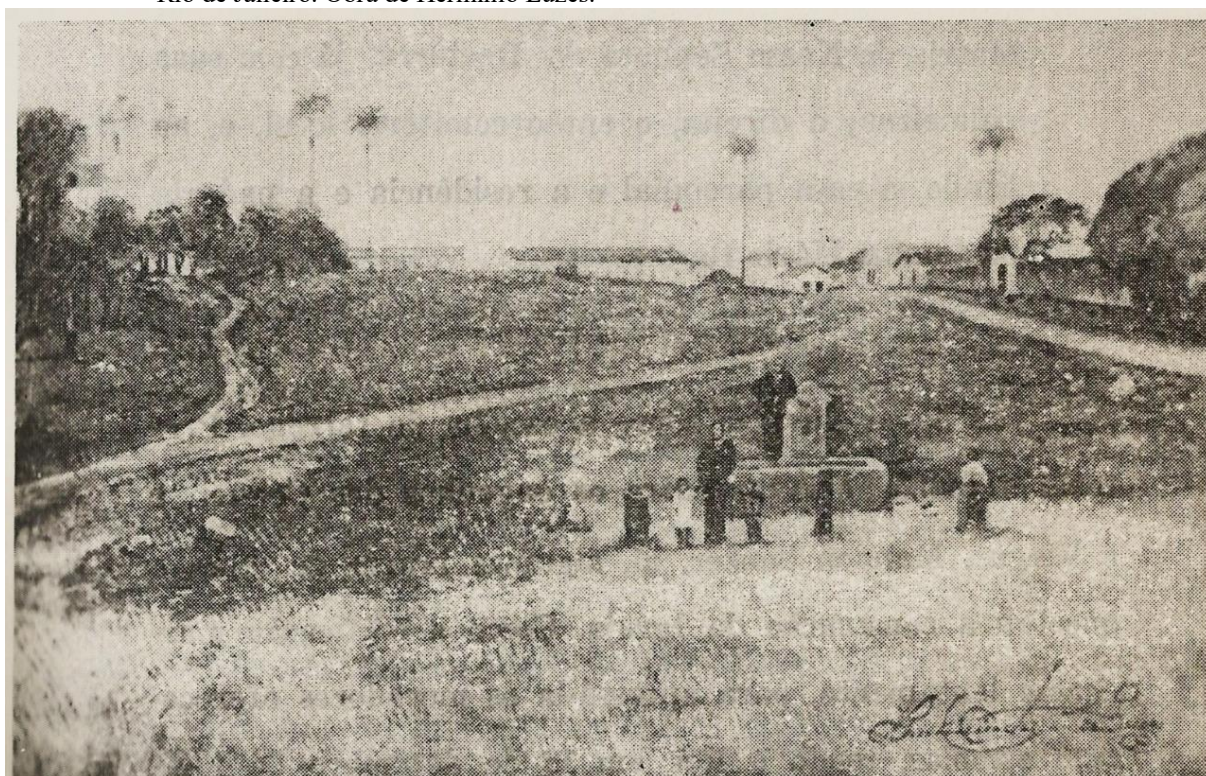
Foi inaugurado no dia 6 do corrente o cinematographo Campo Grande, que está muito bem installado e em um local muito aprazível. Os proprietarios do cinematographo, Srs. Pellegrini & Pizarri, foram especialmente convidar o nosso agente naquella localidade para assistir a inauguração (JORNAL DO BRASIL, 11/08/1910)
De Narcisiso dos Santos Luzes o socio de industria pharmaceutico Mariano de Freitas Britto, para a exploração de pharmacia, à rua Coronel Agostinho n.15, com capital de 4:000\$ sob a firma Santos Luzes & C. (JORNAL DO BRASIL, 20/10/1910).

Um local para a exibição de filmes e uma farmácia em plena Zona Rural, um dos locais agrícolas mais produtivos dos Sertões Cariocas. As páginas do Jornal do Brasil trouxeram por toda a década de 1910 anúncios seguindo a mesma linha de “procura-se” alguém para trabalhar em lojas ou “vende-se”, e por vezes, “aluga-se” algum ponto comercial. Pontualmente, surgiam também anúncios de venda de chácaras, como nesse exemplo “Vende-se por 20 contos o prédio e chácara da rua Tenente Coronel Agostinho n.32, em Campo Grande, para ver, e tratar na rua da Alfandega 240 (JORNAL DO BRASIL, 19/08/1913)”. A transformação do bairro, apesar de em marcha, não foi súbita. A imagem anterior, impressa no livro "Campo Grande" de Moacyr Sreder Bastos, é uma foto da obra do artista campograndense Hermínio Luzes. A pintura retrata a paisagem de determinada área do bairro por volta do ano 1912. Segundo a legenda escrita para a foto, o chafariz ao centro da imagem marca a atual localização da Escola Venezuela. O chafariz, segundo a Nota Técnica número 5 da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, é a fonte que servia como abastecimento de água para os moradores da região e das tropas de animais de cargas. A informação é confirmada por Bastos (1968) que descreve outros elementos da

paisagem estando à esquerda, a Matriz de Nossa Senhora do Desterro já com suas palmeiras, à direita, o então cemitério local e, ao fundo, a casa paroquial e a residência e padaria da família Mário Bastos.

Por essa descrição, podemos determinar pela configuração atual do logradouro do bairro a localização da imagem. Pela posição da representação, o chafariz, e os indivíduos, estão situados na esquina da atual Avenida Cesário de Melo com a Rua Amaral Costa. O antigo cemitério, do lado oposto da Igreja Matriz do Desterro, deu lugar às edificações da agência do Banco do Brasil e de prédio ocupado por repartições da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro e outros estabelecimentos comerciais como lojas de bicicletas, salão de beleza e afins. A residência e padaria de Mário Bastos deu lugar ao atual estacionamento, e nos anos 1980 e 1990 um parque de diversões ocupava o terreno, que é contíguo ao complexo educacional aos prédios abandonadas do antigo Centro Universitário Moacyr Sreder Bastos.

Figura 44 - Representação artística da foto do batizado de Luiz por volta de 1912 no bairro de Campo Grande, Rio de Janeiro. Obra de Herminio Luzes.



Fonte: Bastos (1968).

Não foi possível confirmar a relação de parentesco, mas devido a força das relações familiares é possível que a contiguidade das propriedades não seja mera coincidência. Por fim, a residência paroquial, que tornou-se o finado e derrubado Colégio Belisário dos Santos, estava na atual Rua Augusto de Vasconcelos. A imagem retratando Campo Grande em 1912, aliada a

informações do próprio texto de Bastos, afirma a inexistência de um sistema de ruas interligando os objetos do bairro. Estão representados caminhos que foram feitos pelo caminhar dos indivíduos, mas que não foram integralmente respeitados pela posterior construção das ruas nesse recorte do bairro. A ausência de arruamento é explicada pela inexistência da circulação de veículos motorizados e pelo transporte de produtos da lavoura ser realizado por tração animal.

O desfazer dos objetos e aspectos rurais foi a marca da rua nas primeiras décadas do século XX. A predominância dos anúncios ligados a objetos urbanos demonstra o início da progressiva passagem do rural ao urbano sendo materializada por aquela que viria a ser a principal rua comercial do bairro⁷³. A localização da rua Coronel Agostinho, cujos certos predicados são compartilhados com a rua Augusto de Vasconcelos, a transformou naturalmente em localidade central. Em uma de suas pontas encontra-se a Estação Ferroviária do bairro, na outra a Estrada Real de Santa Cruz (atual Avenida Cesário de Melo), é cortada pelo bonde que conecta Campo Grande (desde a sua estação ferroviária) a Guaratiba. Somado ao processo de higienização do logradouro, a rua tornou-se um objeto integrador dos fluxos que se deslocavam nos diversos sentidos entre o campo e a cidade. Os objetos que desejassem estar bem localizados deveriam estar na referida localidade. Essa pode ser a explicação para a implantação de uma ideia primitiva de mercado público em terreno entre a Coronel Agostinho e a já citada Augusto de Vasconcelos.

Nos primeiros anos do século XX, os produtores rurais do Mendanha, Rio da Prata e Guaratiba utilizavam o espaço no qual seria construído o Mercado São Brás para a venda de seus produtos agrícolas. A feira, composta na maioria por produtores de origem portuguesa, ocorria a céu aberto em barracas montadas em cima de caixotes no terreno de propriedade de Bernardo Bastos (BASTOS, 2018). A existência desse “mercado” e a precariedade das condições de funcionamento são comprovadas por publicação realizada pela Gazeta Suburbana⁷⁴ no ano de 1920.

Os mercados suburbanos

Já era tempo de termos nos subúrbios mercados de verdade, em contraste com os que existem, que só de mercados podem ter o nome. Mercados sem coberturas, que funcionam nas horas que o sol é quente, como os de Cascadura e Madureira, não podem ter tal nome. Assim como se fez a mudança do mercado de S. Francisco Xavier para Bemfica, dotando o de todos os meios necessários, como se fez o novo mercado

⁷³ Ver anúncios em Anexo I

⁷⁴ Gazeta Suburbana catalogada na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional como edição 00536 do ano de 1919.

da Praça da Bandeira, de construção recente, é que precisam ser os nossos mercados. Os demais que temos, no Engenho de Dentro, em Campo Grande, no Bangu e em Santa Cruz, não podem ter esse nome. É preciso que todos os politiquinhos do 2º Districto tratem seriamente dos seus deveres, promovendo a construção de mercados de verdade, tanto no interesse do nosso embelezamento necessário, como no interesse de evitar que os nossos legumes e as nossas fructas se estraguem ao rigor do sol e da chuva, e também se possam abrigar os lavradores e os compradores. A Gazeta Suburbana prosseguirá a sua campanha pelas construções desses mercados, que são uma vergonha e não servem em absoluto aos fins a que se destinam (GAZETA SUBURBANA, 10/04/1920, p.2).

O primitivo mercado público não era o único ponto de negociações para os agricultores. Na década de 1930, havia outro lugar conhecido como Café e Bar do Lavrador, localizado na mesma Coronel Agostinho, no qual os produtores negociavam as safras de laranja e recebiam por suas colheitas. A produção era levada pelos próprios agricultores em bondes de carga, conhecidos como taiobas, provenientes das áreas produtoras do Rio da Prata e da Ilha de Guaratiba. Era um entreposto entre os produtores e distribuidores, no qual os primeiros utilizavam como espaço de sociabilidade pois poderia ser uns dos poucos momentos do seu cotidiano a desfrutar da vida urbana (MANSUR, 2011). Havia uma dialética nítida entre o campo e a cidade entre o rural e o urbano naquele momento. Os objetos eram urbanos simplesmente por estarem cravados na área urbana do bairro. Contudo, sua função estava conectada primariamente as atividades do campo. Dentro do quadro socioespacial apresentado, a conexão aparentemente disparatada entre forma e função é explicável pela transição rural-urbano, que encontrava-se em sua fase derradeira. Na década de 1940 anúncios no caderno de Classificados do Jornal do Brasil exemplificam a consolidação do comércio típico de bairro.

Quadro 5 - Lista parcial de lojas presentes na Rua Coronel Agostinho, bairro de Campo Grande, na década de 1940 a partir dos Classificados do Jornal do Brasil

LOJAS NA RUA CORONEL AGOSTINHO NO ANO 1940	
Data do anúncio	Anúncio
1940 - Quarta-feira, 3 de janeiro de 1940	Precisa-se de dois bons passadores para efetivos, 15.000 diários, - Tinturaria Claudette; à rua Coronel Agostinho, 113. Campo Grande
1940 - Sexta-feira, 5 de janeiro de 1940	Vende-se sapataria, bem localizada, em Campo Grande, trata-se à rua Coronel Agostinho 80 - A. C. Grande.
1940 - Quinta-feira, 11 de janeiro de 1940	Perdeu-se no tem entre Santa Cruz e Rio, um livrinho de apontamentos de caixa onde se achavam notas e faturas para firma S. Steny & Cia., da rua Felipe Cardoso 15, em Santa Cruz ou Coronel Agostinho 24, em Campo Grande. Pode-se entregar no endereço acima ou no Rio a rua Visconde de Itaúna 157. Gratifica-se bem.
1940 - Sábado, 13 de janeiro de 1940	Açougue - Campo Grande Vende-se um, no melhor ponto desta localidade. Informações. Coronel Agostinho, número 1
1940 - Domingo, 14 de janeiro de 1940	Sapataria Vende-se uma em magnífico ponto, Rua Coronel Agostinho 4 - Campo Grande.
1940 - Sábado, 27 de janeiro de 1940	Vende-se um sítio com uma área de 43.650 metros quadrados, a razão de 163000 ao metro quadrado, pomar de laranja e casa. Tratar aos Domingos no Café Bandeirante: à rua Coronel Agostinho número 7 das 09 às 12 horas.

Fonte: Classificados, Jornal do Brasil (Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional). Adaptado por Barata, 2019.

É formado por lojas que atendem as necessidades frequentes da população como tinturarias, sapatarias e outros. Anos mais tarde, na década de 1960, a rua estabelecer-se-ia como local de moradia para, pelo menos, uma das famílias mais proeminentes do bairro. A entrevista com Maria Cristina Bastos Lima, herdeira da família Bastos, revela uma rua com características físicas residenciais mas com o pensamento ligado ao cotidiano da “roça”.

A minha casa era ali próxima ao Beco do Seridó. Eu caminhava pela Coronel Agostinho no caminho para a escola. Todas as minhas vizinhas ficavam na janela vendo a gente passar... Se alguma de nós pensasse em pegar o caminho errado, nossos pais logo saberiam. Assim que chegássemos a casa seríamos questionados do porque de ter feito um caminho diferente hoje (Depoimento de Maria Cristina Lima Bastos, 2018).

O depoimento da Dona Maria Cristina remete a um tempo no qual a rua Tenente Coronel Agostinho⁷⁵ pouco se assemelhava ao espaço atual da referida rua. Moradora de uma residência que hoje é o endereço de uma franquía da drogaria Galanti, essa é mais uma evidência que atesta a Coronel Agostinho como uma rua residencial durante parte do século XX. Essa era a rua suburbana mais próxima ainda que, em todos os sentidos, bem distante dos bosques

⁷⁵ Alguns anúncios da década de 1920 no Jornal do Brasil usam o termo “Tenente” ao nome da hoje chamada rua Coronel Agostinho.

ajardinados de Londres, ao mesmo tempo que o conteúdo social remeteria aos subúrbios franceses. O suburbano francês pertencia a um novo grupo social que conquistava o espaço urbano, em termos de consumo, ostentação e lazer. Esses grupos suburbanos franceses foram retratados por Balzac em “A Comédia Humana” como exibidos, delirantes pelo poder e ligados a valores argentários (Sevcenko, 2017). Qualquer semelhança com o já lido e o há ser lido nessas páginas pode ser ou não mera coincidência com tal descrição. As palavras de Sevcenko (idem) reforçam a ideia que existiam no subúrbio as vizinhanças mais "aristocráticas" cujos habitantes empregados no funcionalismo público comporiam uma elite a viver em chácaras ajardinadas.

Desde muito pequeno, o que mais me atraía no pequeno centro comercial de Campo Grande era a arquitetura antiga, revelando histórias que só conhecíamos parcamente através do comentário de algum adulto. Onde hoje se encontra o garboso edifício de residências Palazzo de Genova, na atual Rua Olinda Ellis, antes Estrada do Joari, havia uma casa muito antiga, e muito comprida, que eu chamava de trem. A arquitetura era distinta das casas modernas e havia rumores de assombrações naquele espaço abandonado, rodeado de capim navalha, e que, em algum momento, fora residência de alguma família, provavelmente de origem nobre. Sim, os casarões de famílias cujos nomes aristocráticos ainda permanecem nas lembranças dos mais velhos eram muitos nas ruas principais do bairro. No atual calçadão de Campo Grande, na Rua Coronel Agostinho, muitas casas imponentes, com grades coloniais nos muros estimulavam a curiosidade de crianças e de adultos (Relato de Uilton Soares de Mello, professor de Literatura e morador de Campo Grande).

O relato remete a um espaço rural quase encantado e que causa encantamento a uma sociedade de valores rurais, de um Brasil agro-exportador com traços imperiais impressos pelas famílias descendentes da nobreza do Império Brasileiros, como os Bastos descendentes dos Breves⁷⁶ de Mangaratiba. A antiga elite rural transformava-se em urbana no mesmo passo que transformaria o espaço rural em urbano, como visto no capítulo anterior.

A formação desse subúrbio está associada a implantação de um maior número de formas espaciais urbanas, como vimos no capítulo anterior, que progressivamente alteraram a

⁷⁶ A entrevistada Maria Cristina Lima Bastos declarou-se sobrinha tetraneta de Joaquim José Breves, o maior proprietário de terras e escravos da província do Rio de Janeiro. Era conhecido como o “rei do café”, e homem de influência social e política. Seu pai, José de Sousa Breves, foi um grande proprietário rural e capitão-mor da vila de São João Marcos (CPDOC/FGV, 2019), local de origem da família dos pais de Moacyr Sreder Bastos, pai da entrevistada. As terras dos Breves iam do Litoral Sul-Fluminense até o sul do estado de Minas Gerais. Suas propriedades deram origem a diversas cidades nessas regiões, como as fluminenses Mangaratiba, São João Marcos, Rio Claro, Piraí, Engenheiro Paulo de Frontin, Barra do Piraí, Pinheiral, Mendes, Vassouras, Valença e Rio das Flores. A mais famosa era a Fazenda da Gramma, em Passa Três, Rio Claro. Breves chegou a ter cerca de 6 mil escravos em suas fazendas (Mapa de Cultura, 2019). Em 15 de agosto de 1822, em São João Marcos, incorporou-se à comitiva de Dom Pedro como Guarda de Honra e assistiu ao Grito da Independência, às margens do Rio Ipiranga. Membro da Guarda Nacional, como recompensa pela sua fidelidade ao imperador D. Pedro I, tornou-se Comendador da Ordem da Rosa e passou a ser conhecido como Comendador Breves.

infraestrutura do rural para (sub)urbano. Essas áreas mais afastadas do centro tinham conexão direta com o DF, a paisagem rural era mais ajardinada, bucólica com certa sofisticação e pausa da desordem da cidade (SCHWARCZ, 2017).

Pela análise dos elementos constituintes do espaço e das dimensões que compõem o espaço na transformação rural-urbano, poderíamos dizer que os subúrbios formados no Distrito Federal no século XX, tendo aqui Campo Grande como recorte analisado, aproximam-se mais dos subúrbios no sentido europeu e norte-americano. Aqui, no Brasil, o subúrbio estava além, pois continha o poder político, também. Como dito por Sevcenko (2017) os subúrbios eram ajardinados, de sítios e chácaras, abrigando muitos senhores da casa grande.

A sociedade em questão poderia estar ligada pela memória, ao trabalho escravo, separada por poucos anos da escravidão. Talvez, antigos criados escravos, e seus descendentes, tivessem sido transformados em “trabalhadores livres” trabalhando para os antigos senhores. A cidade estaria ligada ao trabalho, as obrigações laborais do cotidiano. O espaço no qual a humanidade deixava tempo de vida em troca de um salário ao custo da sua energia vital. Havia transformado-se na ideia da nova casa grande, como também dito por Sevcenko (2017). Ao contrário do que possa parecer que estamos a insinuar, os romances de Lima Barreto, como ressalta Schwarcz (2017), não estariam fora da realidade.

Literatura nem sempre é boa etnografia - no sentido de ser fiel ao contexto que procura descrever. Na verdade, ela muitas vezes trapaceia com a realidade que diz lidar; faz da memória pretexto para o enredo que se quer desenvolver. Também para Lima os subúrbios eram uma estratégia discursiva; uma maneira de construir um projeto literário alternativo. Não tanto o subúrbio elegante, mas aquele dos trabalhadores da Central, dos metidos a aristocracia, da gente endomingada e de costumes simples (SCHWARCZ, 2017,p.4).

Havia o subúrbio dos de baixo, também. Na verdade, usar a palavra “subúrbio” no singular é uma maneira equivocada de se referir a este pedaço da cidade. Inclusive, é até o presente momento a maior área da cidade do Rio de Janeiro. Os subúrbios são salubres e insalubres, clandestinos e legais, de diferentes tipos socioespaciais, dos poderosos que são eternizados no logradouro transformando-o em território e daqueles que são esquecidos como lágrimas na chuva. O espaço urbano sendo constituído era um reflexo da sociedade que o produzia naquele momento: desigual. Refletia como um espelho a imagem do seu criador, a sociedade estratificada em classes. Em outras palavras, a própria sociedade está materializada no espaço urbano, representando tanto as ações do presente quanto aquelas do passado que foram a base para a produção do espaço atual (CORREA, 1989).

A transformação do rural em (sub) urbano teria a fase inicial do nacional-desenvolvimentismo, durante o governo de Getúlio Vargas, coincidente com a eclosão da Segunda Grande Guerra Mundial o pilar da mudança das características do bairro. Pois, o evento bélico teve duplo impacto na formação de Campo Grande: o fim da citricultura e a abertura dos loteamentos – que foi a mola propulsora para a formação de um núcleo de comércio e serviços. Abreu (2008) relaciona o surto da construção civil no Rio de Janeiro a atração de massas de migrantes para a antiga capital brasileira. A baixa capacidade de endividamento desses trabalhadores de baixa qualificação, assentou-se nos subúrbios – nos quais o custo dos terrenos, residências e aluguéis, aliada a eletrificação da Estrada de Ferro Central do Brasil, permitia a sua reprodução nessas longínquas paragens. Os trabalhadores estavam intoxicados pela ideologia da casa própria.

O retalhamento das decadentes fazendas e sítios era o meio para obtenção de renda, sobre as quais os seus proprietários construíram sua riqueza. Além dos trabalhadores da indústria e outras atividades urbanas, a Zona Rural passou a atrair outras categorias funcionais como funcionários públicos, comerciários, profissionais liberais, artesões e artificies enfeitados pela possibilidade de adquirir a casa própria (MENEZES, 1999).

Frequentemente se repete que Deus é brasileiro. Quando a decadência agropastoril ameaçou o destino da Zona Rural, o grande influxo de população, a invasão dos moradores novos veio provocar um novo surto de progresso. O incremento demográfico significou consumo de massa, mercado para bens e serviços. Cada morador trazia consigo a necessidade imperiosa, vital, de consumir pelo menos para a sua sobrevivência (MENEZES, 1999, p.170).

A formação de loteamentos, que transformaram-se em bairros satélites, com diferentes classes sociais influenciaram no desenvolvimento de uma economia terciária cuja formação foi processada em duas fases distintas. Na primeira fase, estabelecimento de comércios e serviços eram de um padrão modesto destinado a atender necessidades básicas da população – como gêneros alimentícios, roupas, objetos do lar). Entretanto, a existência de estabelecimentos comerciais que suprem as necessidades básicas e frequentes da população como padarias e açougues, farmácias e até consultórios médicos não especializados são insuficientes para a constituição do subcentro. Nessa fase, negociantes e profissionais radicados tornaram-se figuras influentes e proeminentes no bairro (DUARTE, 1974; MELLO, 1997; MENEZES, 1999).

Há um relato elaborado por Arnaldo Menezes, ex-professor e coordenador do Colégio Belisário dos Santos, que fornece detalhes sobre o espaço comercial do bairro no momento que coincide com os anos 1950-1960. Certos indícios nos permitem estabelecer que o texto descreve o centro comercial do bairro anterior a 1964, quando o Mercado São Brás superou o improvisado

do antigo mercado municipal ao construir sua cobertura metálica. O próprio autor confessa que trata-se de um resumo, apenas uma mostra do que o espaço continha como objetos, e por isso, não devemos estabelecer como uma lista completa dos estabelecimentos comerciais daquele tempo. Ainda sim, é rico o suficiente para que possamos vislumbrar as marcas e mix comercial que compunham o comércio e os serviços ofertados no espaço terciário do bairro em determinada época. É algo a ser considerado e tido como fidedigno devido à credibilidade da fonte e a riqueza contida no relato.

O início do relato é na passagem subterrânea, chamada de túnel, descrito como emporcalhado e mal cheiroso, apontando como o objeto que fazia a ligação com a Rua Coronel Agostinho, que segundo o relato teria tornado-se "por ineficiência das autoridades (...) um lugar propício para punquistas e assaltantes (MENEZES, s/d)".

Figura 45 - Inauguração da passagem subterrânea no bairro de Campo Grande, Rio de Janeiro, sem data definida.



Fonte: Arquivo Nacional, 2019⁷⁷; Barata, 2019.

Pela descrição do atoleiro que o Mercado Municipal tornava-se após as chuvas, julgamos que trata-se de período pré-1965, quando o Mercado São Brás foi construído ganhando uma nova estrutura materializada no galpão metálico no qual funcionou por décadas. Esse mercado é o objeto comercial que é o elo de ligação entre o comércio voltado ao rural e urbano e que torna-se um símbolo do espaço terciário. Um informe publicitário intitulado "Mercado São Braz - A história de Campo Grande passa por aqui" publicado no Caderno Zona

⁷⁷ Disponível em: http://sian.an.gov.br/sianex/Consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=1479238&v_abas=1

Oeste do Jornal O Globo do dia 15 de novembro de 2014 reconstitui brevemente sua história.

A fundação do Mercado São Brás foi no ano de 1948

quando pequenos produtores rurais se reuniram para montar um pequeno comércio de frutas e legumes, e que hoje se transformou em um importante centro de compras em toda a região. Na verdade, todo o comércio do calçadão de Campo Grande nasceu a partir do Mercado. Com meio século de existência, o Mercado São Braz constitui um marco na história da comunidade, desempenhando importante papel socioeconômico, não só pelas centenas de famílias a que serve direta ou indiretamente, mas também pela sua inestimável participação nos eventos comunitários (JORNAL O GLOBO, 15/11/2014, p.15).

Entretanto, um anúncio publicado no mesmo veículo de comunicação no dia 21 de setembro de 1965 marca essa data como a de inauguração do "maior mercado coberto do Estado".

Campo Grande ganha hoje o maior mercado coberto do Estado
Hoje, às 18h 30 m, inaugura-se em Campo Grande o Mercado São Brás, que custou 140 milhões de cruzeiros e foi construído com recursos provenientes da venda dos boxes, com verba da COCEA, e com mão de obra da Administração de Campo Grande. É o mercado varejista de maior área coberta do Estado e forma uma galeria que comunica a Rua Augusto Vasconcelos com a Coronel Agostinho. Em virtude dessa inauguração, o tráfego de veículos e o estacionamento estarão proibidos hoje, a partir das 17 horas, nas duas ruas citadas acima e também na Praça Raul Boaventura (O GLOBO, 21/09/1965, p.5)

Podemos entender que o local para a venda de produtos agrícolas, tido como um dos mercados municipais da cidade, é ocupado desde a década de 1920. Passa por algum tipo de reorganização que o torna o Mercado São Brás em 1948, conforme data estabelecida pela propaganda publicitária, ainda sem conexão com a Rua Augusto de Vasconcelos - conforme informado por Maria Cristina Bastos Lima. No ano de 1965 o mercado finalmente teve a sua cobertura construída, as lojas organizadas como galeria e estabelece-se como conexão entre as ruas Coronel Agostinho e Augusto de Vasconcelos.

Figura 46 - Mercado São Braz entre a Rua Augusto de Vasconcelos e Rua Coronel Agostinho em Campo Grande, Rio de Janeiro.



Fonte: O autor, 2019.

A imagem retrata as duas entradas do Mercado São Braz: a mais recente ao lado do antigo Cine Palácio, atual Igreja Universal do Reino de Deus, na rua Augusto Vasconcelos e a original, na rua Coronel Agostinho, no qual está hoje a escultura em referência a citricultura implantada pelo Rio Cidade. As imagens dos corredores internos revelam que a função original de entreposto comercial foi há tempos substituída por outra: a de centro comercial popular. Peculiarmente, mantém-se parte da tradição pela existência de lojas como peixaria e açougue e rações ao lado da venda de materiais religiosos, esportivos e lanchonetes, por exemplo. Ainda, é possível encontrar lojas de material médico-hospitalar, ferramentas, utilidades para o lar e lotéricas.

O relato continua identificando lojas como sapataria, chaveiros, tamancaria e lojas de reparo de calçados, além do mercado municipal, ocupando os terrenos ao longo da Rua Coronel Agostinho. O mercado Casas da Banha, e seus indefectíveis porquinhos garotos propaganda, estava presente na rua e antecedia a loja de departamentos Magal, atual Superlar, localizada na esquina da Coronel Agostinho com a rua Major Almeida Costa, mais conhecida como Beco do Seridó. A papelaria, a gráfica e a sorveteria do bairro estavam localizadas próximas a escola municipal Venezuela na Avenida Cesário de Melo.

A continuidade da caminhada, pois o autor segue o circuito realizado pelos blocos carnavalescos, desfiles cívicos e pelas procissões do bairro, nos leva a rua Amaral Costa. É endereço do objeto cuja data de nascimento é considerada a fundação do bairro: a Igreja Matriz Nossa Senhora do Desterro, descrita como imponente e visível de todos os pontos do bairro. Um trecho do relato não torna claro se a rua era apinhada de objetos da administração pública ou se um único objeto acumulou em diferentes momentos diferentes repartições públicas, pois é dito que "Passava-se pelo velho distrito de Obras, depois Coletoria Pública, DEC, CRE(...) (MENEZES, s/d)". Enfim, o prédio que abriga a Nona Coordenadoria Regional de Educação da Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura do Rio de Janeiro existe em frente a Igreja Matriz e próximo ao terreno que abriga o extinto Colégio Belisário dos Santos, antiga residência do Padre Belisário dos Santos, que batiza a escola, derrubada em 2015 para a abertura de estacionamento – estratégia típica de valorização do solo urbano conhecida como reserva de valor. O retorno para as proximidades da linha férrea acontecia pela Rua Augusto de Vasconcelos. Poucos estabelecimentos são citados como o possível bar do Seu Joaquim e do Seu Motta próximos a antiga agência do extinto Banco do Estado da Guanabara, que viria a ser o Banerj e atualmente Itaú. A outra ponta da rua Major Almeida Costa, que interliga as ruas Coronel Agostinho e Augusto de Vasconcelos, abrigava um restaurante e uma escola de música, a Academia Dyneer Plaza. O circuito terminava na Praça Raul Boaventura onde está localizada, até os dias atuais, a agência dos Correios e outras lojas, como a casa de venda de discos DUX, da família Vitari, em frente a estação ferroviária do bairro.

Figura 47 - Presidente Juscelino Kubitschek na antiga Praça 3 de maio, atual Praça Raul Boaventura no dia 1 de setembro de 1956 em Campo Grande, Rio de Janeiro. A referida praça nos dias atuais na mesma posição da imagem de 1958.



Fonte: Arquivo Nacional (1956)⁷⁸, Barata (2019)

O circuito descrito por Arnaldo Menezes compreende as ruas próximas a estação de trem e atravessadas pelas linhas de bondes. Os bairros suburbanos, como Campo Grande, tinham nas estações da EFCB e nas suas estações de bonde os pontos mais agitados da vizinhança. Nos seus arredores estavam aglutinados o comércio, o serviço e o lazer e

⁷⁸ Disponível em:
http://sian.an.gov.br/sianex/Consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=1345143&v_abas=1

entretenimento daqueles locais (MOREIRA, 2012). Sobre a importância das estações, Lima Barreto disse que

De resto, é em torno da “estação” que se aglomeram as principais casas de comércio do respectivo subúrbio. Nas suas proximidades, abrem-se os armazéns de comestíveis mais sortidos, os armarinhos, as farmácias, os açougues e – é preciso não esquecer – a característica e inolvidável quitanda (BARRETO, .

A genérica descrição oferecida por Lima Barreto serve com perfeição ao nosso recorte de pesquisa, pois, como identificado anteriormente, é nas cercanias da estação de Campo Grande, as ruas concentradas no recorte entre a linha ferroviária e a rua Viúva Dantas, em área contígua a atual Praça Doutor Raul Boaventura, como as ruas Augusto de Vasconcelos e Coronel Agostinho que recebem a gênese do comércio na área central de Campo Grande. Progressivamente, o comércio espalhou-se por toda a extensão da Coronel Agostinho tomando as residências para si ou pondo-as abaixo.

Figura 48 - A estação ferroviária de Campo Grande, Rio de Janeiro, no passado, em 1933 e 1958, e o seu entorno atualmente, com imagens da rua Campo Grande e da Praça Raul Boaventura.

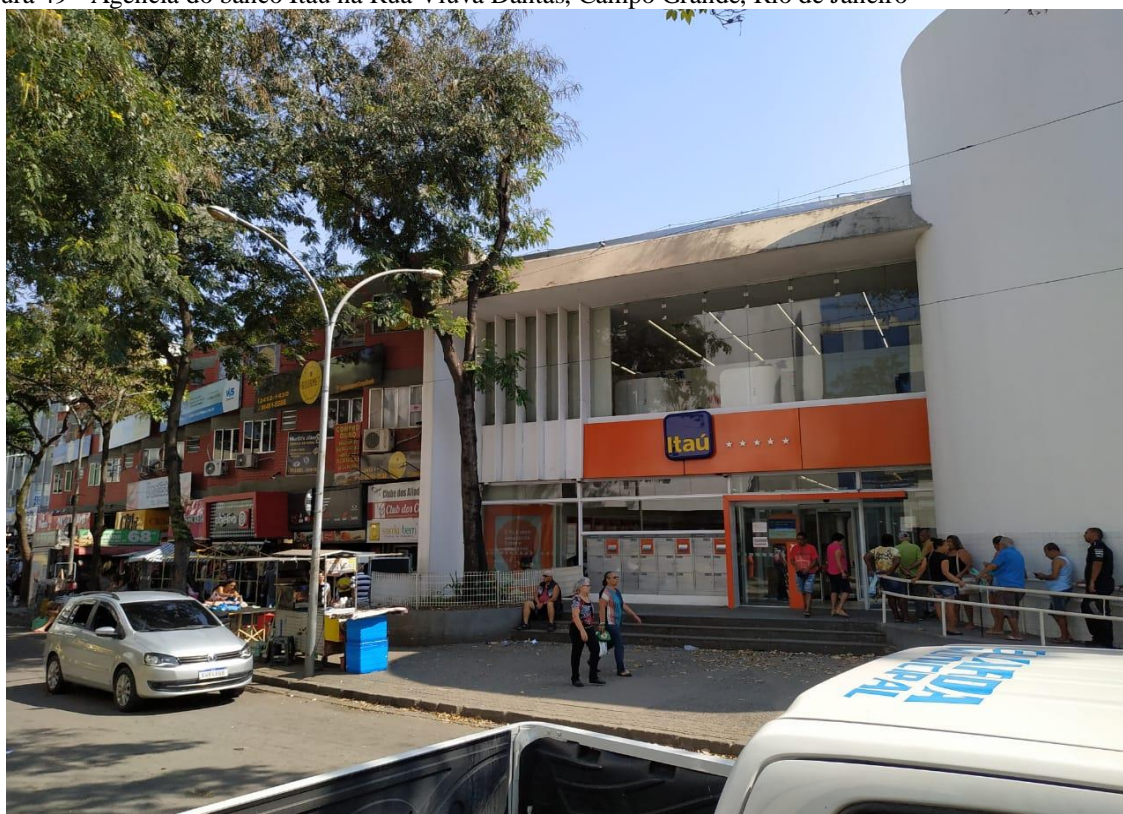


Fonte: Arquivo do Bar do Ernesto (2019); Geiger & Solmon – IBGE (1958)⁷⁹; Barata (2019).

⁷⁹ Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=417173>

O relato continua abordando uma rua fora do circuito cívico-carnavalesco-religioso do bairro: a rua Viúva Dantas. Relaciona-se os estabelecimentos comerciais como Ultralar, Dib's (sobrenome que batiza uma travessa entre a Rua Coronel Agostinho e a rua Doutor Caetano Faria e Castro), CINQ são listados como parte da história campograndense. O Laboratório Tinoco, que continua funcionando na rua, convivia com o Clube Aliados Campestre. Parte da sede do clube é hoje uma das diversas agências do Banco Itaú pelo bairro.

Figura 49 - Agência do banco Itaú na Rua Viúva Dantas, Campo Grande, Rio de Janeiro



Fonte: O autor, 2019.

No entanto, a ligação afetiva e saudosista impele a tardia denúncia ou lamentação da substituição das casario por lojas comerciais, cujas as famílias buscavam pontos distantes do bairro para a moradia resultando na descaracterização do seu charme, segundo Menezes. Culpa a especulação imobiliária e a proliferação dos conjuntos habitacionais e a falta de planejamento pela alteração da dinâmica socioespacial marcada pela insegurança, "um bairro família, transformou-se num bairro popular". Esse último trecho traz alguma reflexão sobre o seu significado. O termo "popular" no Brasil tem o sentido denotativo, e preconceituoso, como se o popular fossem apenas os de baixo, que não tem linhagem familiar nobre e arraigada em dado espaço, o produto mais simples e barato. "Popular" é o mais comum e mais comum será caso

as condições necessárias para a sua reprodução forem predominantes no espaço. "Familiar" remete ao conhecido, aquilo que é parte da família. Não é coincidência que ocorra essa associação entre aquilo que é conhecido, que está de acordo com uma apreensão anterior daquele objeto e família, como grupo consanguíneo e/ou indivíduos que por afeto, interesses em comum e sociabilidade formem um grupo de relacionamentos.

O trecho citado é quase um lamento pela perda do poder sobre o espaço, e fazendo juízo de valor, misturado com aquilo que parece ser um tanto de soberba dos moradores do "lado de cá" em relação a introdução de novos atores que alteraram a dinâmica social daquela parte da cidade. A contraposição dos adjetivos "familiar" e "popular" revela tanto o medo do outro, daqueles que não fazem parte do grupo social, quanto a hierarquização socioespacial que foi reconstruída no bairro. O antigo espaço da elite rural e, posteriormente, urbana de Campo Grande é transmutado para um espaço urbano trazendo consigo toda a sua complexidade.

Fragmentada, articulada, reflexo e condicionante social, a cidade é também o lugar onde as diversas classes sociais vivem e se reproduzem. isto envolve o cotidiano e o futuro próximo, bem com as crenças, valores e mitos criados no bojo da sociedade de classes e, em parte, projetados nas formas espaciais (...) O cotidiano e o futuro próximo acham-se enquadrados num contexto de fragmentação desigual do espaço (...) Eis o que é o espaço urbano: fragmentado e articulado, reflexo e condicionante social, um conjunto de símbolos e campo de lutas. É assim a própria sociedade em uma de suas dimensões, aquela mais aparente, materializada nas formas espaciais (CORRÊA, 1989, p.9).

O relato nos fornece informações tanto sobre as atividades comerciais pretéritas quanto sobre aquelas que vieram a ocupar os mesmos espaços, num processo de substituição de tipos comerciais a medida que as exigências dessa formação socioespacial foram sendo modificadas. A descrição revela um espaço comercial mais modesto do que o atual, mas já existente formando um núcleo comercial no trecho compreendido entre a Avenida Cesário de Melo e a estação ferroviária de Campo Grande.

Apesar de qualificar o bairro como "Um importante centro comercial", Bastos (1968) pouco contribui com informações sobre o comércio de Campo Grande na década de 1960. É dito que havia uma diversificação de gêneros entre os mais de 3 mil estabelecimentos comerciais do bairro. A legenda da imagem que retratava a esquina da Rua Coronel Agostinho com a Praça Dr. Raul Boaventura, aponta esse trecho como o ponto mais central e mais movimentado de Campo Grande, como ponto nevrálgico do bairro devido a grande concentração de firmas comerciais nesses dois logradouros. Por outro lado, inventariou os serviços já existentes na época com grande cuidado. O inventário de objetos modernos inclui os hospitais e laboratórios prestadores de serviços médicos hospitalares presentes no bairro.

Além do Hospital Geral Rocha Faria, mantido pelo Estado, há o Centro Médico Sanitário, subordinado à Secretaria de Saúde. Temos também o Serviço de Saúde Escolar, do Departamento de Saúde da Secretaria de Educação. (...) A seguir vêm os seguintes serviços:

- a) Posto do Departamento Nacional de Endemias Rurais;
- b) Ambulatório do INPS;
- c) Ambulatórios do INPS, antigos IAPB, IAPETEC, IAPS e SAMDU;
- d) Ambulatório do IASEG;

O atendimento particular é feito pelas seguintes casas de saúde:

- a) Casa de Saúde Campo Grande;
- b) Casa de Saúde Nossa Senhora do Carmo;
- c) Hospital Cruzeiro do Sul (em construção);
- d) Clínica Cardiológica Santa Mafalda;
- e) Clínica Médica Santa Margarida;
- f) Legião Feminina de Educação e Combate ao Câncer;
- g) Clínica do Sindicato dos Empregados do Comércio;
- h) Policlínica dos Pescadores da Pedra.

Os laboratórios são:

- a) Laboratório Clínico de Análises;
- b) Laboratório Dr. João Barbosa Filho;
- c) Laboratório de Análises do 14º Distrito Sanitário;
- d) Laboratório Alvaracy Magalhães Análises Clínicas;
- e) Laboratório de Análises Clínicas Dr. Herculano Gomes (BASTOS, 1968, p.78)

Sobre a questão educacional, o inventário de Bastos (1968) liga as instituições escolares e os cursos de especialização a vida cultural de Campo Grande.

"Campo Grande tem intensa vida cultural, animada principalmente pelo ensino ministrado em estabelecimentos de diferentes graus, públicos e particulares, sendo também apreciável o número de clubes e associações. A cidade tem cinco Distritos Educacionais que supervisionam 69 escolas primárias, 1 Distrito de Educação Supletiva, com 17 escolas, uma escola Normal, a Sara Kubischek; um Distrito Médico Escolar. Com relação ao primeiro e ao segundo ciclos de ensino ministrado pelo Estado contam-se:

- a) Colégio Freire Alemão (noturno), ginásial e colegial;
- b) Colégio Professor Raja Gabaglia (diurno), ginásial e colegial;
- c) Ginásio Charles Dickens (diurno e noturno), equipado com oficinas para o ensino industrial;
- d) Ginásio São João de Brito (vespertino), ginásial (BASTOS, 1968, p.37).

Além dos ginásios públicos listados, havia a presença dos estabelecimentos particulares de grau médio, como descrito por Moacir Bastos. Alguns desses de propriedade da família Bastos como a Escola Afonso Celso, confessionais ligada a Igreja Católica como o Ginásio Nossa Senhora do Rosário e de outras figuras proeminentes na política local: o Ginásio Belisário dos Santos, de Helton Veloso, o Colégio Campo Grande, de propriedade da família de Raul Boaventura e é mencionada a Fundação Educacional Unificada Campograndense, fundada com participação da família Miécimo da Silva.

São os seguintes os estabelecimentos particulares de grau médio

- a) Ginásio e Escola Técnica de Comércio Afonso Celso;
- b) Colégio Belisário dos Santos;
- c) Colégio Campo Grande;
- d) Ginásio Batista de Campo Grande;
- e) Ginásio Nossa Senhora do Rosário;
- f) Educandário Santa Rita de Cássia;
- g) Ginásio Barcelos Domingos;
- h) Ginásio Cesário de Melo;
- i) Ginásio Comercial Boa Esperança;
- j) Ginásio de Aplicação Newton Belleza, da FEUC.
- k) Ginásio Helton Veloso Filho;
- l) Ginásio Professor Moacyr Sreder Bastos (BASTOS, 1968, p.39).

As exigências por qualificação para atividades tipicamente urbanas somadas ao crescimento vegetativo da população do bairro forçavam a oferta de possibilidades educacionais. Além das escolas para a formação básica, o bairro contava com uma instituição voltada para a formação de professores a Faculdade de Filosofia, Fundação Universitária Campograndense. Para a qualificação em habilidades e conhecimentos específicos, no bairro funcionavam cursos especializados em línguas e desenho técnico, por exemplo. Os seguintes cursos foram inventariados em Campo Grande: Aliança Francesa, Pevegel Desenho Técnico, Sociedade Brasileira de Cultura Inglesa, Curso Primus, Curso Riel e Academia Brasileira de Cultura (BASTOS, 1968, p.).

O transporte do bairro era garantido pelo transporte ferroviário e era visível o crescimento do transporte rodoviário. O número de empresas rodoviárias atuantes no bairro era considerável no final da década de 1960, pois existiam

numerosos autos de aluguel, temos ônibus de diferentes empresas entre os diferentes arredores da cidade e ligando Campo Grande à cidade do Rio de Janeiro (...)

- a) Viação Campo Grande S/A;
- b) Viação Garcia LTDA.;
- c) Viação Ponte Coberta;
- d) Empresa Nossa Senhora da Glória;
- e) Empresa Pegaso (diretamente de Campo Grande à Praça Mauá);
- f) Empresa Jabour.

Quanto aos táxis Campo Grande tem-nos numerosos e novos, sendo o estacionamento na Rua Coronel Agostinho, na Praça Raul Boaventura (antiga 3 de Maio) e na Rua Campo Grande. (BASTOS, 1968, p.74 e 75)

O número de agências bancárias era considerável para a referida década, especialmente em um bairro periférico. Provável que essas agências existissem pelo capital auferido pelos negócios rurais, em primeiro lugar, e teriam continuado a existir, mesmo com a derrocada das lavouras, pela potência sendo transformada em ato do setor terciário, que tomava o espaço das atividades rurais. Nas palavras de Bastos

da alta expressão do comércio de Campo Grande, que muito concorre para o progresso da localidade, é índice expressivo o número de bancos em funcionamento no lugar. Campo Grande tem agências dos seguintes bancos:

- a) Banco do Brasil S.A.;
- b) Caixa Econômica Federal;
- c) Banco do Estado do Guanabara;
- d) Banco de Crédito Territorial S4 A4;
- e) Banco Comércio e Indústria de Minas Gerais S.A.;
- f) Banco Predial do Estado do Rio de Janeiro;
- g) Banco Hipotecário e Agrícola do Estado de Minas Gerais S.A.;
- h) Banco de Crédito Real de Minas Gerais S.A.;
- i) Banco da Lavoura do Estado de Minas Gerais S.A.;
- j) Banco Comercial de Minas Gerais;
- l) Banco Boavista;
- m) Banco Niterói;
- n) Banco Halles de Desenvolvimento e Investimento (BASTOS, 1968, p.72)

É uma surpresa a presença de tantas agências bancárias representantes do capital mineiro no bairro de Campo Grande. Dentro do escopo dessa pesquisa não investigaremos essa questão, mas torna-se certamente um dado a ser analisado no futuro acerca dos interesses mineiros na antiga Zona Rural do Distrito Federal.

Bastos listou, também, as associações esportivas e clubes de serviços e

funcionavam em Campo Grande as seguintes:

- a) Campo Grande Atlético Clube;
- b) Pedra Esporte Clube;
- c) Esporte Clube Oiti;
- d) Cosmos Atlético Clube;
- e) São Basílio Esporte Clube;
- f) Esporte Clube Rosita Sofia;
- g) Vila Cosmos Esporte Clube;
- h) Futebol Clube São Geraldo;
- i) Clube dos Aliados;
- j) Sociedade 10 de Maio;
- l) Luso Brasileiro Tênis Clube;
- m) Guaratiba Iate Clube;
- n) Santíssimo Esporte Clube;
- o) Vinte e Seis de Abril Futebol Clube;
- p) Vinte e Nove de Junho Futebol Clube;
- q) Associação Atlética Jardim Pedregoso;
- r) Social Clube Campina Grande;
- s) Lions Clube do Rio de Janeiro Campo Grande;
- t) Rotary Clube;
- u) Associação Comercial de Campo Grande e muitos outros (BASTOS, 1968, p.73).

Dentre as associações e sociedade destacam-se a presença do Lions Clube e do Rotary Clube. A primeira, segundo o sítio eletrônico do Lions Club International⁸⁰, existe de 1917 e tem como objetivo melhorar as comunidades nas quais atua e o mundo e ser o líder global em

⁸⁰ <https://www.lionsclubs.org/pt/discover-our-clubs/mission-and-history>

serviços comunitários e humanitários. O segundo é o Rotary Club cuja missão “é servir ao próximo, difundir a integridade e promover a boa vontade, paz e compreensão mundial por meio da consolidação de boas relações entre líderes profissionais, empresariais e comunitários”, segundo consta no texto de apresentação do sítio eletrônico do Rotary International⁸¹.

Figura 50 - Relógio na rua Coronel Agostinho com o logo do Lions Clube. Marco do Rotary Clube na Estrada Rialdo “A” subida do viaduto Prefeito Alim Pedro, ambos em Campo Grande, Rio de Janeiro.



Fonte: O autor, 2019.

A imagem a seguir revela o espaço no qual viria a ser construída a Praça Raul Boaventura, em frente a estação ferroviária de Campo Grande. Pode-se notar um certo nível de integração entre o modal ferroviário e rodoviário, pois pontos finais das lotações estavam concentrados na calçada da Estação de Campo Grande. Outro aspecto importante da paisagem representada pela imagem é a inexistência da ligação da Praça Raul Boaventura com a Rua Engenheiro Trindade, que marca temporalmente a imagem como sendo anterior a 1976.

⁸¹ <https://www.rotary.org/pt/about-rotary>

Figura 51 - Praça Três de Maio, atual Praça Raul Boaventura, Campo Grande, Rio de Janeiro acerca dos anos 1960-1970.



Fonte: Arquivo de Adinalzir Pereira. Colorização de Reinado Elias (s/d).

Pois, foi somente nesse ano através do decreto de número 384 de 11 de maio de 1976 que aprovou o projeto de alinhamento número 9600, referente à ligação da Praça Dr. Raul Boaventura com a Rua Engenheiro Trindade, em Campo Grande. A obra era uma parte de um projeto maior, que vinha em marcha desde 1970 segundo as palavras da então administradora regional Elza Osborne ao afirmar que “todas as obras realizadas fazem parte de um plano, que para prover toda a segurança transformará Campo Grande numa das cidades brasileiras de maior organização urbana” (CORREIO DA MANHÃ, 1970, p.4).

Na década de 1970 o bairro de Campo Grande, devido aos processos migratórios e da produção do espaço explicados no capítulo anterior, atingiu números populacionais consideráveis com 222.500 habitantes. Esse expressivo contingente populacional formava tanto os recursos humanos quanto o mercado consumidor necessário para os estabelecimentos comerciais do bairro que somavam entre 3.200 - 3.900 pontos, incluindo lojas de outros pontos da cidade, que possuíam filiais em Campo Grande (O GLOBO, 21/06/1971). No horário de pico, os fluxos tornavam o bairro tão movimentado quanto as avenidas da Zona Sul, pois o centro do bairro contava com serviços e comércio, como bancos, supermercados, restaurantes

e hotéis que atraíam grande número de pessoas. O fluxo de pessoas chegaria ao auge por volta das 10 da manhã. Os grandes magazines de tão cheios tornavam-se intransitáveis com a presença dos mais diversos compradores: mulheres de bicheiros, trabalhadores rurais, estudantes. Os fluxos eram atraídos para as Ruas Coronel Agostinho, Augusto de Vasconcelos, Barcelos Domingos, Campo Grande e Praça Raul Boaventura e adjacências evidência da centralidade de Campo Grande, não apenas para os moradores do bairro, mas também para moradores dos bairros vizinhos. Anos mais tarde, no nome mês do ano de 1974, o administrador regional Marcelo Carneiro afirmava que naquele momento Campo Grande tendia a ser o grande centro de serviços para a área industrial que o circundava. (CORREIO DA MANHÃ, 12/01/1970; O GLOBO, 22/09/1974).

Os moradores dos loteamentos do bairro, dos bairros vizinhos convergiam para o centro de Campo Grande⁸². Era necessária a sua reestruturação para comportar as novas necessidades urbanas, mas aquilo que torna o espaço em urbano uma posição de centralidade, que faz convergir os fluxos, centralizar as atividades econômicas e ser o palco da disputa entre grupos políticos, já estava posto nos planos material e social, pois já era cidade e, agora, presenciava o fenômeno urbano ao conter os elementos que tornaram-se “amontoados de objetos e de produtos nos entrepostos, montes de frutas nas praças de mercado, multidões, pessoas caminhando, pilhas de objetos variado, justapostos, superpostos, acumulados (...) (LEFEBVRE, 1999, p. 108)”.

A formação do espaço comercial, a partir de Santos (2008), é fruto do sistema vigente em determinado momento e suas sucessivas modernizações. Obviamente, cada lugar possui uma força intrínseca atuante e modeladora das forças extrínsecas originando formações socioespaciais únicas. Apesar do pensamento de Santos (2008) contemplar a análise da escala global dos eventos, por abordar a estruturação do sistema mundial em países centrais e países periféricos, a transposição para a escala local é válida, pois as forças são materializadas nos lugares – que são constituídos pelo entrelaçamento dos diferentes feixes políticos, econômicos, sociais e culturais que compõem o campo de forças. “Todo espaço conhece assim uma evolução

⁸² Em referência à época, o relato da moradora Zuleika Barata, que habita o bairro de Santíssimo desde 1958, informa que os moradores de Santíssimo, por exemplo, nos anos 1960 dirigiam-se ao comércio de Bangu para satisfazer suas necessidades consumidoras. Informa, ainda, que em certo momento ficou surpresa ao constatar que o comércio do bairro de Campo Grande teria superado Bangu em atratividade de fluxos, mas que o centro comercial do bairro era formado basicamente pelas ruas Coronel Agostinho e Augusto de Vasconcelos e a Praça Raul Boaventura.

própria, resultado de uma conjugação de forças (...) Resulta daí (...) a originalidade das situações para cada lugar” (SANTOS, 2008, p.31).

A modernização é um processo contínuo haja vista que as suas forças propulsoras estão em constante movimento e renovação unindo a economia, política e sociedade para a (re) inserção dos espaços ao constante movimento de renovação do mundo. Não cabe aqui traçar uma linha do tempo muito menos periodizar todos os momentos de modernização com explicações sobre o seu funcionamento e do sistema vigente. O foco é a modernização comandada pela indústria, guiada pelas firmas multinacionais, difusoras do consumo apoiado na oferta de novos bens, cuja existência promovia o desejo de consumo pelo novo. Essa fase marca o aumento e diversificação da demanda composta por um mercado consumidor heterogêneo formado por indivíduos com distintas capacidades de endividamento”. A participação no consumo "moderno" tem a tendência de atingir mais e mais indivíduos, mesmo se essa participação é parcial ou ocasional nas camadas menos favorecidas (SANTOS, 2008, p.37). A modernização desembocará na próxima fase da formação terciária do bairro.

A segunda fase da terciarização do bairro estabeleceu-se com a chegada das grandes organizações de diferentes ramos. A sofisticação do terciário foi estabelecida pelo incremento de estabelecimentos de atividades comerciais e serviços qualificados - como bancos e outros serviços financeiros, e serviços profissionais especializados e superiores. Mesmo estimulando o crescimento econômico do bairro, Menezes (1999) via com ressalvas a inserção desses atores exógenos, pois além da quebra do espírito comunitário do bairro, havia a drenagem financeira levando os lucros obtidos pelo comércio e serviços para outros circuitos econômicos fora do bairro; opinião compactuada com Moacir Bastos, que advogava em nome dos comerciantes locais pois esses retornariam parte dos lucros como investimentos no bairro (O GLOBO, 12/06/1976).

Para a estruturação urbana do bairro, uma das maiores intervenções, que fará parte da sua identidade, foi o decreto número 296 de 06 de fevereiro de 1976. O decreto aprovou o projeto de alinhamento número 9582 e de loteamento número 33.233, referente à urbanização da área compreendida entre a Rua Aurélio de Figueiredo, a Avenida Cesário de Melo e a Estrada de Ferro Central do Brasil, em Campo Grande. Essa área delimitada pelo decreto é correspondente ao espaço que contempla a Rua Coronel Agostinho e as ruas adjacentes, o hoje conhecido “Calçadão de Campo Grande”. A reportagem "Campo Grande pretende ser um centro de serviços" do Jornal O Globo datada em 12/07/1976 não poderia ter título mais

explícito acerca das intenções dos produtores espaciais do bairro sobre o papel que esse desempenharia daqui por diante.

Figura 52 - Reportagem do jornal O Globo de 12/08/1976 sobre a produção de um centro de serviços em Campo Grande, Rio de Janeiro.

10 • GRANDE RIO O GLOBO Quinta-feira, 12/8/76

Campo Grande pretende ser um centro de serviços

A prefeitura do Campo Grande — o bairro no qual o Prefeito Marcos Tamoyo desistirá amanhã — não é transformado em um novo município do Estado, mas no centro de serviços da Zona Rural, à semelhança do que é observado para os subúrbios da Central do Brasil.

— Campo Grande — explica o administrador da Região, Moacir Bastos — tem condições de ser o centro de serviços da Zona Rural. Já que tem uma infraestrutura para isso. O bairro dispõe de um comércio forte, sete faculdades, três teatros, dois cinemas e 155 escolas estaduais e municipais. O bairro já é o segundo polo cultural do município e a maior concentração estudantil do País: em cada grupo de três habitantes dois são estudantes.

Audiências

Amanhã se transferirá seu gabinete de trabalho para o subúrbio da XVIII Região Administrativa, em Campo Grande, o Prefeito Marcos Tamoyo reservará três horas e meia em sua agenda para audiências públicas.

Em Campo Grande, a visita do Tamoyo está sendo aguardada com expectativa e curiosidade. A maioria dos 40 mil moradores, porém, acredita que ele pouco poderá fazer, limitando-se a ouvir as reclamações e reivindicações e a elaborar, futuramente, alguns organismos visando ao desenvolvimento do bairro. O primeiro Administrador Regional, professor Moacir Bastos, compartilha do pensamento popular: já há muito difícil a Prefeitura dar a Campo Grande o que o bairro realmente está necessitando.

— Os problemas do bairro são muitos e a população muitas vezes poderá não ser resolvida.

homens na construção civil e no comércio e se multiplicam em quantidade — explica o administrador, que mora no bairro há 35 anos.

Segundo ele, o ideal seria que fosse programada a instalação de indústrias de transformação para abastecer o meio-da-obra local, paralelamente à criação de uma Zona Rural, que poderia ser baseada na produção de frutas regionais, especialmente manga e a fruit-de-ouso.

Os dados são os de 40 Campo Grande já vive na liderança uma importante região regional. Nos dias finais ocorridos naquela época ocorreram praticamente impossíveis e existência de indústrias na região, que foram transformadas em loteamentos, além de problemas se foram sentir até hoje.

Comércio

Segundo Moacir Bastos, o comércio de Campo Grande é o quarto da cidade em arrecadação da ICM, embora as estatísticas oficiais existentes coloquem o bairro em 1º lugar.

— O que ocorre é que o bairro abriga dezenas de grandes organizações, funcionando com filiais, que arrecadam o ICM através do centro da cidade. O ideal é que fosse fortalecido o pequeno comércio, mais interessante ao desenvolvimento do bairro, já que as grandes organizações não reinvestem o capital arrecadado no bairro, o que ocorre com os pequenos comerciantes.

Com uma área de 500,00 quilômetros quadrados — o equivalente a 31,33 por cento da área total do município — Campo Grande já dispõe de um ar de cidade de interior, já funcionando industrialmente em alguns e quatro bibliotecas para os operários que diariamente vão à cidade para pegar o trem em direção ao centro da cidade e vice-versa.

Loteamentos

nos últimos anos o crescimento é grande e o número de famílias que permanecem pelas ruas do bairro exercendo diversas de atividades artesanais.

— Há um número, na maioria dos casos, são oriundos dos conjuntos habitacionais de Vila Antares e Castelo de Aze, em Baía Traçu.

— Nestes conjuntos — disse o administrador regional —, as pais de família normalmente trabalham em outras partes da cidade e nem sempre têm condições de morar fora de casa. O mesmo ocorre com as mães, que normalmente possuem os filhos fora, trabalhando como domésticas. Durante o dia, os filhos cuidam de si próprios, entregues a uma sorte quase sempre trágica.

Devido à inexistência de uma rede de esgotos urbanos, são elevados os índices de doenças parasitárias e intestinais. Os postos de saúde existentes são precários e o próprio hospital Nossa Fátima — localizado no centro do bairro — não dispõe de recursos suficientes para dar um atendimento adequado e de boa qualidade. O INPS está estruturado para serviços ambulatoriais no bairro, mas eles não têm condições para atender às reais necessidades.

A visita

A visita de Tamoyo a Campo Grande será realizada às 10h00 de amanhã, com a chegada do Prefeito à Escola Professor Caspary, para visitar obras de recuperação de prédios. Depois, Tamoyo visitará a Zona Rural de Cunha e a Escola Almirante Saldanha de Lima.

Se participará da cerimônia de inauguração da vereditária da Praça Marcão, considerada área de lazer pelo administrador, a primeira de uma série de praças que serão inauguradas no bairro até o fim do ano. À 10h, o Prefeito visitará as Praças Filomena Carlos Magalhães, Vinte



Na Praça Raul Boa Ventura, a maior dificuldade dos moradores é atravessar, devido às peças de água

Fonte: Acervo Digital O Globo (2019)

À época, a prefeitura estava a cargo de Marcos Tamoyo, ARENA, e o cargo de administrador regional era ocupado por Moacir Bastos, também filiado ao ARENA e que já havia ocupado de Presidente da Associação Comercial de Campo Grande, e viria a ser eleito vereador com a quinta maior votação para a Câmara de Vereadores da cidade do Rio de Janeiro no certame eleitoral daquele mesmo ano, com 49.630 votos (O GLOBO, 19/11/1976). Bastos mostrava-se um ferrenho defensor da ideia de tornar o bairro uma subcentralidade para a Zona Rural, mimetizando a função de Madureira para os subúrbios da Central do Brasil.

Campo Grande tem condições de ser o centro de serviços da Zona Rural, já que tem uma infraestrutura para isso. O bairro dispõe de um comércio forte, sete faculdades, três teatros, dois cinemas e 155 escolas estaduais e municipais. O bairro já é o segundo polo cultural do município e a maior concentração estudantil do país: em cada de três habitantes dois são estudantes. (O GLOBO, 1976, p.10)

Além de ser considerada “cidade” por força da lei, Campo Grande estava irrevogavelmente integrada a dinâmica urbana do Rio de Janeiro. O espaço urbano formado pela explosão das cidades, nas décadas virtuosas do capitalismo no pós Segunda Guerra Mundial, era segregado socioespacialmente, como vimos no capítulo anterior. As cidades são lócus do consumo de uma população heterogênea em relação a renda auferida pelos indivíduos. Existem diferentes demandas determinadas pelo nível de comprometimento de renda desde daqueles de baixa renda, formada por trabalhadores de baixa renda ou sobrevivendo em

trabalhos temporários, até os indivíduos com renda elevada. A coexistência no tecido socioespacial de um abrangente mercado consumidor, com diferentes possibilidades de acesso aos bens e serviços ofertados ao atendimento de suas necessidades, cria dois circuitos da economia urbana (SANTOS, 2008).

No domínio da produção, enquanto de um lado, em amplos setores da economia, a escolha é estreita no que concerne aos processos que podem ser utilizados, e esses processos são relativamente de alto coeficiente de capital, de outro lado, a diminuição do emprego, na agricultura e na indústria, provocada pela modernização tecnológica – e isso enquanto a força de trabalho não para de aumentar, acarreta a criação de atividades de pequenas dimensões. Um dos dois circuitos é o resultado direto da modernização tecnológica. Consiste nas atividades criadas em função dos progressos tecnológicos e das pessoas que se beneficiam deles. O outro é igualmente um resultado da mesma modernização, mas um resultado indireto, que se dirige aos indivíduos que só se beneficiam parcialmente ou não se beneficiam dos progressos técnicos recentes e das atividades a eles ligadas (SANTOS, 2008, p.38).

A formação de uma área comercial em Campo Grande não decorre apenas do alinhamento de forças endógenas, sejam esses locais ou nacionais, apenas. Existem forças exógenas que atuam mesmo que indiretamente na organização e produção do espaço nessa localidade. A articulação ocorre devido ao inexorável atrelamento dos espaços ao sistema criado pelo alinhamento das ordens econômica, social, política e moral em determinado período histórico. Logo, a formação de um bairro periférico, em um país periférico, corresponde ao reordenamento das forças emitidas a partir dos países centrais em dado momento histórico cujas repercussões são sentidas nos planos sociais, econômicos, políticos e espaciais. Os países, que somente no período mais recente foram inseridos no processo mais atuais de modernização mundial, viram a criação sincronizada das duas formas integradas de organização econômica urbana (SANTOS, 2008).

A economia urbana reflete a desigualdade impregnada na produção do espaço urbano de formações socioespaciais subdesenvolvidas verificada pela existência de dois circuitos econômicos chamados de “circuito superior” e “circuito inferior”. O circuito superior é definido por sua organização e comportamento. O circuito inferior é um produto da modernização e está em constante processo de transformação e adaptação.

Pode-se apresentar o circuito superior como constituído pelos bancos, comércio e indústria de exportação, indústria urbana moderna, serviços modernos, atacadistas e transportadores. O circuito inferior é constituído essencialmente por formas de fabricação não- “capital intensivo”, pelos serviços não-modernos fornecidos “a varejo” e pelo comércio não-moderno e de pequena dimensão (SANTOS, 2008, p.40)

Além dos elementos constituintes, os circuitos são definidos pelo conjunto de atividades realizadas em certo contexto e o setor da população que se liga a ele essencialmente pela

atividade e pelo consumo (SANTOS, 2008, p.39). Os circuitos são integrados e não independentes, pois o circuito inferior é ligado por dependência ao circuito superior, através dos atacadistas e transportadores, que mesmo sendo parte do circuito superior cumprem a função logística de abastecimento do circuito inferior, por exemplo. Por isso, o próprio circuito superior não é monolítico, e sim distinguindo em atividades “puras”, “impuras” e “mistas”, mostrando pelas últimas que o entrelaçamento ocorre sem que ocorra perda da capacidade de definir os circuitos. A definição dos circuitos é possível pelo comportamento das atividades em relação ao conjunto das características do circuito em si (SANTOS, 2008).

O comércio e serviços modernos, típicos da cidade, são elementos puros. Mas, ainda sim, consumido por classes distintas sejam pobres, médias e ricas. O acesso aos circuitos por parte do mercado consumidor será condicionado pela renda auferida por grupo social⁸³, ou seja, diferencia-se o acesso por classe, sendo esse menos frequente e até ocasional para a população de baixa renda. Em outras palavras, há uma tendência da classe dos de baixo acessarem, seja para consumo ou para o trabalho, com maior frequência e intensidade o circuito inferior, enquanto o mesmo ocorre com classe dos de cima que predomina no acesso ao consumo ofertado pelo circuito superior. Se não há uma exclusão das classes dos circuitos, o grau de participação de cada classe em cada circuito tende a ser diretamente proporcional a condição de classe.

No que concerne à população ligada a cada um dos circuitos, é necessário notar várias desvios. Todas as camadas da população podem consumir fora do circuito ao qual pertencem: trata-se de um consumo parcial ou ocasional das categorias sociais ligadas ao outro circuito. O consumo das classes médias se dirige frequentemente tanto à categoria das classes abastadas quanto à das classes menos favorecidas. Por outro lado, os indivíduos mais diretamente ligados ao circuito inferior não são uma força de trabalho exclusiva desse circuito. Eles vendem temporariamente ou ocasionalmente sua força de trabalho no circuito superior. Quanto às atividades, algumas delas, embora apresentem um predomínio de características de um dos circuitos, podem também apresentar algumas do outro (SANTOS, 2008, p.43).

Apesar de ser um bairro periférico, Campo Grande estava sincronizado com os processos mais gerais da produção do espaço pelo globo. No mesmo período nos mais distintos pontos do espaço vemos surgir formas espaciais semelhantes e desenvolvidas para atender demandas decorrentes do sistema vigente (SANTOS, 2008). Pois, a implantação de um centro comercial em Campo Grande nos anos 1970, mesmo que utilizando a rua comercial para tal

⁸³ De acordo com Jessé de Souza a renda é uma das expressões de classe. Classes seriam definidas como redes de relações sociais (econômicas, financeiras, profissionais) que garantem as pessoas o acesso privilegiado aos recursos escassos.

fim, coincide com a difusão urbana, policentralidade e criação de centros comerciais nos EUA, por exemplo.

Na segunda metade do século XX, especialmente a partir dos anos 1970, nos EUA, e dos anos 1980 e 1990, em outros países, a cidade contemplou novas formas de crescimento com o aparecimento da cidade difusa e multipolar, a criação de centros comerciais na periferia e de novos espaços de lazer (CAPEL, 2002, p.84).

A aposta no setor de serviços tinha como objetivo remendar a falha na aposta da implantação de indústrias no bairro que, segundo Moacir Bastos, não resolveu o problema do desemprego, pois a natureza sofisticada da atividade industrial exigia mão de obra qualificada e não disponível no bairro.

As indústrias que se estabeleceram no bairro nos últimos anos, não são aquelas que deveriam ter se estabelecido. Ninguém definiu quais seriam os tipos de indústria a serem fixados na região. As existentes não nos trazem nenhum benefício, pois são indústrias altamente sofisticadas e que não absorvem a mão-de-obra do bairro, desqualificada para esse tipo de indústria (O GLOBO, 12/06/10976, p. 10).

De toda a mão de obra empregada na indústria local, apenas 10 % seria residente no Campo Grande. Isso explicaria os altos índices de desemprego no bairro, cuja população desprovida da qualificação técnica necessária buscava empregos em outros pontos da cidade. Nos anos 1970, Milton Santos asseverava que

a industrialização nem sempre é capaz de criar um “crescimento” com “desenvolvimento”, mas apenas um “pseudodesenvolvimento”, devido à ausência de articulação local das atividades e da redistribuição regressiva da renda. Isso reforça a tendência à implantação novas atividades nas condições de “produtividade pura” (SANTOS, 2008, p.31).

A modernização de dado recorte espacial é inversamente proporcional a criação de novos empregos via indústrias instaladas naquela localidade. As mudanças afetaram o setor agropecuário devido a inserção de equipamentos modernos nas atividades laborais, dispensando o emprego da força de trabalho humana. Os resultados são expressos tanto no abandono do campo em direção as cidades, o êxodo rural, quanto o resultado desse movimento: a urbanização terciária (SANTOS, 2008).

No contexto da modernização do bairro de Campo Grande, Moacir Bastos apresentou uma proposta de geração de empregos que conjugava diferentes setores da economia nacional. No ideal de Bastos, a indústria implantada seria a de transformação pela sua capacidade de absorver mão de obra local. Na agricultura manteria a vocação local de culturas alimentícias. No lugar da laranja, a manga e a fruta-de-conde. E no terciário, Bastos percebeu uma distorção existente entre a possível arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM), na

qual Campo Grande estaria na quarta colocação em arrecadação, e aquela que se realizava de fato, pois nas estatísticas oficiais o bairro estava em décimo quarto lugar.

O que ocorre é que o bairro abriga dezenas de grandes organizações, funcionando com filiais, que arrecadam o ICM através do centro da cidade. O ideal é que fosse fortalecido o pequeno comércio, mais interessante ao desenvolvimento do bairro, já que as grandes organizações não reinvestem o capital arrecadado no bairro, o que ocorre com os pequenos comerciantes (O GLOBO, 12/06/1976, p.10).

Moacir Bastos, enquanto foi reitor do centro universitário de propriedade da sua família, era assertivo que o Calçadão foi iniciativa do próprio, que pediu o projeto para o arquiteto paisagista Burle Marx. A reportagem do dia 06 de novembro de 1976 do Jornal O Globo descrevia o Calçadão como situado na área em que se concentra a maior parte do comércio do bairro, com 850 metros de extensão (trecho exclusivo para pedestres), jardins idealizados pelo paisagista Burle Marx, bancos de concretos e stands para venda de flores e livros. A inauguração do “Calçadão de Campo Grande” ocorreu no dia 08 de novembro de 1976. No mesmo dia, foi inaugurado o prolongamento da Rua Engenheiro Trindade, que agora terminava na Praça Doutor Raul Boaventura, fazendo esquina com o fim do calçadão da Rua Coronel Agostinho.

Um fato que precisa ser registrado para análise foi o noticiado pelo Jornal O Globo no dia 06 de novembro, dois dias antes da inauguração da rua comercial. Antes mesmo de sua inauguração a reportagem do jornal O Globo relata a invasão do espaço comercial pelas barracas dos camelôs. A resposta veio de Sérgio Magalhães, assessor do administrador regional, afirmando que os camelôs ficariam ali somente até a véspera da inauguração (O GLOBO, 06/11/1976).

A rua comercial do bairro nasce com mais um conflito que se desenrolaria pelas próximas duas décadas: lojistas x camelôs. O espaço urbano sendo constituído era um reflexo da sociedade que o produzia naquele momento: desigual. Refletia como um espelho a imagem do seu criador, a sociedade estratificada em classes. Em outras palavras, a própria sociedade está materializada no espaço urbano, representando tanto as ações do presente quanto aquelas do passado que foram a base para a produção do espaço atual (CORREA, 1989). É o lócus da existência das classes sociais - da sua vida em suas múltiplas dimensões e da sua reprodução, ao longo do tempo. É fragmentado e, por isso, expõe as suas desigualdades dando origem a conflitos sociais. "O espaço da cidade é assim, e também, o cenário e o objeto das lutas sociais, pois estavam visam, afinal de contas, o direito à cidade, à cidadania plena e igual para todos (CORREA, 1989, p.9)". Nos anos seguintes as páginas dos jornais retratariam intensos e

violentos conflitos entre os atores socioespaciais participantes do tecido socioespacial campograndense.

Nos anos 1970, as bases para a formação de um subcentro a partir do centro comercial do bairro parecem construídas, especialmente quando compreendemos quais são as características que compõem um subcentro. Pois,

o centro-funcional organiza-se a fim de oferecer a um espaço a ele ligado, por meios de circulação mais eficientes, os serviços indispensáveis à vida cotidiana, fornecendo a este espaço não só os elementos essenciais à subsistência de sua população, mas também outros bens de consumo de caráter mais especializado, assim como serviços médicos, educação, recreação e outros. Ele organiza, desse modo, sua área de influência. Assim é que o grau de desenvolvimento de um núcleo central traduz-se, na realidade, pelo campo de forças que exerce sobre as áreas circunvizinhas que gravitam em torno dele. Considera-se como centro funcional todo núcleo que, dispondo de uma atividade comercial importante e de um setor de serviços desenvolvido, seja capaz de atender não apenas às necessidades locais senão também servir à população residente na área circunvizinha. (DUARTE, 1974, p.55-56-73-74)

As condições para a formação do subcentro estavam postas pois o espaço contava com elementos que garantiam a sua acessibilidade, amenidades, a concentração dos fluxos e um eixo que era usufruído pelo público do bairro e daqueles circunvizinhos, que eram ao mesmo tempo clientela e os fluxos que convergiam tornando aquela área um subcentro (DUARTE, 1974; MELLO, 1997). Campo Grande, naquele momento e nos anos vindouros, a partir dos critérios estabelecidos por Duarte (1974) atendia aos requisitos para ser considerado um subcentro, pois no centro comercial coexistiriam os objetos e atividades necessárias para a existência de uma subcentralidade. Vejamos:

- atividade comercial que se caracteriza por sua multiplicidade e especialização. A qualidade dos produtos é relativa, uma vez que está intimamente relacionada como padrão socioeconômico da população. Nem todos os gêneros varejistas são característicos de subcentros. Estes caracterizam-se pelo predomínio do comércio de consumo frequente e pouco frequente;
- serviço financeiro, onde a presença de bancos garante seu poder econômico. A presença de agências de financiamento e investimentos é outro elemento importante;
- serviços profissionais superiores caracterizados pela existência de consultórios médicos, laboratórios de análises clínicas, escritórios de advocacia, contabilidade e outros;
- serviço cultural e recreativo, que confere ao centro forte poder de atração;
- transporte e comunicação, pois sendo a área bem servida de meios de transporte e possuindo facilidade de acesso, garante para si importante área de mercado. Podem-se citar alguns exemplos de comércio (varejista) e de serviços presentes nos subcentros. Quanto ao comércio especializado, podem-se mencionar: eletrodomésticos, óticas, livrarias; serviços financeiros como, por exemplo, agências bancárias e de financiamento; serviços profissionais superiores como consultórios médicos, escritórios de advocacia e contabilidade; serviços de transporte como pontos terminais de transporte rodoviário urbano e serviços de divulgação, cultura e de recreação como, por exemplo, estabelecimentos de diversão e cursos especializados (DUARTE, 1974, p.59).

A própria expansão da cidade, na forma da sua explosão – como teorizado por Lefebvre (1991), forma subcentros, centros secundários de serviços, dentro do próprio tecido socioespacial citadino, erguidos nos centros dos bairros, que são gatilhos para a formação de novos focos de valorização do espaço urbano (SINGER, 1979, p.29). Um dos critérios para a consolidação e classificação de dada localidade como um subcentro é a existência de transporte e comunicação como meios de atrair o mercado consumidor para os seus domínios. Os transportes funcionam como tentáculos que ampliam o alcance espacial de qualquer subcentralidade. Quanto maior o número de modais disponíveis, maior será a conectividade daquele ponto com a área circundante.

Décadas após a abertura de vias realizada pelo Prefeito Amaro Cavalcanti para escoamento da produção agrícola, do lema de Washington Luiz que governar era abrir estradas e, finalmente, da febre rodoviária incentivada por Juscelino Kubitschek o transporte seria baseado em veículos automotivos que cruzariam e congestionariam o logradouro municipal. Haja vista que Campo Grande e os bairros vizinhos, especialmente a partir dos anos 1950, haviam passado por intenso processo de retalhamento da terra em loteamentos, seria o esperado a oferta de transporte sobre rodas ou, em termos fáceis, linhas de ônibus. A sua função deveria ser conectar o centro do bairro aos seus loteamentos, bairros vizinhos e outros centros subcentros suburbanos, além da área central. A rodoviária de Campo Grande foi inaugurada no dia 08 de março de 1979 durante a administração de Marcos Tamoyo, como prefeito da cidade do Rio de Janeiro, e Moacir Bastos, que já ocupava o cargo de Deputado Estadual no legislativo Fluminense. O discurso do alcaide revela uma preocupação com a falta de visibilidade na grande mídia, ou, pelo menos, a menor exposição da área suburbana em comparação com as áreas nobres da cidade.

O subúrbio carioca foi o grande beneficiado de nossa administração, mas, infelizmente, acontece hoje uma coisa: subúrbio não dá manchete. (...) Eu não fiz mais do que os outros governos, como afirmou há pouco o Deputado Moacir Bastos. Isto porque os outros não fizeram nada. Eu estava louco para ser prefeito e lanço um desafio a qualquer outro governo que afirme ter feito tanto quanto nós fizemos. E para o prefeito que entra deixo os votos de que faça tanto ou mais do que nós (O GLOBO, 08/03/1979, p. 13).

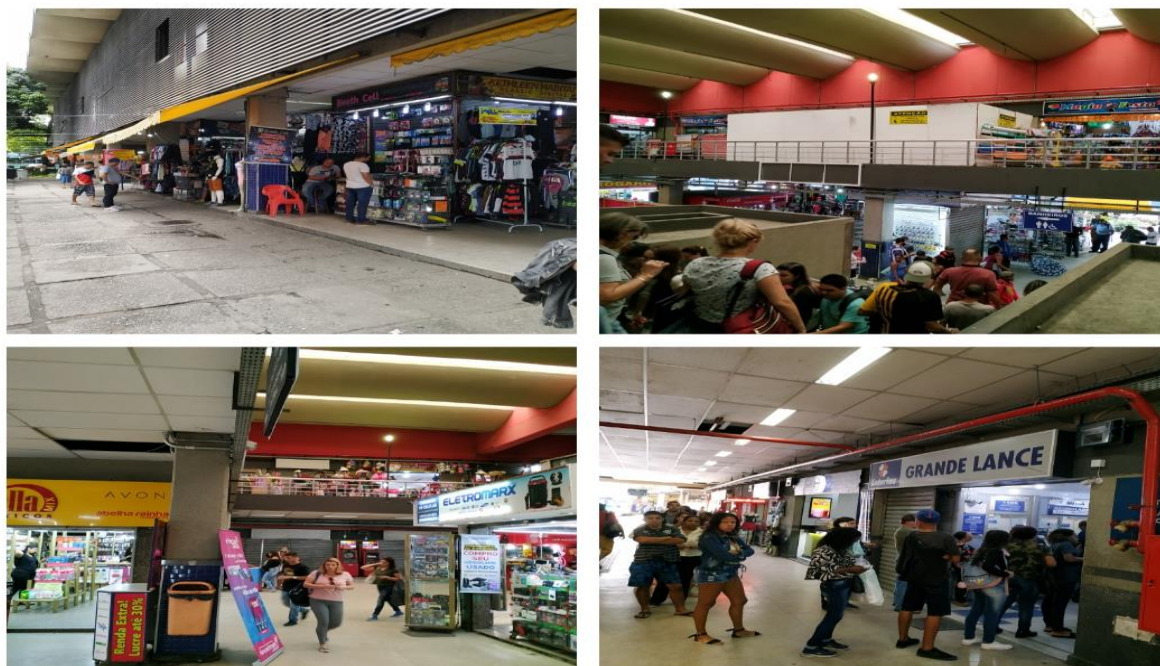
A inauguração foi um evento que reuniu cinco mil pessoas. Não sabemos se a presença da multidão confirma a popularidade do prefeito como grande construtor de infraestrutura para a cidade, subsidiando seu discurso, ou era uma oportunidade de ver o novo, o diferente existindo no bairro sem maiores atrativos festivos ou amenidades naturais de fácil acesso. A obra foi terminada de maneira rápida, para os padrões notoriamente conhecidos para obras no Brasil.

Tendo sido iniciada em março de 1978 custou Cr\$ 110.338,457, no valor incluso o pagamento da multa pela desapropriação de residências entre as ruas Aurélio de Figueiredo, Ferreira Borges, Iaçú e Itaobim. A reportagem mais parece um memorial descritivo para fins de divulgação do espaço, uma promoção do trabalho dos agentes políticos e/ou para os interessados na apropriação e ativação comercial que havia em potencial nesse objeto.

A obra ocupa uma área de 11.984 metros quadrados em compreende, além das duas plataformas e das 42 lojas comerciais, vestiários e sanitários para motoristas e cobradores, banheiro público, posto telefônico, posto policial, setor de informações, compactador de lixo, oito escritórios para empresas de ônibus, refeitório (no primeiro pavimento), três salas de administração e restaurante (no segundo pavimento) (O GLOBO, idem)

Pela sua própria função, a rodoviária nasce como centralidade por ser, ao mesmo tempo, ponto de concentração e dispersão dos fluxos de passageiros. Por isso, o terminal não seria apenas um ponto de embarque e desembarque dos passageiros rumo ao comércio do bairro ou para outros pontos da cidade, mas teria também o seu próprio mix comercial formado por bares, restaurantes, drogarias e lojas de miudezas. O terminal atendia a 20 linhas, sendo 17 com terminais fixos e três para transbordo de passageiros, operando com 216 ônibus. A notícia indica que “o funcionamento será integrado à estrada de ferro e para isso foi construído uma passarela de acesso à estação (ibid)”. Realmente, houve a construção de tal passarela que ligava a calçada de acesso a estação ferroviária. No entanto, não é dito que da rodoviária até as duas possíveis entradas da estação ferroviária são 400 metros de distância, aproximadamente. O trajeto poderia ser feito ou pela Ferreira Borges, com o indivíduo espremido andando por uma minúscula calçada entre os muros da ferrovia e o fluxo de automóveis na Rua Ferreira Borges ou pela Rua Campo Grande, do “lado de lá” da rodoviária, caminhando sob a precariamente conservada marquise, que serve como abrigo dos pontos de ônibus da referida rua.

Figura 53 - Rodoviária Terminal Sul em Campo Grande, Rio de Janeiro e seus pontos comerciais nos dois pavimentos



Fonte: O autor, 2019.

As linhas de ônibus reforçam as conexões com outros bairros da antiga Zona Rural, com os quais Campo Grande guardava forte relação como Guaratiba, Santa Cruz e, por proximidade, Bangu⁸⁴.

Destacam-se as linhas que substituíram os trilhos para bairros com os quais Campo Grande conectava-se via bondes, como Guaratiba (Ilha de Guaratiba, Pedra de Guaratiba e Barra de Guaratiba) e pontos do próprio bairro como Rio da Prata. Diversificam as conexões com bairros próximos e lindeiros a EFCB, como Santa Cruz e Bangu, agora atendidos por rotas rodoviárias que percorrem as Avenidas de Santa Cruz (antigo Caminho Real), nas idas e vindas entre Bangu e Campo Grande, e seu prolongamento batizada como Cesário de Melo, chegando até Santa Cruz. Ainda, surgem conexões rodoviárias para subcentros como o Méier e para o Centro da cidade do Rio de Janeiro, complementando o trem, e outros bairros da Zona Norte como Marechal Hermes e Guadalupe. A inauguração do terminal impôs uma nova lógica de circulação das linhas e a mudança de mão de algumas ruas no centro do bairro. Pelo novo

⁸⁴ As linhas que deram início a operação foram: 397 - São Francisco - Campo Grande; 689 - Méier - Campo Grande - Méier; 817 - Campo Grande - Guadalupe; 786 - Marechal Hermes - Campo Grande; 846 - Campo Grande - Rio da Prata; 834 / 835 - Campo Grande - Jardim Monteiro - Jabour; 838 - Campo Grande - Santa Clara; 854 - Campo Grande - Barra da Tijuca; 864 - Bangu - Campo Grande; 866 - Campo Grande - Pedra de Guaratiba; 867 - Campo Grande - Barra de Guaratiba; 868 - 869 - Ilha - Campo Grande; 871 - Sepetiba - Campo Grande; 858 - Campo Grande - Santa Cruz e 859 - Campo Grande - Base de Santa Cruz.

itinerário das linhas disponibilizado pela reportagem "Mudanças no tráfego perto do terminal", as ruas internas do centro comercial, como as ruas Viúva Dantas e Coronel Agostinho - mesmo que fosse um pequeno trecho dessa última rua, faziam parte da rota dos coletivos. O espaço urbano tem no conflito uma das dimensões de sua existência. A área que compreende a rodoviária e as ruas adjacentes seria o palco de confrontos entre os circuitos da economia urbana ao mesmo tempo que mutuamente funcionariam em complementaridade dentro e fora da legalidade.

4.2 A consolidação, os conflitos e a reforma urbana do Calçadão de Campo Grande

À época da inauguração, a promessa do administrador regional de retirar os camelôs do calçadão nunca foi totalmente cumprida. As questões macroeconômicas do Brasil agravadas pelo fim do milagre econômico da ditadura militar, o fim da política nacional-desenvolvimentista e, por isso, a falta da capacidade de criação de postos de trabalho para a absorção da população levou a expansão do circuito inferior da economia no espaço comercial de Campo Grande. Publicada pelo Jornal do Brasil no dia 22 de dezembro de 1987, a reportagem "Em Campo Grande, camelôs ocuparam calçadão na marra" noticia a batalha campal ocorrida na Rua Coronel Agostinho - o calçadão de Campo Grande. Segundo a reportagem, duas semanas após a ação que retirou cerca de 200 ambulantes da referida rua, os camelôs forçosamente voltaram a ocupar o local provocando tumulto

que resultou em depredações, pequenos furtos em lojas, ferimentos em comerciários e fregueses, desmaios e disparo de dois tiros, além da prisão do ambulante Jorge Amarildo Nunes de Salles (...) A invasão do calçadão pelos camelôs, que haviam sido retirados pela Secretaria Municipal de Fazenda, foi feita em passeata com palmas, críticas ao prefeito Saturnino Braga e gritos pedindo "o direito de trabalhar". A manifestação transformou-se rapidamente em tumulto com pedradas em direção ao comércio, muita correria dos pedestres, que penetraram nas lojas, derrubaram mercadorias e não deixaram de se aproveitar para roubar pequenos objetos (JORNAL DO BRASIL, 22/12/1987, p. 10).

Os reflexos dessa ação no comércio local foram imediatos com parte das 150 lojas do calçadão baixando as suas portas devido as ameaças realizadas por telefonemas anônimos como o recebido pela gerente da New Otica, Regina Celia dos Anjos Melo, cujo letreiro da loja foi quebrado por uma pedra na confusão, informando que às 13 horas começaria uma revolução dos camelôs. Estava presente o chefe da fiscalização fazendária no calçadão, conhecido como

Mazinho pelos ambulantes. Esses acusam o chefe da fiscalização de receber propinas para facilitar as atividades dos camelôs sem a licença da Prefeitura mas que não estava garantindo a montagem das bancas às vésperas do Natal, devido a pressão da Associação Comercial de Campo Grande. A reportagem exhibe, ainda, personagens como o ambulante Djalma Soares da Silva, 49 anos de idade e 12 desses anos dedicados as atividades do comércio informal no calçadão. O camelô Djalma, pai de quatro crianças, fazia da rua Coronel Agostinho seu ponto de geração de renda familiar. Mas a Secretaria de Fazenda havia recusado o pedido de renovação de licença, beneficiando apenas os deficientes físicos em atividade no espaço. Mais de uma década de trabalho no comércio informal demonstra a continuidade da fragilidade da economia formal local em absorver a mão de obra disponível. Na virada da década de 1980 para a década de 1990, a prefeitura do Rio de Janeiro, através da Secretaria de Fazenda, tornou como uma tarefa primária o reordenamento urbano das principais ruas e vias da cidade. Na reportagem “Combate aos camelôs” publicada em 7 de abril de 1990 pelo Jornal do Brasil, a declaração do secretário municipal de Fazenda, Edgar Monteiro da Rocha, é deveras esclarecedora ao revelar o caminho que será tomado pelas próximas administrações conciliando a reestruturação urbana e reorganização das atividades dos circuitos da economia urbana. Havia as medidas de baixo impacto como a renovação do Código de Posturas reformulando normas e procedimentos da administração em relação ao uso do espaço público, mas era entendido pelos agentes públicos que tal medida era insuficiente para o reordenamento da ocupação das ruas por mais de 100 mil camelôs. Em outras palavras, a fiscalização e o ordenamento do comércio ambulante pelo "rapa" não surtia o efeito esperado. “Está mais do que provado que apenas a repressão não resolve a questão da ocupação indevida do espaço público. Nossa ideia é oferecer alternativa, que iniba a proliferação do comércio ambulante (JORNAL DO BRASIL, 07/04/1990, p.4)”, segundo o secretário Edgar Monteiro.

A intervenção no espaço urbano abrangeria diversas secretarias com ações dirigidas para áreas prioritárias nos planos urbanísticos da prefeitura do Rio. Nas palavras do secretário Edgar Monteiro a melhor maneira de enfrentar a ocupação indevida dos camelôs nas ruas do Centro do Rio de Janeiro, por exemplo, seria através de reformas urbanísticas. Nas áreas como o próprio Centro, Aterro do Flamengo, Quinta da Boa Vista, orla marítima e calçadão de Campo Grande seriam criadas áreas de circulação que causassem constrangimento para a fixação do comércio ambulante. Para o secretário o sucesso da estratégia dependeria do envolvimento e colaboração dos empresários e comerciantes para a conservação e segurança das ruas, pois

somente a conscientização sobre a ocupação indevida do espaço público alertaria para o prejuízo da atividade ilegal para a cidade.

Figura 54 - Reportagem sobre a mudança da política da Prefeitura da Cidade de Campo Grande de combate aos camelôs publicada no caderno Cidade do Jornal do Brasil no dia 07/04/1990.



Fonte: Hemeroteca Digital (2019)⁸⁵

Novamente, o exemplo é dado a partir da experiência da Saara (Sociedade dos Amigos das Adjacências da rua da Alfândega) e da Rua da Carioca onde não existiam camelôs e os comerciantes zelavam pela conservação e segurança das ruas. As declarações do secretário Edgar Monteiro revelam mais do que uma preocupação com a ordem do espaço urbano carioca. Elas proporcionam a compreensão da política urbana carioca dos anos 1990 na produção do espaço urbano da área central e dos principais subcentros comerciais da cidade.

As necessidades do capital alinhadas a evolução das técnicas são fatores que causam a evolução, substituição e desaparecimento de determinados elementos (re) criando (novos) espaços. Nesse cenário complexo da produção capitalista do espaço urbano, compreender a recuperação de uma forma espacial abre portas para entender as motivações da intervenção em determinado tempo e suas possibilidades futuras. A durabilidade das formas comerciais passa pela resiliência, a dotação de sentido, a criação de raízes e capacidade de se tornarem atuais

⁸⁵ Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=030015_11&pagfis=5877

para dialogar com novas formas emergentes. A alteração da estrutura espacial do espaço urbano e das relações sociais ao longo do tempo é mostra da força das formas comerciais e reforça a importância do seu estudo para a compreensão da produção capitalista do espaço em determinado momento histórico.

As formas comerciais influenciam na mudança da forma urbana que se adequa às necessidades da reprodução do capital em cada momento. O entendimento da existência dessas formas (que coadunam as categorias de estrutura e função) implica na preexistência do espaço, e sua produção uma concepção, uma técnica, a partir da inovação, capaz de torná-lo material (PINTAUDI, 2009). Nos anos 1990 a Globalização emerge no vocabulário cotidiano como a pauta do dia. O fim das tensões da Guerra Fria com a prevalência do capitalismo proporcionou força a esse sistema econômico. As mudanças da economia mundial reverberariam na escala da economia nacional pela adoção de políticas macroeconômicas para a estabilização econômica, e na escala urbana pelos projetos de reestruturação urbanas voltados para o setor terciário.

Na primeira metade da década de 1990 a implantação do Plano Real teve impactos imediatos sobre alguns setores da economia, especialmente sobre a economia urbana. O comércio foi imediatamente afetado pela redução dos preços dos bens comercializáveis devido à concorrência internacional, estabelecida pela política neoliberal de abertura do mercado às companhias internacionais. O preço mais baixo dos produtos ofertou uma possibilidade de ganhos salariais aos estratos de renda baixa e média, que passaram a dispor de maior liquidez para o consumo. A queda da inflação como item positivo isolado no quadro macroeconômico brasileiro, no entanto, não seria suficiente para a reversão da deteriorada economia nacional.

Uma miríade de medidas foram somadas para a reestruturação econômica brasileira. É necessário considerar algumas medidas da política macroeconômica para entender seus impactos na economia urbana. A elevação do poder aquisitivo foi atingida pelo aumento real dos salários, impulsionados pela elevação de 73% do salário-mínimo, que passou de R\$ 64,79 em julho de 1994 para R\$ 112,00 em maio de 1996 – e ganharia mais força a partir do governo do Partido dos Trabalhadores no século XXI. Outro ponto, ligado a contenção da inflação, foi a pequena variação do valor da cesta básica, que representava o maior custo para as classes de baixa renda. No mesmo recorte temporal citado anteriormente, o preço da cesta básica passou de R\$ 106,95 para R\$ 109,95 (MINISTÉRIO DA FAZENDA, 1996). Essas e outras medidas resultaram na redução do número de pobres da população brasileira, em números absolutos e relativos, entre julho de 1994 e janeiro de 1996. As medidas traduziram-se em aumento do

poder aquisitivo dos estratos de renda baixa e média adicionando um maior número de indivíduos ao mercado consumidor da região metropolitana do Rio de Janeiro (ROCHA,1996).

A redução geral do preço dos produtos, incluindo a alimentação, associada a elevação do salário médio da população e o aumento do número de indivíduos inseridos no mercado consumidor foram essenciais para a criação de ciclo virtuoso da economia e para o setor terciário. No mesmo período, nos primeiros anos da referida década, o centro do bairro de Campo Grande sofreria grandes transformações. Depois da abertura do Calçadão (e as ruas adjacentes), a prefeitura não conseguiu resolver em termos pacíficos a coexistência dos circuitos inferior e superior nesse espaço comercial. Pois, os conflitos entre os agentes na produção e pela apropriação do espaço em Campo Grande não cessaram as atividades. Pelo contrário, as tensões acumulavam-se e suas explosões causavam um impacto muito mais expressivo no espaço urbano.

No início da última década do século XXI, nos anos anteriores a implantação e execução do Plano Real, os números do IBGE referentes a população desempregada no Brasil apresentaram uma deterioração progressiva da empregabilidade. No ano de 1990 a população desempregada correspondia a 4,3% apresentando uma curva de crescimento até atingir 5,8% em 1993. A partir desse ano o desemprego recua até atingir o patamar de 4,7% em 1995. Os números do triênio 1990-1993 correspondem ao aumento da pobreza verificada pelo IPEA no mesmo período na cidade do Rio de Janeiro (MINISTÉRIO DA FAZENDA, 1996; ROCHA, 1996). É nesse período da primeira metade da década de 1990, o auge do desemprego no período, que noticia-se sobre casos de violência ocorridos nos circuitos urbanos da economia em Campo Grande.

Uma rede de relações e interesses no uso do espaço foi formada pelo que pode ser verificado pelo registrado no noticiário da época. Revela-se um caleidoscópio de forças entrelaçadas de diferentes agentes tornando o espaço comercial caótico. Se anteriormente o enfrentamento estava polarizado entre lavradores e especuladores imobiliários, agora, na última década do século XX, esses papéis foram ocupados pelos atores da economia urbana com a participação dos agentes do Estado e suas instituições. Os agentes estatais tanto agiam como mediadores quanto como partes interessadas (dentro e fora da legalidade) pela exploração do espaço comercial.

A reportagem intitulada “Camelôs são impedidos de armar suas barracas em Campo Grande” do Jornal O Globo de 13 de março de 1993 reporta que a prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, através da 18 Região Administrativa - que abrange Campo Grande e bairros no

entorno, cadastrou 215 camelôs cujos espaços de atuação já estavam previamente marcados nas calçadas do bairro. Entretanto, no ano de 1993, o número de ambulantes ilegais atuando na área da 18 RA seria dez vezes maior do que a quantidade de licenciados. A superpopulação de ambulantes levou a constituição de um mercado imobiliário informal. Aqueles camelôs que controlavam os pontos de vendas cobravam até Cr\$ 20 milhões para a cessão do espaço para a montagem das barracas e já havia barracas chumbadas no chão, segundo Gilson Luna à época subprefeito da Zona Oeste. O crescimento da ilegalidade no circuito inferior da economia foi motivo oficial para a deflagração de uma operação contra o comércio ilegal na Rua Coronel Agostinho. A subprefeitura da Zona Oeste em conjunto com a 18 RA e com a Secretaria municipal de Desenvolvimento Econômico, e apoio da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, executou a operação em março de 1993. A operação para impedir a montagem das bancas dos camelôs e remoção daquelas ilegalmente instaladas gerou tensão entre os comerciantes locais, que trabalharam com as portas parcialmente arriadas em caso de enfrentamento. A operação recolheu as barracas para o Centro Esportivo Miécimo da Silva. Segundo o presidente da Associação dos Artesãos e Ambulantes de Campo Grande, Nilton Ferreira Bastos, até mesmo barracas dos camelôs cadastrados foram destruídas.

A resposta violenta foi imediatamente sentida pelos agentes públicos. O administrador da 18 RA, José Augusto Cardoso, foi vítima de violenta coerção por parte de grupos afetados pela operação da prefeitura. No mesmo dia, o seu salão de beleza, Mon Amie, foi alvejado por dois tiros, enquanto nos arredores do seu sítio foram ouvidos disparos por quatro homens. O administrador regional e o presidente da associação dos camelôs convergiram nos discursos sobre a natureza dos indivíduos que realizaram essas ações. O primeiro alegava conhecer a identidade dos atiradores, afirmava que não eram camelôs e sim bandidos. O segundo disse que não era possível provar que camelôs tivessem efetuado os disparos, mas que se fossem deveriam ser punidos (JORNAL O GLOBO, 30/03/1993).

No mês seguinte, abril de 1993, as tensões escalaram quando a entrada do Calçadão foi ocupada por tapumes e a montagem das barracas ao longo da Rua Coronel Agostinho proibida. Oficialmente, a restrição ao uso da rua pelo circuito inferior tinha como razão o processo de reurbanização da rua prevista pelo Programa Rio Cidade, projeto de revitalização urbana constituído como símbolo do governo César Maia. Ao mesmo tempo, a subprefeitura fazia o recadastramento dos ambulantes ampliando de 215 para 800 as autorizações de trabalho. Entretanto, a área de atuação dos ambulantes foi restringida ao trecho asfaltado da Rua Coronel

Agostinho, na Praça Raul Boaventura e na Rua Viúva Dantas. Segundo os camelôs eram áreas de menor movimento cujos pontos já eram ocupados por antigos donos.

A resposta dos ambulantes, armados com barras de ferro das próprias barracas, foi na forma de arrastões, apedrejamento e na tentativa de impedir a abertura das lojas do Calçadão. Esses ataques levaram a reação dos seguranças contratados pelos lojistas. O policial civil aposentado José Nogueira Trindade, contratado pela filial local das Lojas Americanas, foi preso por ter disparado contra os camelôs que tentaram fechar a loja. A ação policial, curiosamente, resumiu-se a proteger o segurança do linchamento intencionado pelos manifestantes e a prisão de dois camelôs. A versão predominante divulgada pela reportagem "Camelôs fecham o comércio em Campo Grande" do dia 7 de abril de 1993 do Jornal O Globo é a dos agentes públicos com pouco espaço para a versão dos camelôs. As palavras do subprefeito Gilson Luna afirmavam que

Os camelôs sociais montaram suas barracas nas ruas indicadas e iam começar a trabalhar quando começou o tumulto provocado por pessoas estranhas à categoria. Se os verdadeiros camelôs não tivessem intenção de trabalhar, não teriam montado suas barracas (JORNAL O GLOBO, 07/04/1993, p.7).

Ainda, asseverou que os atos de violência foram praticados por camelôs ilegais, comerciantes de mercadorias roubadas de caminhões de carga, e por traficantes que mantinham um ponto de vendas de entorpecentes na rua. A mesma reportagem revela que parte dos fundos para a execução da reestruturação da rua comercial, orçado em Cr\$ 1,2 bilhão, foi aportado pelos comerciantes do Calçadão. Logo, há um conflito de interesses evidente no projeto, pois além do financiamento do projeto, um dos comerciantes, José Augusto Cardoso, era o administrador regional do bairro, um dos responsáveis pelos ditames da remoção do circuito inferior da Rua Coronel Agostinho. O circuito superior possuía poder econômico e representação institucional suficientes para moldar o espaço comercial conforme suas necessidades. O local de atuação dos camelôs seria definido por uma comissão de vários setores da sociedade, sem especificar quais seriam os representantes e de quais setores sociais. Contrapondo a versão oficial que houve concordância dos camelôs em montar as bancas em ruas próximas ao Calçadão, o presidente da Associação de Camelôs respondeu que não aceitariam a realocação das bancas durante a obra da rua comercial nem posteriormente a sua reestruturação. "Os camelôs querem continuar trabalhando num lado do calçadão enquanto o outro lado estiver em obras. Terminada a reurbanização, eles querem continuar no local de forma organizada. Nossa clientela passa por ali e já conhece nossos pontos (idem)". Há uma contradição entre os dados informados pela administração municipal acerca da ocupação da rua

comercial. Se na reportagem de março de 1993 é dito que o calçadão era ocupado por mais de 2000 ambulantes, a reportagem de abril de 1993 informa um número de 600 ambulantes, segundo José Augusto Cardoso. O administrador era um cruzado contra a presença dos camelôs ao ponto de defender a expulsão do grupo do bairro. “Muitos deles têm automóveis novos e casas na Barra. Alguns têm até dez pontos. Encontramos barracas no calçadão que tinham até banheiros (ibid)”.

A reportagem "Calçadão será primeiro shopping aberto do país" publicada no dia 11 de abril de 1993 no Caderno Zona Oeste do O Globo usa a terminologia oficial da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Oliveira (2008) destaca a utilização de expressões como "shopping a céu aberto" entre os vocábulos utilizados pelo discurso oficial. Durante o período de enfrentamentos era noticiado que naquele ano seriam iniciadas as obras de modificação do Calçadão

O Projeto da subprefeitura da Zona Oeste pretende recuperar as características físicas e naturais da Rua Coronel Agostinho, criando ali, numa área de 70 mil metros quadrados, o primeiro shopping aberto do país com serviço público e espaços culturais. Construído em 1976 com base em projeto do paisagista Roberto Burle Marx, o calçadão teve ocupação irregular. A recuperação dos 400 metros de extensão, inclui a colocação de canteiros, lâmpadas de mercúrio e um banco 24 horas (O GLOBO, 11/04/1993).

A reportagem reforçava o objetivo da retirada dos ambulantes da Coronel Agostinho, remanejando para as Ruas Augusto Vasconcelos e Viúva Dantas e Praça Raul Boaventura. O novo local para a realocação dos ambulantes foi uma área na Rua Caetano de Farias, na qual seria construída uma área para os camelôs, com 15 mil metros quadrados com uma tenda que sobrou do Fórum Global. Múltiplos órgãos públicos da Prefeitura estavam previstos para atuar nas reformas, como a Fundação Rio Parques e Jardins, CET-Rio, Departamento Geral de Vias Urbanas, Riolut e Comlurb. O corpo do texto da reportagem explicitava que havia uma cooperação entre a subprefeitura da Zona Oeste e lojistas ao afirmar que “O subprefeito da Zona Oeste, Gilson Luna, também tem apoio das 350 lojas da área” (O GLOBO, 11/04/1993).

(...) a produção e a circulação das formas simbólicas nas sociedades modernas são inseparáveis das atividades das indústrias da mídia. Trata-se de uma complexa estrutura industrial, em forma de redes, de representações e discursos em luta por afirmação de hegemonia sociocultural. Esta perspectiva compreende que a mídia está empenhada em marcar e orientar o cotidiano dos indivíduos e das sociedades. Ela partilha expectativas, processos e relações entre fatos, indivíduos e grupos sociais, como referências, projetos e linguagens comuns, simbolicamente constituídas e referenciadas (...) Produz expectativas, sentidos e valores capazes de serem compreendidos em diferentes contextos sócio-geográficos e culturais (MORAES, 2001, p.275-276).

Os conflitos que punham o circuito inferior e superior, ambos atrelados ao Estado, em lados opostos chegaram ao auge da violência com a morte de cinco ambulantes no ano de 1993, provavelmente em decorrência dos enfrentamentos daquele ano. O entendimento das relações das forças e dos agentes produtores do espaço é complexificado pela reportagem "PMs passam a dominar bancas de camelôs" publicado no Jornal do Brasil no dia 16 de maio de 1993. Segundo denúncia do líder comunitário, Joacir Rodrigues da Silva, policiais militares lotados no Regimento de Polícia Montada tornaram-se donos de bancas de camelôs no centro de Campo Grande. A falta de ação policial nos confrontos protagonizados pelos camelôs naquele ano é explicada pelo corporativismo: os PMs responsáveis pela segurança do logradouro não desejavam reprimir os colegas sem farda. Além disso, a reportagem implicitamente associa a morte do camelô Luiz Fernando da Silva Andrade, o Naval, a cobrança ilegal do "arrego" por parte dos policiais militares, que facilitavam as atividades dos camelôs sem a devida autorização da prefeitura. Segundo informações fornecidas por um policial não identificado, Naval era responsável pela coleta da propina entre os 800 ambulantes do bairro e repassada a PM. Entretanto, Naval não teria repassado o valor para os agentes acarretando no seu homicídio. A inserção e domínio ilegal de indivíduos da força policial no comércio informal é explicado por Nilton Ferreira, presidente da Associação de Artesãos e Ambulantes de Campo Grande, ao relatar que durante a administração do prefeito Marcelo Alencar não houve fiscalização dos órgãos ligados a Prefeitura, como a Secretaria de Fazenda, abrindo espaço para alguns policiais militares do Regimento de Polícia Montada assumissem papel hegemônico no circuito inferior da economia urbana campograndense.

Interessantemente, a publicação no jornal O Globo das notícias acerca das mortes ocorreu no dia 20 de setembro de 1994, mais de um ano desde o começo das mortes dos camelôs. Não entendemos o intervalo temporal tão extenso para noticiar as mortes, haja vista que as notícias anteriores sobre violência foram publicadas em questão de dias. A única explicação possível seria a não interferência na corrente investigação policial à época.

Os circuitos da economia deveriam ser e são complementares, mas no bairro de Campo Grande as contradições levaram ao conflito pelo espaço urbano. As associações que representavam os grupos de cada circuito estavam para além do estado de tensão. O embate entre a Associação de Artesãos e Camelôs de Campo Grande e a Associação Comercial e Industrial de Campo Grande, aliada a Administração Regional, era real e o custo de vida estava sendo alto, segundo a denúncia dos camelôs.

A Associação de Artesãos e Camelôs de Campo Grande acusa comerciantes e empresários do bairro de terem instituído uma "polícia paralela" nas principais ruas

da região com o objetivo único de reprimir o comércio ambulante. A denúncia foi feita pelo coordenador de comunicação social dos camelôs, o ex-agente da Polícia Federal Samuel Guerra, que afirma ainda que estes falsos seguranças estão envolvidos com as cinco mortes cometidas contra camelôs em 1993, em Campo Grande (JORNAL O GLOBO, 20/09/1993, p.15).

A pergunta a ser feita: por que um ex-policial federal, classe do serviço público com salário acima da média no Brasil, ocuparia a posição de relações-públicas para os camelôs? Benemerência, talvez? De qualquer maneira, a ACICG possuiria sua própria força coercitiva, a “polícia mineira”, para ameaçar os ambulantes e afugentá-los das ruas principais de Campo Grande, segundo a Associação de Camelôs. As mortes revelam uma ameaça clara a atividade dos camelôs. Uma foi o já citado Luiz Fernando Silva Andrade, morto ainda em fevereiro de 1993, vendedor de produtos contrabandeados do Paraguai. Como dito anteriormente, o inquérito 89/93 averiguou que era o responsável pela arrecadação de dinheiro para o pagamento do "arrego". Prática comum nas relações nebulosas do espaço urbano, o “arrego” consiste no pagamento de propinas a alguns agentes da lei e públicos de caráter duvidoso para que não apliquem a lei ou assediem os ambulantes de qualquer outra maneira. A primeira morte ocorreu um mês antes do primeiro levante dos camelôs no Calçadão, em março de 1993. Os ânimos entre os grupos estavam acirrados mesmo antes de fevereiro do citado ano. O gatilho para a escalada da violência pode ter sido os planos da Prefeitura para o Rio Cidade? Seguindo a ideia do secretário Edgar Monteiro, a retirada dos camelôs das principais vias, como defendido pelo administrador regional e comerciante da região, estavam nos planos da Prefeitura e no discurso do próprio prefeito César Maia. A notícia “César vai punir quem comprar em camelô”, publicada no mesmo dia e página, é bem específica e direta: compradores de mercadorias fora dos mercados populares, chamados de “camelódromos” seriam considerados receptores de mercadoria roubada. A partir disso, e das declarações do secretário de Fazenda, Edgar Monteiro, ainda em 1990, durante o governo do prefeito Marcelo Alencar podemos considerar o Projeto Rio Cidade a realização do reordenamento das ruas comerciais dos centros dos principais subcentros comerciais da cidade como uma política pública para apaziguamento dos conflitos dos circuitos econômicos no espaço urbano. Ou ainda, podemos considerar que o próprio programa intensificou os conflitos ao revelar sua intenção de retirar os camelôs das vias comerciais. As próximas mortes foram as de Antônio Augusto Araújo, Mário César Gonçalves Martins e Wagner Luís Santos, sequestrados e mortos no dia 9 de julho de 1993. Testemunha desses homicídios relatou que agentes públicos de segurança foram os responsáveis pelo crime. A reportagem não sinaliza suas funções na estrutura da Associação dos Camelôs. Entretanto, o

próximo e último falecimento noticiado foi do líder comunitário Joaci Rodrigues. Além do trabalho próximo aos camelôs, representando-os junto à XVIII Região Administrativa, defendia os interesses dos invasores de terra e lavradores da região do Rio da Prata, último bastião rural-agricultor do bairro de Campo Grande.

O confronto estava além do embate no espaço urbano, invocando as lembranças do passado rural. O envolvimento dos camelôs e dos invasores de terra no elo fechado por Joaci Rodrigues nos remete a acusação realizada pelas reportagens do Correio da Manhã da década de 1970. A especulação imobiliária condenou os trabalhadores do campo aos negócios da cidade. Contudo, a demanda por empregos urbanos foi superior a oferta, que nem mesmo o bem-sucedido plano de formar uma centralidade comercial foi suficiente para suprir. A crescente chegada de novos campograndenses ao mercado de trabalho pressionava o cenário cada vez mais catastrófico da economia brasileira nos anos 1980. Era mais um elemento de pressão que se avolumava no cenário estaginflacionado da economia nacional naquele início da década de 1990. O espaço urbano agia como reflexo dos conflitos da sociedade, e ao mesmo tempo que os complexificava devido as especificidades dos elementos que formam o espaço.

Afirmamos que o embate entre os circuitos da economia urbana, como exemplificado em Campo Grande, foi a motivação para a existência do Projeto Rio Cidade, sendo inegável o seu papel como gerador e/ou conciliador de conflitos. Pois, se há tantas políticas públicas quantos momentos do Estado, há múltiplas dimensões do Estado no que concerne às forças (economia, política e ideologia) que sobre nele atuam e buscam moldá-lo conforme interesses endógenos e exógenos ao ente estatal. Como citado anteriormente, esses feixes do espectro de forças implicam diretamente um sobre o outro alterando as condições de funcionamento do Estado e da formulação das políticas públicas. A passagem da política do Estado do período fordista-keynesiano para o período neoliberal/acumulação flexível foi marcada pelo consenso discursivo que para enfrentar a crise macroeconômica, como aquela que o Brasil enfrentava no início da década de 1990, os governos urbanos tinham de serem inovadores e empreendedores (HARVEY, 2006).

O poder estatal, para dominar ou ser superado, é materializado no espaço pelo estabelecimento de marcos jurídico (leis, regras, normas e posturas) de produção e uso do espaço (CORRÊA, 2011). A compreensão das políticas públicas torna-se vital para o entendimento da produção do espaço para reconhecemos o caleidoscópico de forças que moldam o Estado em cada momento da sua realização. Destarte, serão tantas políticas públicas quanto as forças e momentos existentes do Estado. Castells (2009) liga a política urbana à

planificação urbana devido a intervenção do aparelho do Estado sobre a organização do espaço. Analisando as contribuições de outros estudiosos, o sociólogo estrutura o campo de estudos acerca das políticas urbanas em dois postulados:

1. Há um acordo geral em considerar a política urbana como processo político, usando de forças sociais com interesses específicos ou, na terminologia liberal, atores buscando realizar seu projeto por meio de diferentes estratégias.
2. Se o cenário político local está diretamente ligado ao tratamento conflitual dos “problemas urbanos”, estes o ultrapassam amplamente e fazem com quem levem em consideração as determinações da estrutura social (CASTELLS, 2009, p.355).

Atendo-nos ao primeiro postulado, pois se aproxima do proposto para essa pesquisa, referenciamos a pesquisa de Clark, a partir da citação de Castells (2009), que propõe uma investigação da política urbana a partir das instituições sob diferentes prismas, uma vez que as intervenções da instituição municipal podem ser analisadas como

intervenções do político sobre o econômico, ou do político sobre si mesmo ou sobre o ideológico, entendido que a maioria destas intervenções preenche ao mesmo tempo vários papéis (...) O tipo de análise proposto aqui implicará que sejam levadas em conta, no estudo do papel da instituição municipal com relação aos processos de produção do espaço urbano, certas determinações exteriores ao meio urbano considerado: por exemplo, a consequência das políticas de organização do território, políticas governamentais em matérias de instituições regionais e urbanas (CLARK, apud CASTELLS, 2009, p.368).

A mudança paradigmática abandonando a abordagem “administrativa” deu espaço para ações “empreendedoras” tornando-se consenso e sendo difundido por todo o espectro político-ideológico dos governos urbanos. O empreendedorismo estaria no centro das formulações das políticas urbanas e nas estratégias de desenvolvimento urbano, a partir de então. Uma das facetas do empreendedorismo reside na busca pela melhoria da posição competitiva em relação à divisão espacial do consumo. A urbanização engendrada nas bases empreendedoras foi baseada no consumo, haja vista o estilo consumista moldado pelo processo civilizatório capitalista. Assim, “a cidade tem de parecer um lugar inovador, estimulante, criativo e seguro para se viver ou visitar, para divertir-se e consumir (HARVEY, 2006, p.176)”.

Houve a criação das condições necessárias às empresas para que se estabeleçam em determinados espaços, ou seja, a criação de um ambiente favorável aos negócios pela implantação de chamarizes capazes de atrair capital. A missão do Estado torna-se atrair fluxos de produção, financeiros e de consumo de alta mobilidade e flexibilidade para seu recorte espacial (HARVEY, 2006). O empreendedorismo urbano, ao tornar o Estado e sua política urbana facilitadores da transformação da cidade em negócio, é coerente com os princípios liberais do capitalismo, por isso

“não há nada sobre o empreendedorismo urbano que seja antiético à tese relativa à mudança macroeconômica na forma e no estilo do desenvolvimento capitalista. De fato, pode-se afirmar com segurança que as mudanças na política urbana e o movimento rumo ao empreendedorismo têm desempenhado um importante papel facilitador na transição dos sistemas de produção fordistas localizacionalmente rígidos, suportados pela doutrina do bem-estar estatal keynesiano, para formas de acumulação flexível muito mais abertas em termos geográficos e com base no mercado. Além disso, pode-se afirmar que a transição do modernismo de base urbana para o pós-modernismo, com relação ao design, às formas culturais e ao estilo de vida, também está conectada à ascensão do empreendedorismo urbano (HARVEY, 2006, p.181).

Na década de 1990 o discurso vigente era de mercantilização da cidade, tornando o espaço urbano mais uma mercadoria a ser negociada pelo capital. Como qualquer mercadoria o espaço deveria ser revitalizado e repotencializado para que as suas vocações pudessem ser exploradas pelo mercado. Àquela época, os subcentros da cidade do Rio de Janeiro já haviam sido consolidados como centros comerciais no tecido urbano, como Méier, Madureira e Campo Grande. Nesse contexto da política urbana, a reforma dos espaços comerciais da cidade do Rio de Janeiro foi o mote do governo César Maia nos anos 1990. O Projeto Rio Cidade materializou o ideário da acumulação flexível na produção dos espaços urbanos. O projeto era parte do primeiro Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro "Rio Sempre Rio" evidenciando seu caráter flexível, típico do pós-fordismo.

O Rio Cidade consistiu num conjunto de intervenções pontuais de natureza urbanística e de paisagismo modificando a imagem e valorizando um conjunto de bairros na cidade do Rio de Janeiro, tendo um papel importante na requalificação e diferenciação dos espaços campograndenses. O discurso oficial da Prefeitura do Rio de Janeiro através de sua Secretaria de Obras afirma o caráter valorizador e modernizante do programa que atuou através de uma série de intervenções nos trechos principais dos bairros, onde há maior incremento comercial e circulação de veículos e pedestres (BARATA, 2012, p.88).

O projeto Rio Cidade elencava entre os seus múltiplos objetivos

a revitalização da rua, a revalorização dos bairros, a reconstrução de espaços públicos, a recuperação de centros comerciais, a reconstituição de corredores de bairros, a requalificação da imagem da cidade, o reequilíbrio psicossocial (...) Como resultados pretendidos pelo Rio Cidade e projetados por sua concepção urbanística, numa dimensão mais simbólica e ontológica, encontraremos: a recuperação da imagem da cidade, a elevação da autoestima do carioca e a valorização do sentimento de pertencimento”. Tudo isso se desenvolveria num movimento contraditório durante a implementação do projeto, demonstrando os limites deste discurso urbanístico e a constituição no espaço da cidade novos territórios de restrição à cidadania, a despeito de seu resgate. (OLIVEIRA, 2008, p.)”.

Mais uma vez, a lógica da produção do espaço de Campo Grande sincronizou-se com o movimento mais geral da política hegemônica do capitalismo, naquele momento transvestido de globalização. A modernização e valorização dos espaços é desejo e fruto da convergência

dos projetos da ordem próxima e ordem distante que visam rearranjar o espaço de acordo com suas demandas. Tal processo modernizante pode ser visto como resultado das forças centrífugas que causam a desagregação do espaço ao forçar a busca por seus elementos fora do local, é o elemento externo, a ordem global personificada no plano estratégico, que dita as políticas públicas urbanas, formando verticalidades. O espaço da cidade está hierarquicamente subordinado a lógica internacional da produção que usufruirá desse lugar e o próprio lugar que se apropria dessas forças globais para implantar uma agenda própria (BARATA, 2012; SANTOS, 2009).

Carreras (1994) atesta a cidade é sinônimo da atividade comercial, para Barata Salgueiro e Cachinho (2009, p.94) “o comércio é, por excelência, uma actividade urbana”. Barata Salgueiro assevera nos seguintes termos que

as cidades são fundamentalmente centros terciários, lugares onde se processam trocas de produtos e de ideias, onde aumentam os contatos entre pessoas e instituições; aqui se concentram os locais de convívio e diversão, se procura a escola e o hospital, se encontra o conhecimento e o apoio técnico necessários à maioria das actividades económicas (1996, p.183).

Barata Salgueiro (idem) indica quatro diferentes razões acerca da importância do comércio para a cidade. A primeira razão é a troca, pois o comércio vai além da transação e se torna o embrião da vida urbana. A segunda razão consiste na estruturação e consolidação dos bairros e dos mais diversos fluxos contribuindo para as interações e integrações dos diferentes espaços ao mesmo tempo que está produzindo as diferenciações internas do espaço citadino. A terceira razão reside na construção de signos na paisagem urbana orientando a apropriação e uso do espaço pelos cidadãos. A quarta e última razão estaria na possibilidade do uso do comércio como

“um meio poderoso de intervenção urbanística através da sua capacidade polarizadora, em parte como consequência do papel estruturante e identificador desempenhado pelas actividades comerciais. Conjugado com outros instrumentos, contribui para a integração dos vários bairros no conjunto urbano (...) sendo um instrumento estratégico em muitas operações de reabilitação” (BARATA SALGUEIRO, 1994, p.184).

Conectando a nossa pesquisa, e, por conseguinte, o nosso recorte a essa última razão da importância do comércio para a cidade, e das relações políticas e econômicas que se entrelaçariam para a dinamização das atividades terciárias. Pacheco (1999) atesta que a reestruturação urbana do Rio de Janeiro é entrelaçada com a história do comércio da cidade. Uma evidência é o programa Rio Cidade, dividido em duas fases, que atuou nos centros comerciais de diversos bairros da capital fluminense, reestruturando-os de acordo com as

demandas existentes à época. Em pesquisa anterior, baseado em Oliveira (2008), Barata discorre que

as bases do projeto capitaneado pelo prefeito César Maia serviam para atender aos interesses de grupos corporativos e econômicos cariocas. A cidade deveria ser transformada e arrumada como uma vitrine onde estariam em exposição constante os seus produtos (equipamentos, serviços e bens) para aqueles que queiram e possam usufruí-los. Nesse sentido, é cidadão quem pode consumir a cidade, passando a existir a "cidadania de mercado" (2009, p.44).

No espaço campo grandense, a área prevista para as obras do Rio Cidade⁸⁶ reafirmava a centralidade daquele recorte do bairro. O próprio discurso oficial caracterizava o Rio Cidade como “uma série de intervenções em áreas de uso predominantemente comercial em eixos/corredores e/ou centros de bairro onde já havia maior circulação e concentração do comércio local (BARATA, 2012, p.89)”. A implantação de novos recursos de infraestrutura do centro comercial reforça o caráter modernizador do projeto ao custo da ampliação das disparidades intra-bairro.

É visível o contraste entre aquelas [ruas] reformadas pelo projeto e as demais. As ruas que sofreram a intervenção tiveram uma mudança significativa e, além dos recursos urbanísticos, foram dotadas de novas galerias pluviais, nova iluminação, arborização, pavimentação de calçadas, dutos para as redes telefônica e elétrica, novos coletores de lixo e telefones públicos, etc. Estes benefícios, no entanto, não se estenderam ao conjunto do bairro, reforçando-se bastante, dessa forma, uma diferenciação pré-existente, pois as ruas escolhidas para o Rio Cidade já se destacavam pela concentração do comércio local e serviços. Portanto, houve um reforço com o projeto das centralidades já existentes (OLIVEIRA, 2008, p.13).

⁸⁶ Praça Raul Boaventura, Rua Coronel Agostinho (Calçadão), Rua Ferreira Borges, Rua Augusto Vasconcelos, Rua Amaral Costa, Avenida Cesário de Melo, Rua Viúva Dantas e partes da Rua Engenheiro Trindade (até a Rua Agostinho Coelho). É praticamente o mesmo recorte espacial contemplado pelas obras executadas nos anos 1970, que visaram transformar Campo Grande em centralidade comercial.

Figura 55 - Reportagem sobre o projeto da reforma do Projeto Rio Cidade no jornal O Globo, caderno Zona Oeste, no dia 11/04/1993.

2 • Zona Oeste

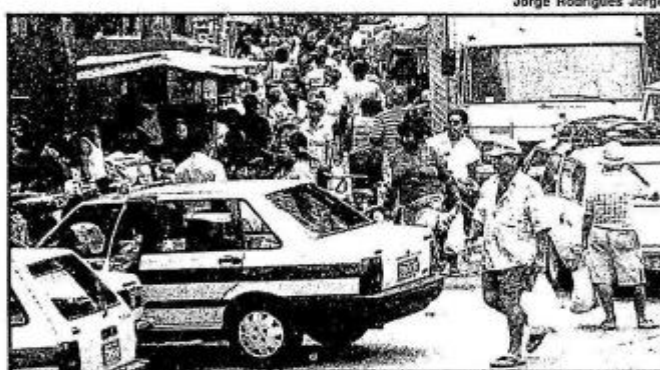
Calçadão será primeiro shopping aberto do país

Daqui a um mês, o calçadão de Campo Grande estará todo modificado. Com Cr\$ 1,2 bilhão, o projeto da subprefeitura da Zona Oeste pretende recuperar as características físicas e naturais da Rua Coronel Agostinho, criando ali, numa área de 70 mil metros quadrados, o primeiro shopping aberto do país com serviço público e espaços culturais.

Construído em 1976 com base em projeto do paisagista Roberto Burle Marx, o calçadão teve ocupação irregular. A recuperação dos 400 metros de extensão, inclui a colocação de canteiros, lâmpadas de mercúrio e um banco 24 horas.

Vários órgãos públicos ligados à Prefeitura farão parte das reformas do calçadão, entre eles, Fundação Rio Parkes e Jardins, CET-Rio, Departamento Geral de Vias Urbanas, Riolut e Comlurb. O subprefeito da Zona Oeste, Gilson Luna, também tem apoio das 350 lojas da área.

Os trabalhos de recuperação do calçadão também in-



Calçadão de Campo Grande estará todo modificado em um mês

cluem a retirada dos ambulantes da Coronel Agostinho. Os camelôs estão sendo remanejados para as Ruas Augusto Vasconcelos e Viúva Dantas e Praça Raul Boaventura, enquanto a área da Rua Caetano de Farias — destinada aos ambulantes — não fica pronta.

Para regular o comércio ambulante de Campo Grande, a subprefeitura da Zona Oeste criou comissão paritária que

definirá os critérios de ocupação das áreas escolhidas — requisito da nova lei municipal que trata do comércio ambulante. A partir daí, serão distribuídas novas licenças aos camelôs.

O espaço da Caetano de Farias destinado aos ambulantes tem 15 mil metros quadrados e receberá uma tenda que sobrou do Fórum Global, para eventos e atividades culturais.

Fonte: Acervo Digital do O Globo (2019)

O desenrolar das ações para a (re) construção desse objeto comercial, desde a sua concepção até a sua concretização, foram processadas por muitos anos. Como vimos anteriormente, desde 1990 havia a discussão sobre a reforma urbana do centro do bairro, que culminou no acirramento dos conflitos entre os diferentes agentes urbanos do bairro. Contudo, sucessivos atrasos adiaram em alguns anos a execução da obra. A reportagem "Campo Grande de cara nova" do jornal O Globo datada de 26 de fevereiro de 1995 informava que as obras do projeto Rio Cidade começariam ainda no mês de abril daquele ano. A data prometida não foi cumprida, pois no final do mês de abril foi anunciada que as obras estavam previstas para começar em setembro, apenas, mas que começaram em junho daquele ano, de acordo com a reportagem "Cara nova para Campo Grande" do jornal O Globo de 25 de junho de 1995.

Sob a manchete "Novidades no Rio-Cidade", o caderno Zona Oeste do Jornal o Globo de 30 de abril de 1995 anunciou um pacote de transformações urbanas entre as modificações no projeto do bairro. As novidades eram a reurbanização do Terminal Sul (a rodoviária do

bairro), com a construção de um objeto destinado aos camelôs, e a inclusão da Rua Campo Grande, na qual estavam previstos tratamento paisagístico, iluminação, fresagem e nova drenagem. O subprefeito Osmar Silva afirmava que "a inclusão da Rua Campo Grande no projeto Rio-Cidade foi um pedido feito por nós, porque ela é uma das mais importantes aqui do bairro (O GLOBO, 30/04/1995, Caderno Zona Oeste, p.3)", além da modificação no sistema de circulação de veículos para aumentar a média de velocidade através da implantação do sistema binário de trânsito, que formaria um anel viário no bairro redirecionando o fluxo de veículos para fora do centro do bairro (O GLOBO, 25/06/1995). O discurso oficial pregava um ideário de revitalização do espaço comercial, com foco nas ruas do núcleo do bairro (Augusto de Vasconcelos, Aurélio de Figueiredo, Coronel Agostinho e Campo Grande). O subprefeito da Zona Oeste, Walter Luiz da Silva, afirmava que

as obras vão reformular os aspectos paisagísticos e estruturais dos locais escolhidos, trazendo de volta a via pública para o cidadão. Os pedestres terão mais espaço (...) Essas obras mudarão inteiramente o centro do bairro, que se transformará em um grande shopping ao ar livre (...) Vamos também aumentar a rodoviária sul, com a criação de um shopping para alocar o comércio ambulante. Aliás, os camelôs cadastrados na 18 Região Administrativa de Campo Grande estão previamente habilitados para trabalharem no novo shopping (O GLOBO, 25/06/1995).

Os camelôs aparecem em todas as reportagens sobre o Projeto Rio Cidade, sempre alertando para a sua retirada do espaço público e realocação em área especificamente construída para as suas atividades. Anos depois dos conflitos entre os camelôs e o Estado, o administrador regional reforça que a retirada dos ambulantes facilitaria a fiscalização da Prefeitura da cidade proporcionando maior segurança aos ambulantes cadastrados (JORNAL O GLOBO, 26/02/1995). O discurso de ordenamento das atividades comerciais é posto em primeiro plano pelos personagens locais. A ideia inicial acrescentada ao projeto para o apaziguamento dos conflitos baseou-se na construção do "shopping dos ambulantes" com infraestrutura para 800 ambulantes. O assessor de imprensa da 18 Região Administrativa, Renato Reis, afirmou que até aquele momento o órgão não teria enfrentado qualquer tipo de problema com os ambulantes, que teriam aceitado a mudança muito bem sem qualquer registro de reclamação (idem).

A declaração contida na reportagem "Ambulantes terão espaço", publicada pelo O Globo no dia 26 de fevereiro de 1995, merece uma breve atenção recorrendo a ideia de George Orwell no romance "1984" sobre o poder e o controle da informação. As reportagens de anos anteriores discorrem abertamente sobre conflitos campais promovidas pelos camelôs nas ruas de Campo Grande. A insatisfação com as novas regras de ocupação do logradouro central do bairro levou a ameaças aos agentes públicos locais, a formação de uma milícia dos comerciantes

para executar ambulantes e debates sobre a permanência do comércio de rua nos seus locais originais. Entretanto, a afirmação do assessor de imprensa de uma instituição do Estado sobre a concordância de todos com o novo ordenamento comercial, ignorando todos os fatos anteriores, remete ao mundo distópico de Orwell no qual “quem controla o passado, controla o futuro. Quem controla o presente, controla o passado (ORWELL, 1948)”. A mídia em questão reproduziu a fala sem qualquer contestação, silenciando sobre as suas próprias reportagens acerca dos eventos. Em outros momentos, o texto fez menções elogiosas a mudança do visual do bairro e a sua cara nova, como aprovando ou promovendo positivamente essas reformas urbanas.

A informação é um suporte político estratégico e indispensável à ação destes atores, interesses e projetos sociais, tornou-se parte das relações sociais de poder e da própria constituição dos acontecimentos. Os fatos passaram a constituir-se como relevantes ou não, conforme o empenho ou o peso a eles atribuído pela mídia, ou, ao menos, por segmentos específicos da mídia. A mídia, ao apresentá-los, interpreta e avalia sua importância, conforme a sua lógica e interesses, e facilita ou subsidia a mediação entre segmentos sociais, buscando influenciar em ações e decisões, ou apontar, compartilhar ou legitimar ações e decisões por vezes já realizadas (MORAES, 2001, p.275).

Quase um ano após o início das obras do Projeto Rio Cidade, no dia 28 de abril de 1996, a reportagem "Plástica vai deixar o bairro de cara nova" publicada no Caderno Zona Oeste do jornal O Globo afirmava que as obras caminhavam bem dentro do cronograma estabelecido pelo planejamento, mesmo com certos problemas surgidos durante as obras. A Rua Campo Grande não recebeu as obras prometidas, pois para não atrasar o cronograma das obras resolveu-se recapeá-la, apenas. Logo, o tratamento paisagístico, a nova iluminação e a drenagem planejadas não foram realizadas.

Por outro lado, as obras do novo calçadão e adjacências estavam dentro do prazo previsto para serem entregues em julho. Ainda, o Sistema Binário já tinha 80% do projeto concluído. As informações acerca das ruas alcançadas pelas reformas do trânsito chamam a atenção. Ruas como Gramado e Farroupilha são estritamente residenciais, por exemplo, e entraram no rol das modificações propostas. O crescimento da área ocupada originalmente pelo terciário expandiu-se ao ponto de ser necessário mexer com a acessibilidade em áreas residenciais do entorno do centro comercial.

Finalmente, em 26 julho de 1996 o prefeito César Maia em evento na Praça Raul Boaventura inaugurou as obras de reurbanização do Projeto Rio Cidade. Na presença de três mil pessoas parabenizou a secretária municipal de Obras, Ângela Fonti, e teceu comentários sobre os impactos do Projeto Rio Cidade na vida do campograndense: “De todos, é o que

produziu a mudança mais radical na vida dos moradores. Hoje, o Calçadão de Campo Grande é um centro comercial semelhante ao de Frankfurt, na Alemanha - exagerou (O GLOBO, 27/07/1996, p.20)". Exageros megalomaniacos a parte, o custo da obra deveria ter realmente transformado o Calçadão de Campo Grande na Zeil *strasse* tupiniquim. A promenade tropicana foi realizada por R\$ 23 milhões nos valores do ano de 1996. Dentre os motivos que elevaram o custo do projeto foi o adicional de R\$ 4,6 milhões no orçamento original para acelerar o ritmo da empreitada. Além disso, houve outras situações apontadas pela secretária Ângela Fonti para o aumento do custo como a reconstrução de 600 metros da rede de esgoto, sem apoio da Cedae, a construção do Mercado Popular, no custo de R\$ 400 mil reais, e as obras de reordenamento do trânsito (O GLOBO, 28/04/1996; O GLOBO, 27/07/1996). Ainda assim, havia um descontentamento com o trabalho entregue pela Construtora Metropolitana, vencedora da licitação pública para as obras em Campo Grande, por parte tanto da secretária Ângela Fonti quanto do autor do projeto, o arquiteto Nilton Montarroyos. Ambos reclamam da falta de esmero da empreiteira no acabamento final dando nota 8 em média para a execução do projeto (O GLOBO, 25/06/1995; O GLOBO, 27/07/1996).

Figura 56 - Inauguração do Rio Cidade em Campo Grande, Rio de Janeiro no caderno Rio do jornal O Globo do dia 27/07/1996.

César Maia inaugura obras em Campo Grande, as mais caras do Rio Cidade

Prefeito cumprimentou lojistas e cortou cabelo no barbeiro mais antigo do bairro

Selma Schmidt e Tatiana Dias

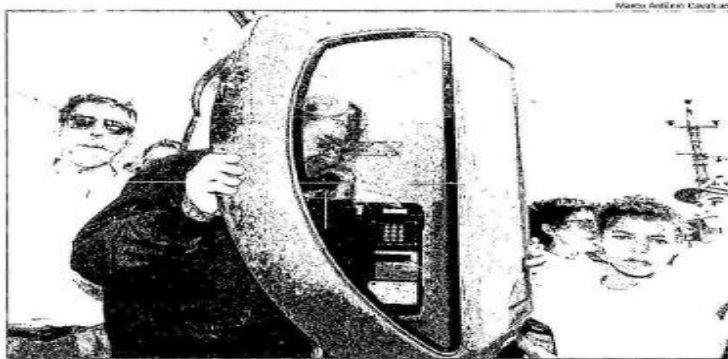
• Nunca Campo Grande viu um espetáculo como esse. O prefeito César Maia comemorou a entrega das obras do projeto Rio Cidade aos moradores, ontem de manhã, fazendo uma caminhada de duas horas e meio. Transformando em um cenário futurista, Campo Grande teve a obra de reurbanização mais cara entre todas as do projeto: custos R\$ 23 milhões. No palco da inauguração, a Praça Paul Boaventura, César Maia fez uma performance assistida por cerca de três mil pessoas. Parou em cada loja da praça para cumprimentar os balconistas e cortou o cabelo no barbeiro de José Gomes de Carvalho, o mais antigo comerciante da área. Disse que deixaria seus cabelos e sua força em Campo Grande, um dos bairros onde mais tem eleitores.

— O prefeito disse que ia dar sorte cortar o cabelo aqui — afirmou o barbeiro que trabalha no local desde 1913.

César aproveitou para estreiar uma das 44 novas cabines telefônicas, ligando para a residência oficial na Gávea Pequena. Ele discou a cobrar e conversou com a governanta da casa, Dalva, por cinco minutos. Depois de parabenizar a secretária municipal de Obras, Ângela Fonti, ele fez uma avaliação do projeto:

— De todos, é o que produziu a mudança mais radical na vida dos moradores. Hoje o Calçadão de Campo Grande é um centro comercial semelhante ao de Frankfurt, na Alemanha — exagerou.

Durante a inauguração, a secretária anunciou a data prevista para a entrega do Rio Cidade em Ipanema: 13 de agosto. O subsecre-



CÉSAR ESTREIA um dos 44 novos edifícios de Campo Grande, liga para Gávea Pequena e fala com a governanta

tário Ronald Visconti, que esteve em Ipanema esta semana, contou que estão em andamento a lixagem e o reaparelamento da Rua Visconde Pirajá e o acabamento das calçadas. A nova iluminação já foi ligada.

De acordo com o último cronograma da Secretaria de Obras, na segunda quinzena de agosto o projeto Rio Cidade será concluído em Vila Isabel. Na primeira quinzena de setembro será a vez de Bonsucesso. Na segunda quinzena, Pavuna, Leblon, Botafogo, Tijuca, Méier e Madureira (este é o segundo projeto mais caro e

custou R\$ 19 milhões). O Centro ficará para a primeira quinzena de outubro, com atraso de quase três meses.

Em Campo Grande, as obras tiveram o menor atraso entre as áreas já inauguradas: um mês. Esse foi um dos motivos para o aumento do custo do projeto, que recebeu um adicional de R\$ 4,6 milhões no orçamento original. Ângela Fonti apontou outras razões para o aumento do custo:

— A rede de esgoto do bairro estava deteriorada e precisamos fazer 600 metros. Além disso, investimos na construção do

Mercado Popular e na reordenação do trânsito.

A secretária deu nota 8 para a execução do projeto em Campo Grande e criticou o acabamento: — As empreiteiras não tiveram todo o esmero que eu, com minha formação de arquiteta, teria.

Já o autor do projeto, arquiteto Nilton Montarroyos, mudou sua nota de 7 para 8,5, depois que parte das falhas que apontou foi corrigida:

— O principal problema foi com a Cedae, que não colaborou. A mão-de-obra também deixou a desejar. ■

Fonte: Acervo Digital Jornal O Globo (2019)

A preocupação com a paisagem resultante da requalificação urbana é destacada. As rubricas dos investimentos realizados em obras infraestruturais, como redes elétrica e telefônica, não eram funcionais, apenas. Havia o capricho estético na valorização da paisagem com objetos que aliassem praticidade e embelezamento, e na eliminação dos penduricalhos da vida moderna, como as redes, da visão dos transeuntes. Houve ainda a confirmação da retirada dos camelôs das ruas, como medida para a desobstrução das ruas objetivando o aumento da fluidez daqueles que transitam pela via. A perda das bancas dos ambulantes foi, também, a perda de um objeto que aludia ao processo conflituoso e contraditório da formação do espaço terciário do bairro. Ainda, houve um impacto sobre um dos elementos estruturantes da percepção sobre o bairro, pois “a saída dos camelôs tirou dessas ruas um certo ar de feira popular secularmente instalada nesses bairros (OLIVEIRA, 2008, p)”.

A preocupação com a qualidade do acabamento é tão ou mais primordial do que a funcionalidade implantada ou renovada, pois a renovação da imagem da cidade é essencial para a concretização das intenções do projeto. O discurso oficial defende que mudança de atitudes na relação dos indivíduos com o espaço público será alcançada privilegiando os corredores estruturantes da imagem da cidade. Ao focar em ruas centrais, o projeto torna-se naturalmente limitado em abrangência, apesar de possivelmente potencializar e aumentar o alcance espacial de dada centralidade. De qualquer forma, “procura alcançar resultados a curto prazo, a partir de ações possíveis que visem, além de uma requalificação daquele trecho urbano, uma rápida mudança de atitudes em relação ao lugar (OLIVEIRA, 2008, p)”.

É visível o contraste entre aquelas [ruas] reformadas pelo projeto e as demais. As ruas que sofreram a intervenção tiveram uma mudança significativa e, além dos recursos urbanísticos, foram dotadas de novas galerias pluviais, nova iluminação, arborização, pavimentação de calçadas, dutos para as redes telefônica e elétrica, novos coletores de lixo e telefones públicos, etc. Estes benefícios, no entanto, não se estenderam ao conjunto do bairro, reforçando-se bastante, dessa forma, uma diferenciação pré-existente, pois as ruas escolhidas para o Rio Cidade já se destacavam pela concentração do comércio local e serviços. Portanto, houve um reforço com o projeto das centralidades já existentes (OLIVEIRA, 2008, p.13).

Para isso visa construir ou reforçar o sentimento de pertencimento através da história e identidade do bairro através da implantação de mobiliário urbano como esculturas, relógios, obeliscos e chafarizes. Esses farão alusão aos elementos históricos que formam a identidade ou aquilo que se deseja impor como identidade do bairro, e marcam o início e o fim da área de abrangência do Rio Cidade (OLIVEIRA, 2008).

Desde o século XIX que se descobriu que a imagem urbana é uma mercadoria, que ela pode ser mercantilizada e pode dar grandes lucros (...) Não foram poucos os casos de cidades europeias que, já em plena era industrial, se transformaram em (ou voltaram a ser) burgos medievais murados para melhor atrair os visitantes. Isso sem

falar de “cidades” cuja herança é totalmente artificial, posto que foram criadas do nada e com o objetivo precípua de dar lucros. (ABREU, 2011, p.23).

Em Campo Grande, os monumentos concentram-se nas ruas Coronel Agostinho, na esquina das ruas Aurélio Figueiredo – Xavier Marques - Ferreira Borges, na Praça Raul Boaventura e na esquina da Rua Olinda Ellis com a Avenida Cesário de Melo. Esses marcos ornamentais confirmam que prevalecia a recuperação do espaço urbano, mas sem destruir e apagar registros e imagens do passado, mas sim a reabilitação urbana de áreas deterioradas (idem).

Quando um período deixa de interessar ao período seguinte, isso não quer dizer que o grupo se esqueceu de uma parte do passado. O que acontece é que, na realidade, o grupo já não é mais o mesmo. Quando isso ocorre, e se não quer se perder uma lembrança que não mais se sustenta por si mesma na consciência do grupo, é comum então que essa lembrança seja eternizada, que seja registrada, transformando-se então em memória histórica (ABREU, 2011, p.26)

Figura 57 - Monumentos simbólicos do passado implantados pelo Projeto Rio Cidade nas ruas Coronel Agostinho, Olinda Ellis e Praça Raul Boaventura em Campo Grande, Rio de Janeiro.



Fonte: Braga (2012), O autor (2019)

O espaço para os camelôs tomou forma como prometido pelo projeto. A resolução do conflito entre os circuitos da economia urbana, com envolvimento direto e indireto do agente público, estabeleceu-se pela implantação de um novo objeto comercial no espaço urbano. Localizado ao lado do Terminal Rodoviário de Campo Grande, o Centro de Comércio Popular de Campo Grande começou a ser construído em outubro de 1995. A localização foi planejada, segundo o subprefeito da Zona Oeste Walter Luiz da Silva, devido a concentração de fluxos que diariamente atingiam cerca de 200 mil pessoas. A reportagem "Novo Espaço para os camelôs", publicada pelo Caderno Zona Oeste do Jornal O Globo no dia 01 de outubro de 1995, informa que o "camelódromo" era parte do Projeto Rio Cidade e era importante por reordenar os camelôs, retirando-os das ruas do bairro.

Esse centro é um projeto que objetiva abrigar os ambulantes que atualmente ocupam, de maneira irregular, as ruas centrais de Campo Grande (como a Raul Boaventura e a Campo Grande) oferecendo a eles um espaço melhor estruturado e com público comprador em potencial (O GLOBO, 01/10/1995, p.3).

O memorial descritivo do projeto feito pela reportagem apresenta uma área total de 12.756 metros quadrados com boxes padronizados de duas medidas diferentes (1,5m x 2 m e 3m x 2m) em módulos de 20 a 30 metros de comprimentos interligados. A construção não tinha intenção de ser temporária, pois foi construída em pilares de concreto. A cobertura é uma estrutura metálica e telhas translúcidas de fibra para a passagem da luz natural. A previsão de inauguração indicava o ano de 1996 como data prometida.

Figura 58 - Reportagem do Caderno Zona Oeste, Jornal O Globo publicada em 01/10/1995 sobre a construção do camelódromo em Campo Grande, Rio de Janeiro.

Domingo, 1 de outubro de 1995 Zona Oeste • 3

Novo espaço para os camelôs

Centro de comércio popular em Campo Grande vai começar a ser construído

O projeto para a construção do centro de comércio popular em Campo Grande sairá finalmente do papel. A firma Metropolitana foi a vencedora da licitação pública e a obra está prevista para começar brevemente. O subprefeito da Zona Oeste, Walter Luiz da Silva, garante que esse projeto é de grande importância para o bairro, porque tem como meta ordenar os camelôs em um espaço mais organizado.

— Base centro é um projeto que objetiva abrigar os ambulantes que atualmente ocupam, de maneira irregular, as ruas centrais de Campo Grande (como a Raul Boaventura e a Campo Grande), oferecendo a eles um espaço melhor estruturado e com um público comprador em potencial.

Parte do Projeto Rio-Cidade da Zona Oeste, o shopping dos ambulantes (como é popularmente conhecido) será implantado ao lado do Terminal Rodoviário de Campo Grande, na Rua Xavier Marques. Por ali passam diariamente cerca de 200 mil pessoas. Por isso mesmo, segundo Walter Luiz, o local foi estrategicamente escolhido para a realização desse projeto.

O centro de comércio popular terá boxes padronizados (1,5m x 2m e 3m x 2m) em módulos com 20 a 30 metros de comprimento interligados por circulações longitudinais, cobertas de acordo com as atividades e serviços de cada ambulante. O subprefeito diz ainda que a construção será feita em pilares de concreto, contendo no interior armários em alvenaria.

— Já a cobertura será em estrutura metálica e telhas translúcidas de fibra, que permitirão a luz natural — diz.

Com uma área total de 12.756 m², o shopping dos ambulantes terá uma sede administrativa, cabine para PM, sistema de som para recados e banheiros públicos. O custo da obra está embutido no valor total do Projeto Rio-Cidade da Zona Oeste, que envolve cerca de US\$ 20 milhões.

— Até meados de 1996 estaremos inaugurando mais essa obra na região — diz.



Domingos Peliccioli

O objetivo da obra é liberar as ruas centrais de Campo Grande, como a Raul Boaventura

Fonte: Acervo Digital O Globo (2019).

O Mercado Popular foi entregue aos camelôs, mas sem toda a infraestrutura necessária para o seu funcionamento, mesmo anos após a inauguração do Rio Cidade. A reportagem de 11 de Abril de 1999 chamava a atenção para algo simples “Mercado popular recebe telhado novo”.

O Mercado Popular de Campo Grande começou, no mês passado, a aproximar-se da meta de virar um minishopping. O telhado que protege as cerca de 590 barracas acaba de ser trocado e algumas com prateleiras e ladrilhos novos, estão ganhando características de loja. - Precisamos agora de uma calha para fechar a abertura que existe entre as duas partes da cobertura. Assim não teremos mais problemas com a chuva - diz Josias dos Santos Teixeira, presidente da Associação dos Comerciantes do Mercado Popular de Campo Grande (O GLOBO, 11/04/1999, p.3).

Não foram as únicas intervenções infraestruturais dos comerciantes populares no objeto comercial. Ainda no ano de 1997, os banheiros, que estavam previstos no projeto original, foram finalmente construídos pelos próprios comerciantes. Requeriam melhor sinalização no local com a instalação de um sinal luminoso, cuja ausência teria sido a razão para a morte de duas pessoas em acidentes. Apesar dos problemas, o novo representante dos, antigos camelôs, agora comerciantes populares mostrava-se em geral satisfeito com a nova localização das atividades, anteriormente estabelecidas no calçadão de Campo Grande. “No início, resistimos à mudança. Mas acabamos nos beneficiando com a localização. O nosso consumidor passa pelo Mercado Popular na ida e na volta do trabalho (O GLOBO, 11/04/1999, Caderno Zona Oeste, p.3)”.

O Projeto Rio Cidade é na memória popular evocado como um projeto do governo do Prefeito César Maia. O próprio assume a autoria e execução do projeto como mérito da sua administração, pois teriam sido competentes em identificar os problemas e apontar as soluções para resolver o caos urbano.

Há quatro anos, quando assumimos a administração municipal, defrontamo-nos com um temporário cenário de desordem urbana implantado na cidade, que logo identificamos como um dos principais entraves à reversão do quadro de decadência social e econômica que debilitava o Rio de Janeiro. Aprovamos e assumimos, então, um compromisso político estratégico com o Programa Rio Cidade, na justa medida de seu amplo alcance: criação de empregos, resgate da imagem pública carioca, elevação da auto-estima do cidadão e devolução dos espaços públicos a quem de direito. Sugerimos que daí adviriam novos investimentos privados, mais segurança, melhor educação cívica e, por que não dizer, mais beleza? (IPLANRIO, 1994, p.11)

Os fatos desmentem em parte a auto exaltação do prefeito César Maia com as realizações do seu governo. Como visto na reportagem “Combate aos camelôs”, publicada pelo Jornal do Brasil a proposta da utilização de instrumentos mais sofisticados, do que a repressão do uso ilegal do espaço via fiscalização, para o reordenamento do espaço público já havia sido feita pelo governo do prefeito Marcelo Alencar, seu predecessor e companheiro de Partido

Democrático Trabalhista. A recuperação dos elementos principais da estrutura do bairro para atração de investimentos corresponde as mesmas ações realizadas pelo Prefeito Amaro Cavalcanti na segunda década do século XX. O novo plano público é a atualização dos projetos da cidade para a renovação do tecido espacial a serviço dos interesses dos grupos hegemônicos da própria cidade.

Figura 59 - Shopping Popular de Campo Grande na Rua Iaçú, Campo Grande, Rio de Janeiro em 2019



Fonte: O autor, 2019

O quadro resumo elaborado por Oliveira (2008) fornece dados acerca dos gastos por tipo de serviço realizado na renovação ou implantação de infraestrutura e paisagismo realizado por bairro.

Figura 60 - Quadro resumo do Projeto Rio Cidade I com os dados dos investimentos por bairros pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro



	GALERIAS PLUVIAIS (m)	ILUMINAÇÃO (postes)	ÁRVORES PLANTADAS	PAVIMENTAÇÃO DE RUAS (m²)	PAVIMENTAÇÃO DE CALÇADAS(m²)	DUTOS DA TELERJ (m)	DUTOS DA LIGHT (m)	COLETORES DE LIXO	ABRIGOS DE ÔNIBUS	INVESTIMENTO (R\$ mil)
Bonsucesso	3.072	243	517	22.000	25.640	1.685	4.670	150	11	15.314
Campo Grande	4.703	298	1.122	60.741	28.856	6.560	27.230	233	2	23.344
Catete	1.290	396	211	31.000	42.666	—	—	37	1	9.883
Centro	478	232	234	40.630	54.730	504	—	83	—	13.451
Copacabana	2.980	366	372	107.000	66.601	—	—	234	30	22.366
Ilha do Governador	3.084	480	394	2.584	26.480	11.682	15.000	54	11	12.711
Ipanema	4.200	97	416	81.869	41.310	—	—	82	8	15.108
Leblon	777	467	561	25.000	27.800	15.978	3.770	121	8	10.950
Madureira	3.042	284	190	17.500	50.900	1.390	4.000	104	4	18.183
Méier	1.489	359	460	26.600	25.890	20.850	30.000	206	19	15.423
Pavuna	3.205	101	420	35.800	48.000	—	—	192	13	7.430
Penha	2.010	181	178	15.242	19.746	6.560	19.202	73	—	9.772
Tijuca	2.073	355	384	51.600	50.690	1.500	10.500	90	15	14.288
Vila Isabel	2.320	420	598	33.500	33.000	5.200	7.500	125	15	22.478
Botafogo	2.357	379	426	27.500	26.275	2.567	3.650	208	16	17.156
TOTAL	37.080	4.658	6.483	574.666	568.584	74.476	125.522	1.992	153	227.858

Fonte: Oliveira (2008)

Campo Grande aparece na primeira, segunda ou terceira colocação acerca da instalação de galerias pluviais com 4.703 metros, 1.122 unidades de árvores plantadas, 60.741 metros quadrados de ruas pavimentadas, 27.230 metros de dutos da Light e 233 coletores de lixo, além de números expressivos em postes de iluminação e dutos da Telerj. A soma total das obras foram calculadas em investimentos de R\$ 227.858.000,00. Desse total R\$ 23.344.000,00 foram usados em Campo Grande, o bairro que mais recebeu investimentos logo a frente de Vila Isabel e Copacabana. Dentre os outros bairros da faixa suburbana, Madureira recebeu um valor R\$ 5.000.000,00 menor, por exemplo. Penha e Pavuna juntas somaram R\$ 17.000.000,00, valor R\$ 6.000.000,00 abaixo do total investido no primeiro colocado.

O volume impressionante de capital investido em um bairro periférico é algo a se destacar no cenário neoliberal pujante da década de 1990. Entretanto, o Rio Cidade não foi o primeiro projeto a investir e produzir espaço em Campo Grande. Ainda na década de 1970, o binômio Tamoyo – Bastos levou novos projetos de reestruturação urbanas materializadas com o Calçadão e adjacências e a rodoviária de Campo Grande.

O Rio Cidade foi um programa dividido em duas etapas: o Rio Cidade I e o Rio Cidade II. Oliveira (2008) destaca que esse programa atuava numa escala de abrangência espacial não convencional, pois a intervenção alcançava bairros periféricos na Zona Norte e Oeste, áreas raramente contempladas com investimento na sua requalificação.

Tal abrangência espacial do projeto chama a atenção de Oliveira, pois o espaço, como apontar o autor, é condicionante social, aquilo que (re) produz os padrões sociais vigentes, buscando manter e perpetuá-los. Logo, se há uma política estatal de qualificação de bairros periféricos, há uma vontade e intencionalidade de conferi-los de novos significados e, principalmente, maior importância no cenário municipal (BARATA, 2012, p.89)

Ao contrário do que afirmamos em pesquisa anterior, o Projeto Rio Cidade não era o primeiro a produzir novos espaços e conferi-los com novos significados no bairro de Campo Grande. As ações do Prefeito Amaro Cavalcanti na segunda década do século XX e a ação conjunta do Prefeito Marcos Tamoyo com o Vereador e Deputado Estadual, e representante da elite urbana, Moacir Bastos são exemplares sobre as recorrentes ações da esfera municipal sobre o referido recorte espacial da Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro. É óbvio que não questionaríamos a impossibilidade de comparar a manutenção dos objetos e formas em bairros centrais, que apresentam-se em melhores condições de conservação e fluxos atendidos pelas estruturas existentes. O ponto é que a raridade dos investimentos não pode ser generalizada para todos os bairros suburbanos da Zona Norte e Oeste. Por isso, é necessário fazer ressalvas para aquilo por nós afirmado em momento anterior.

A pesquisa realizada por Oliveira (2008) destaca a existência de grupos de segurança particular que vestiam coletes nos quais podia-se ler “Apoio às lojas”. Relembrando a denúncia da Associação de Artesãos e Camelôs reportando a existência de “polícia mineira”, paga com os recursos dos lojistas, para reprimir e perseguir os ambulantes que viessem a ocupar o logradouro de Campo Grande, podemos presumir que trata-se da versão legalizada da guarda privada dos comerciantes do bairro. Podemos dizer que trata-se de uma guarda para autoproteção do terciário campograndense. A descrição de Oliveira detalha o modus operandi do grupo e suas relações com o empresariado local.

Quanto à segurança privada de Apoio às lojas, são grupos pára-policiais que atuam fazendo uma vigília permanente nas portas dos estabelecimentos comerciais e no uso das calçadas, no limite das lojas. Apesar de não portarem armas, estes homens são, em geral corpulentos e portam, em alguns casos, walk-talkies para se comunicarem entre si e com a Guarda Municipal. São pagos por lojistas associados por ruas e é comum trazerem impressos, nos coletes, os nomes das ruas em que trabalham/vigiam ou controlam (OLIVEIRA, 2008, p.) .

Existem diferentes formas comerciais que estruturam o espaço urbano da cidade capitalista. O desenvolvimento da sociedade, marcada pela evolução das técnicas, emprego do trabalho e suas necessidades – que influenciam e são influenciadas pelo regime de acumulação vigente, produziu diferentes objetos comerciais ao longo do tempo. No espaço campograndense

há a coexistência de formas tradicionais e novas de comércio materializadas, principalmente, na rua comercial e nos centros comerciais (shopping centers).

O espaço onde se realiza o comércio, a forma de troca que uma sociedade faz uso para se reproduzir, é de natureza social e, portanto, não é possível analisá-lo apenas como um suporte que não interfere, que não transforma a sociedade. Para isso basta um rápido olhar para o que aconteceu com os espaços comerciais nos últimos 50 anos (...). Novas tecnologias foram se incorporando em todos os setores econômicos e não só ocasionam novas formas de produzir, mas também de distribuir mercadorias, o que intervém muito na maneira como nos relacionamos em sociedade. (...) É, portanto, necessário considerar a forma e o seu diálogo com as outras formas, porque cada forma comercial permite a reprodução de relações específicas porque são produzidas num momento da história (PINTAUDI, 2009, p.59).

As formas comerciais passam por distintos momentos acerca de sua definição. Atendemos a um dos diversos momentos de apreensão acerca da rua comercial, uma possível definição seria

Uma rua delimitada total ou parcialmente por uma sucessão de lojas que coincidem com o alinhamento, cada uma delas acessível diretamente da calçada, estando ou não localizada sob edificações destinadas a outros fins quaisquer. Por definição a rua comercial inclui o espaço público: as lojas necessariamente limitam com este, quer seja resolvido como espaço unicamente pedestre, quer como espaço destinado a pedestres e veículos (COSTA, 1996, p.45).

A forma comercial moderna como um centro comercial, que se configura como uma centralidade é caracterizada

como um grupo de estabelecimentos comerciais que dispõe de parque de estacionamento próprio, sendo planejado, construído, possuído e explorado por uma entidade única e cuja localização, dimensão e tipo dos estabelecimentos foi programada em função da área de mercado que serve (SALGUEIRO, 1994, p.152).

Entende-se que as formas comerciais são formas sociais, pois são produtos de uma sociedade que as constrói para se reproduzir. As formas comerciais são frutos das relações socioespaciais de determinado momento histórico. São um meio para a compreensão dos contrastes existentes no espaço urbano permitindo o entendimento das diferenças entre os espaços sociais (PINTAUDI, 2002).

As novas e antigas formas comerciais coadunadas ao processo de fragmentação do espaço urbano tornaram as cidades polinucleadas. As formas comerciais possuem força para se constituírem como centralidades, e se anteriormente novas centralidades acompanhavam o movimento da expansão urbana, atualmente as formas comerciais, como shopping centers, são capazes de criar sua própria centralidade e antecedem a própria expansão da cidade. A partir desse movimento, o tecido espacial torna-se constituído por diferentes centralidades, desiguais e atendendo a diferentes segmentos sociais (PINTAUDI, 2009).

Ao

longo do tempo foram implantados centros comerciais no centro de Campo Grande. O Campo Grande Shopping, na Avenida Cesário de Melo, e o Audi Shopping, na rua Aurélio de Figueiredo, são exemplos desse tipo comercial.

O primeiro Shopping de Campo Grande, na Zona Oeste do Rio de Janeiro, recebeu o nome do bairro e, na época, era algo fantástico receber um Shopping num bairro de subúrbio. Hoje, percebemos que é apenas uma galeria circular e, infelizmente, bastante abandonada, com pouquíssimas lojas. Na época de sua inauguração, algumas lojas permaneceram em nossas recordações, como a linda e elegante Laço de Fita, de propriedade da magnífica e bela Maria Aparecida Boaventura, loja para presentes elegantes... Também havia locadoras de vídeo VHS, sorveteria, tabacaria, uma praça pequena no segundo piso e muita conversa boa...Entretanto, ainda que gostasse do espaço, lembrava-me, e ainda lembro, com saudade do que havia no local antes do "Shopping". O restaurante Amarelinho, onde, inúmeras vezes, saboreei deliciosas pizzas com pessoas de quem nada mais sei... (...) E, ainda no Amarelinho, eu me recordava com saudade do que havia no local, antes do restaurante... Saía do Ginásio Estadual São João de Brito, exatamente ao lado, para cortar os cabelos num barbeiro muito falante... (...) Ao lado do pequeno barbeiro, o cheiro das hortaliças colhidas nos sítios das cercanias inundava o ambiente, deixando um gostinho de vontade de comer a comida da saudosa vovó Marieta, lá no sítio da Estrada do Carapiá... Em outra lojinha, uma coladinha na outra, virava e mexia, lá ia eu colocar minhas botas para consertar num sapateiro também falante... Sim, o povo do subúrbio encontrava motivo para conversas longas e com muita risada, numa época em que tudo era puro, e depois regávamos os momentos finais do 'passeio' com um delicioso sorvete da Kibon, que ficava em frente a todo o 'complexo comercial', na esquina da Avenida Cesário de Melo com a antiga Estrada do Joari, hoje Rua Olinda Ellis" (Depoimento de Uilton Soares de Melo).

O Shopping Campo Grande não será o único no espaço comercial campo grandense. Anos depois da inauguração do West Shopping Campo Grande, localizado em área zoneada como residencial pelo vindouro Projeto de Estruturação Urbana (PEU) – sob forte influência da agente imobiliária ECIA, um outro shopping é implantado no coração do centro comercial do bairro: o Passeio Shopping.

O texto da reportagem "Mais um Shopping na região" publicada no caderno Zona Oeste do jornal O Globo, no dia 9 de julho de 2000, assemelha-se ao press release de alguma assessoria de comunicação contratada pelos proprietários e promotores do empreendimento. O Passeio Shopping é vendido como o novo, o diferente, um produto imobiliário que completaria uma lacuna na oferta do terciário do centro de Campo Grande, contexto que torna a alta temperatura do microclima local, intensificado pela mancha urbana, um fator a mais da promoção do empreendimento.

Através da matéria jornalística, o shopping construía a narrativa de centro de lazer, provavelmente na tentativa de ser o objeto a ofertar algo a mais do que o Calçadão. A reportagem "Aposta no lazer para atrair os consumidores", publicada no mesmo dia da reportagem anterior, elenca as ações comerciais a serem realizados no centro comercial para

confirmar a expectativa de movimentação de dez mil pessoas diariamente, mesmo sem a possibilidade da implantação de cinemas e a nunca realizada praça de alimentação. O diretor da empresa administradora do Shopping, Santa Isabel, apostava na programação com happy hour com música ao vivo, shows e exposição de artes plásticas. Como maneira de atrair público de diferentes faixas etárias havia a programação infantil idealizada em peças de teatro, shows musicais e promoções e gincanas recreativas. Nos meses de férias escolares uma programação de colônias de férias.

Figura 61 - Reportagem sobre o novo shopping “Passeio Shopping” no centro comercial de Campo Grande, Rio de Janeiro publicada em 9 de julho de 2000.

Mais um shopping na região

Espaço em Campo Grande será aberto em novembro

A pesar de ser um dos pontos mais fortes e tradicionais do comércio da Zona Oeste, o calçadão de Campo Grande não tinha um espaço que fosse concentrador de tipos variados de lojas e com potencial para atrair um grande número de consumidores de uma só vez. A partir do dia 11 de novembro, entretanto, essa realidade come-

ça a mudar, com a inauguração do Passeio Shopping. Construído no coração do bairro, o shopping terá 110 lojas espalhadas por três andares e será ancorado pela C&A, além de praças de alimentação e de eventos — espaço destinado a apresentações artísticas e culturais — e estacionamento em três níveis.

Os investidores apostam no

conforto para o sucesso do empreendimento, como adianta Alfredo Lopes, diretor da Santa Isabel, empresa administradora do shopping:

— Não podemos nos esquecer de que o shopping fica no centro de Campo Grande, onde faz muito calor. Acreditamos que a opção de fazer compras num ambiente mais agradável fará a diferença. ■



AS OBRAS DO PASSEIO Shopping já estão na fase de acabamento

Fonte: Acervo Digital O Globo (2019).

Próximo a sua inauguração o jornal publica outra reportagem com nome parecido com a anterior. Publicada no caderno Zona Oeste do jornal O Globo no dia 12 de novembro de 2000, a reportagem de Claudio Motta Rodrigues intitulada "Mais um shopping em Campo Grande" destaca o potencial de empregabilidade do empreendimento. Destaca o alto custo do empreendimento no qual foram investidos R\$ 20 milhões e criou espaço para 110 lojas. As marcas presentes do centro comercial, que estava ancorado na marca voltada para vestuário C&A, tiveram destaque em box reservado dentro da própria reportagem. As lojas destacadas são:

C&A: loja de departamentos, será a âncora do Passeio Shopping.

Dimpus: Roupas femininas

Monte Carlo: jóias

Lacqua Di Fiori e O Boticário: perfumaria.

Kodak e Fuji Filmes: revelação e material fotográfico.

Ortobon: loja de colchões.

ATL: telefonia celular.

New Disk: loja de discos.

Cristal Grafitti e Aldeia dos Ventos: artigos de surfe e roupas masculinas.

Opção: vestuário feminino e masculino.

Lápis de Cor: roupas para crianças

Mr. Cat: calçados (O GLOBO, 12/11/2000, Caderno Zona Oeste, p.6)

Os 110 pontos comerciais são relacionados a criação de três mil postos de trabalho diretos e indiretos cuja remuneração variava entre R\$120 e R\$ 1.500 de acordo com a função exercida e época do ano. O jornal presta-se a agenciadora de empregos, pois em certo momento da reportagem o texto torna-se um anúncio de vagas e cadastro reserva.

A administração montou um banco de dados com os currículos de quem estiver interessado em trabalhar e dá preferência a moradores da região. Mesmo que todas as vagas sejam preenchidas, as informações ficarão guardadas para seleções posteriores. Os currículos devem ser enviados para a administração da Santa Isabel Shopping Centers, no seguinte endereço: Rua Marquês de São Vicente 188, Gávea (idem).

O Passeio Shopping foi inaugurado no dia 18 de novembro de 2000 sob a administração da Santa Isabel, uma agente forânea interessada na acumulação a ser proporcionada pelo bairro. A localização do shopping próximo ao Calçadão e a 10 minutos de carro do West Shopping pressupunha o estabelecimento de uma concorrência entre os três objetos comerciais. O discurso oficial do último vociferado pelo gerente de marketing do West Shopping Carlos Afonso dos Santos Filho não remetia preocupações acerca da divisão de público em potencial. Carlos Filho indicava a existência de pontos divergentes entre os objetos como o tipo de consumidor diferenciado pela oferta de produtos específicos a cada objeto, em relação ao preço e, conseqüentemente, ao estrato de renda que se constituía como demanda para o centro comercial.

“- Não estamos subestimando o Passeio Shopping, mas até os horários de funcionamento são diferentes. Nós temos como trunfo o lazer, os cinemas, recreadores infantis e oferecemos mais vagas no estacionamento. Os consumidores são diferentes. O freqüentador do calçadão vai ganhar com o novo shopping mas não vai deixar de nos procurar”. Ele afirma que o calçadão tem como principais atrativos produtos baratos e populares. E diz que o público do West Shopping procura lojas de grife consagradas.- “De noite o calçadão fica deserto e nós recebemos a maior parte dos nossos clientes: ou seja, são hábitos diferentes” - afirma o gerente de marketing (O GLOBO, 12/11/2000, Caderno Zona Oeste, p.7).

Por outro lado, os comerciantes do Calçadão externaram suas preocupações com a concorrência ao proporem projetos para melhorar as condições infraestruturais do Calçadão ao pensar em projetos para oferecer lazer, serviços, segurança, instalar ar-condicionado e manter as lojas abertas 24 horas. Os projetos estavam no campo das ideias naquele momento, mas havia articulações em busca de apoio do prefeito César Maia e entendimento da Associação Comercial de Campo Grande. As palavras existem para exprimir um significado. O uso de "apoio" na relação com o prefeito e "entendimento" com a Associação Comercial do bairro nos dá a possibilidade de inferir que as relações entre as três pontas desse triângulo pudessem não estar nos seus melhores momentos. Quem busca "apoio" é porque não o tem declaradamente,

ao menos. O “entendimento” entre os grupos existe quando as ideias e ações estão alinhadas. Infelizmente, nesse momento não conseguimos ir além dessas suposições. No início do século XXI, mesmo com todos os esforços do capital em prol da urbanização, o tecido espacial que constitui Campo Grande ainda guardava porções consideradas rurais. A transformação do uso do solo ao longo do século XX não foi capaz de eliminar o rural, que convivía com o predomínio urbano a pautar as características do bairro. O fim das áreas rurais será mais pela imposição da força da legislação, e menos decorrente da sua extinção de fato. Mesmo com as atividades agrícolas em funcionamento nas localidades do Rio da Prata e do Mendanha, o Projeto de Estruturação Urbana (PEU) instituído via lei complementar nº 72 de 27 de julho de 2004 extinguiu juridicamente as áreas rurais do bairro (CHALFUN, 2009).

Figura 62 - Reportagem sobre a nova legislação urbana, o Projeto de Estruturação Urbana – PEU, no caderno Zona Oeste do jornal O Globo publicado em 01/08/2004.

4 • ZONA OESTE

O GLOBO

Domingo, 1 de agosto de 2004

Berg Silva

Bairro ganha legislação urbana

Prefeitura deixa de considerar Campo Grande área rural para facilitar empreendimentos



O CENTRO DE CAMPO GRANDE: apesar das características urbanas, a legislação em vigor desde 1976 considerava o bairro uma área rural, dificultando novas construções
Fonte: Acervo Digital O Globo (2019)

Mesmo com todas as mudanças socioespaciais levadas a cabo nessa localidade, até a implantação do PEU, em 2004, a legislação em vigor no bairro datada de 1976, o Plano Urbanístico Básico da cidade do Rio de Janeiro, considerava o bairro como rural. A legislação

era bastante restritiva sobre critérios de construção como explica o responsável por projetos no bairro, o arquiteto José Luiz Dutra

as mudanças significam uma melhora significativa no que diz respeito a gabarito, taxa de ocupação, tamanho mínimo das áreas dos lotes e suas respectivas testadas, afastamentos frontais e divisas. Somadas a estas melhorias, há novidades a serem implementadas, como índice de aproveitamento do terreno e índice de uso comercial e de serviços, que, juntas, possibilitam a reorganização da ocupação e do uso do solo (O GLOBO, 01/08 2004, Caderno Zona Oeste, p.2).

A reportagem teve a preocupação didática de apresentar e explicar aos leitores as possibilidades a serem criadas, os possíveis benefícios e um quadro informativo detalhando, na medida do possível, o PEU. O quadro “Conheça o PEU” explicitava resumidamente as linhas gerais do projeto em relação a sua definição e objetivos, e as regras que se aplicavam no bairro delimitando as zonas. A posição da reportagem é revelada ao focar nas zonas comerciais, a Zona de Comércio e Serviço 1 (ZCS1) e Zona de Comércio e Serviço 2 (ZCS2)⁸⁷, destacando as suas limitações espaciais e as regras de construção que se aplicavam a cada uma dessas zonas.

Linhas Gerais

O que é: O Plano de Estruturação Urbana define os critérios que dirigem o crescimento da área de forma que as transformações preservem as características do modo de vida das comunidades. Objetivos: O PEU tem entre seus objetivos estimular atividades econômicas e criar mecanismos para a construção de casas para a população de menor renda. Outras finalidades são possibilitar a parceria com a iniciativa privada, facilitar projetos de conservação e recuperação do solo e dos mananciais e restringir o adensamento nas áreas críticas em infra-estrutura, além da integração dos dois lados da linha férrea.

Regras no bairro

Centro de Campo Grande: É a área mais desenvolvida do bairro e recebeu a denominação de ZCS1 (Zona de Comércio e Serviços 1). As alterações mais significativas são: o gabarito passa para quatro pavimentos e a área mínima dos lotes vai para 125 metros quadrados. A taxa de ocupação (TO) é liberada, ou seja, a construção pode se projetar sobre o terreno na totalidade de sua extensão. Entorno do Centro: Vai receber a denominação de ZCS2 (Zona de Comércio e Serviços 2). O gabarito passa para oito pavimentos e a área mínima dos lotes vai para 360 metros quadrados. A taxa de ocupação também é liberada (idem).

Ao mesmo tempo que discursa sobre a defesa do “modo de vida das comunidades”, o texto libera modificações importantes dos tipos de objetos a serem construídos e a maneira como o solo será explorado, possibilitando o máximo aproveitamento da área para a obtenção do maior retorno do investimento possível. As reportagens do jornal O Globo, agora contidas

⁸⁷ Art. 5º Os bairros objeto desta Lei Complementar ficam subdivididos nas seguintes zonas: I - Zona Residencial 1 (ZR 1); II - Zona Residencial 2 (ZR 2); III - Zona Residencial 3 (ZR 3); IV - Zona Residencial 4 (ZR 4); V - Zona de Comércio e Serviços 1 (ZCS 1); VI - Zona de Comércio e Serviços 2 (ZCS 2); VII - Zona de Uso Misto (ZUM); VIII - Zona Exclusivamente Industrial (ZEI); IX - Zona de Uso Predominantemente Industrial (ZUPI); X - Zona Agrícola 1 (ZA 1); XI - Zona Agrícola 2 (ZA 2); XII - Zona de Conservação Ambiental (ZCA) (RIO DE JANEIRO, 2004).

no Caderno Zona Oeste, indicam que a imposição da mudança do uso do solo atendia ao capital interessado em investir nos negócios urbanos, como a construção de centros comerciais.

A reportagem "Empresários tiram projetos da gaveta" publicada no mesmo dia, caderno e jornal da reportagem anterior, cede voz aos chamados "investidores" e "empreendedores" que estariam saindo do bairro devido as dificuldades para investir no espaço devido as restrições impostas pela antiga legislação. A desatualização da legislação frente as mudanças estruturais do espaço do bairro era tamanha que a Rua Augusto de Vasconcelos, mesmo localizada em área central, era considerada estritamente residencial, ainda que fosse sítio para o Mercado São Braz, a loja de departamentos Silbene, agências bancárias, serviços educacionais como o Colégio Belisário dos Santos e outros tipos comerciais.

No início dos anos 2000 os empresários pareciam ávidos na construção de pequenos centros comerciais, que supririam a demanda reprimida por espaços comerciais no interior do bairro. A entrada em vigor do PEU, e a liberação das normas de construção, permitiu que o afã da produção de centros comerciais fosse materializado. Um exemplo era a intenção de Sônia Maria Nêvoa de investir R\$ 800 mil reais para construir um minishopping na Rua Augusto de Vasconcelos, agora uma rua comercial – segundo a nova legislação. Outro exemplo era do empresário Rodolfo Papastawridis que construiria um prédio comercial de três pavimentos com investimento de R\$500 mil reais. Ambos aproveitariam as novas regras do PEU para realizar seus empreendimentos com a promessa que a produção de novos objetos contribuiriam para o desenvolvimento do bairro (O GLOBO, 2004).

Em Campo Grande, o PEU (que cobre as UEPs 51 e 52 referentes a Campo Grande, Santíssimo, Senador Vasconcelos, Cosmos e Inhoaíba) – teve um caráter renovador das possibilidades da exploração dos espaços do bairro em termos jurídicos (...). Estas antigas áreas rurais tinham baixo valor no mercado de terras e portanto com a produção de produtos imobiliários alcançava-se elevado valor de troca. Tal mudança cria um maior número de novas áreas edificáveis para o mercado imobiliário atendendo os anseios capitalistas de expansão e criação (com o consequente apoderamento) de novos mercados onde existia demanda reprimida e, principalmente, solvável abrindo espaço para novas incorporadoras e incorporações (...) Esse instrumento apenas confirma, por assim dizer, um zoneamento —espontâneo a partir de um — desenvolvimento urbano espontâneo formatado pelo próprio crescimento do bairro ao longo dos anos (BARATA, 2012,p.97).

Figura 63 - Opinião dos moradores de Campo Grande sobre o PEU no Caderno Zona Oeste, O Globo publicado em 8 de agosto de 2004

FALA, ZONA OESTE!

O PEU ajudará a desenvolver Campo Grande?

- “Torço para o PEU ajudar a desenvolver a região. É impressionante descobrir que Campo Grande, um dos bairros mais prósperos da Zona Oeste, ainda era considerado uma zona rural pela legislação municipal antes vigente. Acostumados a superar os mais diversos obstáculos, os empresários da região poderão fazer mais negócios com menos essa amarra. E, já que não podemos esperar incentivos do governo, que pelo menos as leis deixem de atrapalhar o desenvolvimento. Espero que os empregos prometidos pelos empresários sejam criados. A demanda local é muito grande.”
(Márcio Xavier, empresário)
- “O PEU desenvolverá Campo Grande se vier acompanhado de incentivos. Seria muito importante que o governo investisse em infraestrutura. Escolas de qualidade, rede de saúde adequada e sistema de transporte eficiente são

igualmente essenciais para a região. Promessas realizadas em ano eleitoral devem ser recebidas com reservas.” *(Flávio Machado, estudante)*

- “Não acredito que uma canetada possa modificar uma organização que se formou ao longo dos anos. A integração entre os dois lados da linha de trem, proposta pelo PEU, é muito bonita. Mas o que será feito na prática para que isso aconteça? Aguardamos esses anúncios.”
(Fabiana Silvana, vendedora)

• **NA PRÓXIMA EDIÇÃO: Faltam opções noturnas de lazer na Zona Oeste?** As respostas devem ser enviadas até terça-feira, com nome e profissão do remetente, para o fax número 2534-5535 (seção Fala, Zona Oeste!) ou para o e-mail <falazoeste@oglobo.com.br>.

Fonte: Acervo Digital O Globo (2019).

Além do rebatimento espacial, a análise dos pormenores do PEU permitiu visualizar o entrelaçamento das questões políticas formando o tecido socioespacial do bairro, pois

vemos que diferentes PEUs foram formados em períodos distintos no tempo, sem contudo, existir uma explicação clara do porquê apenas 5 UEPs⁸⁸ (das 17 indicadas como prioritárias para a elaboração dos PEUs num município dividido em 55 UEPS) foram contempladas efetivamente com a normatização trazida pelo PEU. A explicação para essa disparidade temporal e, principalmente, do porquê da escolha de certas UEPs em detrimento de outras pode repousar no conjunto de interesses políticos que convergiam e formavam a conjuntura de cada UEP em determinado momento frente às possibilidades e necessidades do capital privado consubstanciado às ações estatais nesses espaços (BARATA, 2012, p.49).

Sendo institucionalizado como um instrumento de planejamento complementar via Lei Complementar nº 16/1992 (Plano Diretor) no artigo 11 que trata sobre o

o detalhamento das normas gerais de parcelamento da terra e de uso e ocupação do solo será feito em Projeto de Estruturação Urbana – PEU, instituído por lei. O PEU definirá a legislação urbanística das Unidades Espaciais de Planejamento – UEP, a partir das peculiaridades de cada bairro ou do conjunto de bairros que as compõem.

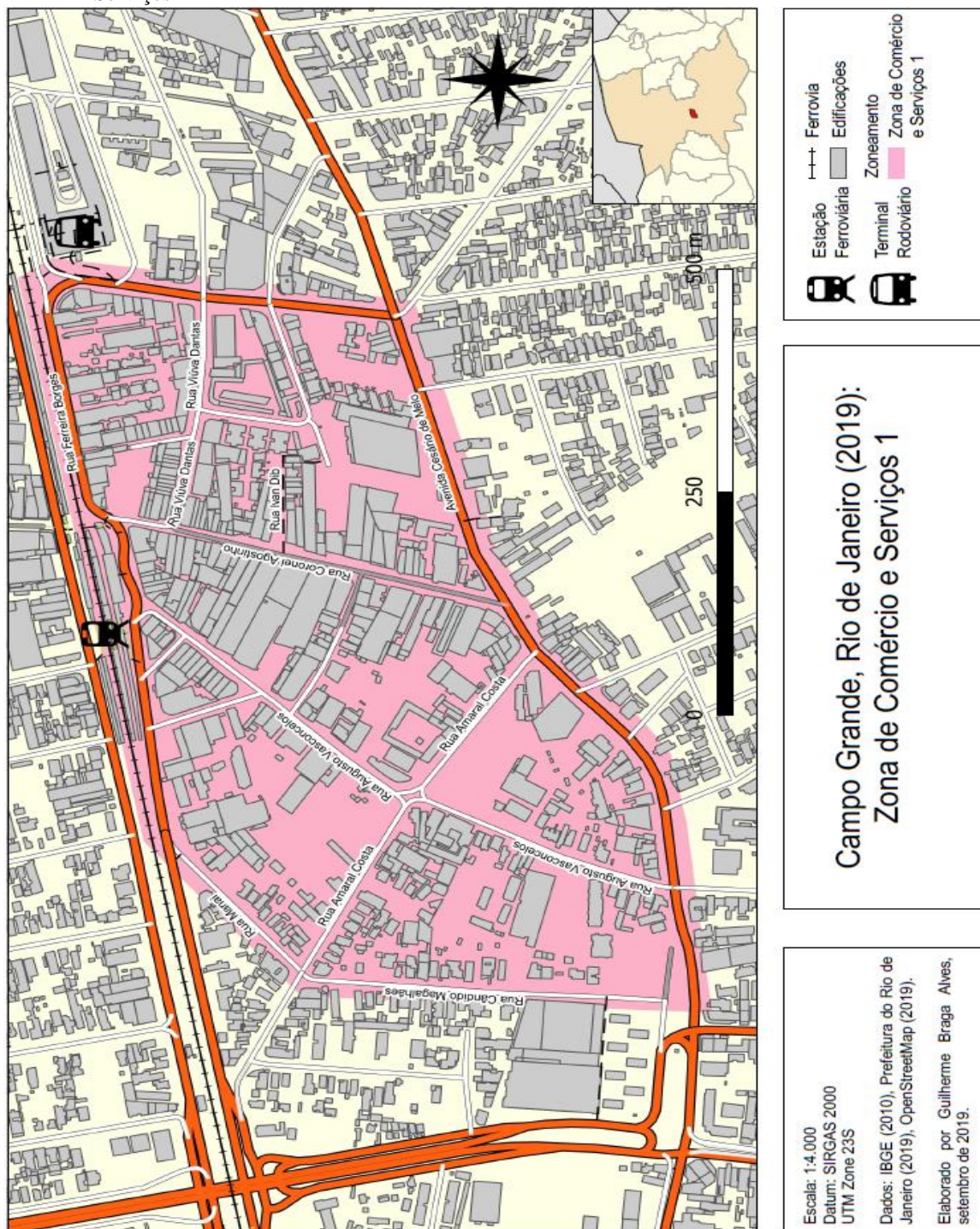
O retorno do Prefeito César Maia ao poder após ter sido sucedido no cargo por Luiz

⁸⁸ Seguindo com o zoneamento, as definições específicas das áreas ficariam a cargo dos Projetos de Estruturação Urbana – (PEU) que carrega a informação sobre as diretrizes para a expansão urbana e os parâmetros urbanísticos destinados a um conjunto de bairros fisicamente próximos, que contenham alguma similaridade e que estejam inseridos em uma mesma Unidade Espacial de Planejamento (UEP) (CHALFUN, 2009, p.36).

Paulo Conde, arquiteto e responsável pela execução do Rio Cidade, conduziu a novas intervenções na produção do espaço urbano da cidade. O projeto Urb-Cidade atuou em Campo Grande nas ruas não contempladas pelo Rio Cidade. As reportagens publicadas no jornal O Globo, servem como evidência que o lado norte do bairro, o “lado de lá”, recebeu a intervenção nas ruas Campo Grande, Gianerini e Aracaju, entre outras. A rua Barcelos Domingos foi transformada em calçadão interligando ao Calçadão da Rua Coronel Agostinho via uma passagem subterrânea modernizada. A reportagem "Atenção, obras à frente!" de autoria de Juliana Sartore e Mariana Santiago para o caderno Zona Oeste do Jornal O Globo do dia 5 de junho de 2005 afirmava que as obras do Urb-Cidade começariam na segunda quinzena daquele mês. A interrupção e modificação do tráfego duraria 90 dias, tempo previsto para a construção do calçadão no início da Rua Barcelos Domingos, com acesso à Rua Campo Grande, servido por escadas rolantes, a ligação do túnel a saída da passagem subterrânea da estação ferroviária, o calçadão e calçada da Rua Campo Grande oposta à da linha férrea; e rua de serviço para acesso aos prédios comerciais do novo calçadão.

Durante o período das obras do Urb-Cidade surgiram reclamações acerca do estado de abandono da Rua Coronel Agostinho. O estado de conservação inadequado do Calçadão no ano de 2006, dez anos após a revitalização do objeto pelo Rio Cidade. As reclamações partiam dos comerciantes que viam na má conservação da infraestrutura do espaço um óbice aos seus empreendimentos e dos consumidores que alertavam para o estado de conservação do calçamento e mau cheiro proveniente das galerias mal conservadas, além de problemas de segurança. As ações da prefeitura da cidade na revitalização do Calçadão resumiram-se a implantação de caixas coletores de lixo. O subprefeito de Campo Grande, Francisco Medeiros Ferreira admitia que não havia estudo previsto para melhorias no calçadão.

Figura 64 - Zoneamento de Campo Grande pelo Projeto de Estruturação Urbana, destaque a Zona Comércio e Serviços 1



Fonte: Lei Complementar nº 72 de 27/07/2004 - PEU Campo Grande.

Uma vez que as obras do Urb-Cidade não incluíam a Rua Coronel Agostinho, os trabalhos de conservação eram paliativos, apenas.

De acordo com o prefeito César Maia, o projeto de revitalização iniciado ano passado foi executado inteiramente e com grande sucesso. "- Antes, não se conseguia enxergar uma pedra portuguesa pelo mar de plásticos azuis. Qualquer chuvinha, empoçava tudo, pois não havia drenagem. Há problemas de conservação como os de alguns

pontos da cidade. nada tem a ver com o projeto. Se há poças, é por falta de limpeza da rede pluvial e não por falta de rede - afirma o prefeito (O GLOBO, 09/07/2006, Caderno Zona Oeste, p.11)

O alto custo das obras do Rio Cidade em Campo Grande devido a reconstrução da rede de drenagem do Calçadão daria razão ao prefeito César Maia. A batalha pela conservação do logradouro revela-se uma constante no bairro, e no plano da cidade do Rio de Janeiro. O atraso para a entrega dos projetos no prazo, também. Baseados na reportagem "Obras entram na reta final", autoria de Denis Kuck, publicada no dia 17 de junho de 2007 no Caderno Zona Oeste do jornal O Globo, e na empiria asseveramos que o projeto entregou as melhorias previstas, mesmo que em prazo muito superior ao previsto inicialmente. As obras do Urb-Cidade terminaram no ano de 2007, dois anos após o seu início. As renovações consistiram na implantação de novo mobiliário urbano, como bancos, mesas, abrigos de ônibus, postes, iluminação, caixas coletoras de lixo e telefones públicos nas ruas Campo Grande, Barcelos Domingos, Gianerini, Aracaju, Raul Boaventura e Agostinho. A melhoria na acessibilidade resultou na inclusão de escadas rolantes na passagem subterrânea nos acessos a Praça Raul Boaventura e rua Barcelos Domingos, esse acesso construído pelo Urb-Cidade Campo Grande.

Figura 65 - Representação artística, publicada no O Globo em 17/06/2007, da reconfiguração e modernização da passagem subterrânea de Campo Grande, Rio de Janeiro pelo projeto Urb-Cidade, governo César Maia



Fonte: Acervo Digital O Globo, 2019.

As ideias de modernização do Calçadão voltaram a tona midiática em 29 de junho de 2008, na reportagem "Comerciantes lutam por melhorias" no Caderno Zona Oeste. Os comerciantes representantes pela Associação de Campo Grande buscavam elaborar, em conjunto com inominada empresa alemã de engenharia, um plano para viabilizar o projeto de cobertura do Calçadão, no trecho entre a Rua Viúva Dantas e a Avenida Cesário de Melo. A proposta do presidente da Associação Comercial de Campo Grande, Guilherme Einsenlohr,

contemplava o dispositivo das parcerias pública-privadas (PPP) entrelaçando os investimentos realizados pelos empresários locais, que proveriam verba para a execução da obra, com a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro.

A intenção, além da relatada necessidade de responder a presença do Passeio Shopping, era o aumento da acumulação do capital auferida pelos negócios no local. No ano de 2008, a reportagem de Denis Kuck, indica que o comércio movimentava R\$1 bilhão. E, a partir da Associação Comercial, a cobertura, que serviria tanto como proteção nos dias de chuva quanto para amenizar a temperatura nos dias de sol, aumentaria os fluxos de consumidores resultando em um acréscimo de 25% nas vendas, ou em números mais transparentes, um aumento de lucratividade de R\$250 milhões ao ano, segundo o vice-presidente da Associação Comercial de Campo Grande, José Luiz Dutra. A falta de manutenção do logradouro do centro comercial era uma outra preocupação dos comerciantes, pois o calçamento de pedras portuguesas estava danificado, não havia espaço para bicicletários, meio de transporte sempre utilizado pelos moradores da região, e o mobiliário já não atenderia as necessidades dos transeuntes. Por isso, a Associação Comercial teria encaminhado um novo projeto de revitalização do Calçadão para o Instituto Pereira Passos, segundo o presidente Guilherme Einsenlohr. A batalha pela conservação do logradouro revela-se uma constante no bairro, e no plano da cidade do Rio de Janeiro.

A rua comercial é uma forma tradicional que sobreviveu às transformações engendradas e materializadas nas novas centralidades planejadas (CARRERAS & PACHECO, 2009).

Naquele mesmo ano, a iniciativa do bicicletário foi implantada devido a parceria estabelecida entre companhia privada de seguros e previdência, Sul América Seguros e Previdência, e do Instituto Pereira Passos. A parceria público-privada estabeleceu-se da maneira pensada pela Associação Comercial. Os bicicletários proveram uma solução barata como resposta aos problemas inerentes ao transporte público caro, demorado e, por isso, de baixa qualidade em bairros periféricos da cidade.

Somente o Calçadão de Campo Grande ganhou um bicicletário com 110 vagas. A vendedora Monique Patrício aprovou a iniciativa: - Moro em Vila Nova e gasto 10 minutos no ponto de ônibus, mais o tempo de viagem. De bicicleta, chego em 15 minutos. Gostei da ideia (O GLOBO, 22/11/2008, Caderno Zona Oeste, p.8)

É importante lembrar as linhas gerais do PEU Campo Grande, pois discorrem sobre a possibilidade de parceria com a iniciativa privada nos projetos de conservação e recuperação e a integração dos dois lados da linha férrea. É justo atestar o sucesso da proposta haja vista a concretização de seus objetivos. O que cabe é perguntar: por que, para que e por quem? Pelas

linhas escritas até esse momento, as respostas para essas perguntas já estão dadas. Entretanto, é importante quanto aquele de Castells (2009), o espaço como expressão das relações sociais, e segundo a interpretação marxista de Soja (1993) a organização do espaço é nada mais do que um produto social estabelecido a partir da prática social. Portanto, não pode ser analisado como uma estrutura separada, ou seja, sua produção deve ser analisada a partir das regras de construção e transformação do contexto social no qual está inserido. As políticas do urbanismo na ordem distante atuam em conjunto com a ordem próxima modificando as relações de produção, mas sem a força adequada para transformá-las. O urbanismo é usado como mais uma força da produção para tal fim.

O espaço e sua organização pela política resulta das relações entre diversos grupos sociais com distintas possibilidades de atuação política e espacial. Ao mesmo tempo, o espaço e sua estrutura reagem contra os grupos sociais (LEFEBRVE, 1999). Portanto, segundo Soja (1993) a premissa básica para a compreensão da relação dos diferentes agentes com o espaço é “que as relações sociais e espaciais são dialeticamente inter-reativas, interdependentes; que as relações sociais de produção são formadoras do espaço e contingentes ao espaço (SOJA, 1993, p.103)”.

O espaço é o lócus de reprodução de todas as dimensões da sociedade e altera e é alterado por essas dimensões, seja política, econômica, cultural ou qualquer outra que use o espaço para a sua produção e materialização. Todas as dimensões são moldadas pelos princípios ideológicos de cada grupo e, por isso, existem tantos planos de produção e transformação do espaço para a sua adequação ao plano mais geral da reprodução conforme cada grupo hegemônico ou grupos anti-hegemônicos desejem produzir.

O espaço não é um objeto científico afastado da ideologia e da política; sempre foi político e estratégico. Se o espaço tem uma aparência de neutralidade e indiferença em relação a seus conteúdos e, desse modo, parece ser “puramente” formal, a epítome da abstração racional, é precisamente por ter sido ocupado e usado, e por já ter sido o foco de processos passados cujos vestígios nem sempre são evidentes na paisagem. O espaço foi formado e moldado a partir de elementos históricos e naturais, mas esse foi um processo político. O espaço é político e ideológico. É um produto literalmente repleto de ideologias (LEFEBRVE, 1976, p.31).

O bairro como centro de comércio e serviços idealizado por Bastos consolida-se a cada novo elemento implantado, a cada ação pública no recorte comercial, que foi tanto espontaneamente quanto legalmente delimitado pelas diversas ações engendradas pelos diversos agentes da produção do espaço ao longo do tempo.

Figura 66 - Visão do Calçadão de Campo Grande a partir da Avenida Cesário de Melo, Rio de Janeiro em 2019



Fonte: O autor, 2019

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É necessária uma breve digressão em outra escala para nos aproximarmos do nosso objeto. O golpe republicano na monarquia foi a tomada de poder pelos oligarcas, que abriram mão da conciliação em nome de assumir totalmente o poder central. A Revolução de 1930 foi a derrubada das oligarquias golpistas de 1889 marcando o fim da República Velha, o fim da política do café com leite das oligarquias paulistas e mineiras, que foram desafiadas pelas forças gaúchas, paraibanas e reforçadas pelos mineiros rompidos com os descendentes dos Bandeirantes. Na História do Brasil e do mundo, percebemos que os conflitos entre grupos ambiciosos pelo poder moldam as dimensões (e os seus elementos) que moldam dada formação socioespacial.

Na escala do bairro, durante algum tempo ligado materialmente e fisicamente a sede do poder do país, e posteriormente conectado transescalarmente ao plano nacional, os mesmos tipos de conflitos foram e são verificados. Grupos políticos atuantes no plano nacional formaram o espaço do bairro, utilizando recursos humanos, modificando seus atributos físicos, implantando novos objetos de infraestrutura, um palco de disputas por uma nova configuração espacial modificando-o continuamente, mesmo que lentamente, de rural para urbano. Não houve um impasse, mas uma pequena, entretanto, significativa vitória das forças da urbanização. O legado foi suficiente para a consolidação do processo de urbanização posterior, que resultaria em conflito deveras assimétrico.

A decadência dos produtores rurais, e com ela sua força política, que viram antigos oligarcas rurais, os Caldeira de Alvarenga, mudando de posicionamento. Mais do que qualquer praga ou motivo ligado a produção agrícola, a queda da Zona Rural – e seus produtores – esteve ligadas as forças da urbanização impulsionadas por macropolíticas estatais de um estado capitalista centralista, que foram mais do que suficientes para sobreporem-se as combalidas forças rurais. O país urbano-industrial impôs-se também ali no bairro de Campo Grande. Por isso, falamos em conflito assimétrico devido ao volume de instituições públicas de todas as esferas que produziram o espaço ao custo das lágrimas, sangue e suor das famílias que dependiam do campo para sobreviver. Sobrevivência, pois extraíam o suficiente para custear padrões mínimos de existência. O fim dos sítios e chácaras nas áreas mais centrais do bairro é a derrota da sociedade agrícola, e daqueles posseiros e arrendatários que buscaram na cidade

sua nova fonte de renda ou abandono. É a consolidação da sociedade urbana – e todas as suas contradições que foram refletidas pelo espaço urbano produzido por essa sociedade.

O adensamento residencial no logradouro próximo a estação ferroviária dando origem e sendo originado pelo surgimento dos pontos comerciais ocorreu de maneira simultânea a citricultura. Da decadência da citricultura o processo de urbanização induzido pela industrialização proporciona novo fôlego aos agentes produtores do espaço de Campo Grande. Foi criado novo mercado consumidor e, portando, demanda constituindo-se em força a mais para a construção de Campo Grande como subcentro da metrópole carioca.

A desigualdade, típica de uma formação socioespacial subdesenvolvida, materializou-se nos conflitos entre a classe urbana dos comerciantes e lojistas e aqueles excluídos do exercício pleno da sua cidadania. A promessa da industrialização falhou, a qualificação dos recursos humanos locais era insuficiente. A guinada ao terciário foi um plano B aproveitando aquilo que já existia como potência do bairro, e poderia ser amplificado devido as próprias características existentes no bairro que o qualificavam como potencial subcentro comercial. Esses recorreram ao trabalho informal na busca por condições básicas de existência. Obviamente, como em qualquer atividade humana deveriam existir aqueles, como apontado pelos comerciantes campograndenses, ligados a negócios no mercado negro e com atividades cotidianas a margem da lei. Por fim, essas falhas no processo de formação desse recorte espacial dariam origem a esse novo conflito assimétrico entre os elementos do circuito superior contra os do circuito inferior da economia.

O espaço da área central do bairro, especialmente a Rua Coronel Agostinho, era o mesmo tempo reflexo e objeto motivador dos conflitos. Não era apenas uma luta de interesses revelados pelo espaço, mas também uma luta pelo espaço. Era agora um território dividido, tensionado e disputado por grupos que recorriam a medidas extremas em um espaço supostamente digno de uma sociedade moderna.

Os brados da “prefeitinha” Elza Osborne defendendo a modernização do bairro no, contexto do surto desenvolvimentista brasileiro, são provas dos impactos da macropolítica nacional sobre o bairro de Campo Grande. Abreu (2011) assevera que a crença no Brasil como “país do futuro” é desde o começo da República, em 1889, uma ideologia bem-sucedida em solapar as formas consideradas antigas através de reformas urbanas radicais. As elites nacionais modernizantes percebiam as formas existentes como símbolos de conservadorismo, de atraso e de subdesenvolvimento. As reformas urbanas foram um meio pelas quais a elite modernizadora do país deu vazão aos seus anseios de quebrar antigos valores e desfazer antigos usos urbanos.

Campo Grande parece não entender o que deseja preservar da sua memória como parte da cidade. Uma das marcas do Projeto Rio Cidade foi o uso da história dos bairros para produzir suas identidades visuais através dos seus monumentos. Cascas de laranja, o suco da laranja, o nascimento do pé da laranja e pés de laranja fabricados com ferro e concreto estão espalhados pelo bairro. Esses objetos ornaram o espaço como elementos da paisagem construtores da memória coletiva que forma parte do que é a memória da cidade. Corresponde ao identificado por Abreu (2011) que entendeu a valorização do passado das cidades brasileiras por parte dos poderes municipais. Há uma busca pela revalorização do passado das cidades e a preservação/recuperação/restauração das paisagens urbanas residuais. Mesmo bairros com urbanização recente, como Campo Grande, são palco de políticas de preservação os traços da paisagem que são significativos do processo de produção daquele espaço, e tornam-se parte da sua história.

Por outro lado as forças locais do bairro, literalmente, derrubam parte importante da sua história como parte da cidade ao permitir a demolição do prédio que um dia abrigou o Padre Belisário dos Santos, responsável pela reconstrução da igreja após incêndio que a consumiu completamente, e teve como última função a educacional pelo uso do Colégio Belisário dos Santos. O fechamento da instituição educacional levou a venda do imóvel. A transformação do prédio histórico em estacionamento não teve chances de resistência. Um dia não estava mais lá, simplesmente. O objeto que poderia ter se tornado, entre outras possíveis funções, um centro de memória do bairro, hoje em dia é parte da memória, apenas, e, talvez, não por muitas gerações. Caso não seja registrado, exposto, publicizado essa memória pode vir a fenecer. No caso do “tombamento” do prédio, que nesse caso foi literal, citamos novamente Abreu ao corroborar com a ideia que

“o desejo de tomar toda edificação que possa ser identificada como “memória urbana” raramente tem sido acompanhado da adoção de medidas que incentivem proprietários e inquilinos a preservar os imóveis tombados, fato que tem levado, muitas vezes, ao tombamento *ipsis literis* da edificação que se queria proteger (ABREU, 2011, p. 23).

A passagem do tempo é algo inexorável na existência humana. O novo sempre vem, mesmo com traços já conhecidos de outros momentos. As mudanças nas dimensões contidas no continuum espaço-tempo são, portanto, inevitáveis. Na produção do espaço, os seus agentes produtores têm papel essencial devido as ações que constroem objetos e novas possibilidades de uso, que moldam novas ações. A dialética não ocorre apenas entre o espaço e seus agentes, mas entre os diversos agentes daquele espaço. As elites ilustrada e bandida, pesquisadas por

Lourenço (2009), talvez sejam criador e criatura. Havia forte ligação entre a Associação Comercial e Industrial de Campo Grande e a elite ilustrada do bairro, vide a criação do Instituto Cultural Campo Grandense e os seus integrantes, que criavam certa hegemonia cultural e da memória do bairro devido a sua influência como classe hegemônica do bairro, cujos nomes repetiam aqueles vistos nas atividades econômicas e política local. Essa ligação não nos permite ignorar que o grupo foi responsável, mesmo que em parte, pela consolidação da terceirização do controle dos espaços públicos por indivíduos das forças de segurança pública. Os grupos estabeleceram uma relação inicial de dependência, pois o funcionamento seguro do comércio ocorreria devido, em grande parte, a atuação desses grupos de segurança privada. E os últimos contariam com a renda proveniente da venda de segurança para a consolidação dessa modalidade de negócio. Essa relação pode ter sido o ponto de partida para a reconfiguração das forças e das dimensões política e econômica locais abrindo alas para a emergência e consolidação da elite bandida.

As antigas características de conflito do Coronelismo permaneceram na semente do bairro. O novo coronelismo verificado nos dias atuais reforça essa afirmação. Novos grupos políticos analisados por Lourenço (2009), que atuam dentro e fora da legalidade, repetem antigas práticas coronelistas e criam novos modelos e estratégias de apropriação e produção do espaço. Exploram pontos comerciais de diversos tipos, linhas de transporte, acesso a alguns tipos de serviços – como operadoras ilegais de canais por assinatura, grupos de segurança patrimonial, habitação e depósito de venda de botijões de gás.

As reformas ocorridas ao longo do tempo, especialmente aquelas urbanas, intencionaram a recuperação do espaço para viabilizar sua exploração pelo capital outrora agrário e, posteriormente, urbano, ligado ao circuito imobiliário entrelaçado a emergência da elite urbana formada pelos comerciantes, políticos locais e outras ocupações de maior ou menor prestígio e honra no tecido socioespacial. A intervenção estatal sobre a construção do espaço campograndense é identificada desde o século XIX, com a implantação da Estrada de Ferro Central do Brasil, e a construção das estações ferroviárias do bairro. A Rua Coronel Agostinho é a rua do logradouro do bairro a receber o maior número de intervenções consumindo a maior parcela de investimentos públicos. A rua passa por constantes transformações acerca dos seus usos e formas. A última grande reforma engendrada pelo Projeto Rio Cidade apenas reforça o papel da rua como o coração do centro comercial do bairro, algo já percebido pelos consumidores do centro comercial de Campo Grande.

As peculiaridades do processo de formação do centro comercial justapõem diferentes formas comerciais como camelódromo, centros comerciais planejados, comércio de rua, camelôs nas calçadas formando um mosaico comercial a ter essas relações estudadas de maneira aprofundada, pois essa tese abre portas pra outras pesquisas que busquem compreender a formação e atual organização do espaço comercial de Campo Grande.

As futuras investigações devem buscar entender as relações socioespaciais dos objetos comerciais no contexto da sociedade de consumo. Ao buscar tais relações, o recorte espacial da análise deveria ser ampliado para abranger uma área expandida, que extrapola a Zona de Comércios e Serviços 1, e até mesmo a Zona de Comércio e Serviços 2 – previstas pelo Projeto de Estruturação Urbana, atingindo as Zonas Residenciais devido a implantação do West Shopping, localizado na Estrada do Mendanha – próximo a Avenida Brasil, e do Park Shopping Campo Grande, na estrada do Monteiro – próximo a Guaratiba, um bairro há algum tempo desejado pelo mercado imobiliário cujos projetos de reestruturação do sistema de transportes e urbana, via PEU, são evidências da sua corrente transformação. Prédios comerciais, anteriormente restritos a ZCS1, foram implantados na ZCS2 e nas Zonas Residenciais, que permitem uso misto. Esses novos objetos e localizações permitem indagar e investigar as questões locacionais para a implantação dos empreendimentos, aprofundar as questões acerca das formas como objetos comerciais naquele contexto socioespacial, identificar e comparar os consumidores dos objetos comerciais, entender as bases da concorrência entre esses objetos, e o espaço que produzem por e a partir das suas implantações. Assim, poder-se-ia analisar a produção do espaço a partir da urbanização terciária.

REFERÊNCIAS

A Benemerência de um industrial. *Gazeta Suburbana*. Distrito Federal, 31 de maio de 1919. Ano IX, p.1

ABREU, Alzira Alves. Partido Libertador (PL 1928 - 1937) In: ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010.

_____. Partido Autonomista do Distrito Federal In: ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010.

ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em:

<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/biografias/pedro_ernesto>. Acesso em: 10/02/2019.

_____. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <<http://www.fgv.br/Cpdoc/Acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-liberal-autonomista-do-distrito-federal>>. Acesso em: 10/02/2019.

ABREU, Maurício de. *A evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2008.

_____. Sobre a memória das cidades In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelos Lopes; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. *A Produção do Espaço Urbano: Agentes e processos, escalas e desafios*. São Paulo: Contexto, 2011.

Agricultores mostram situação da Zona Rural. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 15 de janeiro de 1970. 1º caderno.

ALVES, Vitor de Araujo. *A geografia histórica como campo de pesquisas: definições, tensões e metodologias*. *Cidades (Presidente Prudente)*, v. 8/14, p. 623-644, 2011.

BARATA, Paulo Henrique Araujo. *O Estado capitalista e a produção desigual do espaço no bairro de Campo Grande, Rio de Janeiro*. 2012. 177 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geografia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2012.

BARATA SALGUEIRO, Teresa. *Do Comércio à Distribuição: roteiros de uma mudança*. Oeiras: Celta, 1996.

BARATA SALGUEIRO, Teresa; CACHINHO, Herculano. As relações cidade-comércio: dinâmicas de evolução e modelos interpretativos. In: CARRERAS, C; PACHECO, S. M. M. (Org.). *Cidade e comércio: a rua comercial na perspectiva internacional*. Rio de Janeiro: Armazém das Letras, 2009, p. 9-39.

BARROS, Jorge Antônio. PMs passam a dominar bancas de camelôs. *Jornal do Brasil*. Caderno Cidade. 16 e maio de 1993.

BARROS, José D'Assunção. História, espaço e tempo: interações necessárias. **Varia hist.**, Belo Horizonte, v. 22, n. 36, p. 460-475, Dec. 2006. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-87752006000200012&lng=en&nrm=iso. Acessado em 15 July 2018.

BASTOS, Moacyr Sreder Bastos. Campo Grande. 2. edição melhorada. Editora Campo Grande Ltda. - Campo Grande, Guanabara.

BRASIL. Balanço dos 24 meses do Plano Real. Ministério da Fazenda: Brasília, 1996. Disponível em: http://fazenda.gov.br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/plano-real/balanco_dos_24_meses_do_real.pdf Acessado em: 10/02/2019.

CABRAL, Claudia Piantá Costa. Tipologias comerciais em Porto Alegre: da rua comercial ao shopping center. 1996. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul.

Camelôs são impedidos de armar suas barracas em Campo Grande. O Globo, Rio de Janeiro, 30 de março de 1993. Caderno Grande Rio.

Camelôs fecham o comércio em Campo Grande. O Globo, Rio de Janeiro, 7 de abril de 1993. Caderno Grande Rio.

Campo Grande ganha hoje o maior mercado coberto do Estado. O Globo, Rio de Janeiro, 21 de setembro de 1965.

Campo Grande - Capital do Sertão. Correio da Manhã. Rio de Janeiro, RJ, 12 de abril de 1970. Edição 23540. Grande Reportagem.

Campo Grande quer indústria pesada para crescer de novo. O Globo, Rio de Janeiro, 21 de junho de 1971. Grande Rio.

Campo Grande, projeto de cidade. O Globo, Rio de Janeiro, 1 de julho de 1975. Grande Rio.

Campo Grande tem seu nome na história da citricultura brasileira. O império da laranja. O Globo, Rio de Janeiro, 23 de outubro de 1988. Caderno Zona Oeste.

Campo Grande de cara nova. O Globo, Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 1995. Caderno Zona Oeste.

CAPEL, Horacio. La Morfologia de las Ciudades. Editorial: Ediciones del Serbal, 2002.

Cara nova para Campo Grande. O Globo, Rio de Janeiro, 25 de junho de 1995. Caderno Zona Oeste.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. Da “Organização” à “Produção” do Espaço no Movimento do Pensamento Geográfico In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPÓSITO, Maria Encarnação Beltrão. A Produção do Espaço Urbano: agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, 2011. p. 53-74

_____. Sobre Agentes Sociais, Escala e Produção do Espaço: Um Texto Para Discussão in A Produção do Espaço Urbano: agentes e processos, escalas e desafios. CARLOS, Ana Fani Alessandri, Marcelo Lopes de Souza, Maria Encarnação Beltrão Spósito (organizadores) – São Paulo: Contexto, 2011, p.41-52.

CARRERAS, Carles; PACHECO, Susana Mara Miranda. Apresentação. In: CARRERAS, C; PACHECO, S. M. M. (Org.). Cidade e comércio: a rua comercial na perspectiva internacional. Rio de Janeiro: Armazém das Letras, 2009, p. 5-8.

CASTELLS, Manuel. A Questão Urbana. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.

César Maia inaugura obras em Campo Grande, as mais caras do Rio Cidade. O Globo, Rio de Janeiro, 27 de julho de 1996. Caderno Rio.

Combate aos camelôs. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 7 de abril de 1990. Caderno Cidade.

Concentração de conjuntos é a maior queixa da Zona Rural. O Globo, Rio de Janeiro, 27 de maio de 1979. Grande Rio.

Consumidores são diferentes. O Globo. Rio de Janeiro, 12 de novembro de 2000. Caderno Zona Oeste.

CORREA, Roberto Lobato. O Espaço Urbano. São Paulo: Editora Ática. S.A, 1989.

COSTA, Bernardo. A memória viva dos laranjais: ex-agricultor recorda os tempos áureos da produção da fruta em Campo Grande. Jornal O Globo, Caderno Zona Oeste, 17 de novembro de 2012.

DAMAS, Eduardo Tavares. Distritos industriais da cidade do Rio de Janeiro : gênese e desenvolvimento no bojo do espaço industrial carioca / Eduardo Tavares Damas. – Niterói: [s.n.], 2008. 143f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal Fluminense, 2008.

DUARTE, Haidine da Silva Barros. A cidade do Rio de Janeiro: descentralização das atividades terciárias. Os centros funcionais. Revista Brasileira Geográfica. Rio de Janeiro, v. 36, n. 1, pp. 53-98

Editorial Porque vive abandonada a zona suburbana. Gazeta Suburbana. Distrito Federal, 29/09/1910, Anno I, ed.4.

Escotismo: Qual é o melhor escoteiro do Brasil? Diário Carioca, Distrito Federal, 21 de junho de 1930. Noticiário.

Empresários tiram projetos da gaveta. O Globo, Rio de Janeiro, 1 de agosto de 2004. Caderno Zona Oeste.

Em 1 ano, 5 camelôs mortos em Campo Grande. O Globo, Rio de Janeiro, 20 de setembro de 1994. Caderno Rio, página 15.

Em Campo Grande, camelôs ocuparam calçada na marra. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 22 de dezembro de 1987. Caderno Cidade.

Ex-freguesia de Campo Grande quer ser cidade após fusão. O Globo, Rio de Janeiro, 22 de setembro de 1974. Grande Rio.

FERNANDES, Nelson da Nóbrega. Eletrificação do sistema suburbano da Estrada de Ferro Central do Brasil e a política urbana no Rio de Janeiro. Simposio Internacional Globalización, innovación y construcción de redes técnicas urbanas en América y Europa, 1890-1930.

Universidade de Barcelona, 2012. Disponível em:

http://www.ub.edu/geocrit/Simposio/cFernandes_Electrificacao.pdf

FERREIRA, Marieta de Moraes. Novos Rumos In: ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010.

FORJAZ, Maria Cecilia Spina. Coronelismo, enxada e voto. Revista Administração de Empresas, São Paulo, v.18, n.1, p. 105-108, Mar. 1978. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-75901978000100016&lng=en&nrm=iso>. Acessado em 04 Junho de 2018.

FREIRE, Americo. Uma capital para a República: poder federal e forças políticas locais no Rio de Janeiro na virada para o século XX. Rio de Janeiro: Revan, 2000.

FROES, J. N. S. e GELABERT, O. R. E. (2004). Rumo ao Campo Grande por Trilhas e Caminhos. Rio de Janeiro.

HARVEY, David. O novo imperialismo. 1ª Ed. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

_____. O Enigma do Capital e as crises do capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. A Produção Capitalista do Espaço. São Paulo: Annablume, 2006.

Inspetores - Corretores em Campo Grande. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 9 de dezembro de 1956, 3 caderno, p.14

KUCK, Denis. Obras entram na reta final. O Globo, Rio de Janeiro, 17 de junho de 2007. Caderno Zona Oeste.

_____. Comerciantes lutam por melhorias. O Globo, Rio de Janeiro, 29 de junho de 2008. Caderno Zona Oeste.

LAMEGO, Cláudia. Campo Grande terá um novo calçadão. O Globo, Rio de Janeiro, 16 de janeiro de 2005. Caderno Zona Oeste.

LEAL, Victor Nunes. Coronelismo, enxada e voto. O município e o regime representativo no Brasil. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2012.

LEFEBVRE, Henri. De lo rural a lo urbano. 4ª ed. Barcelona: Ediciones península, 1978.

_____. A revolução Urbana. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

_____. O direito à cidade. São Paulo: , 2001.

LOURENÇO, Alexandre da Silva. O bairro de Campo Grande: representações, impasses, perspectivas e particularidades de "um" processo de reestruturação urbana. 2009. 343 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geografia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2009.

Mais um desastre na rodovia Rio-São Paulo. Diário Carioca, Distrito Federal, 10 de outubro de 1928. Vida Carioca.

Mais um shopping na região. O Globo, Rio de Janeiro, 9 de junho de 2000. Caderno Zona Oeste.

MARAFON, Glaucio; RIBEIRO, Miguel Ângelo Campos; RUA, João. Regiões de Governo do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Gramma, 2005.

Marco de 1896 sobrevive à especulação. O Globo, Rio de Janeiro, 23 de outubro de 1988. Cadernos Zona Oeste.

MANSUR, André Luís. O Velho Oeste Carioca, volume II. Rio de Janeiro: Ibis Libris, 2011.

_____. Trilhos da Saudade. Blog Saiba História. Disponível em: <https://saibahistoria.blogspot.com/2018/04/>. Acessado em: 20/01/2019.

MELLO, Dunstana Farias. Pedra de Guaratiba: um lugar onde o futuro não aconteceu. 2015. 165 f. Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Ciências Humanas e Sociais. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. 2015.

Mercado popular recebe telhado novo. O Globo, Rio de Janeiro, 11 de abril de 1999. Caderno Zona Oeste.

Mercado São Braz - A história de Campo Grande passa por aqui. O Globo, Rio de Janeiro, 15 de novembro de 2014. Caderno Zona Oeste.

MENEZES, Arnaldo. Para quem gosta ou morou em Campo Grande. Disponível em: <https://saibahistoria.blogspot.com/2018/06/para-quem-gosta-ou-morou-em-campo-grande.html> Acessado em 20/12/2018.

MENEZES, Dilson de Alvarenga. Na Assembleia Constituinte. Volume I. Rio de Janeiro: Dilson de Alvarenga Menezes, 1999.

_____. Desastre Ecológico na Baía de Sepetiba. Rio de Janeiro: Dilson de Alvarenga Menezes, 2000.

MARTINS, José de Souza. Subúrbio: vida cotidiana e história no subúrbio da cidade de São Paulo : São Caetano, do fim do Império ao fim da República Velha. São Paulo: Editora Hucitec , 1992.

MORAES, Nilson Alves. Memória e Mundialização: algumas considerações. In: Maria Teresa Toríbio Brittes Lemos; Nilson Alves de Moraes. (Org.). Memória e Construções de Identidades. Rio de Janeiro: Viveiros de Castro Editora Ltda, 2001

_____. Produzindo Sentidos - Fazendo Memória: Notícias nos Jornais sobre o BO e Saúde. In: Maria Teresa Toríbio Brittes Lemos; Luiz Henrique Nunes Bahia; Andrzej Dembicz. (Org.). Brasil: Espaço, Memória e Identidade. Varsóvia - Polônia: Uniwersytet Warszawski, 2001.

MORRISON, Allen. The Tramways of Brazil. 1989. Disponível em: <http://www.tramz.com/br/tto/01.html>

MOTA, Maria Sarita Mota & PEIXOTO, Fabio Costa. O continuum rural-urbano na formação da zona oeste da cidade do Rio de Janeiro. X Seminário de História da Cidade e do Urbanismo. São Paulo: Setembro de 2006.

MAUTNER, Yvonne. A periferia como fronteira de expansão do capital In DEÁK, Csaba, SCHIFFER, Sueli Ramos. O processo de urbanização no Brasil. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

MELLO, João Baptista Ferreira de. Explosões de centralidade no Rio de Janeiro. In: Revista GEO UERJ, Rio de Janeiro, v.1, n. 2, 1997, p. 51-64.

MOTTA, Claudio. Bairro ganha legislação urbana. O Globo, 01/08/2004, Caderno Zona Oeste, p.4.

_____. Empresários tiram projetos da gaveta. O Globo, 01/08/2004, Caderno Zona Oeste, p.5.

Mudanças no tráfego perto do terminal. O Globo, Rio de Janeiro, 9 de março de 1979. Grande Rio.

Novidades no Rio-Cidade. O Globo, Rio de Janeiro, 30 de abril de 1995. Caderno Zona Oeste.

OLIVEIRA, José Arthur. Os ciclos econômicos de Campo Grande. Jornal O Globo, 24/08/1988, Caderno Zona Oeste, p.3

OLIVEIRA, Francisco de. O Estado e o Urbano no Brasil in Espaços e Debates, nº 2. jun/set 1982. p. 36-54.

OLIVEIRA, Maria Amália Silva Alves de. Zona Oeste da Cidade do Rio de Janeiro: Entre o rural e o urbano. Iluminuras, Porto Alegre, v. 18, n. 45, p. 325-349, ago/dez, 2017

OLIVEIRA, Márcio Piñon. Projeto Rio Cidade: intervenção urbanística, planejamento urbano e restrição à cidadania na cidade do Rio de Janeiro. Diez años de cambios en el Mundo, en la Geografía y en las Ciencias Sociales, 1999-2008. Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. Barcelona: Universidad de Barcelona,, vol. XII, nº 270, ago.2008. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-270/sn-270-117.htm>> Acesso em: 14 fev.2011

PACHECO, S.M.M. Terciarização e Reestruturação Urbana no Rio de Janeiro. Boletim Geter, Rio de Janeiro, ano 1, n.1, p. 1-3, fev.1998.

PEIXOTO, Fábio Costa. Estado, Poder Político e Urbanização: o processo de construção da Zona Oeste do município do Rio de Janeiro durante a primeira metade do século XX. In: 1º Simpósio Nacional o Rural e o Urbano, 2006, São Paulo. Simpósio Nacional o Rural e o Urbano no Brasil, 2006.

PINTAUDI, Silvana Maria. Anotações Sobre o Espaço do Comércio e do Consumo In: CARRERAS, C; PACHECO, S. M. M. (Org.). Cidade e comércio: a rua comercial na perspectiva internacional. Rio de Janeiro: Armazém das Letras, 2009, p. 55-62.

_____. A cidade e as formas de comércio. In: Novos caminhos da Geografia, São Paulo, 2002, p. 143-159.

Plástica vai deixar o bairro de cara nova. O Globo, Rio de Janeiro, 28 de abril de 1996. Caderno Zona Oeste.

REVISTA MARÍTIMA BRASILEIRA. Julho, Agosto e Set. de 1976 - números 7,8 e 9. Ano XCVI.

RIO DE JANEIRO (Município). Lei Complementar nº 72, de 27 de julho de 2004. Institui o PEU Campo Grande - Projeto de Estruturação Urbana dos Bairros de Campo Grande, Santíssimo, Senador Vasconcelos, Cosmos e Inhoaíba, integrantes das Unidades Espaciais de Planejamento 51 e 52 (UEP 51 e 52), e dá outras providências. Disponível em <<http://www.rio.rj.gov.br>>. Acesso em: 15 jan. 2008.

_____. Lei Complementar nº 16, de 4 de junho de 1992. Dispõe sobre a política urbana do município, institui o Plano Diretor Decenal da cidade do Rio de Janeiro, e dá outras providências. Poder Executivo. Disponível em: <http://camara.rj.gov.br/legislacao/lei16_92.pdf> Acesso em: 15 jan. 2008.

_____. Plano Estratégico I: Rio sempre Rio. SMU/PCRJ, Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/planoestrategico>>. Acesso em 15 jan. 2008.

ROCHA, Sônia. Renda e Pobreza: Os impactos do Plano Real. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Rio de Janeiro, 1996. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_439.pdf Acessado em 10/02/2019.

RODRIGUES, Claudio Motta. Mais um shopping em Campo Grande. O Globo, 12 de novembro de 2000. Caderno Zona Oeste.

SALGUEIRO, Teresa Barata. Do Comércio à Distribuição: Roteiro de uma Mudança. Oeiras: Celta Editora, 1996.

SANTIAGO, Mariana & SARTORE, Juliana. Atenção, obras à frente! O Globo, Rio de Janeiro, 5 de junho de 2005. Caderno Zona Oeste.

SANTOS, Leonardo Soares dos. Um sertão entre muitas certezas: a luta pela terra na zona rural da cidade do Rio de Janeiro: 1945-1964. Rio de Janeiro: Agbook, 2018.

SANTOS, Leonardo Soares & RIBEIRO, Jayme Lúcio Fernandes. O que querer vender quer dizer: urbanização e conflitos de terra através dos classificados imobiliários do Sertão Carioca (1927-1964). Revista IDEAS, v. 1, n. 1, p. 78-94, jul.-dez. 2007

SANTOS, Luciana da Silva. Terceiro Distrito, carne verde e matadouro: um Triângulo bem articulado na primeira capital republicana (Rio de Janeiro, final do século XIX). Fronteiras: Revista Catarinense de História [on-line], Florianópolis, n.19, p.73-94, 2011

SANTOS, Milton. Espaço e Método. São Paulo: EDUSP, 2008.

_____. A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. São Paulo: EDUSP, 2009.

SILVA, Marcelo Werner. A Geografia e o estudo do passado Conceitos, periodizações e articulações espaço-temporais

SINGER, Paul. A Produção Capitalista da Casa (e da Cidade) no Brasil Industrial. Org. Ermínia Maricato. São Paulo: Editora Alfa Ômega, 1979.

SEVCENKO, Nicolau. Machado de Assis por Nicolau Sevcenko: Troca de elite. Folha de São Paulo. São Paulo, domingo, 30 de setembro de 2007 Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs3009200701.htm>. Acessado em 21 de maio de 2019.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Da minha janela vejo o mundo passar: Lima Barreto, o centro e os subúrbios. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 31, n. 91, p. 123-142, Dezembro, 2017 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142017000300123&lng=en&nrm=iso>. Acessado em 21 de maio de 2019.

SOARES, Maria Therezinha de Segadas. Fisionomia e Estrutura do Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Geografia*. Ano XXVII, nº 3, Julho-Setembro de 1965.

_____. Nova Iguaçu: Absorção de uma Célula Urbana pelo Grande Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Geografia*, 24 (2), 1962, pp.155-256

SOJA, Edward. *Geografias Pós-Modernas: A reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

Subprefeito acusa falsos camelôs e traficantes. *O Globo*, Rio de Janeiro, 7 de abril de 1993. *Caderno Grande Rio*, página 7.

Tamoyo diz que ajudou mais a área suburbana. *O Globo*, Rio de Janeiro, 9 de março de 1979. *Grande Rio*.

TRE diploma hoje eleitos do Rio: 15 do MDB, 6 da Arena. *O Globo*, Rio de Janeiro, 19 de novembro de 1976, *Grande Rio*.

VASCONCELOS, Cesar Beserra de. BREVES, Joaquim In: ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010.

APÊNDICE A - Classificados sobre a rua Coronel Agostinho, Campo Grande, Rio de Janeiro no período entre 1910-1919.

Anúncio	Tipo	Data
Traspassa-se um armazem de secos e molhados; na estação de Campo Grande à Rua Tenente Coronel Agostinho n.68	Alimentação, restauração e hotelaria	Jornal do Brasil - sexta-feira, 28 de março de 1913
Vende-se por 20 contos o predio e chacara da rua Tenente Coronel Agostinho n.32, em Campo Grande, para ver, e tratar na rua da Alfandega 240.	Residência	Jornal do Brasil - terça-feira, 19 de agosto de 1913
Traspassa-se uma casa de quitanda em Campo Grande, com boa freguezia, proximo a estação; trata-se na rua Tenente Coronel Agostinho 11.	Alimentação, restauração e hotelaria	Jornal do Brasil - Sábado, 4 de julho de 1914
Alugam-se dous elegantes predios, acabados de construir com agua encanada e brevemente luiz electrica, em Campo Grande, proximo a estação; trata-se a rua Coronel Agostinho n.7 e 9: aluguel convidativo e carta de fiança.	Residência	Jornal do Brasil, Quinta-feira, 23 de julho de 1914.
Precisa-se de um socio em uma padaria, fazendo bom negocio; à rua Tenente Coronel Agostinho 11, Campo Grande: trata-se na mesma.	Alimentação, Restauração e Hotelaria	Jornal do Brasil - Quarta, 30 de setembro de 1914
Jacob João, negociante com armarinho em Campo Grande, à rua Tenente Coronel Agostinho n.35 declara que não deve a praç e que se alguém ao julgar credor, apresente-se no prazo de tres dias.	Vestuário	Jornal do Brasil - Sexta-feira, 12 de fevereiro de 1915
Adquiriram immoveis:	Serviços Imobiliários	Jornal do Brasil - Domingo, 7 de março de 1915

Bartholomeu Permi, terreno, a rua Coronel Agostinho (Campo Grande) por 1:000\$		
Vacca tourina Vende-se uma, dando mais de 15 garrafas de leite, com cria de 15 dias; trata-se na rua Coronel Agostinho n.68, Campo Grande	Agropecuária	Jornal do Brasil - Terça-feira, 22 de junho de 1915
Prédio Vende-se ou aluga-se um, em Campo Grande, proximo a estação com casa regular e bastante grande, vende-se também um bom terreno junto com frente para a Estrada Real, medindo 70 metros de frente por 45 de fundos; trata-se com o Sr. Amaral Costa; na rua Tenente Coronel Agostinho n.16	Serviços Imobiliários	Jornal do Brasil - Terça-feira, 18 de janeiro de 1916
Precisa-se de uma cozinheira para casa de família; na rua Coronel Agostinho 7 e 9, Campo Grande.	Serviços domésticos	Jornal do Brasil - Terça-feira, 2 de maio de 1916
Serralheiro Vendo-se esta officina por 2:500\$ em ponto bastante central, sendo a unica e bem afreguezada. Para ver e tratar à rua Tenente Coronel Agostinho 37, estação de Campo Grande.	Reparação, Construção e Conservação	Jornal do Brasil - Domingo, 13 de agosto de 1916
Precisa-se de um alfaiate que faça pletots e outras obras, em Campo Grande: à rua Coronel Agostinho, 15.	Vestuário	Jornal do Brasil - Domingo, 17 de dezembro de 1916
Vendem-se duas casas e terreno de oito metros de frente por 63 de fundos: à rua Tenente	Serviços Imobiliários	Jornal do Brasil - Quinta-feira, 25 de janeiro de 1917

Coronel Agostinho: trata-se na mesma 34. Campo Grande		
Vendem-se ou arrendam-se sete alqueires de boas terras, com bemfeitorias de lavoura, todo em varges, proprias para criação de gado ou verduras, por atravessar dous rios proximo da estação de Campo Grande e linha de bonds: Informações na rua Coronel Agostinho 11, em Campo Grande.	Serviços Imobiliários	Jornal do Brasil - Sábado, 26 de janeiro de 1918
Precisa-se de uma senhora para educar tres meninos e ensinar piano, portuguez e francez; prefere-se senhora de idade trata-se no Campo Grande, rua Tenente Coronel Agostinho 9.	Serviços sociais	Jornal do Brasil - Quarta-feira, 20 de março de 1918
Vende-se um botequim com licença, fazendo bom negócio: na estação de Campo Grande tratar na rua Tenente Coronel Agostinho n.101	Alimentação, Restauração e Hotelaria	Jornal do Brasil - Quinta-feira, 6 de junho de 1918
Precisa-se de um rapazinho que saiba trabalhar de barbeiro: na rua Tenente Coronel Agostinho 101, Campo Grande.	Outros	Jornal do Brasil - Quarta-feira, 12 de junho de 1918
Vende-se na estação de Campo Grande, ramal de Santa Cruz, duas casas com grande pomar, construídas em terreno que mede 50 metros de frente por 105 de fundos; informa-se no barbeiro: r. Coronel Agostinho 16.	Serviços Imobiliários	Jornal do Brasil - terça-feira, 17 de setembro de 1918
Precisa-se caixeiro habil para negócio de seccos e molhados por atacado e varejo que dê boa recommendação de si e carta de	Alimentação, restauração e hotelaria	Jornal do Brasil - Domingo 17 de novembro de 1918

fiança em Campo Grande: Districto Federal, rua Tenente Coronel Agostinho n.1		
Precisam-se de officiaes sapateiro; na rua Coronel Agostinho 25, Campo Grande	Artigos pessoais	Jornal do Brasil - Domingo, 19 de outubro de 1919
Precisa-se pequeno de 14 a 16 annos para um depósito de pão; rua Coronel Agostinho 12, Campo Grande	Alimentação, Restauração e Hotelaria	Jornal do Brasil - ilegível 1919
Terreno em Campo Grande Vende-se um com 31 metros de frente por 100 de fundos, proximo a estação; informações com Mário Bastos, na rua Coronel Agostinho n.11	Serviços Imobiliários	Jornal do Brasil - Quarta-feira, ilegível 1919

Fonte: Jornal do Brasil, Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Adaptado pelo autor, 2019.

APÊNDICE B – Linhas de transporte rodoviário no bairro de Campo Grande, Rio de Janeiro, 2019.

Quadro 6 - Linhas rodoviárias e itinerários do Terminal Rodoviário de Campo Grande, Rio de Janeiro, 2019.
(continua)

Número da linha	Itinerário da linha
17	Campo Grande x Santa Cruz (em substituição ao BRT)
397	Campo Grande x Candelária (via Bangu – Avenida de Santa Cruz)
742P	Cabuçu X Campo Grande (Via West Shopping)
786	Campo Grande x Marechal Hermes
802	Campo Grande x Bangu (via Rio da Prata)
834	Campo Grande x Alhambra
835	Campo Grande x Largo do Correia (via Estrada da Cachamorra)
836	Campo Grande x Caboclos (circular)
837	Campo Grande x Conjunto da Marinha
838	Campo Grande x Jardim Maravilha
843	Campo Grande x Boa Esperança (via Estrada do Cambota – Comari circular)
843SV	Campo Grande x Boa Esperança (via Estrada da Cachamorra)
845	Campo Grande x Cantagalo (circular)
846SN	Campo Grande x Rio da Prata (via Cabuçu)
847	Campo Grande x Rio da Prata (via Lameirão)
848	Campo Grande x Bairro Monte Santo (circular)
848SV	Campo Grande x Bairro Monte Santo (via Cabuçu)
851	Campo Grande x Escola Amazonas (via Augusto Vasconcelos - circular)
852	Campo Grande x Pedra de Guaratiba (via Mato Alto - circular)
854	Campo Grande x Mato Alto
864	Campo Grande x Bangu
866	Campo Grande x Pedra de Guaratiba (via Magarça - circular)
867	Campo Grande x Barra de Guaratiba (via Ilha de Guaratiba)
877	Campo Grande x Alvorada
884	Campo Grande x Sepetiba
894	Santa Rita x Campo Grande (circular)
2232	Campo Grande x Castelo (via Avenida Santa Cruz)
2234	Campo Grande x Castelo (via Estrada da Ilha e Barra da Tijuca)

Quadro 6 - Linhas rodoviárias e itinerários do Terminal Rodoviário de Campo Grande, Rio de Janeiro, 2019. (conclusão)

2338	Campo Grande x Castelo (via Estrada do Magarça)
2424A	Campo Grande x Alcântara (via Porto Velho)
2425D	Campo Grande x Alcântara (via Dr. March)
2801	Campo Grande x Barra da Tijuca (via Estrada do Magarça)

Fonte: O autor 2019.

Quadro 7 - Linhas rodoviárias e itinerários das linhas rodoviárias na Rua Campo Grande, Campo Grande, Rio de Janeiro, 2019. (Continua)

Número da linha	Itinerário da linha
366	Campo Grande x Tiradentes (via Estrada do Mendanha)
398	Campo Grande x Tiradentes (via Estrada da Posse)
545P	Campo Grande x Paracambi
548P	Campo Grande x Nilópolis
573P	Campo Grande x Itaguaí
704P	Campo Grande x Lagoinha
731	Campo Grande x Marechal Hermes (via Estrada da Posse)
737P	Campo Grande x Campo Lindo
739P	Campo Grande x Santa Sofia
742P	Cabuçu X Campo Grande (Via West Shopping)
743P	Jardim Paraiso X Campo Grande (Via Posto Madrinha)
744P	Campo Grande x Ponte Coberta
746P	Parque São Francisco de Paula X Campo Grande (Via Max Shopping)
770	Campo Grande x Coelho Neto (via Estrada do Mendanha)
771	Campo Grande x Coelho Neto (via Estrada da Posse)
790	Campo Grande x Cascadura (via Vila Aliança)
790	Campo Grande x Cascadura (via Vila Kennedy)
821	Campo Grande x Corcundinha (via Estrada das Capoeiras)
822	Campo Grande x Corcundinha (via Vila Nova)
825	Campo Grande x Jesuítas
828	Campo Grande x São Jorge (circular)
830	Campo Grande x Serrinha

Quadro 7 - Linhas rodoviárias e itinerários das linhas rodoviárias na Rua Campo Grande, Campo Grande, Rio de Janeiro, 2019. (Conclusão)

839	Campo Grande x Santa Cruz
841	Campo Grande x Vilar Carioca
841SP	Campo Grande x Salim
842	Campo Grande x Paciência (via Santa Margarida)
850	Campo Grande x Mendanha
850SP	Campo Grande x São Geraldo
869	Campo Grande x Santa Margarida
893	Campo Grande x Jardim Palmares
895	Campo Grande x Serrinha (circular)
898	Campo Grande x Campo da Serrinha
936	Campo Grande x Ilha do Fundão
2236	Campo Grande x Castelo (via Estrada do Mendanha)
2239	Campo Grande x Castelo (via Estrada da Posse)

Fonte: O autor 2019.

Quadro 8 - Linhas rodoviárias e itinerários das linhas rodoviárias na Rua Aracaju, Campo Grande – Rio de Janeiro, 2019.

Número da linha	Itinerário da linha
451T	Campo Grande x Duque de Caxias (via Éden)
458S	Campo Grande x Itaguaí
459S	Campo Grande x Mangaratiba
564T	Campo Grande x Duque de Caxias
738P	Campo Grande x Ilha da Madeira
1902S	Campo Grande x Conceição de Jacareí
1904T	Campo Grande x Duque de Caxias (Vila São Luiz)

Fonte: O autor 2019.

Quadro 9 - Linhas rodoviárias e itinerários das linhas rodoviárias na Rua Gianerini, Campo Grande, Rio de Janeiro, 2019.

Número da linha	Itinerário da linha
804	Campo Grande x Largo do Aarão
833	Campo Grande x Manguariba
840	Campo Grande x São Fernando
849	Campo Grande x Base Aérea de Santa Cruz

Fonte: O autor, 2019.

Quadro 10 - Pontos finais de transporte alternativo em Campo Grande, Rio de Janeiro, 2019.

Localização	Linhas
Rua Campo Grande (Galpão)	Campo Grande x Santíssimo / Campo Grande x Vila Kennedy / Campo Grande x Nossa Senhora das Graças / Campo Grande X Vila Nova
Rua Campo Grande (Passarela)	Campo Grande x Cancela Preta (via Vila Kennedy) / Campo Grande x Coqueiros (via Estrada dos Sete Riachos) / Campo Grande x Padre Miguel (via Estrada do Taquaral) / Campo Grande x Seropédica
Rua Iaçú	Campo Grande x Sete de Abril - Vendas de Varanda / Campo Grande x Gouveias / Campo Grande x Vilar Carioca / Campo Grande x Pedra de Guaratiba / Campo Grande x Pingo D' Água / Campo Grande x Rio da Prata / Campo Grande x Boa Esperança
Rua Gianerini	Campo Grande x Santa Margarida
Rua Aurélio de Figueiredo	Campo Grande x São Victor / Campo Grande x Caxangá /

Fonte: O autor, 2019.

APÊNDICE C – Mix comercial na Zona de Comércio e Serviços 1, Campo Grande, Rio de Janeiro, 2019.

Quadro 11 - Lojas existentes na rua Coronel Agostinho, Campo Grande, Rio de Janeiro, 2019. (continua)

Nome da loja	Tipo Comercial e/ou Serviços	Nome da loja	Tipo Comercial e/ou Serviços
Monamie Perfumaria	Saúde e estética	Gran Via Brasil	Vestuário
Drogaria Galanti	Saúde e estética	Marisa	Vestuário
Casas Bahia	Artigos domésticos	Edifício Campo Grande Center	Prédio Comercial
Sensual Moda Íntima	Vestuário	Du Homem Up x Up	Vestuário
McDonald's	Alimentação e hotelaria	Mulher Fashion	Vestuário
Kelly Meu Baby	Vestuário	Mais Megaloja	Artigos pessoais
Drogaria Pop	Saúde e estética	Clínica Odontológica	Serviços Sociais
Drogaria Pacheco	Saúde e estética	Lojas Americanas	Artigos domésticos e artigos pessoais
A Nossa Drogaria	Saúde e estética	Rio Odonto Show	Serviços Sociais
Casa e Vídeo	Artigos domésticos	Sonho dos Pés	Vestuário
Ponto Frio	Artigos domésticos	Mercatto	Vestuário
S. Orind Centro Comercial	Galeria Comercial	Ponto Mix	Vestuário
Chifon	Vestuário	Bazar Sem nome	Artigos pessoais
Casas Bahia	Artigos domésticos	Superlar	Artigos pessoais e artigos domésticos
Centro Comercial Irmãos Unidos Ltda	Galera Comercial	Kero Biju	Artigos pessoais
Ponto Frio	Artigos domésticos	Campo Grande Trade Center	Prédio comercial
Casas Bahia	Artigos domésticos	New Ótica	Artigos pessoais
C & A	Vestuário	Mercado São Braz	Galeria comercial
Impecável	Vestuário	Del Fiori	Vestuário
Drogaria Cumani	Saúde e Estética	Requinte Magazine	Artigos pessoais
Depósito de Fábricas	Vestuário	Império Bijuterias	Artigos pessoais
Nextel	Serviços a empresas	Babalu Moda Infantil	Vestuário
Drogaria Pacheco	Saúde e Estética	Tid's Papelaria	Vestuário
De Sanntos Calçados	Vestuário	New Ótica	Artigos pessoais

Quadro 11 - Lojas existentes na rua Coronel Agostinho, Campo Grande, Rio de Janeiro, 2019. (conclusão)

Kadinho Sports	Vestuário	Sonho dos Pés	Vestuário
Di Santinni	Vestuário	Baby Kids	Vestuário
Kik Calçados	Vestuário	Magia dos Pés	Vestuário
Entrada 61	Galeria Comercial	Tele-Rio	Artigos domésticos
Pega Pega Mix	Vestuário	Drogaria do Povo	Saúde e Estética
Tid's Papelaria	Vestuário, artigo	Lanchonete e Sorveteria	Alimentação e Hotelaria
Casa & Coisas	Vestuário	Clínica Odontológica	Serviços Sociais
Losango Financeira	Financeiro e Seguros	Atrativa	Vestuário
Império Bijuterias	Artigos pessoais	Kelly Baby	Vestuário
Mercatto	Vestuário	Drogaria Pacheco	Saúde e Estética
La Femme Bijoux	Artigos pessoais	Sapatella Collection	Vestuário
O'Born	Vestuário	Drogaria Raia	Saúde e Estética
Maria Tocaia & Fábrica	Vestuário	Loja fechada	
Malhas Mil	Vestuário	Tim	Serviços a Empresas
Vivian Ferreira Fashion Style	Vestuário		
Tá na Moda Jeans	Vestuário		
Citycol	Vestuário		
Teciplast	Artigos domésticos e vestuário		
Moda Shopping	Galeria Comercial		
Rio Bel Cosméticos	Saúde e Estética		
R.D Lay	Vestuário		

Fonte: O autor, 2019.

Quadro 12 - Lojas existentes na Rua Aurélio Figueiredo, Campo Grande, Rio de Janeiro, 2019 (continua).

Nome da loja	Tipo Comercial e/ou Serviços	Nome da loja	Tipo Comercial e/ou Serviços
Rodoviária de Campo Grande	Transportes, artigos pessoais, artigos domésticos e outros	Belíssima Madrinhas & Sapatos	Vestuário
Leader Magazine	Vestuário, Artigos pessoais	Edifício Professora Janete	Prédio Comercial
Data Shopping	Galeria Comercial	Syl e Cia.	Vestuário

Edifício n 45	Prédio Comercial	Loja Sem nome	Outros
Quadro 12 - Lojas existentes na Rua Aurélio Figueiredo, Campo Grande, Rio de Janeiro, 2019 (conclusão).			
Universom	Artigos pessoais e serviços a empresas	Mundo Verde	Alimentação, Restauração e Hotelaria
Bebê a Bordo	Vestuário	Drogaria Raia	Saúde e estética
Casal Elena	Artigos pessoais	Passeio Shopping	Centro Comercial
Restaurante Self-Service Sem nome	Alimentação, Restauração e Hotelaria	Audi Shopping	Galeria Comercial
Supermercados Guanabara	Alimentação, Restauração e Hotelaria	Te amo Lanches	Alimentação, Restauração e Hotelaria
Bar Cadeira Branca	Alimentação, Restauração e Hotelaria	Ponto Fashion	Vestuário
Manancial Biju		Edifício Ana Lúcia	Prédio Comercial
Ki-Lanche	Alimentação, Restauração e Hotelaria	Bazar Khid	Artigos pessoais
Loteria Visconde	Outros	Agência Santander	Financeiro e seguros
Lanchonete Mister Papão (fechada)	Alimentação, Restauração e Hotelaria	Habib's	Alimentação, Restauração e Hotelaria
Estacionamento (transporte alternativo)	Outros	Edifício Viseu	Prédio Comercial
Drogaria Ponto Saúde	Saúde e estética	Ponto fechado	
Estrela da Festa (fechada)	Artigos domésticos	Drogaria do Povo	Saúde e Estética
Atacado de camisetas	Vestuário	O Dragão de Campo Grande (acesso ao Shopping 58)	Reparação e construção
Marrafa's	Artigos pessoais	Sol da Barra	Vestuário
Siliconect	Serviços as empresas	Megamatte	Alimentação, Restauração e Hotelaria
Fiel Elétrica	Serviços as empresas	Lucky's Lanchonete e Restaurante	Alimentação, Restauração e Hotelaria
		Ponto fechado	
		Chinelaço	Vestuário
		Os Gigantes	Reparação e construção
		Marrafa's	Artigos pessoais

Fonte: O autor, 2019.

Quadro 13 - Estabelecimentos comerciais existentes na Rua Doutor Caetano de Faria e Castro, Campo Grande, Rio de Janeiro, 2019.

Nome da loja	Tipo Comercial e/ou Serviços	Nome da loja	Tipo Comercial e/ou Serviços
Sabor Lanches	Alimentação, Restauração e Hotelaria	Estacionamento Vide Park	Outros
Loja de reprografia	Serviços a s empresas	Romanel	Artigos pessoais
Condomínio Edifício Guaraí	Prédio Comercial	Depósito de Essências	Artigos pessoais
Forte Têxtil	Vestuário	Audium Aparelhos Auditivos	Serviços sociais
Estrela das Máquinas de Costura	Vestuário	Óticas Cabral	Artigos pessoais
Cantinho do Norte	Alimentação, Restauração e Hotelaria	Cascali	Vestuário
Quase Gente - Petshop		Fotossíntese	Saúde e Estética
Nesti Malafaia Assistência Médica	Serviços Sociais	Mundo Flip Flop	Vestuário
Marosa Imóveis	Serviços Imobiliários	La Kolce	Vestuário
Deliciar-te	Alimentação, Restauração e Hotelaria	Dr. Shape (fechada)	Vestuário
Armarinho Sem nome	Artigos pessoais	Edifício n.76	Prédio Comercial
Livraria Sebo Campo Grande	Artigos pessoais	Bazar Artelar	Artigos Pessoais
Cantinho do Norte & Raízes da Terra	Alimentação, Restauração e Hotelaria	A Gata Braba Fashion	Alimentação, Restauração e Hotelaria
Naju – Conjuntos e uniformes	Vestuário	Pastelaria Vamu Come	Alimentação, Restauração e Hotelaria
Cana Doce Pastel	Alimentação, Restauração e Hotelaria	Bazar Mundo Cristão	Artigos pessoais
Inter Supermercados	Alimentação, Restauração e Hotelaria	Ponto Fechado	
Estacionamento	Outros	MG Cred – Correspondente BMG	Financeiro e Seguros
		Edifício Estrela	Prédio Comercial

Fonte: O autor, 2019.

Quadro 14 - Lojas existentes na Rua Augusto de Vasconcelos, Campo Grande, Rio de Janeiro, 2019. (continua)

Nome da loja	Tipo Comercial e/ou Serviços	Nome da loja	Tipo Comercial e/ou Serviços
Escola de Ultrasonografia Davoglio (Dimesp)	Serviços sociais	Corpo de Bombeiros	Serviços Públicos
Prediletto Café	Alimentação, Restauração e Hotelaria	Amacor Serviços Médicos	Serviços Sociais
Maconequi	Serviços sociais	Residência fechada	
CNA Idiomas	Serviços Sociais	Lavanderia e Tinturaria	Reparação, Construção e Conservação
Clínica Popular Dr. Léo	Serviços Sociais	Residência fechada	
Prediletto Restaurante	Alimentação, Restauração e Hotelaria	Escritório de Advocacia (Teófilo e Vivian Lima)	Serviços as empresas
Escritório de Advocacia – Dr. José Roberto Lebeis Pires	Serviços as empresas	Igreja dos Desterros	Prédio religioso
Edifício Residencial Ilha de Mikonos	Prédio Residencial	MG Cred	Financeiro e Seguros
Pátio Campo Grande	Prédio Comercial	Rivieira Plásticos e Tecidos	Vestuário e artigos domésticos
Agadir Motel	Alimentação, Restauração e Hotelaria	Cityfarma	Saúde e Estética
Tudo Di Bão (curiosidade e antiguidades)	Artigos pessoais	Agibank	Financeiro e Seguros
Self-Service (sem nome)	Alimentação, Restauração e Hotelaria	Franjer (Joias, Relógios e Presentes)	Artigos pessoais
Consultório Médico (Sueli e José Camargo)	Serviços Sociais	Edifício Pires Patrício nº331	Prédio Comercial
Cedae	Serviços Públicos	Barbearia do Irmão	Outros
Ponto fechado		Ponto fechado	
Residência a venda		Crefisa	Financeiro e Seguros
Estacionamento (antigo Colégio Belisário dos Santos)	Outros	Estacionamento	Outros
Yes! Idiomas	Serviços Sociais	Eletrolido	Reparação, Construção e Conservação
Estacionamento	Outros	Ponto fechado	
Residência		Ponto fechado	

Quadro 14 - Lojas existentes na Rua Augusto de Vasconcelos, Campo Grande, Rio de Janeiro, 2019. (continuação)

Agência Itaú	Financeiro e Seguros	Loja Claro	Serviços as empresas
Agência Bradesco	Financeiro e seguros	Básico do Bebê	Vestuário
Restaurante Nossa Casa	Alimentação, Restauração e Hotelaria	Agência Itaú	Financeiro e Seguros
Bazar Diamante Rosa	Artigos pessoais	Ortobom	Artigos domésticos
London	Vestuário	Dilady (Shopping Lingerie)	Vestuário
Estacionamento	Outros	Casuali	Vestuário
Loja Havaianas	Vestuário	Munirana	Vestuário
Le Cash (empréstimo)	Financeiro e Seguros	Rei do Mate	Alimentação, Restauração e Hotelaria
Lotérica Estacionamento Pare Peg	Outros	Silhueta Infantil	Vestuário
Chaveiro Campo Grande	Outros	Villa (lojas diversas)	Galeria comercial
Orthopride (2º andar) n.178	Serviços Sociais	Superlar	Artigos pessoais e artigos domésticos
Drogaria do Povo	Saúde e Estética	Igreja Universal	Prédio religioso
Edifício Augusto de Vasconcelos nº120	Prédio Comercial	Mercado São Braz	Galeria comercial
Corresponde BMG	Financeiro e seguros	Mega Market	Alimentação, restauração e hotelaria
Magazine Loja da Fábrica	Artigos pessoais, vestuário	Lar & Requite	Artigos domésticos
Palhas Buriti RJ	Vestuário	Unisuam	Serviços Sociais
Studio Mulher Cosméticos	Saúde e estética	Novo Mundo Bazar	Artigos pessoais
Estrela Photo Studio		Fábrica das Velas e Imagens	Artigos pessoais
Drogaria Venancio	Saúde e estética	Mega Disconildo	Artigos pessoais
Edifício nº96	Prédio Comercial	Bis a Kilo	Alimentação, Restauração e Hotelaria
Sonho de Festa		Drogaria do Povo	Saúde e Estética
Viggore	Artigos Domésticos		
Edifício n.76 - Dentistas	Serviços Sociais		
Casa de Bonecas	Artigos Domésticos		

Quadro 14 - Lojas existentes na Rua Augusto de Vasconcelos, Campo Grande, Rio de Janeiro, 2019. (conclusão)

Oriente Lanchonetes	Alimentação, Restauração e Hotelaria		
Bar e Restaurante – The Big Boss	Alimentação, Restauração e Hotelaria		
Criativa Móveis e Decoração	Artigos Domésticos		
OK Lanches	Alimentação, Restauração e Hotelaria		
Loja de Artigos Religiosos	Artigos Pessoais		
Casa da Rede	Artigos domésticos		

Fonte: O autor, 2019.

Quadro 15 - Lojas existentes na Rua Engenheiro Trindade, Campo Grande, Rio de Janeiro, 2019.

Nome da Loja	Tipo Comercial e/ou Serviços	Nome da Loja	Tipo Comercial e/ou Serviços
Agência Santander	Financeiro e Seguros	Modas a Rigor	Vestuário
Viggore	Artigos domésticos	Ponto fechado	
O mundo de encanto e magia	Artigos pessoais		
Versati (roupas e acessórios)	Vestuário		
Malhas Neif	Vestuário		
Oriente Lanchonetes	Alimentação, Restauração e Hotelaria		

Fonte: O autor, 2019.

Quadro 16 - Lojas existentes na Rua Agostinho Coelho, Campo Grande, Rio de Janeiro, 2019.

Nome da loja	Tipo Comercial e/ou Serviços	Nome da loja	Tipo Comercial e/ou Serviços
Bel Air Móveis	Artigos domésticos	Estacionamento	
Bel Air Center (99 A)	Prédio comercial	Agência Bradesco	Financeiro e Seguros
Big Field Lanches	Alimentação, Restauração e Hotelaria	Agência Itaú	Financeiro e Seguros
Ed. M Branco	Prédio Comercial		

Fonte: O autor, 2019.

Quadro 17 - Lojas existentes na Rua Major Almeida Costa, Campo Grande, Rio de Janeiro, 2019.

Nome da loja	Tipo Comercial e/ou Serviços	Nome da loja	Tipo Comercial e/ou Serviços
Livremente Fitness Beach	Vestuário	Pimentinha Bijou	Artigos pessoais
Multi Lar	Artigos domésticos	República da Arte	Serviços Sociais
Grande Estilo		WSA	Serviços Sociais
Bazar Xing Xing	Artigos pessoais	Ortobom	Artigos Domésticos
New Kelly Baby	Vestuário	Assistência Dentária Campo Grande (2º andar)	Serviços Sociais
Unidental Dentistas (2º piso)	Serviços Sociais	Ponto fechado	
Sono Show	Artigos domésticos	Estacionamento	Outros
Planeta Mulher	Vestuário	Beijinho Doce	Vestuário
Gata Braba Fashion	Artigos pessoais	Estacionamento Lojas Americanas	Outros
Sono Show (Móveis)	Artigos domésticos	Edifício nº19	Prédio comercial
Cantinho Amigo (2º piso)	Alimentação, Restaurante e Hotelaria	Bebê a bordo	Vestuário
Mundo Verde	Alimentação, Restaurante e Hotelaria	Menorah Decoração	Artigos Domésticos
Edifício nº14	Prédio Comercial	Ótica Oeste	Artigos pessoais
Superlar	Artigos pessoais e artigos domésticos	Ponto fechado	
		WHJ Bom Preço	
		Palhaçada (2º andar)	Vestuário
		Sensual Moda Íntima	Vestuário
		Novo de novo Informática	Serviços as empresas
		Casas Franklin	Artigos domésticos
		Drogaria do Povo	Saúde e estética
		Ponto Mix	Vestuário

Fonte: O autor, 2019.

Quadro 18 - Lojas existentes na Praça Raul Boaventura, Campo Grande, Rio de Janeiro, 2019.

Nome da loja	Tipo Comercial e/ou Serviços	Nome da loja	Tipo Comercial e/ou Serviços
Os Gigantes	Reparação, Construção e Conservação	Alakazum	Vestuário
Correios	Serviços a Empresas	Thalia	Vestuário
Loja de móveis sem nome	Artigos Domésticos	Ragazzo	Alimentação, Restauração e Hotelaria
Casa di Vitari	Reparação, Construção e Conservação	New Club	Vestuário
Ponto fechado		Estação Supervia	Transportes
Ponto fechado		Ponto Mix	Vestuário
Via 13	Vestuário		
Monamie Perfumaria	Saúde e estética		
Loja de arranjos florais (sem nome)	Artigos pessoais		
Frestão Calçados	Vestuário		
Loja TIM	Serviços a Empresas		

Fonte: O autor, 2019.

Quadro 19 - Lojas existentes na Rua Viúva Dantas, Campo Grande, Rio de Janeiro, 2019. (Continua)

Nome	Tipo Comercial e/ou Serviços	Nome	Tipo Comercial e/ou Serviços
Malhas Mil	Vestuário	Maria Tocaia	Vestuário
Galeria Dantas	Galeria Comercial	Galeria Sem Nome	Galeria comercial
Loja roupas sem nome	Vestuário	Stylus	Vestuário
Óticas do Povo	Artigos pessoais	South & Co.	Vestuário
Make Bijouterias	Artigos pessoais	Edifício número 60 (Laboratório Tinoco)	Serviços sociais
New Ótica	Artigos pessoais	Taco	Vestuário
Sonho dos Pés	Vestuário	Casa do Biscoito	Alimentação, Restauração e Hotelaria
Bagaggio	Vestuário	Bob's	Alimentação, Restauração e Hotelaria
Fabir Presentes e Decorações	Artigos pessoais e domésticos	Drogaria Pacheco	Saúde e estética
Bella Bijú	Artigos pessoais	Lanchonete Sem Nome	Alimentação, Restauração e Hotelaria

Quadro 19 - Lojas existentes na Rua Viúva Dantas, Campo Grande, Rio de Janeiro, 2019. (Conclusão)

Azemel Quality & Style	Vestuário	Edifício Antônio Coelho	Prédio Comercial
South & Co.	Vestuário	A Nossa Drogaria	Saúde e estética
Hits X	Vestuário	Arrive Fashion	Vestuário
Edifício número 55	(prédio comercial)	Megazump	Vestuário
Monamie Perfumaria	Saúde e estética	Passeio Shopping	Centro Comercial
Drogaria do Povo	Saúde e estética	Bronstein	Serviços Sociais
Rei do Caldo	Alimentação, Restauração e Hotelaria	Sensual Moda Íntima	Vestuário
Rosa Clichê	Vestuário	Jump's	Vestuário
Sabor da Cana	Alimentação, Restauração e Hotelaria	Cabelos Humanos	Saúde e estética
Verdades Secretas	Vestuário	Edifício Olímpica	Prédio Comercial
Objetiva	Vestuário	Show Biju (fechado)	
Lacqua Fashion Store	Vestuário	Caixas eletrônicos Itaú	Financeiro e Seguros
Edifício Clube dos Aliados	Prédio Comercial	Litritty	Vestuário
Agência Itaú	Financeiro e Seguros		
Carioca Mobile	Outros		
Fibra Óptica (ótica)	Artigos pessoais		
Shekináh Restaurante	Alimentação, Restauração e Hotelaria		
Audi Shopping	Galeria Comercial		

Fonte: O autor, 2019.

ANEXO – Para quem gosta ou morou em Campo Grande

Escrito por Arnaldo Menezes

Tenho lido muitos comentários a respeito de um bairro apazível em sua história e revoltante em seu presente. Curioso é que eu tenho amigos no face dos mais longínquos lugares e a enxurrada de comentário é maior do que todos os demais reunidos. O que estaria acontecendo? Seria exagero dos comentaristas ou uma verdade e realidade difíceis de serem aceitas.

Infelizmente é o retrato da realidade que se estende sendo o retrato da própria vida. Uma vida que tinha seus dias preenchidos por um bucólico romantismo, porém, que preenchida por uma sequência de inesquecíveis momentos.

Como esquecer a passagem pela linha férrea próxima à velha estação marcada de cada lado pela presença de um Mercado São Domingos de cada lado. Ali juntinha a Rua Ferreira Borges com sua velha delegacia, onde os presos eram bêbados que incomodavam as pessoas na rua, quando tinha algo mais sério até o Sr. Roberto açougueiro dos bons ia com a turma, parecendo mais uma guarda comunitária.

Rodoviária! Que rodoviária que nada, ali era o depósito das carrocinhas da limpeza pública hoje, Comlurb. Na calçada saía o velho 345 Campo Grande-Comari, via INPS, um pouco antes era uma parada e contorno dos bondes. Ao lado na Ferreira Borges, saía a velha e antiga linha Méier Campo Grande, um turismo pelo Rio de Janeiro. E a 786 Campo Grande – Marechal Hermes, bem próximas do Colégio Batista de Campo Grande.

Saindo da passagem pela linha férrea, que deu lugar ao túnel que vive emporcalhado e mal cheiroso, subia-se a Coronel Agostinho, hoje calçadão de Campo Grande, que por ineficiência das autoridades virou um lugar propício para punguistas e assaltantes. Ali estava a Sapataria Santa Teresinha, onde peguei meu primeiro uniforme completo do Colégio Raja Gabaglia, via caixa escolar e vizinha da Casa Eunice, uma tradição do bairro. Seguindo lá estava uma lojinha pequena à esquerda de quem sobe, onde comprava todos os artigos para que minha mãe pudesse costurar, era simplesmente o tudo. A loja passou para o lado direito de quem sobe e transformou-se na grande Silbene, hoje uma simples lembrança na mente de quem a conheceu. Ao lado, o mercado popular municipal, onde os agricultores do rio da Prata, da Ilha de Guaratiba, da serrinha do Mendanha e regiões próximas traziam seus produtos para vender. Era

triste, quando chovia, caminhar algumas vezes por atoleiro entre as barracas. Bem juntinha vinha uma mostra do que é um bairro ter tradição: Whirts chaveiro, Máximo Tamancaria, Sebastião Moreira e o Rápido Campo Grande que juntamente, com o bigode de fogo, davam vida nova aos velhos calçados. Próximo deles estava a famosa Casas da Banha, cujo velho Chacrinha e um casal de porquinhos tornaram-na famosa. Na esquina do Beco do Seridó surgiu a Magal, hoje Superlar, inaugurada com um show de Roberto Carlos, que obrigou todo o comércio a fechar, pois, não cabia todo mundo na velha Coronel Agostinho.

Seguia-se, e chegávamos a Sorveteria Campo Grande, na Cesário de Melo onde hoje está a modernidade, um mini Shopping de produtos de informática. O sabor que se imaginasse lá estava, até que os primeiros sinais de violência aportassem por aqui e desse um ponto final a estas delícias. Em frente a sorveteria estavam unidas e juntas por uma folha de papel, Papelaria IV Centenário e Gráfica Campo Grande e junto a elas a velha Escola Venezuela, cuja matrícula número 01, era de um conhecido personagem do bairro, que ficou famoso como “Melhoral”. Dois passinhos e estávamos na Matriz de Nossa Senhora do Desterro, toda imponente sobre uma elevação de terreno e vista de todos os pontos do bairro, com seu sino pontual às seis horas da tarde. Muito dessa pontualidade, graças à família Arzua. Passava-se pelo velho distrito de Obras, depois Coletoria Pública, DEC, CRE e finalmente estava diante da maior representação cultural de toda Zona Oeste, talvez de boa parte do Rio de Janeiro: Colégio Belisário dos Santos hoje, um estacionamento popular. Ali se formaram verdadeiros homens, lustres autoridades, grandes personalidades políticas, militares, eclesiásticas e gente do povo que tiveram aula de civismo, patriotismo, respeito, educação, honestidade e formação para a vida. Tenho um orgulho que deixo como tesouro para os meus filhos, ter sido professor e coordenador por quatorze anos desta maravilha da cultura nacional.

Continuávamos Rua Augusto Vasconcelos abaixo e logo na esquina estava o café da manhã, sempre saboroso do Senhor Joaquim, que o filho hoje tem um serviço de alto-falante chamado Avaré. Ou o do Senhor Motta, cuja filha Emília, minha aluna no Belisário tornou-se uma grande mestra de Geografia. Próximo o velho BEG, depois BANERJ e finalmente ITAÚ. Na outra ponta do Beco do Seridó, lá estavam duas partes da história de Campo Grande: o restaurante com seu eterno cheirinho de comida caseira e a Academia Dyneer Plaza onde muitos deram seus primeiros acordes de violão, órgão, piano e outros. A partir dali conhecemos grandes músicos como, por exemplo, minha ex-aluna Maria Lúcia Barros, filha do saudoso amigo professor João Gualberto Barros, que é a cravista número 1 do mundo, uma honra para nosso bairro. Aliás, falar de cultura musical por aqui é chover no molhado, pois, começando por

Adelino Moreira, passa por Adilson Ramos, pela turma do Silvery Boys onde estavam Zezinho e seu irmão, Altamir, Sidney do Renato e seus Blue Caps, André Luis músico das onze, craque de bola e mestre de física, Weber Werneck, os irmãos Assad, Zeca do Trombone, Ney músico, arranjador e produtor e tantos outros que precisaríamos falar só de música num outro texto, para citar-se o Parece que Bebe, O Sereno, O Filhos da Pauta, o Embaixo do Viaduto e tantos outros que marcavam o carnaval de famílias e de alegria que se fazia por aqui, onde destaques como a mulinha de seu Whirts e os blocos de sujos externos pelas pessoas mais limpas internamente.

Fechávamos este pequeno circuito que era usado pelos desfiles de blocos, pelos desfiles cívicos e algumas vezes por procissões religiosas, com a chegada à Praça Raul Boaventura, justa homenagem a um membro de uma família que prestou grandes serviços ao nosso Bairro-Cidade. Ali estava em sua acanhada, porém, eficiente loja, o posto do Correio Brasileiro, vizinho de uma das mais antigas lojas, onde se comprava o long-play desejado, a casa DUX, dos Vitari. Em frente a Estação Ferroviária, onde passaram trens a vapor, elétrico, para Campo Grande, para Santa Cruz, para o Matadouro, o especial da Aeronáutica, a litorina especial para a Central do Brasil por pouco tempo, o parador, o direto, o especial para o Maracanã pouquíssimas vezes e outros que ficaram pelo tempo.

Ali bem próximo entrávamos na Rua Viúva Dantas, aliás, aqui se faz um parêntese, muitos dos personagens que dão nomes as ruas de Campo Grande são parentes. Nesta rua está mais um pouquinho da história de nosso cantinho glamoroso. Tavares, Ultralar, Dib's, CINQ só para começar. Ali esteve, está e continuará por muitos anos a referência em análises clínicas, o Laboratório Tinoco. Tive a honra de conviver com o patriarca e dar aulas aos três que mantiveram a marca famosa, nos padrões criados pelo velho Tinoco.

Banco Itaú? A pouco, pois, ali funcionava uma das mais tradicionais agremiações esportivas do Estado e Clube Social da linha familiar. Ali surgiu Zeny de Azevedo, o popular Algodão, que foi deca-campeão pelo Flamengo e bicampeão Mundial, emprestando hoje seu nome ao ginásio poliesportivo do Centro Esportivo Miécimo da Silva, homenagem para lá de justa. O Clube dos Aliados de grandes bailes, grandes festas e momentos importantes de nossa região, deu lugar a uma agência do Banco Itaú e hoje resplandece em uma grande área da Estrada do Mendanha. Juntamente com o Luso Brasileiro, do qual tive a honra de ser primeiro diretor e depois vice-presidente, onde conheci figuras ímpares da sociedade campograndense como o Sr. José Valgode (sapataria Dá no pé dá no preço), através de quem fui para a diretoria, Prof. Avany Magalhães, um exemplo para mim e uma aula de vida, como foi meu eterno mestre, diretor e ídolo Dr. Helton Alvares Veloso de Castro e está sendo até este momento o mestre

Alcir Pimenta, os comerciantes locais Roberto Santos, Nelson dos Bananais, Ribeiro, Artur da gráfica, Chianca, administradores com relevantes serviços como Nilson, Paulinho e Robertinho (Cedae), médicos renomados Dr. Villa e Dr. Malaquias, engenheiros de destaque Dr. Sady e Dr. Agilson Baroni. Ali conheci o que era capacidade de jovens como foi a Ala jovem do clube e uma dupla que vi fazendo sucesso e ajudando por demais o clube em sua ascensão, quando as finanças e conseqüentemente a arrecadação eram fundamentais: Fernando Valgode e Claudio Chianca. A estes espaços principalmente culturais juntava-se a Associação 10 de maio, dando ao Bairro um toque de lazer e cultura, por onde se destacaram Mestre Saul, Oswaldo Machado, Nancília Pereira, Waldir Onofre, Neris Cavalcanti e tantos outros escritores, pintores, artesões, poetas e poetisas, entalhadores e artistas de diversas áreas.

Nossa história é maior, nosso bairro era uma estrela que brilhava forte numa constelação de pequenos brilhos pela cidade. Que bairro do Rio de Janeiro ou que outras cidades que não são capitais tinham ao mesmo tempo três deputados estaduais (Jair Costa, Dílson Alvarenga e Miécimo da Silva) dois Federais (Alcir Pimenta e Daniel Silva) e que diferente da política atual, fizeram seus patrimônios simples, muito mais por suas profissões, professor, médico etc. do que propriamente pelo cargo político exercido. Fizeram graças ao seu próprio trabalho. Transitamos de uma fase meio colonial para a de um bairro com cara de cidade. Em qualquer setor profissional nosso bairro conta com figuras de relevância até mesmo no cenário nacional, como dirigentes, comandantes e responsáveis diretos que nos enchem de orgulho como Doracil Corval, comandante geral da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. A este se juntam vários outros, muito bem retratados no livro *Personalidades da Zona Oeste*, brilhante trabalho da escritora Nancília Pereira.

Nosso rincão tem espaço de alegrias e realizações, porém, aos poucos vai nos deixando triste com as modificações que se apresentam, principalmente no comportamento das pessoas e na mudança de hábitos da sociedade como um todo. Orgulhamo-nos de termos Colégio Nossa Senhora do Rosário, Colégio Afonso Celso, porém, sentimos falta de algumas irmãs que por lá passaram, do casal Sreder Bastos, do Monteiro Lobato no calçadão, com as três senhoras que o dirigiam e em educação estava um passo adiante. Temos a alegria de contarmos com o Golfinho Amigo, porém, não temos mais Afonsinho e o espaço Júnior do Belisário (Heltinho). Temos boas churrascarias sem no entanto, podermos almoçar no restaurante do Pepe, temos telefones celulares, porém, a velha Cetel em frente a padaria do misto de padeiro e músico senhor Marques, nos atendia melhor que as operadoras fixas atuais. Temos clínicas com especialidades

e equipamentos, porém, as velhas do Carmo, Joari, Urgil, Santa Lúcia, Campo Grande e o velho Rocha Faria atendiam muito melhor.

A infância e a adolescência nos permitiam escrever linhas da história da vida que borracha nenhuma do tempo apagará; brincávamos na rua de amarelinha, hoje amarelamos de medo; rolava um polícia-polícia ladrão entre as ruas e os colegas de rua. Hoje polícia – ladrão – traficante – milícia - o outro não é de brincadeira, é a vera. Dessa forma, isto é, a vera, só bola de gude colorida ou não, que usávamos para zep, triângulo ou roda. Hoje, usam dentro do coquetel molotov. Lembro-me que vínhamos do Campo Grande Atlético clube, outro orgulho nosso, pois, chegou a ser Campeão da Taça de Prata, indo para a 1ª divisão onde estavam Cruzeiro, Internacional, Corinthians, Santos e outros grandes do Rio de Janeiro, pela madrugada, após o baile e cantávamos pela rua as músicas que acabávamos de ouvir. Hoje, na saída dos bailes o único som é bala cantando.

Passa um filme pelas nossas mentes com a Administração Regional ainda na Cesário de Melo, hoje um prédio mal conservado longe do Centro; do velho Sara onde hoje é a agência do Bradesco em frente ao Beco do Seridó, hoje também longe do centro e apesar da estrutura humana bem montada, não consegue exercer o papel que deveria.

As casas de famílias vão dando lugar a lojas e salas comerciais, as famílias como se num estalar de dedos desaparecem, indo para pontos distantes de nosso bairro (eu me penitencio, pois, fui um dos que fez isso) e aos poucos vai se descaracterizando o mais charmoso dos bairros do Rio de Janeiro, cuja a avassaladora especulação imobiliária, juntou-se a uma proliferação de conjuntos habitacionais, a uma insegurança pela falta de controle fruto de um crescimento sem planejamento e hoje um bairro família, transformou-se num bairro popular. Mantém sua história, porém, em papéis guardados, algumas mentes, e em construções que teimam em resistir ao tempo. Já é hora de criarmos uma casa de cultura, não necessariamente um museu, para que possamos preservar essa história, que sem exageros, contada em sua íntegra é mais bonita do que a de muitas cidades.

Aos meus irmãos campo-grandenses fiz um relato muito resumido e com certeza, omiti fatos, casos e personagens, porém, não foi por esquecimento, mas sim, para que tornasse possível de ser lido, sem que cansássemos apesar da beleza da história. Um abraço a todos.